

Carlos Augusto Mello Machado

**CONDICIONANTES DAS COLIGAÇÕES PARA O
CARGO DE PREFEITO NO BRASIL (2000 A 2008)**

Belo Horizonte, MG
UFMG/DCP
2012

Carlos Augusto Mello Machado

**CONDICIONANTES DAS COLIGAÇÕES PARA O
CARGO DE PREFEITO NO BRASIL (2000 A 2008)**

Tese apresentada ao curso de doutorado do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Magna Maria Inácio

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Mata Machado de Castro

Belo Horizonte, MG
UFMG/DCP
2012

320

M149c

2012

Machado, Carlos Augusto Mello

Condicionantes das coligações para o cargo de prefeito no Brasil (2000 a 2008) [manuscrito] / Carlos Augusto Mello Machado. - 2012.

245 f.

Orientadora: Magna Maria Inácio.

Coorientadora: Mônica Mata Machado de Castro.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ciência política - Teses. 2. Eleições - Teses. 3. Partidos políticos - Teses. 4. Prefeitos - Teses. I. Inácio, Magna Maria. II. Castro, Mônica Mata Machado de. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: posdcp@fafich.ufmg.br
TELEFAX: (31) 3409-5030 –

**ATA DE DEFESA DE TESE DO CURSO DE DOUTORADO
EM CIÊNCIA POLÍTICA, REALIZADA
NO DIA 18/12/2012.**

Aos 18 (dezoito) dias do mês de dezembro de 2012 (dois mil e doze), às 14:00 horas no Centro de Estudos Legislativo (CEL) sala -206 da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, reuniu-se a banca examinadora da tese intitulada **“Condicionantes das coligações para o cargo de prefeito no Brasil (2000-2008)”**, elaborada pelo aluno **Carlos Augusto Mello Machado**. Compuseram a banca examinadora os professores **Magna Maria Inácio (Orientadora DCP/UFMG)** que participou virtualmente, **Mônica Mata Machado de Castro (Co-orientadora - DCP/UFMG)**, que presidiu a banca em função da ausência presencial da orientadora, **Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos (DCP/UFMG)**, **Profa. Maria de Fátima Junho Anastasia (PUC/MG-DCP/UFMG)**, **Yan de Sousa Carreirão (UFSC)**, **Silvana Krause (UFRGS)**. Após arguição oral do aluno, os membros da banca examinadora deliberaram pela aprovação da referida tese, obtendo assim o aluno o título de Doutor em Ciência Política. Para constar foi lavrada a presente ata, que será assinada pelos membros presentes Banca Examinadora.

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2012

Profa. Magna Maria Inácio
(Orientadora – DCP/UFMG)

Profa. Mônica Mata Machado de Castro
(Co-orientadora-DCP/UFMG)

Prof. Manoel L. Wanderley Duarte Santos
(DCP/UFMG)

Prof. Yan de Sousa Carreirão
(UFSC)

Profa. Silvana Krause
(UFRGS)

Profa. Maria de Fátima Junho Anastasia
(PUC/MG – DCP/UFMG)

Agradecimentos

Começo estes agradecimentos reconhecendo o esforço colossal das orientadoras desta tese, Magna Inácio e Mônica Mata Machado de Castro, em aconselhar e direcionar a produção da mesma. Sei as dificuldades que enfrentaram, pois reconheço minhas falhas durante o processo. Posso assegurar que os acertos desta tese são fruto do trabalho de ambas, cabendo os erros e exageros à teimosia do orientando.

Angélica Leite da Silva, Daniel Violato e Danusa Marques auxiliaram a revisar algumas partes do texto, melhorando enormemente a compreensão dos temas abordados.

Devo reconhecer que as amizades cultivadas no meio acadêmico e belo-horizontino nos últimos anos foram cruciais, seja pelo apoio pessoal, questionamentos teóricos e metodológicos ou felizes momentos de lazer, que na realidade se resumiram a comer bastante. Por isso sou eternamente grato a Breno Cypriano, Carolina Marra, Débora Resende, Filipe Recch França Guimarães, Janine Mello, Janaína Figueira, Laura França Martello, “Luish” Moraes Coelho, Luiz Augusto Campos, Marlise Matos, Marina Brito, Thaís de Freitas Moraes.

A uma dessas pessoas devo um agradecimento especial. Se não fosse pelas conversas com e conselhos de Rogério Jerônimo Barbosa este trabalho ainda não teria sido finalizado. E não se preocupe Rogério, da próxima vez que você me disser para aprender alguma coisa, irei parar e aprender...

Também agradeço à paciência de meus colegas de trabalho, no Ipol/UnB, que toleraram meu comprometimento pela metade com o curso durante este árduo período de finalização da tese. Gostaria de mencionar, em particular Flávia Biroli, Luis Felipe Miguel e Mathieu Turgeon, pois foram de fundamental importância à realização desta tese, por diversos motivos.

Gostaria de agradecer a todos os membros do Grupo de Pesquisa Demodê do Ipol/UnB, professores e alunos, sem distinção. Acredito que juntos podemos realizar coisas grandiosas.

Devo muito à FAPEMIG, pois sem a bolsa de doutorado no princípio do curso minha permanência na pós-graduação teria sido inviável.

Mas por último, ou melhor, novamente, e sem dúvida a consideração mais importante, agradeço a Danusa Marques. Além dos motivos que já tratei até aqui referente a outras pessoas, devo acrescentar a paciência e companheirismo que teve nos últimos anos, compartilhando experiências comuns que constituem quem sou atualmente.

Resumo

O presente trabalho pretende contribuir aos estudos sobre coligações eleitorais no Brasil a partir da análise sobre quais condicionantes sociais, econômicas e políticas afetam a composição de coligações eleitorais em sistemas onde há múltiplos níveis de governo. Isso permitirá trazer novos conhecimentos acerca das relações inter-partidárias. Com este intuito, será tratado o caso das eleições para o cargo de prefeito, por consistir de um nível de governo onde é possível considerar efeitos decorrentes da interação com os níveis federal e estadual. A abordagem de classificação das coligações se deu a partir da elaboração de índices que buscam mensurar a composição das mesmas com base em critérios ideológicos (IVI) e governistas (IGF). O trabalho parte da premissa de que diferentes ambientes eleitorais geram incentivos para cursos de ação partidária distintos, devendo o partido político, a princípio, optar ou não pelo recurso à coligação, e, em caso positivo, decidir sobre quais parceiros serão buscados.

Palavras-chave: Coligações; Eleições; Partidos políticos; Prefeito

Abstract

The present work aims to contribute to studies on pre-electoral coalitions in Brazil from the analysis on which social, economic and political conditions affects the composition of the coalitions in systems where there are multiple levels of government. This will bring new comprehension about the inter-party relations. For this purpose, will be treated the elections to the office of mayor, since it consists of a level of government where it is possible to consider the effects arising from the interaction with the federal and state levels. In order to classify the pre-electoral coalitions were mobilized two indexes to measure the composition through an ideological (IVI) and a governism criteria (IGF). The work starts from the premise that different electoral environments generate incentives for different courses of action party, in so , the political party must, in principle, choose or not the use of coalition, and, if so, decide on which partners will be sought.

Key words: Pre-electoral coalitions; Elections; Political Partys; Mayor

Lista de Ilustrações

Lista de tabelas

Tabela 1: Estatísticas descritivas sobre o número de partidos que participam em candidaturas a prefeito em cada município, por ano da eleição.	73
Tabela 2: Capilaridade, por ano da eleição.	75
Tabela 3: Porcentagem de coligações sobre o total de candidaturas nas eleições de governador e senador, por eleição.	86
Tabela 4: Proporção de participações em coligação sobre o total de participação de cada partido nas eleições para prefeito, por ano da eleição.	87
Tabela 5: Estatísticas descritivas sobre a quantidade de candidaturas ao cargo de prefeito em cada município, por ano da eleição.	88
Tabela 6: Quantidade de candidaturas ao cargo de prefeito em cada município, por ano da eleição.	88
Tabela 7: Comparação da média do número de candidaturas entre município com ou sem segundo, por ano da eleição.	89
Tabela 8: Descrição dos IVI e IGF das coligações relevantes em 2000.	114
Tabela 9: Frequência das categorias da polarização ideológica das coligações do PFL/DEM (2000-2008).	135
Tabela 10: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PFL - Ideologia (2000)	136
Tabela 11: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PFL - Ideologia (2004)	137
Tabela 12: Probabilidades preditas para tipo de coligação - DEM - Ideologia (2008).	140
Tabela 13: Ajuste do modelo - PFL - Polarização ideológica, por eleição.	141
Tabela 14: Frequência das categorias da polarização governista das coligações do PFL /DEM (2000-2008).	142
Tabela 15: Probabilidades preditas, por tipo de coligação - PFL - Governismo (2000).	143
Tabela 16: Probabilidades preditas, por tipo de coligação - PFL - Governismo (2004).	145
Tabela 17: Probabilidades preditas, por tipo de coligação - DEM - Governismo (2008).	146

Tabela 18: Ajuste do modelo - PFL/DEM - Polarização governista, por eleição.	148
Tabela 19: Frequência das categorias da polarização ideológica das coligações do PMDB (2000-2008).	138
Tabela 20: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PMDB - Ideologia (2000).	139
Tabela 21: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PMDB - Ideologia (2004).	141
Tabela 22: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PMDB - Ideologia (2008).	142
Tabela 23: Ajuste do modelo - PMDB - Polarização ideológica, por eleição.	148
Tabela 24: Frequência das categorias da polarização governista das coligações do PMDB (2000-2008).	158
Tabela 26: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PMDB - Governismo (2000) .	158
Tabela 27: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PMDB - Governismo (2004).	160
Tabela 28: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PMDB - Governismo (2008).	161
Tabela 25: Ajuste do modelo - PMDB - Polarização governista, por eleição.	162
Tabela 29: Frequência das categorias da polarização ideológica das coligações do PSDB (2000-2008).	165
Tabela 30: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PSDB - Ideologia (2000).	166
Tabela 31: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PSDB - Ideologia (2004).	167
Tabela 32: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PSDB - Ideologia (2008).	168
Tabela 33: Ajuste do modelo - PSDB - Polarização ideológica, por eleição.	170
Tabela 34: Frequência das categorias da polarização governista das coligações do PSDB (2000-2008).	171
Tabela 35: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PSDB - Governismo (2000).	172
Tabela 36: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PSDB - Governismo (2004).	173
Tabela 37: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PSDB - Governismo (2008).	

Tabela 38: Ajuste do modelo - PSDB - Polarização governista, por eleição.	174
Tabela 39: Frequência das categorias da polarização ideológica das coligações do PT (2000-2008).	175
Tabela 40: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PT - Ideologia (2000).	179
Tabela 41: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PT - Ideologia (2004).	179
Tabela 42: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PT - Ideologia (2008).	180
Tabela 43: Ajuste do modelo - PT - Polarização ideológica, por eleição.	182
Tabela 44: Frequência das categorias da polarização governista das coligações do PT (2000-2008).	183
Tabela 45: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PT - Governismo (2000).	184
Tabela 46: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PT - Governismo (2004).	185
Tabela 47: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PT - Governismo (2008).	186
Tabela 48: Ajuste do modelo - PT - Polarização governista, por eleição.	187
Tabela 49: Estatísticas descritivas das variáveis independentes contínuas – 2000	189
Tabela 50: Frequência das variáveis independentes categóricas – 2000	217
Tabela 51: Estatísticas descritivas das variáveis independentes contínuas – 2004	217
Tabela 52: Frequência das variáveis independentes categóricas – 2004	218
Tabela 51: Estatísticas descritivas das variáveis independentes contínuas – 2008	218
Tabela 52: Frequência das variáveis independentes categóricas – 2008	219
Tabela 53: Regressão multinomial - PFL - Polarização ideológica (2000)	219
Tabela 54: Regressão multinomial - PFL - Polarização ideológica (2004)	220
Tabela 55: Regressão multinomial - DEM - Polarização ideológica (2008)	221
Tabela 56: Regressão multinomial - PFL - Polarização governista (2000)	222
Tabela 57: Regressão multinomial - PFL - Polarização governista (2004)	223
	224

Tabela 58: Regressão multinomial - DEM - Polarização governista (2008)	225
Tabela 59: Regressão multinomial - PMDB - Polarização ideológica (2000)	226
Tabela 60: Regressão multinomial - PMDB - Polarização ideológica (2004)	227
Tabela 61: Regressão multinomial - PMDB - Polarização ideológica (2008)	228
Tabela 62: Regressão multinomial - PMDB - Polarização governista (2000)	229
Tabela 63: Regressão multinomial - PMDB - Polarização governista (2004)	230
Tabela 64: Regressão multinomial - PSDB - Polarização ideológica (2000)	231
Tabela 65: Regressão multinomial - PSDB - Polarização ideológica (2004)	234
Tabela 66: Regressão multinomial - PSDB - Polarização ideológica (2008)	234
Tabela 67: Regressão multinomial - PSDB - Polarização governista (2000)	235
Tabela 68: Regressão multinomial - PSDB - Polarização governista (2004)	236
Tabela 69: Regressão multinomial - PSDB - Polarização governista (2008)	237
Tabela 70: Regressão multinomial - PT - Polarização ideológica (2000)	239
Tabela 71: Regressão multinomial - PT - Polarização ideológica (2004)	240
Tabela 72: Regressão multinomial - PT - Polarização ideológica (2008)	241
Tabela 73: Regressão multinomial - PT - Polarização governista (2000)	242
Tabela 74: Regressão multinomial - PT - Polarização governista (2004)	244
Tabela 75: Regressão multinomial - PT - Polarização governista (2008)	

Lista de Quadros

Quadro 1: Classificação dos partidos políticos no eixo "esquerda-direita".	101
Quadro 2: Classificação dos partidos políticos no eixo "situação-oposição" no plano nacional.	104
Quadro 3: Comparação entre o sentido observado dos indicadores e os sentidos teóricos das variáveis - PFL/DEM, por eleição.	163

Quadro 4: Comparação entre o sentido observado dos indicadores e os sentidos teóricos das variáveis - PFL/DEM, por eleição.	163
Quadro 5: Comparação entre o sentido observado dos indicadores e os sentidos teóricos das variáveis - PSDB por eleição.	177
Quadro 6: Comparação entre o sentido observado dos indicadores e os sentidos teóricos das variáveis - PT, por eleição.	190

Lista de Figuras

Figura 1: Mapas com a proporção de prefeitos eleitos – PMDB, por UF e ano da eleição.	77
Figura 2: Mapas com a proporção de prefeitos eleitos – PMDB, por UF e ano da eleição.	78
Figura 3: Mapas com a proporção de prefeitos eleitos – PSDB, por UF e ano da eleição.	79
Figura 4: Mapas com a proporção de prefeitos eleitos – PT, por UF e ano da eleição.	80

Lista de gráficos

Gráfico 1: Histograma do IVI – PT (2000).	115
Gráfico 2: Histograma do IGF – PSDB (2000).	115

Lista de Siglas

DEM - Democratas
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCO – Partido da Causa Operária
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PGT – Partido Geral dos Trabalhadores
PHS – Partido Jumanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPS – Partido popular Socialista
PRONA – Partio da Reedificação da Ordem Nacional
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRP – Partido Republicano Progressista
PTRB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrático Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSN – Partido da Solidariedade Nacional
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PST – Partido Social Trabalhista
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PV – Partido Verde

Sumário

1. Introdução	16
2. Racionalidade das decisões partidárias: coligações e análise do posicionamento político....	18
2.1. Ideologia e Governismo	28
2.1.1. Posicionamento político para além da ideologia	36
3. Condicionantes das coligações.....	43
3.1. Condicionantes estratégicas e de poder político	43
3.2. Condicionantes socioeconômicas	55
3.3. Dependência financeira	61
4. Especificidades do sistema político brasileiro.....	64
4.1. Comportamento partidário e competição partidária em múltiplos níveis	64
4.2. Estudos sobre coligações e o contexto brasileiro	67
4.3. Municípios brasileiros e distribuição da força partidária.....	71
4.4. Disputa por prefeituras, coligações e estratégia eleitoral	81
4.5. Partidos, governismo e ideologia no Brasil	94
5. Modelo de Análise.....	105
5.1. Classificação das coligações: variáveis dependentes	105
5.2. Definição dos indicadores das variáveis independentes	116
5.2.1. Indicadores socioeconômicos	119
5.2.2. Indicadores políticos – incerteza	122
5.2.3. Indicadores políticos – poder político	126
5.2.3. Indicadores políticos – dependência financeira.....	127
6. Análise do formato das coligações.....	129
6.1. Partido da Frente Liberal (PFL) e Democratas (DEM)	134
6.1.1. Ideologia.....	134
6.1.2. Governismo	142
6.2. Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).....	151
6.2.1. Ideologia.....	151
6.2.2. Governismo	157
6.3. Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).....	164
6.3.1. Ideologia.....	165
6.3.2. Governismo	170
6.4. Partido dos Trabalhadores (PT).....	177
6.4.1. Ideologia.....	178
6.4.2. Governismo	183
7. Conclusão	192
8. Referências.....	198
Apêndice A: Considerações sobre indicadores de competição	215
Apêndice B: Variáveis independentes.....	217
Apêndice C: Regressões Multinominais	220

1. Introdução

O presente trabalho pretende contribuir aos estudos sobre coligações eleitorais no Brasil a partir da análise sobre quais condicionantes sociais, econômicas e políticas afetam a composição de coligações eleitorais em sistemas onde há múltiplos níveis de governo. Isso permitirá trazer novos conhecimentos acerca das relações inter-partidárias. Com este intuito, será tratado o caso das eleições para o cargo de prefeito, por consistir de um nível de governo onde é possível considerar efeitos decorrentes da interação com os níveis federal e estadual. A abordagem de classificação das coligações se deu a partir da elaboração de índices que buscam mensurar a composição das mesmas com base em critérios ideológicos (IVI) e governistas (IGF). O trabalho parte da premissa de que diferentes ambientes eleitorais geram incentivos para cursos de ação partidária distintos, devendo o partido político, a princípio, optar ou não pelo recurso à coligação, e, em caso positivo, decidir sobre quais parceiros serão buscados.

Ambientes eleitorais são caracterizados pelo conjunto de condições socioeconômicas e político-institucionais, que criam contextos específicos de disputa político-partidária em distintos distritos eleitorais. O tipo de decisão partidária em exame refere-se à formação e participação em coligações eleitorais, sendo esta decisão avaliada a partir de dois parâmetros: distância ideológica e posicionamento no eixo governo-oposição

O estudo parte do pressuposto de que os partidos políticos estão submetidos a constrangimentos internos e externos distintos, e por isso são afetados por fatores diferentes em relação à decisão partidária sobre a participação em coligação. O estudo é orientado pela verificação dos efeitos de diferentes condicionantes da tomada de decisão partidária.

Para tanto, serão pesquisadas as eleições para prefeito, entre os anos de 2000 e 2008, perfazendo um total de três eleições em todos os municípios brasileiros, focando a análise nos partidos que participaram de mais de 80% das eleições para o cargo de prefeito em 2008: PMDB, PFL/DEM, PSDB e PT.

No segundo capítulo mobiliza os questionamento sobre a decisão partidária e quais seriam as dimensões do posicionamento político trabalhadas durante o trabalho, as quais serão as variáveis a serem explicadas.

O terceiro capítulo fornece a base conceitual para definir as condicionantes das coligações, se referindo, portanto às variáveis independentes. Foram mobilizadas três dimensões: a primeira relacionada às condições de incerteza do processo político, a segundo relacionada à capacidade de obter controle político, através do exercício de cargos públicos, e por último variáveis relativas ao contexto socioeconômico. Também foi mobilizada uma variável para medir a dependência financeira do município em relação ao governo federal.

No quarto capítulo foram feitas considerações sobre o contexto específico brasileiro, no intuito de permitir adaptações às teorias levantadas, incorporando efeitos específicos que poderiam afetar a dinâmica de formação de coligações. Com o quinto capítulo será apresentado o modelo analítico, definindo os indicadores utilizados para o teste das variáveis. E, por fim, a análise dos dados é realizada no sexto capítulo, deixando para o sétimo as conclusões resultantes do trabalho.

2. Racionalidade das decisões partidárias: coligações e análise do posicionamento político

O estudo de coligações se refere a comportamento partidário. Em contextos democráticos, a compreensão da ação político-partidária importa para entender a interação entre instâncias representativas e população enquanto processo de construção da legitimidade política (REIS, 1984, p. 11). A continuidade e a normalidade dos processos políticos dependem da legitimidade do sistema político. Compreender a mecânica através da qual o jogo político produz determinados resultados demanda conceber interpretações sobre a dinâmica e a racionalidade da atividade política.

Deste modo, o entendimento sobre os incentivos à interação entre partidos políticos, relativamente aos custos e benefícios de uma aliança eleitoral, ganha centralidade na análise. O que se pergunta é: o que guia a racionalidade por trás do cálculo de participar de coligações?

A escola teórica conhecida como teoria da escolha racional, ao unir a perspectiva de Max Weber sobre a ação social com modelos econômicos sobre a decisão, considera como escolha política racional aquela que deriva da escolha do melhor curso de ação para a obtenção de um fim desejado. Nesta visão, fica evidente a importância da motivação para impulsionar a atividade política, ou seja, os interesses assumem posição central para explicar a ação social. Mede-se a eficácia desta, portanto sua racionalidade, pela capacidade da mesma fornecer ao ator seu objetivo.

Entretanto, é importante notar que a conexão entre intencionalidade e racionalidade é auto-referenciada (REIS, 1984, p. 128). A seleção de um caminho de ação diz respeito apenas à escolha do ato; à interpretação, por parte do ator social, sobre qual seria a melhor maneira de permitir a obtenção de seus objetivos. A racionalidade de uma ação não depende da avaliação sobre a eficácia de obter o resultado¹. À racionalidade não se contrapõe uma pretensa irracionalidade, mas a falta de autonomia na determinação de um curso de ação. Apesar da motivação de busca pelo melhor resultado possível na visão do agente, a racionalidade está constringida à incompletude de informações disponíveis.

¹ Este seria o critério de avaliação da ação instrumental ou estratégica segundo Habermas (1968, p.57-9).

O contraponto da racionalidade seria uma gradação quanto à quantidade de informação que o agente social possui sobre os elementos que podem afetar, positiva ou negativamente, a realização de seu objetivo², ou seja, a ação política racional não é aquela que se relaciona a um curso de ação “ótimo”. Ela é tão diversa quanto forem os interesses existentes, combinados aos diversos cursos de ação estimulados pelo ambiente no qual a ação é realizada. Os atores sociais sofrem efeitos distintos quer de constrangimentos do meio, quer da disponibilidade de informação sobre o ambiente. O comportamento social é produto da combinação entre orientações (interesses) e incentivos (condições ambientais).

Uma possibilidade de compreender a diversidade de orientações é considerar a existência de sistemas de interesses, os quais referenciam a ação política e conformam as relações decorrentes de sistemas de solidariedade³. Há, portanto, um elemento estratégico e de interação entre os atores políticos. Neste sentido, a ação racional é aquela “pela qual [o ator] se *distingue* de outros atores, visando a melhorar sua posição relativa no confronto com estes” (PIZZORNO *apud* REIS, 1984, p. 132). A avaliação da ação racional do ator político decorre da referência a um quadro geral no qual são estabelecidas distinções e aproximações sobre cenários futuros a partir dos interesses de outros atores.

Acerca de contextos democráticos supõe-se a pluralidade de alternativas políticas à disposição do eleitorado, ou seja, a referência da decisão partidária é um reflexo das interações dentro do sistema partidário. A partir da interação sistêmica constitui-se uma história política, da qual líderes partidários orientam a tomada de decisão, com base em expectativas de comportamento de lideranças de outros partidos políticos.

É dentro deste cenário que resulta o curso de ação de um partido político. A racionalidade advém do cálculo sobre certezas das lealdades partidárias e dos padrões histórico-eleitorais presumidos pelas elites. Todavia, esse cálculo baseado na história

² Reis (1984, p. 128-9) salienta que, apesar disso, é possível falar em critério para distinguir o grau de racionalidade de uma ação, porém este derivaria do acesso à informação sobre o ambiente social.

³ Compreende-se solidariedade como o “compartilhamento de objetivos ou interesses” (REIS, 1984, p. 134). Enquanto solidariedade diz respeito à referência que um indivíduo ou grupo possui em relação a objetivos comuns, o sistema de solidariedade permite situar e posicionar os demais atores sociais envolvidos na ação social. Desta forma, “um sistema de solidariedade constitui-se pela negação, ainda que numa área mínima, das desigualdades correspondentes a determinado sistema de interesses” (REIS, 1984, p. 135, a partir do pensamento de Pizzorno).

política disponível estará sobre efeito da imprevisibilidade inerente à ação política. É a partir deste cenário, constituído por certezas presumidas e incertezas recorrentes, ou seja, em um panorama de informações incompletas, que os líderes guiam a ação partidária e tomam decisões políticas, tal qual a de concorrer em coligação.

Com base na discussão acima, qual seria a racionalidade dos partidos políticos? Reformulando a questão: há variação no comportamento dos partidos políticos? Quando se pensa a relação entre eleitor e partido político, o interesse do último⁴ seria obter apoio do primeiro para obter os recursos de poder que almeja⁵. Entretanto, qual o melhor caminho para obter o apoio eleitoral? Uma vez que o resultado da ação política está permeado pela imprevisibilidade⁶, não haveria um caminho plenamente eficaz para a realização desse objetivo. Além disso, a percepção sobre a ação mais eficiente pode variar entre os atores políticos. Existem cursos de ação distintos, derivados das condições ambientais às quais atores políticos estão submetidos, contudo um curso de ação que pode parecer eficaz a um partido, não o parecerá a outro, pois ambos estão sujeitos a incentivos específicos e diferenciados.

A explicação da interação entre partidos e eleitores passa pela consideração sobre história eleitoral, portanto é crucial compreender a disposição social e política do eleitorado existente em um determinado sistema político-partidário localizado temporalmente. Entretanto, toda interpretação histórica possui uma teoria que sustenta determinada maneira de enquadrar a própria dinâmica política. Dentro dos sistemas políticos contemporâneos, isso implica em interpretações distintas sobre o funcionamento

⁴ Apesar da utilização desta definição, cabe ressaltar a existência do problema analítico apresentado por Panebianco (1982, p. 4-9) sobre tomar aprioristicamente expectativas sobre o comportamento partidário, devendo o mesmo ser orientação de estudo, nunca pressuposto axiomático de uma análise política. Este ponto será trabalhado mais adiante no texto.

⁵ Não se pretende simplificar que recursos de poder estejam restritos àqueles decorrentes do sucesso eleitoral. Também é possível considerar a mobilização de ação política para reforçar identidades em vez de agir no intuito de produzir modificações nas condições sociais através da política. Para uma abordagem mais profunda sobre estas questões, ver Muck (1997) sobre estratégias defensivas e ofensivas por parte de movimentos sociais, conceitos que podem ser expandidos para englobar a ação partidária. Contudo, o foco do presente estudo reside na compreensão do comportamento político voltado para a obtenção de resultados eleitorais.

⁶ A incerteza da ação política é um tema recorrente no pensamento político, sendo considerada por diversos filósofos políticos: Maquiavel (1538); quando o autor atenta para a imprevisibilidade da *fortuna*; Weber (1919); no que se refere à diversidade de atores que buscam influenciar na política; e Arendt (1958); ao tratar da natalidade humana.

da democracia (KATZ; MAIR, 1995) e, conseqüentemente, versa sobre a justificativa de legitimidade do sistema político. Para localizar o entendimento sobre a relação entre partidos e eleitores é possível recorrer à literatura sobre modelos de partidos políticos em contextos democráticos⁷, na qual se destacam os modelos de partido *de massa*, *catch-all* e *cartel*. Isso permitirá localizar os estímulos e constrangimentos com os quais os partidos políticos defrontam-se ao participar de eleições, bem como há variação no tempo quanto às condicionantes do comportamento partidário.

O partido de massa é fruto do desenvolvimento do capitalismo⁸ em conjunto com a expansão do sufrágio universal. Para Duverger, a mudança desse cenário conduz a interações entre grupos sociais marcados por distinções de classe e partidos políticos que se mobilizam em torno dessas. Isso implicaria em dinâmicas de interação diferenciadas, em decorrência da forma como os partidos se dirigem às classes sociais que adquirem relevância política (DUVERGER, 1951, p. 460). Mesmo havendo variação quanto à interação política, haveria uma única explicação sobre a do voto: esse é baseado na identificação de uma classe social com um partido político. O eleitor racional vota no partido que representa sua classe. A divisão social seria o elemento crucial para regular a interação entre partidos e eleitores (KATZ; MAIR, 1995, p. 5-6). A racionalidade partidária no modelo de partido de massa reside na mobilização da população no momento eleitoral, uma vez que as lealdades partidárias já estariam definidas pelo pertencimento a classes sociais (KATZ; MAIR, 1995, p. 7), ou seja, os interesses que orientam a ação partidária já estariam dados pela distribuição das condições sociais.

Otto Kirchheimer (1966) propõe rever o modelo de partido de massa por observar elementos na interação entre partidos e eleitores não condizentes à expectativa de distinções ideológicas claras entre os partidos políticos, pressuposto crucial na perspectiva de Duverger⁹. Para Kirchheimer, os partidos políticos se adaptam. Se a

⁷ Segundo o modelo de partido de quadros, as instituições partidárias surgem a partir do parlamento, historicamente se relacionando a estruturas não democráticas da representação política em monarquias constitucionais.

⁸ Sendo o principal efeito do capitalismo sobre a política a diversificação de agentes e interesses políticos a acessarem a esfera pública.

⁹ Segundo Duverger: “a distinção entre os partidos de quadros e os partidos de massas corresponde quase que do mesmo modo à da direita e da esquerda, dos partidos ‘burgueses’ e dos partidos ‘proletários’” (DUVERGER, 1951, p. 103).

princípio foi possível observar uma época de predomínio de modelo de partido massa, onde o interesse e o apoio político eram automaticamente dados, com a passagem dos anos há uma transição para uma dinâmica em que a cooptação ganha relevância. Isso se deve à modificação da estrutura social entre os anos 1950 e 1960, causando a reorganização de identidades coletivas, cujos contornos ideológicos perderam significado e ganharam atributos mais pragmáticos, referenciadas pelos interesses decorrentes de novos conflitos sociais. O purismo ideológico não persiste, portanto, como única justificativa da ação partidária, havendo a possibilidade de líderes partidários considerarem o *trade-off* decorrentes do pragmatismo eleitoral, visando abarcar parcelas mais amplas do eleitorado¹⁰. Przeworski (1985) trabalha com essa perspectiva, ao observar que historicamente partidos de base eleitoral operária precisaram abrir seu discurso para abranger parcelas mais amplas do eleitorado no intuito de ampliar seu poder político. Tornava-se quase impossível, portanto, aos partidos políticos, a demarcação do eleitorado a lhes apoiar. Nesta perspectiva não se pode atribuir lealdade partidária ao eleitor, que se torna um ator flutuante, sendo seu apoio disputado pelas lideranças partidárias¹¹.

A caracterização de Kirchheimer não coloca em xeque o modelo elaborado por Duverger, mas o aprimora, evidenciando a variação histórica dos padrões de interação partidária. Isso abre portas a outras interpretações sobre possíveis modelos de partido. Por exemplo, o modelo de partido cartel, o qual parte da constatação do descolamento entre eleitorado e partidos políticos. Para Katz e Mair (1995), a respeito de condições de partidos de massa, estes obtêm os recursos necessários à manutenção por meio de doações feitas por suas bases eleitorais. No entanto, o esfacelamento da capacidade de clivagens sociais gerarem lealdade partidária, processo observado por Kirchheimer, incentivou a busca por recursos para a manutenção partidária junto ao Estado. Disso resultou um processo de afastamento entre eleitores e lideranças partidárias, resultando no incremento do grau de independência dos últimos. Neste modelo, os partidos atuam como operadores

¹⁰ Przeworski (1985) trabalha com esta perspectiva ao observar que historicamente partidos de base eleitoral operária precisaram buscar o apoio de parcelas mais amplas do eleitorado no intuito de ampliar seu poder político.

¹¹ Esta dimensão equivale ao modelo de partido profissional, segundo definido por Panebianco (1982).

de interesses coletivos em vez de representantes dos mesmos. O elemento crucial da discussão elaborada por Katz e Mair é ressaltar como a variação das condições sociais influi na dinâmica da disputa política: não há um estágio final de desenvolvimento partidário, que para Duverger seria o partido de massa, mas um processo contínuo de mudança decorrente de estímulos e reações a cenários políticos e sociais (KATZ; MAIR, 1995, p. 6).

Uma das principais contribuições do modelo de partido cartel é considerar a interação entre Estado e partidos políticos. Isso permite ultrapassar uma visão estática que assume o desenvolvimento partidário como forjado exclusivamente a partir das relações entre partidos e sociedade civil (KATZ; MAIR, 1995, p. 6). O modelo de partido cartel evidencia, mais do que a tese do partido *catch-all*, o processo de diminuição da ideologia enquanto referência à interação partido-eleitor. Esta reflexão é fundamental à abordagem proposta na presente tese, pois traz à tona um novo componente que pode servir de estímulo à ação partidária, o posicionamento frente ao governo, cujo estudo será desenvolvido na seção seguinte.

No entanto, os modelos apresentados não abordam um ponto central na dinâmica partidária: a existência de elementos importantes para a atividade política que ultrapassam a representação de interesses e a defesa de projetos políticos. Mesmo que partidos ganhem autonomia em relação ao eleitorado, no que se refere à sua sobrevivência, a continuidade da organização partidária é alimentada por incentivos que não se restringem à obtenção de benefícios políticos e cargos.

Nos modelos abordados anteriormente não há um questionamento específico sobre a homogeneidade ou heterogeneidade das estruturas partidárias, contudo por se tratarem de organizações coletivas voltadas à ação pública, partidos políticos enfrentam o problema de assegurar coordenação interna, o que remete o estudo à compreensão da dinâmica intrapartidária para permitir o entendimento das relações interpartidárias. As decisões de cada partido sobre participar de coligação com quais parceiros coligar, são constrangidas por decisões intrapartidárias, não sendo fruto apenas da negociação direta entre os porta-vozes dos partidos.

Os líderes de partidos políticos, no intuito de realizar seus interesses, mobilizam a base de apoio que compõe a organização partidária. Para tanto, oferecem a seus

membros incentivos de participação, uma retribuição pelo esforço investido na atuação partidária (PANEBIANCO, 1982, p. 44-50). Estes estímulos são divididos entre *seletivos* e *coletivos*. O último traduz-se em discursos e defesa de valores e identidades; quanto ao primeiro, reconhecimento da atuação na forma de *status* (distinção) ou de *recursos materiais* (recursos ou serviços) (PANEBIANCO, 1982, p. 48).

Como nota Panebianco (1982), mesmo quando os membros de um partido estão em acordo sobre certas premissas, em contextos de pluralismo político haverá espaço para a dissidência interna, ao menos em relação à discussão sobre qual caminho será seguido para realizar os interesses da coletividade. Partindo desta tendência desagregadora, torna-se crucial haver incentivos¹² aos participantes deste tipo de ação para assegurar a continuidade da organização. Logo, partidos políticos não são organizações monolíticas, já que a existência de diversas “áreas de incerteza organizativa”¹³ (PANEBIANCO, 1982, p. 45) produz relações de troca de recursos partidários e de poder entre os correligionários de uma mesma organização. O controle destas “microestruturas” de poder permite a diferentes líderes exercerem influência na definição das linhas políticas do partido. Líderes partidários buscam realizar seus objetivos através do controle de setores vitais à atividade partidária, buscando receber os incentivos seletivos de que o partido dispõe. Forma-se, pois, um cenário de competição interna.

Entretanto, deve-se notar que partidos políticos não se definem apenas pela dinâmica de disputa interna. A abordagem de Panebianco sobre a organização dos partidos retoma um tópico abordado por Duverger: a existência de distintas formas de interação entre indivíduos e partidos. A interação dos indivíduos com a organização partidária não ocorre a partir de uma única lógica, mas existem distintas formas de participação partidária. Para compreender a estrutura partidária não basta atentar para os incentivos às lideranças políticas, “[é] preciso [...] comparar os adeptos, base fundamental

¹² O estudo seminal de Mancur Olson (1965) se refere à necessidade de produção de incentivos seletivos para estimular a participação dos membros de uma organização. Entretanto, a abordagem de Olson compreende que os incentivos seriam delimitados, em grande medida, a ganhos pessoais. Albert Hirschman (1982) questiona a tese sobre a ação coletiva criada por Olson com base na problematização de que o próprio envolvimento com a esfera pública pode ser um incentivo para o ator político.

¹³ Entre as áreas de incerteza Panebianco (1982, p. 68-70) elenca setores que: a) necessitam de competência específica; b) mediam a relação com o ambiente social; c) controlam a comunicação interna; d) possuem autoridade para definir as regras formais do partido; e) influenciam diretamente na obtenção de financiamento partidário; f) que controlam o recrutamento dos membros partidários.

da comunidade partidária, os que gravitam em torno deles ou se distinguem entre eles” (DUVERGER, 1951, p. 126). Para Duverger, existem graus de participação para além da liderança partidária, sendo que os partidos interagem com eleitores, simpatizantes, adeptos e militantes (DUVERGER, 1951, p. 126-151). Eleitores e simpatizantes formam a parcela da sociedade civil cujo apoio eleitoral é concedido ao partido político. À participação esporádica na atividade eleitoral contrapõe-se a atividade dos adeptos, filiados oficialmente ao partido político, dos quais se distinguem os militantes. Na visão de Duverger, “os militantes formam o núcleo de cada grupo de base do partido, sobre o qual repousa sua atividade essencial” (DUVERGER, 1951, p. 145), sendo um “adepto ativo”, diferente dos filiados “não praticantes”. Partindo dessas divisões sociais quanto à forma de participação, Duverger propõe o seguinte esquema: “os militantes dirigem os adeptos, estes dirigem os simpatizantes, estes os eleitores” (DUVERGER, 1951, p. 151).

A distinção sobre formas de comprometimento dos membros de um partido, observada por Duverger (1951), permitirá a Panebianco considerar a possibilidade de alianças internas, entre líderes partidários, para obter controle sobre a definição dos objetivos da organização, o que daria forma a uma coalizão dominante¹⁴. Esta coalizão é fruto da negociação entre os diversos líderes políticos que controlam as áreas de incerteza (PANEBIANCO, 1928, p. 65, 72-7). Contudo, mesmo após a formação de uma coalizão dominante, é imperativo a esse grupo conceder, ou continuar a conceder, incentivos para manter coesa a estrutura partidária. A distribuição de benefícios gera uma “tensão organizativa”, pois os incentivos seletivos recompensam mais aqueles no topo da hierarquia partidária, gerando a necessidade de oferecer incentivos coletivos de identidade para reforçar a lealdade daqueles que participam da base partidária, mas que não se encontram em posição de receber estímulos relacionados a cargos, recursos, serviços ou *status* na estrutura partidária. Como observa Panebianco:

Uma vez formulada a linha política, e aceita pelo partido, da sua aplicação depende a capacidade da elite de distribuir incentivos de identidade aos próprios seguidores: se a linha política perde credibilidade, a própria identidade do partido fica prejudicada, pelo menos até que se adote uma linha política de substituição. Esse raciocínio deveria explicar por que as elites de

¹⁴ Mais adiante será abordada uma série de teorias de coalizão, a partir da formulação inicial de Riker (1962), que podem ser aplicadas à dinâmica interna da formação dos grupos dominantes em um partido.

partido, sejam elas majoritárias (a coalizão dominante) ou minoritárias, são frequentemente prisioneiras das respectivas linhas políticas; são muitas vezes obrigadas pela própria mecânica do jogo a tentar alcançá-las com coerência. [...A] mecânica do jogo é tal que, por exemplo, uma elite minoritária geralmente permanecerá fiel à linha política por meio da qual desafiou a coalizão dominante [...]. Abandoná-la significaria perder o restante de credibilidade, excluindo uma possibilidade de vitória no futuro. [...U]ma linha política minoritária [...] não deixa de ser uma fonte de legitimação porque, por meio dela, a elite minoritária distribui incentivos de identidade aos próprios, embora restritos, seguidores (PANEBIANCO, 1982, p. 80-1).

Deve-se destacar que os incentivos identitários, apesar de orientados para assegurar a coesão interna, são necessários para permitir cooptação e manutenção do apoio daqueles membros localizados na “periferia” da organização partidária. “Anular” um matiz da orientação partidária implica perda da capacidade de mobilização da base do partido, tornando muito custoso negar discursos identitários estabelecidos na organização. Sendo que a conexão dos partidos políticos com a sociedade se dá através destes membros, em especial os simpatizantes, há um efeito, em princípio indireto, dos incentivos coletivos de identidade sobre o eleitorado. Seria o mesmo que afirmar o impacto da ideologia sobre o comportamento partidário, mas, como se abordará adiante, aquela *não determina* este.

Desta forma, dois elementos devem ser destacados ao tratar a relação entre partidos e eleitores. Primeiro, há uma tendência histórica de dissociação entre eleitores e partidos, devido à modificação das estruturas sociais. O segundo elemento reside na constatação de que, internamente, os partidos devem lidar com sua coesão, através da manutenção de seu corpo de apoiadores, seja enquanto militantes (os quais permitem o funcionamento partidário) seja como simpatizantes (criando conexões entre partido e sociedade sem a existência de vínculos formais entre ambos). Se o modelo de classe social não permite estabelecer esta conexão, como a conexão eleitoral persiste?

Alessandro Pizzorno (*apud* REIS, 2010) aborda o tema ao considerar que os grupos de pressão ganharam o espaço do eleitorado no que diz respeito à coordenação entre sociedade civil e partidos políticos. Contudo, o nexos com os eleitores permanece, mesmo que modificado em sua estrutura. Para Pizzorno é necessário considerar que a realização de ações políticas (implementação de políticas específicas pelos partidos), que

produziriam “bens de curto prazo” depende da legitimidade obtida pelos partidos políticos através da “oferta de esperança” relacionada a “bens de longo prazo”, os quais o autor identifica como projetos orientados para o futuro, condicionados a identidades coletivas.

Reis afirma que esta visão pragmática de Pizzorno, um “estrategismo” pontual quanto a bens de curto prazo, não indica uma unidade de comportamento dos diferentes partidos políticos. A existência destes projetos de longo prazo permite a identificação de interesses dissonantes na sociedade, ensejando distinções necessárias para a delimitação de identificações partidárias distintas, mesmo a partir de “fins imaginários” (REIS, 2010, p. 63).

Os bens de longo prazo podem ser utilizados pelos partidos políticos não apenas para se diferenciar entre as demais opções do sistema político para o eleitorado. Esses projetos de longo prazo também servem como estímulo à manutenção da coesão interna, operando como estímulo coletivo de identidade, tal qual abordado por Panebianco. Estimula-se, portanto, a lealdade de simpatizantes e militantes que não podem, ou não estão suscetíveis a receberem benefícios seletivos. Neste sentido, imagens fluidas ou fins imaginários, como aquelas relacionadas à ideologia ou as pragmaticamente orientadas¹⁵, podem ser consideradas elementos que afetam o comportamento partidário.

Os elementos de emocionalidade, antagonismo e rigidez que com frequência se apontam no chamado ‘pensamento ideológico’ têm a ver, portanto, com o inevitável objetivo de separação e distinção nele envolvido concomitantemente com o objetivo de solidariedade e aglutinação (REIS, 1984, p. 135).

A ideologia, conforme mobilizada no presente trabalho, permite distinguir atores políticos que se contrapõem no mercado político devido a interesses antagônicos, mas ao mesmo tempo justifica a união e a manutenção das organizações políticas por meio de relações de solidariedade no interior da interação organizacional do partido. No entanto, este efeito pode depender das condições enfrentadas pelas agremiações partidárias.

Assim, a racionalidade das decisões partidárias não pode ser assumida como idêntica a todos os partidos, pois os mesmos estão submetidos a pressões internas

¹⁵ Adiante será tratada a possibilidade de utilizar uma medida pragmática, como a noção de governismo, para agir segundo o mesmo propósito da ideologia, tal qual abordada neste trecho.

distintas. Com isso, pressões externas ganham um matiz distinto para cada partido, entendendo o efeito de externalidade não como um impacto direto sobre as lideranças partidárias, mas como estímulo às disputas internas pelo predomínio sobre a capacidade de tomada de decisão da cúpula partidária (PANEBIANCO, 1982).

A partir do discutido feita até o momento, é possível elaborar um pressuposto geral que orienta o trabalho, referente ao ao cálculo sobre os parceiros a se coligar.

Pressuposto: O formato da coligação de um partido sofre impacto de condicionantes distintas às observadas por outro partido.

Esclarecida a existência de distinções internas, é relevante considerar o efeito das condicionantes externas no processo de cálculo sobre ganhos e perdas na mobilização de uma aliança eleitoral. Apesar de partidos partilharem de constrangimentos ambientais e institucionais, o efeito dos mesmos pode variar.

No entanto, antes de entrar na discussão específica sobre as condicionantes das coligações faz-se necessário precisar a utilização do conceito ideologia como medida para classificação da ação partidária, e observar, a partir da consideração de que há a possibilidade de que os partidos apresentem orientações distintas em suas ações, o que justifica a adoção de análises individuais sobre partidos políticos e não uma abordagem agregada sobre as coligações. A discussão a respeito da sistematização sobre a medida de classificação de coligações, considerando a racionalidade de decisão partidária distinta, é a principal contribuição deste trabalho aos estudos sobre coligações eleitorais. Deve-se definir, portanto, qual critério servirá à delimitação do formato das coligações, ou seja, qual será a variável dependente proposta para o modelo de análise.

2.1. Ideologia e Governismo

Para possibilitar a análise comparativa sistemática da atividade partidária, especialmente ao se realizar comparações, o instrumento de abordagem mais recorrente tem sido a classificação ideológica das entidades partidárias.

Utilizar o conceito de ideologia implica tratar de regiões teóricas e empíricas nebulosas (EAGLETON, 1995, p. 19-20). Do ponto de vista teórico observa-se a disputa em torno de duas abordagens distintas do conceito (SELL, 2006). De um lado, a interpretação marxista de ideologia enquanto avaliação incorreta do mundo, no sentido de “falsa consciência”. A ação humana é subentendida, por essa perspectiva, como fruto da reprodução de relações sociais condicionadas pelo ambiente material, sendo as ideias que orientam a ação das pessoas mero produto das condições materiais em que as mesmas se encontram. Outra interpretação, que nega a de origem marxista, considera ideologia como um conjunto de valores socialmente condicionados, que ao serem mobilizados para orientar a atividade política tornar-se-iam uma ideologia política (REIS, 2000, p. 63, 281-2). Esse segundo sentido do termo implica na atividade consciente e racional – orientada para a realização de um objetivo, independente da eficácia do resultado – a partir da concertação de interesses comuns. Esta segunda visão de ideologia ganha corpo quando acompanhada de uma avaliação histórica. Durante os séculos XIX e XX, observa-se a mobilização social de grupos sociais em torno de diversas propostas políticas amplas¹⁶ tal como liberalismo, socialismo, social-democracia e mesmo nacionalismo (HEYWOOD, 1992), enquanto interpretações do mundo e indicativos de ação referenciada a um projeto com implicações para a realização de algo no futuro. Soma-se a isso o choque e o conflito entre os defensores desses valores distintos, seja teoricamente ou através de discursos e atos políticos, evidência da relevância de considerar a ideologia enquanto orientação da ação.

Durante o século XX, independente de quaisquer das perspectivas acima serem atribuídas como corretas ou adequadas, a interpretação sobre a disputa no interior dos Estados Nacionais, ou mesmo as relações entre Nações, observada durante o período marcado pelas Guerras Mundiais e durante toda a duração da Guerra Fria, é definida pela divisão e classificação dos grupos políticos em torno do eixo esquerda-direita. Mesmo

¹⁶ Tal como liberalismo, socialismo, social-democracia, conservadorismo, fascismo, anarquismo e nacionalismo (HEYWOOD, 1992).

que de forma simplificada, tachou-se como esquerda os defensores do controle estatal da economia e à direita estariam os defensores da economia de mercado ¹⁷. Apesar de tentativas de atualizar seu conteúdo, trata-se de uma distinção clássica, e que, apesar de todos os questionamentos sobre a validade do conceito, continua a ser utilizada para classificar o posicionamento partidário.

Com a desarticulação do projeto do socialismo real na então União Soviética, a adesão aos ideais de direita ou de esquerda, ou a distinção decorrente disso, perdeu grande parte de seu significado. A partir da Queda do Muro de Berlin, em 1989, o sentido da noção de ideologia passou a ser questionado seu valor e capacidade de diferenciar projetos políticos. Contudo, o termo ideologia possui um uso específico no campo de estudos sobre comportamento eleitoral e partidos políticos, o qual permite a continuidade de seu uso.

O estudo de Anthony Downs (1957) sobre o comportamento político e partidário através da perspectiva econômica é um dos principais exemplos do uso da abordagem ideológica enquanto atalho informacional. O autor norte-americano parte da premissa de que “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não, ganham eleições a fim de formular políticas” ¹⁸ (DOWNS, 1957, p. 71), argumento construído a partir da teoria democrática formulada por Joseph Schumpeter (1942). Políticos buscam obter votos ao apresentar propostas que tenham penetração nas preferências do eleitorado.

Para compreender a orientação do sistema de trocas políticas, torna-se relevante considerar a atitude dos eleitores frente ao sistema político, ou seja, qual a razão do eleitor orientar seu voto a um partido em detrimento de outro (uma proposta e não outra). No modelo de Joseph Schumpeter (1942), os eleitores seriam facilmente manipuláveis pela propaganda política como marionetes no teatro promovido pelos políticos para conseguir apoio e legitimidade à democracia. Esta perspectiva retira ainda mais a relevância que poderia atribuir à própria existência e distinção entre partidos políticos.

¹⁷ Bobbio (1994) especifica a distinção entre esquerda e direita a partir da maior aproximação das ideias dos agentes políticos com a defesa dos valores da igualdade, no caso da esquerda, enquanto a direita tenderia a defender outros valores que não aqueles relacionados à igualdade. Esta relação encontra aproximação com uma interpretação de que no socialismo seria dada maior relevância à igualdade, enquanto o liberalismo focaria suas atenções na realização plena da liberdade individual (HEYWOOD, 1992; BOBBIO, 1994; SELL, 2006).

¹⁸ Tradução do autor.

Entretanto, a abordagem downsiana, diferente da proposta de Schumpeter, entende que a ação do eleitor é orientada racionalmente, definida pela busca de maximização de objetivos a partir de ações orientadas pelas informações disponíveis ao indivíduo e apreendidas pela cognição individual, sendo esta própria definição da teoria da escolha racional abordada no princípio do capítulo.

Para Downs (1957), o eleitor se comporta no mercado político tal qual o consumidor do mercado econômico. Ele busca maximizar seu benefício ao selecionar representantes que formulam propostas de seu interesse. É importante notar que esta parte da visão downsiana apresenta uma perspectiva normativa sobre a relação política entre representante e representado. Cabe ao político apresentar propostas (*issues*), restando ao eleitor avaliá-las e através do uso do voto “comprar” estas mercadorias políticas. No entanto, de acordo com Downs, o processo político de decisão do voto apresenta ao eleitor benefícios e custos de participação. Existe, pois, uma divisão do processo de decisão do voto em dois momentos. Primeiro, o eleitor deve decidir se irá ou não votar. A participação eleitoral ocorrerá apenas quando os benefícios esperados com o voto superarem os custos de participação. Além desta decisão, o sentido do voto depende das distinções entre as diferentes políticas ofertadas, mas as observações de Downs não param nas considerações acima.

Quanto aos políticos inseridos nos partidos, esses procurariam alcançar posições dentro da estrutura governamental e dependeriam diretamente do apoio eleitoral para isso. Assim, seu principal interesse seria a maximização de sua votação oferecendo políticas interessantes ao eleitorado. Dentro desta perspectiva mercadológica, caberia aos partidos ofertarem programas adequados às demandas do eleitorado. Com a oferta de variadas opções políticas, a diferenciação entre partidos assume importância vital na relação entre eleitores e partidos, em especial no que tange à diferenciação ideológica.

É neste contexto que a ideologia partidária entra no modelo de Downs, como forma de diminuir os custos de informação para a decisão do voto do eleitor (DOWNS, 1957, p. 98-100). Concomitantemente, serve a candidatos de forma instrumental, ao diminuir a incerteza sobre a disputa no mercado político. A ideologia, enquanto um critério de diferenciação entre os partidos, não contém, necessariamente, informações específicas sobre os projetos e propostas consideradas como mercadoria do mercado

político caso sejam alçados ao governo. A ideologia é um produto defeituoso, por assim dizer, mas necessário para permitir alguma racionalidade ao processo eleitoral.

Nas democracias ocidentais abordadas por Downs, o modo de organização econômico-capitalista incentiva a especialização individual, tornando a realização de objetivos pessoais como elemento central na vida dos cidadãos. Há, portanto, uma contraposição entre interesses que podem ser obtidos na esfera privada e aqueles construídos na esfera pública (HIRSCHMAN, 1993). Para a atuação na esfera pública existem custos de aquisição de informação e participação que podem entrar em conflito com objetivos perseguidos na esfera privada. Esse contexto desestimula a participação e o engajamento político do eleitorado, gerando um círculo vicioso de apatia política. A falta de contato com a vida política gera desinteresse pelos negócios públicos, que por sua vez retroalimenta a escassez informacional e de participação política da população¹⁹. A opção pelo uso de critérios ideológicos é fundamental para incentivar a participação política, servindo como atalho cognitivo essencial à distinção entre os concorrentes nas eleições, em contextos onde as informações, inevitavelmente, serão incompletas. O partido, com base nesta interpretação, seria o principal interessado em atribuir valor a sua marcação ideológica, permitindo o atalho cognitivo essencial à definição do voto. A percepção sobre a ideologia partidária seria um dos principais elementos que facilitam a decisão do eleitor, produzindo a conexão eleitoral entre partidos e sociedade.

Os dois principais problemas à tese do mercado político de Downs ocorrem em contextos de regimes multipartidários e ocorrência de incentivos para o voto personalista, dados pelo sistema eleitoral. O multipartidarismo dificulta a comparação quanto à ideologia dos partidos, uma vez que a diversidade de pontos de referência dificulta a distinção partidária por apenas um critério de diferenciação, proposta implícita no modelo econômico de Downs. Quanto ao voto personalista, há uma dificuldade na construção de identidade partidária, pois as lideranças políticas podem prescindir dos partidos políticos para a obtenção de sucesso eleitoral. O estímulo para que estes líderes partidários

¹⁹ Uma tese próxima a esta é elaborada por Huntington (1975) para justificar que a apatia política contribuiria para o desempenho democrático, através da existência de um contexto político menos conflituoso, o que beneficiaria a governabilidade e, portanto, a estabilidade dos governos democráticos. É interessante notar o pouco que esta tese se alia a algumas interpretações sobre o que seria democracia (MIGUEL, 2002).

produzissem incentivos de identidade seria reduzido, devido à importância atribuída aos partidos políticos nas eleições não ser mais importante do que a conexão direta entre eleitor e candidato. Quando estes elementos encontram-se combinados, são maiores os motivos para não haver um cenário frutífero à construção de identidades e ideologias partidárias “duras” e estáveis.

Mas negar que existam distinções entre os partidos políticos seria reduzir as eleições a um teatro para a recondução de uma elite política única e indivisível que dominaria a esfera pública independente dos interesses sociais predominantes na sociedade²⁰. Mesmo em sistemas políticos onde ideologias partidárias não representem projetos rígidos quanto ao direcionamento da ação, subsiste outra face da ideologia: a capacidade de permitir aos atores políticos – eleitores ou membros de partidos – distinguir as opções políticas através de referências quanto à posição de aproximação ou distanciamento das opções política. A interpretação de Pizzorno sobre o processo de construção de interesses e a forma como os mesmos operam na esfera pública, evidencia que mesmo imagens partidárias pouco nítidas de sistemas nos quais não há identidade partidária forte podem servir de guia para situar os partidos políticos no imaginário do eleitorado.

No entanto, se a ideologia pode servir analiticamente para diferenciar atores políticos, deve-se problematizar como o conceito será operacionalizado, ou seja, é necessário definir como demarcar a classificação ideológica. Tomando o eixo clássico de categorias ideológicas, é recorrente a utilização de dois padrões de categorização entre os analistas de sistemas partidários: um baseado em três pontos e outro constituído por cinco, o último diferenciando centro-esquerda e centro-direita. Por trás desta discussão encontra-se a busca por precisão na análise política embora o próprio eixo esquerda-direita seja uma construção arbitrária em si, não a expressão de uma realidade política incontestável.

²⁰ Refiro-me aqui à disputa entre a visão de defensores da teoria das elites, como Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, e à interpretação pluralista da disputa política, formulada por Robert Dahl (1971). O presente estudo se associa à visão pluralista de Dahl, no que se refere à interpretação sobre como ocorre o conflito político. Entretanto, é importante ressaltar a importância de reconhecer que os interesses que ocasionam o conflito político, e por sua vez geram identidades partidárias, não são dados, como a proposta original de Dahl. Interesses também são construídos a partir da modificação de percepção sobre um tema em meio à participação política (Miguel, 2003), elemento importante para compreender o câmbio ideológico dos partidos.

A distinção ideológica se propõe a simplificar a realidade política, não a ser um dado em si, entretanto “[a] metáfora esquerda-direita está tão entranhada na nossa forma de organizar mentalmente a disputa política que tendemos a nos esquecer do quanto ela é arbitrária e redutora” (Miguel, 2010: 31). O embate sobre o assunto reside na discordância quanto à capacidade que cada uma das duas classificações possui de traduzir com maior precisão a realidade política.

Reafirmar esta categoria como um instrumento analítico e não como dado, permite revalorizar sua utilização para compreender distinções entre as organizações partidárias. Esta categoria possui valor analítico quanto se considera “os rótulos de ‘esquerda’ e ‘direita’ como sintetizando a reputação de organizações partidárias no interior do campo político” (MIGUEL, 2010, p. 35). Miguel enfatiza que estas imagens não são apenas referências utilizadas pelos analistas políticos: são operadas pelo próprio conjunto de agentes políticos que, a partir das instâncias partidárias, disputam posições e imagens no debate público em relação a outros partidos ou grupos sociais identificados com uma determinada perspectiva ideológica, quer se aproximando ou delas se distanciando. Desta forma, há um efeito real derivado destas categorias ideológicas, porém o mesmo não deve ser assumido como algo preciso do ponto de vista do pesquisador. É nestes mesmos termos que Reis enfatiza a relevância da ideologia ao considerá-la a partir de sistemas de interesse e solidariedade que mobilizam os agentes políticos (REIS, 1984, 2010). Com base nestes elementos, Miguel considera que a utilização de categorias abstratas e difusas, como aquelas presentes na divisão esquerda-centro-direita, “nos mantém conectados com o fato de que estes rótulos são, sim, imprecisos, maleáveis, fluidos” (MIGUEL, 2010, p. 37). No entanto, se a partir destes argumentos torna-se aconselhável a utilização de uma medida ideológica baseada em três pontos, como classificar os partidos políticos?

Com base na interpretação de que as imagens partidárias são fluidas, a ideologia partidária, dentro de um *continuum* “esquerda-direita”, deve ser interpretada como posicionamento entre os agentes políticos²¹, não havendo, necessariamente, um projeto político consolidado por trás da ideia de ideologia, condicionando o comportamento

²¹ Mair (2007, p. 212) lembra que a utilização original do termo ideologia se destinava a distinguir o posicionamento espacial que ocupavam os apoiadores da monarquia (à direita) e seus detratores (à esquerda) nas Assembleias Gerais durante o período da Revolução Francesa.

político das organizações classificadas nos polos do eixo ideológico. Dependendo do período histórico e do contexto, o conceito pode ser “recheado” com os significados que parecerem pertinentes aos atores envolvidos. A distinção que o conceito permite se refere a posicionamentos de sistemas de interesses e de solidariedade, não a interesses em si (MAIR, 2007, p. 212). O conceito de ideologia segundo a distinção entre esquerda e direita é “indeterminado e altamente fluido” (MAIR, 2001, p. 212), decorrendo desta “plasticidade” a própria durabilidade do conceito (MAIR, 2007, p. 219).

Mas se os polos do eixo direita-esquerda conduzem a imagens fluidas, a que se refere o “centro” nesta classificação? A definição sobre a posição que partidos de centro ocupam é, essencialmente, uma classificação quanto ao posicionamento em relação aos demais partidos, de esquerda e direita. A partir desta abordagem – ideologia enquanto posicionamento – não há uma agenda comum, conjunta e específica entre os partidos considerados como pertencentes a uma mesma tendência ideológica. Existem posicionamentos em relação a temas, permitindo aproximações pontuais, sem demandar um apoio total a um mesmo conjunto de proposições. Desta maneira, é possível a partidos considerados distantes ideologicamente compartilharem posturas políticas sobre alguns temas ou mesmo unirem-se por um período de tempo, sem que isso implique a atribuição de irracionalidade a esse tipo de união. A utilização do conceito de ideologia, enquanto guia para a ação, pressupõe que partidos de um mesmo campo ideológico tendem a apresentar maior congruência do que partidos posicionados em outra área do espectro ideológico. O foco da análise ideológica nesta tese se refere à distância entre os partidos políticos, no sentido de considerar a existência de maior ou menor proximidade de interesses entre si.

Todavia se a classificação ideológica pode ser considerada relevante para compreender o processo político, ainda assim não se pode deixar de indicar a insuficiência da mesma para explicar sistemas partidários em que o posicionamento dos partidos possua mais de uma dimensão. A própria perspectiva adotada por Downs não exclui a possibilidade de considerar efeitos ideológicos múltiplos.

Conforme observado anteriormente, as modificações econômicas e sociais das últimas décadas diluíram a centralidade do conflito redistributivo, em especial a contraposição entre trabalhadores e capitalistas, como a principal referência do embate político. Posto isto, outros critérios podem ser tomados como relevantes para explicar a

atividade política, tal qual distinções étnicas e religiosas, assim como observado por Duverger (1951), ou mesmo alguns mais pragmáticos, como uma abordagem possível a partir das reflexões realizadas por Katz e Mair (1995) em torno do modelo de partido cartel. Todos estes elementos podem compor o significado construído em uma sociedade acerca do entendimento sobre a referência ideológica, ou seja, o conteúdo do termo ideologia é mutável (MAIR, 2007).

2.1.1. Posicionamento político para além da ideologia

Enquanto elemento de distinção partidária, a ideologia é fluida. Esta característica decorre da necessidade de partidos políticos se adaptarem a novas condições ambientais. Ao mesmo tempo, a ideologia é “rígida” do ponto de vista discursivo. Esta contradição aparente deriva de dois aspectos práticos sobre o “uso” da ideologia na esfera política. A fluidez ideológica se refere ao seu conteúdo, a qual assunto político, *issue*, tema, aspecto, etc. É mais importante ser abordado em um contexto ambiental histórico específico. O que é tematizado como o elemento que diferencia os partidos dependerá do contexto social na qual a disputa política opera. É a definição de qual assunto deve ser utilizado para avaliar o conflito político. Por outro lado, a rigidez decorre das posições políticas assumidas em relação a outros partidos presentes no sistema político. A utilização de um determinado conjunto de símbolos e referência pode dificultar o estabelecimento de contato com determinados grupos políticos, por não haver “chão comum” entre as partes. Por isso os “fins imaginários” podem servir de guia à ação política de um partido, mesmo sem existir definição clara sobre quais as propostas políticas específicas estão contidas nesta referência ao futuro.

A abordagem linear de Duverger sobre os partidos políticos, exemplificado no modelo de partido de massa, permite avaliação da existência de um declínio das instituições partidárias no mundo ocidental (KATZ; MAIR, 1995). A percepção do declínio dos partidos políticos se deve à constatação de que os mesmos não orientam suas ações políticas exclusivamente pela conexão com a sociedade civil, um pressuposto do modelo partidário elaborado por Duverger. O modelo de partido de massa pressupõe a

ação partidária ideológica, pois isso asseguraria a manutenção do apoio das classes sociais vinculadas a ideologias originadas das clivagens sociais operantes na sociedade.

Entretanto a mudança das condições sociais, reestruturando a interação entre classes sociais, incentiva os partidos a tornarem-se “aparato do Estado”. Com a erosão dos grupos sociais que financiavam a sobrevivência dos partidos políticos, os mesmos voltam-se ao Estado para obter os recursos necessários à sua manutenção. A necessidade de ter acesso à máquina estatal torna-se um fato crucial à própria perpetuação da organização política, o que implica na ação partidária orientada pela adesão à base de apoio de governos:

Em particular, existe o perigo de que o partido excluído do governo também estará excluído do acesso a recursos. Nos modelos de partido iniciais, ganhar ou perder uma eleição pode ser de grande diferença para os objetivos políticos de um partido, mas importava pouco para a sua sobrevivência, uma vez que os recursos necessários para a manutenção organizacional vinham de sua própria reserva de apoio. Com esta nova abordagem [do partido-cartel], em contraste, ganhar ou perder pode ter menos diferença para os objetivos políticos de um partido por causa da ausência de grandes batalhas políticas, mas pode ser de grande diferença para a sua completa sobrevivência, uma vez que os recursos para a sua manutenção agora provêm, de modo crescente, do Estado (KATZ; MAIR, 1995, p. 16)²².

A crescente importância dos recursos estatais para a sobrevivência das organizações partidárias auxilia a explicação do comportamento de algumas agremiações. Mesmo que o argumento principal da abordagem de Katz e Mair seja ressaltar a autonomia dos partidos em relação aos eleitores, o acesso ao governo permite recursos muito além daqueles disponíveis aos membros da oposição para a manutenção dos partidos políticos ou incremento de suas fileiras. Se a sobrevivência dos partidos não pode mais contar com os recursos de seus militantes, o pertencimento à base de apoio de um governo assegura o aporte de incentivos seletivos necessários à persistência da organização. O conjunto de reflexões referente ao modelo de partido cartel possibilita considerar o posicionamento no eixo governo-oposição como outro critério para explicar

²² Tradução do autor.

a construção de coligações, muito além do critério ideológico presente no modelo de partido de massa.

Sem substituir a ideologia e tomar para si a capacidade de explicação plena do posicionamento político, o conceito de governismo pode ser tomado como uma dimensão complementar à de ideologia. Considerar a ideologia como guia, enquanto orientação aos agentes políticos ou simplificação do embate político, evidencia o mesmo mecanismo político daquele desempenhado pela distinção derivada da classificação dos agentes políticos quanto ao governismo no interior do campo político, demarcando adversários e aliados²³. O governismo seria outra dimensão que permite observar o posicionamento entre os agentes políticos, mais um critério que possibilita um atalho quanto à informação sobre a disposição dos atores políticos.

Se o governismo se relaciona a momentos políticos pontuais e dados historicamente, a ideologia possui um elemento mais duradouro. A ideologia partidária, enquanto incentivo coletivo, também atua a partir da imagem fundacional, o mito fundador da organização. É a justificativa para a união inicial do núcleo que formou o partido. Este discurso de origem permite a referência ao passado, do qual justificativas de ação política podem retirar legitimidade e referência (MIGUEL, 2000). Vem desta origem parte dos elementos que compõe a imagem partidária, como ressalta Panebianco:

“Os caracteres organizativos de um partido dependem, dentre outros fatores, da sua história, de como a organização nasceu e se consolidou. As modalidades de formação de um partido, os traços que sustentam sua gênese, podem de fato exercer uma influência sobre as suas características organizativas, mesmo depois de décadas. Toda organização traz consigo a marca das suas modalidades de formação e das principais decisões político-administrativas de seus fundadores, as decisões que ‘modelaram’ a organização” (PANEBIANCO, 1982, p. 92-3).

No entanto, cabe destacar que a gênese partidária não condiciona um partido a um padrão linear de desenvolvimento, não obstante serve de guia e restringe alguns possíveis cursos da ação partidária. Modificações causadas pelo ambiente, como explicitado por

²³ Agradeço à Mônica Mata Machado de Castro por apontar a conexão entre a perspectiva de governismo adotada neste estudo e o conceito de ideologia.

Panebianco (1982), podem estimular os membros do partido a resignificar o discurso de origem. Entretanto, estas modificações discursivas não ocorrem em um vácuo histórico. Aos líderes políticos é menos custoso, em termos do gasto de recursos simbólicos e materiais, justificar uma ação ou mudança de um curso de ação através de signos e referências já internalizados pelas pessoas às quais o discurso político é dirigido do que estabelecer novas justificativas para obter legitimidade junto aos seus apoiadores, no interior do partido ou externos à estrutura do mesmo. Com base nestas colocações, abre-se a possibilidade de considerar uma convergência entre as abordagens calcadas na díade ideologia/governismo e a perspectiva sobre bens de curto/longo prazo, elaborada por Pizzorno. Entretanto, além deste elemento temporal, cabe ressaltar que a ideologia guarda um componente fluido em si, de pouca precisão e marcado por imagens recorrentemente imprecisas; por outro lado, o governismo está relacionado às condições de interação política dadas, sendo possível obter com maior clareza a posição do partido em termo da sua relação com o governo.

Ideologia e o posicionamento no eixo governo-oposição são, portanto, duas dimensões da ação político-partidária. Não implica que sejam as únicas ou que sempre existiram como estímulos à ação política, ou mesmo que serão eternamente critérios para compreender a ação partidária. Contudo, dentro do cenário recente da dinâmica democrática, são elementos que não podem ser desprezados para avaliar a atividade partidária, em especial dentro do contexto de mudança das funções das instâncias partidárias, constatadas recentemente pela ciência política contemporânea para o caso de países de capitalismo avançado (KATZ; MAIR, 1995; MAIR; MÜLLER; PLASSER, 2004).

Colocada esta discussão, o que o presente modelo analítico propõe? Historicamente o conteúdo do que compõe a ideologia se modifica, não havendo um conjunto de valores estático para referenciar a distinção política. Logo, esta distinção é menos um projeto político específico e mais um posicionamento entre visões de mundo, cabendo avaliar aproximação e distanciamento entre os atores políticos. Não obstante, esta diferenciação de posicionamento entre agentes políticos pode se modificar por questões circunstanciais, derivadas dos incentivos ambientais e históricos, ou seja, é necessário reconhecer que qualquer tentativa de precisar minuciosamente o

posicionamento político dos partidos está circunscrita a este estado de fluidez constante. A classificação de um partido enquanto centro-esquerda pode se diluir em um momento posterior, quer por modificação sobre a percepção do analista quanto ao principal critério de distinção partidária ou devido a mudanças de comportamento do partido para se adequar a novas condições da disputa política.

Mesmo com estas dificuldades, o presente estudo não visa negar a possibilidade de utilizar a ideologia como ferramenta de classificação para distinguir os partidos políticos. Para isso, admite-se que a partir de imagens fluidas torna-se possível diferenciar posicionamentos políticos, sendo necessário compreender a classificação ideológica a partir de agrupamentos amplos, que indicam afinidade e proximidade mais do que união quanto a um projeto específico. Esta problematização se refere à construção do instrumento de análise. Existe variação entre os partidos políticos ideologicamente. Empiricamente é possível mensurar estas posições, tomando por base um *continuum* do posicionamento político, enquanto imagens amplas e fluidas, mas capazes de diferenciar posicionamentos em relação a outras organizações políticas.

Para avaliar qual é a tendência do comportamento de um partido político quanto a suas coligações, deve-se considerar o padrão da composição de suas alianças. Importa observar, portanto, o posicionamento político dos participantes em aliança. A avaliação da decisão partidária pode ser caracterizada por duas dimensões, ideológica e governista, por meio das quais é possível categorizar possíveis aliados políticos. A partir desses posicionamentos será possível classificar as coligações para averiguar quais seriam as condicionantes da decisão partidária.

A hipótese geral do trabalho é de que ideologia e governismo possuem condicionantes distintas. No entanto, para a construção mais precisa desta hipótese é necessário definir teoricamente quais são as possíveis condicionantes, assunto tratado no próximo capítulo. A discussão sobre o posicionamento político não se esgotou, pois existem efeitos específicos da interação entre ideologia e governismo a serem considerados para a análise.

As duas dimensões não são excludentes, um partido pode se orientar pelo seu posicionamento ideológico e governista concomitantemente. São, portanto, interativas,

visto poderem ser mobilizadas com ênfases distintas a depender das necessidades partidárias. Ideologia e governismo podem se limitar mutuamente – a ideologia pode frear as tendências governistas, enquanto o governismo também pode reduzir a força do posicionamento ideológico. Contudo, quanto menor a exigência do ambiente ao reforço de uma posição, maior impacto terá a outra dimensão na orientação da decisão partidária. Assim, dado ser o governismo mais vulnerável a flutuações, a sua maior fluidez pode tornar a dimensão ideológica menos saliente para se compreender a decisão partidária sobre alianças.

Com base nestas considerações, a possibilidade de compreender a ação partidária através dos construtos teóricos “ideologia” e “governismo” permite a definição da primeira hipótese de estudo, que pode ser melhor dividida em dois testes.

Pertencer à base de governo sugere negociação, coordenação de interesses. No intuito de formar uma base governativa, torna-se imperioso a construção da base de sustentação, da qual, em cenários multipartidários pode implicar na aliança com grupos de posicionamento ideológico distinto, como tratado anteriormente, no intuito de obter benefícios de curto prazo. Exigir consistência ideológica das coligações de um partido governista seria impor um peso desproporcional à condição política enfrentada pelo mesmo. Disso elabora-se a segunda hipótese de trabalho:

Hipótese 1.1: As coligações realizadas por partidos de situação caracterizam-se melhor pela dimensão governista.

Entretanto, partidos na oposição enfrentam dificuldade para obter recursos cuja fonte provenha do governo. A partir do modelo de partido cartel é possível pensar dois cursos de ação para a manutenção de organizações em oposição, sem que isso implique cooptação governista. Uma primeira possibilidade seria reforçar os vínculos sociais em busca de financiamento a partir da base partidária, entre militantes e grupos de eleitores compromissados com as causas e interesses defendidos pelo partido. Isso pode implicar no fortalecimento de discursos e ações com intuito de marcar posição e permitir a definição da ideológica partidária, para atrair financiadores.

A alternativa depende da existência de níveis subnacionais de governo, algo trabalhado por Katz e Mair (1995), pois possibilitaria a partidos opositoristas no nível

nacional a mobilização em torno da vitória em outro nível da competição política, permitindo acesso a recursos estatais. De qualquer forma, apesar da possibilidade de especialização em disputas subnacionais, o financiamento da organização nacional ainda seria estímulo suficiente para reforçar discursos ideológicos no intuito de cooptar apoio social ao partido. Com base nestas questões, torna-se viável elaborar uma nova hipótese referente às classificações ideológica e governista:

Hipótese 1.2: As coligações realizadas por partidos de oposição caracterizam-se melhor pela dimensão ideológica.

Resta definir quais seriam as condicionantes do formato das coligações eleitorais.

3. Condicionantes das coligações

Este capítulo apresenta o embasamento teórico necessário à elaboração do modelo explicativo sobre o formato das coligações partidárias. No intuito de simplificar e dar clareza à construção do argumento, as dimensões “ideologia” e “governismo” – as variáveis dependentes do modelo – serão tomadas como equivalentes a “posicionamento político” durante o restante do texto, sendo tratadas especificamente em situações pertinentes a apenas uma das variáveis.

3.1. Condicionantes estratégicas e de poder político

Grande parte das publicações que tratam de alianças entre partidos políticos foca na formação de coalizões de governo, e mesmo quando há uma abordagem específica sobre coligações, faz-se com a intenção de avaliar o processo de negociação por trás da construção de apoio para o poder Executivo (GOLDER, 2006, p. 4, 137). Apenas recentemente se observa na literatura mundial o tratamento específico das *pre-electoral coalitions*, enquanto estudos sobre coalizões são recorrentes desde a década de 1960 (GOLDER, 2006).

A teoria de coalizões proposta inicialmente por William Riker, a partir da teoria dos jogos, postula que em condições de distribuição finita de bens, nas quais é possível distribuí-los entre os agentes, se as informações estiverem claras e perfeitamente distribuídas, “apenas coalizões minimamente vencedoras ocorrerão” (RIKER, 1962, p. 32). O argumento deste “princípio do tamanho” reside na consideração de que o acréscimo de parceiros para além do valor mínimo necessário à vitória acarreta o aumento da quantidade de envolvidos a participar da distribuição dos benefícios, diminuindo os ganhos daqueles previamente engajados (RIKER, 1962, p. 39-48). Apesar da força deste argumento, o próprio autor ressalta que, existindo pouca informação sobre o cenário ou os padrões de ação esperados de seus participantes, formam-se contextos de incerteza, pois a negociação política não se faz através de certezas absolutas, mas de promessas. Portanto, sendo a possibilidade do apoio real diferente do prometido, incentivam-se os operadores da aliança a buscar coalizões maiores do que o estritamente necessário (RIKER, 1962, p. 87-8).

Aplicando o modelo de Riker ao contexto parlamentar, no caso de sistemas com mais de dois partidos relevantes, aqueles com representação parlamentar buscarão formar maioria para controlar o processo legislativo, garantindo condições para a aprovação de suas propostas e permitindo a realização de interesses que dependam desse espaço político. Para realizar isso, é necessário negociar com os demais partidos políticos, considerando o peso desses na distribuição de cadeiras e, portanto, o potencial de votos que um partido possui no parlamento. Dependendo das regras legislativas, a maioria requerida à aprovação de determinadas matérias pode variar para além da maioria simples, ou seja, mais da metade das cadeiras.

A partir dessa discussão, abre-se caminho a interpretações sobre a dinâmica de coalizões parlamentares. Arend Lijphart aborda seis modelos de coalizão de governo (LIJPHART, 1999, p. 116-121), dos quais três são derivações do modelo de “coalizões minimamente vitoriosas” proposto por Riker, considerando apenas a distribuição numérica e a proporção das partes engajadas na disputa por poder. Os demais partem do aprimoramento do modelo de coalizões ao adicionar a distância a proximidade ideológica entre os possíveis pactuantes, ou a proximidade ideológica entre os partidos: coalizões não levariam em conta apenas elementos estratégicos da distribuição de poder, mas partidos contíguos no espectro ideológico teriam maior facilidade de formar alianças.

Seguindo uma lógica parecida, porém partindo de referências distintas, Gláucio Ary Dillon Soares (1964) formula duas teorias para explicar coligações. Para o autor, coligações são utilizadas para diminuir os custos de obtenção de um maior número de cadeiras, a “teoria da economia de esforços”. Ao mesmo tempo, há um constrangimento para estas uniões, pois as diferenças ideológicas entre os partidos tornariam mais difíceis alianças entre partidos com bases sociais muito distintas: teoria da “resistência ideológica”.

No entanto, mesmo que coligações e coalizões estejam submetidas a situações de coordenação política, existem diferenças relevantes. Utilizar conceitos inerentes a um momento para explicar o outro, sem fazer as devidas considerações e acertos, pode conduzir a equívocos quanto à interpretação da ação dos agentes políticos envolvidos nessas atividades político-partidárias.

O evento específico que distingue cada tipo de aliança política pode ser marcado por um critério temporal entre “momento no qual ocorrem as eleições” (coligação) e o “período entre eleições” (coalizão). Ou seja, apesar de ambos os eventos serem fruto de negociação entre atores políticos, compartilhando a natureza da atividade, existem distinções decorrentes do contexto específico no qual estas alianças são formadas, o que implica a necessidade de se defrontar com problemas políticos diferenciados. Coligações são focadas na mobilização eleitoral, enquanto coalizões são orientadas para prover governabilidade. Essa tende a uma dinâmica de cooperação, aquela à disputa. Cabe ressaltar, contudo, que, durante o momento eleitoral, permanecem coalizões a apoiar o governo e, portanto, outros cargos e níveis da representação política afetarão a definição de aliados.

O problema levantado impacta diretamente a construção de modelos analíticos sobre alianças eleitorais e coalizões governativas. Os incentivos para alianças são distintos, havendo elementos diferenciados que afetam a sua construção, quer anteriores ou posteriores à definição do resultado eleitoral. Coligações tratam do incerto e da promessa, envolvem a negociação de recursos necessários à campanha, tal como financiamento e espaço de exposição nos meios de comunicação, e também antecipam possibilidades de acordo após as eleições. Coalizões, por outro lado, são definidas a partir de recursos e apoio político definidos, ao menos na medida de quantos eleitos cada partido possui e o quantitativo do eleitorado que apoiou cada candidato ou partido.

No momento pré-eleitoral a coordenação ocorre com uma gama mais diversa de atores políticos, também mais dispersos ideologicamente, do que no momento pós-eleitoral. A incerteza sobre quais grupos persistirão à disputa eleitoral cria um cenário em que, quanto maior a falta de conhecimento sobre os padrões do eleitorado em um distrito, mais difícil será a tomada de decisão sobre quais grupos são importantes para a obtenção de ganhos políticos, quer a curto ou longo prazo. Após a eleição, o número de partidos e grupos políticos já se encontra reduzido, permitindo negociações sob um cenário de menor incerteza para a coordenação em torno da viabilização de uma coalizão. Inclusive, esta distinção não se limita apenas aos potenciais aliados, mas também aos opositores a um partido, governo ou projeto político.

Junto à questão quantitativa – número de atores políticos a serem considerados na negociação – soma-se o segundo elemento afetado pela incerteza: o apoio político por trás de cada um dos grupos que se apresentam à disputa. Os partidos políticos não possuem igual impacto quanto à mobilização social e, portanto, são distintos quanto à capacidade de mobilizar recursos da sociedade a favor de suas agendas políticas. No momento pré-eleitoral, a interpretação sobre a relevância de um possível aliado não se baseia em dados precisos, mas são inferências de condições históricas anteriores, pesquisas de opinião (dependendo da viabilidade deste recurso em certo contexto eleitoral), percepção dos agentes sobre a disposição da opinião pública, etc. A distribuição do apoio eleitoral estará clara após as eleições, no cenário da formação de coalizões²⁴. O tamanho de cada partido político serve como moeda de barganha na negociação por recursos que podem ser obtidos na esfera pública.

Constata-se, portanto, distinção quanto à maneira como a incerteza afeta o jogo político no momento pré-eleitoral e no pós-eleitoral. Ou seja, a coordenação estratégica entre atores envolvidos na disputa eleitoral difere daquela enfrentada pelos agentes que buscam produzir acordos no intuito de prover um governo de apoio político. Dado o objeto do presente estudo, compreender quais elementos afetam a coordenação para a formação de coligações para cargos majoritários, por que os partidos se coligam? Para responder esta indagação, é necessário esclarecer outro ponto: o que é uma coligação?

Esta definição poderia ser dada por uma abordagem institucionalista, bastando consultar a legislação eleitoral de cada país. No entanto, o significado entre os pesquisadores do tema apresenta divergências, principalmente no que se refere ao valor democrático ou não atribuído às coligações²⁵. Independentemente de coligações serem

²⁴ Nesta comparação, a negociação para formação de coalizões é considerada especificamente em seu momento inicial de construção, ao início de um novo governo. Não se desconsidera aqui as revisões das alianças de apoio a um governo durante um mandato. No entanto, uma vez que a reestruturação da aliança encontra menores possibilidades no caso de coligações, para permitir um cenário onde exista maior proximidade entre coligações e coalizões, as considerações sobre coalizões terão por foco principal o momento de início delas.

²⁵ Como exemplo de contradição é possível citar o estudo de Santos (1987), em que as coligações seriam responsáveis por distorções na representação política e produziriam efeito negativo sobre a experiência democrática. Outro exemplo é o estudo de Favetti (2004), que toma as coligações como instrumento de

instrumentos para os partidos políticos ou do seu possível efeito negativo à representatividade, para a abordagem elaborada no presente estudo é importante ressaltar uma característica óbvia, mas a que recorrentemente não é dada a devida atenção: a coligação é uma candidatura. Mais especificamente, a coligação é uma união em torno de uma candidatura. Portanto, para responder à questão sobre o porquê de se coligar é importante esclarecer os incentivos existentes para o lançamento de candidaturas.

O incentivo mais evidente ao lançamento de candidatura é a possibilidade de ocupar cargos representativos. No entanto, existem custos de engajamento eleitoral, fazendo com que atores políticos com poucas chances de vitória sequer se mobilizem na disputa. Existem investimentos materiais: recursos financeiros, mobilização de militantes, dedicação à atividade de divulgação da candidatura, aos quais se somam custos de exposição da imagem do candidato.

Cabe aos proponentes da candidatura²⁶ pesar esses custos de entrada e considerar o efeito de outros fatores sobre as chances de sucesso da participação eleitoral. Esse pensamento estratégico dos atores refere-se à coordenação entre líderes políticos sobre quais competidores terão condições de participar da disputa eleitoral, atividade que é influenciada pela disposição de: a) regras eleitorais; b) motivações políticas de partidos, candidatos e eleitores; c) expectativas públicas (COX, 1997, p. 4-5). A interação destes três elementos – regras, motivações e expectativas – condiciona a decisão de líderes partidários e candidatos sobre as opções eleitorais que serão ofertadas. Isto é, influem na negociação e na coordenação política para a formação de candidaturas, afetando, portanto, o formato das coligações.

As regras eleitorais estimulam comportamentos e coíbem outros, mesmo que de forma que não é intencional por parte dos legisladores. Os métodos de agregação e contagem de votos podem influir na antecipação sobre quais candidatos possuem reais chances de vitória. Quanto a isso, Duverger é um dos pioneiros a se debruçar sobre o efeito das instituições eleitorais quanto à proposição de candidaturas.

aproximação entre atores políticos, favorecendo a formação de consensos nas democracias contemporâneas.

²⁶ Considerando tanto o candidato em si quanto o partido ou grupo social que apoia a candidatura.

Segundo o modelo de comportamento eleitoral proposto por Duverger, há uma tendência de que partidos políticos não participem quando as chances de vitória são reduzidas e não se vislumbra um cenário próximo onde possa ocorrer sucesso eleitoral. Em outras palavras, a Lei de Duverger pressupõe que um sistema majoritário de turno único produz um cenário bipartidário (DUVERGER, 1951, p. 235). Sistemas majoritários são aqueles em que há apenas um vencedor no escrutínio, ou seja, não há uma distribuição de vagas a partir da proporção de votos dados aos candidatos. Neste formato eleitoral há uma tendência ao desperdício de votos. Ou seja, uma vez que há apenas um vencedor na disputa, os votos dos eleitores dos demais candidatos não são considerados formalmente para distribuir poder político. Apesar de qualquer sistema eleitoral gerar distorções entre votos e cadeiras (RAE, 1967; NICOLAU, 1999; NOHLEN, 2004), a alocação proporcionada pelo sistema majoritário de turno único reforça esta tendência. Segundo Duverger (1951, p. 260-2), dois fatores induzem o comportamento de partidos e eleitores. Para aqueles, ocorre um efeito mecânico: há um estímulo para que partidos com poucas chances de sucesso eleitoral negociem com uma das candidaturas com maiores chances de vitória. Entre os eleitores surge um efeito psicológico: com a repetição do cenário de competição entre apenas duas opções com reais condições de vitória, forma-se uma tendência no eleitorado que apoia outras candidaturas que não as duas principais em migrar seu voto para algum candidato mais competitivo.

Esta redução – seja estratégica, derivada do fator mecânico, ou imposta pela modificação do voto do eleitor, devido ao fator psicológico – promove um estímulo para partidos menos competitivos buscarem se aliar com algum dos partidos de maior vulto eleitoral. Assim sendo, em eleições majoritárias de turno único, quando houver o instituto da coligação eleitoral, aumenta-se a chance de observar o efeito indicado por Duverger.

No caso de eleições majoritárias com dois turnos, baseadas na regra da pluralidade, Duverger aponta que não há estímulo para que partidos se retirem da disputa de imediato, pois podem rearticular seu apoio no momento do segundo turno (Duverger, 1951, p. 274-5). Neste contexto, seria possível observar disputas em torno de mais de dois partidos competitivos, estimulando o fortalecimento de um sistema pluripartidário.

No entanto, Gary Cox aprimora as teses de Duverger, ao questionar a racionalidade que o autor francês atribui a eleitores sob as regras majoritárias de turno

único ou de dois turnos. Cox observa que o efeito de redução de candidatos viáveis não está ausente no primeiro turno de sistemas de escrutínio duplo. Apesar de não haver uma tendência tão forte quanto no sistema de turno único, ainda persiste um contexto de coordenação, devido à possibilidade de que a votação estratégica afete quais serão os dois candidatos a alcançar a disputa de segundo turno (COX, 1997, p. 137-8).

O questionamento de Cox sobre a premissa do sistema majoritário de turno único parte da avaliação mais ampla da proposta de Duverger. Para este autor a redução do número de candidaturas decorre da avaliação estratégica que as elites políticas fazem do cenário eleitoral, quando antecipam cenários de derrota na disputa pelo eleitorado. Essa visão parte de um pressuposto de racionalidade instrumental de curto prazo (COX, 1997, 151), na qual as informações estão dispostas com clareza. Primeiro deve-se considerar que, em contextos onde há uma baixa estabilidade do sistema, as informações disponíveis dificilmente serão suficientes para sustentar o modelo proposto por Duverger (COX, 1997, p. 151-2), assim como ocorre com o modelo proposto por Riker. Além disso, ao considerar que os benefícios das elites políticas são apenas a obtenção imediata de votos para alcançar vitória eleitoral, Duverger ignora a possibilidade da percepção de benefícios de longo prazo por parte dos agentes políticos (COX, 1997, p. 152).

Contudo, antes de passar ao próximo ponto, é importante atentar para mais uma questão referente às normas eleitorais. Se a redução do número de candidaturas está relacionada à reação estratégica dos atores políticos a condições de grande desperdício de votos, ou seja, onde a desproporcionalidade for maior, outros mecanismos podem afetar este cálculo para além do número de rodadas eleitorais. No caso de sistemas em que exista a necessidade de um partido obter um número mínimo de votos para ter representação política, como ocorre onde há cláusulas de barreira, também haverá incentivos para que partidos de menor porte se aliem àqueles com capacidade de acumular os votos necessários para ultrapassar essa condição. No contexto brasileiro, a cláusula de barreira afeta apenas as eleições proporcionais. No entanto, mesmo que não exista um efeito direto sobre as eleições do Executivo, quando houver barreira às vagas do legislativo, cria-se um incentivo para que partidos de menor porte, incapazes de ultrapassar o valor da cláusula, busquem compor alianças com partidos de maior porte para participar da distribuição de cadeiras no legislativo. Esse tipo de acordo beneficia claramente os partidos de menor porte, pois de outra forma não teriam acesso à representação política.

Por outro lado, o incentivo para que partidos de maior porte se aliem em eleições legislativas com partidos menores não se explica pela eleição parlamentar em si. Antes, depende de considerar a interação entre outros cargos e instâncias política. A literatura considera que a barganha política realizada por um partido de grande porte com um de menor porte possui o foco na eleição ao cargo executivo. Uma vez que neste caso há apenas uma vaga em disputa, todo apoio permite somar votos e ao mesmo tempo retira apoio potencial dos adversários (LAVAREDA, 1991). No caso de existirem dispositivos legais que impeçam a distribuição de cadeiras a determinados partidos, haverá incentivo para coordenação entre os partidos, diminuindo o número de candidaturas e incentivando a adesão a coligações. Portanto, quanto maior a desproporcionalidade de uma eleição, maior será o incentivo para se coligar (GOLDER, 2006, p. 23-4). Mas como opera o efeito da desproporcionalidade sobre a coordenação eleitoral? Este efeito se deve ao cálculo de incerteza que a eleição possui sobre a definição do resultado eleitoral.

Retomando as motivações políticas, para compreender expectativas de longo prazo (COX, 1997, p. 158), é importante ressaltar componentes partidários e individuais, o último referente às perspectivas dos candidatos, que afetam a coordenação entre os atores políticos. O primeiro cenário ocorre quando não se produz um acordo entre partidos em torno de uma candidatura comum. Neste cenário, uma candidatura com menor chance de sucesso eleitoral pode ser lançada para dividir a votação de um candidato mais competitivo, diminuindo suas chances de vitória. Isso permitiria à candidatura eleitoralmente mais fraca provar aos demais competidores a importância e o peso de seu apoio. O segundo contexto decorre da intenção de ganhar visibilidade e apoio em uma disputa inicial para obter uma votação mais ampla em uma disputa posterior. Por último, a candidatura pouco competitiva pode servir especificamente ao interesse do candidato, ao servir de indicativo ao partido sobre o potencial de votos de sua candidatura, abrindo portas para concorrer a outros cargos, possivelmente em contextos que demandem uma quantidade menor de votos para a obtenção de vitória eleitoral. Estes elementos ressaltam a ação estratégica em torno da construção do capital político simbólico, não se limitando apenas a ganhos eleitorais em forma de cargos públicos representativos.

Contudo, motivações políticas não se restringem apenas à elite política. A definição sobre o número de candidaturas e a composição de coligações não pode ser resumida apenas a arranjos eleitorais momentâneos. A política é fruto dos desenlaces de

uma sequência de acontecimentos. Possui um componente histórico que serve de orientação à ação de seus atores. Apesar de a lógica eleitoral ser fator preponderante na dinâmica de formação de coligações, essa negociação e a estratégia por trás das alianças podem ser afetadas por cálculos orientados para ganhos eleitorais que não considerem apenas ganhos imediatos, derivado dos votos de uma única eleição. Como tratado anteriormente, em situações onde um partido não possui reais chances de vitória, apresentar um candidato ou formar determinada coligação podem servir para consolidar uma imagem frente ao eleitorado e reforçar incentivos de identidade aos membros das organizações partidárias envolvidas na ação eleitoral. As regras eleitorais não operam sobre um vácuo social: lealdades partidárias, predisposições do eleitorado, temas salientes, etc., atuam como reforço social. Por exemplo, caso a regra majoritária de turno único seja utilizada sob um eleitorado distribuído igualmente entre todas as opções política, este cenário pode não ser afetado pelos efeitos redutivos apontados por Duverger. A proposta de Cox reside na reconciliação das abordagens institucionalista e sociológica, para ampliar a capacidade de explicação de modelos sobre coordenação política (COX, 1997, p. 19), laço a ser abordado com maior especificidade na próxima seção.

Por fim, esta conexão entre clivagens sociais e instituições políticas se deve à expectativa pública. No caso de incerteza sobre os padrões eleitorais, as regras eleitorais terão um impacto menor na redução do número de candidaturas. A própria natureza da política, com sua imprevisibilidade apontada anteriormente, contribui para o último elemento apontado por Cox. O efeito que as condições sociais possuem sobre o processo de definição dos candidatos se deve à antecipação que as elites políticas realizam, considerando as regras eleitorais vigentes, sobre a predisposição do eleitorado em votar em seus candidatos.

Dessas considerações, é possível recuperar que o cálculo sobre a razoabilidade de lançar uma candidatura depende das regras eleitorais, condicionada pela informação disponível sobre as expectativas públicas e pelos objetivos dos agentes políticos envolvidos. A consideração deste conjunto de fatores facilita a coordenação entre os líderes políticos em torno de candidatos com reputação viável para cumprir seus objetivos. Caberá aos partidos políticos assegurar aos candidatos uma quantidade de votos derivada de seus “seguidores habituais”, a depender do valor atribuído ao rótulo partidário pelo eleitorado (COX, 1997, 159-60) e dos valores de identidade promovidos pelo partido

por meio de incentivos coletivos. Contudo, para que o rótulo partidário tenha efeito político, deve ser “promovido através de consistência e homogeneidade de crenças dentro de um partido”²⁷ (COX, 1997, p. 160), permitindo aos partidos de menor porte maior facilidade a dar significado a seu rótulo (COX, 1997, 171). No entanto, para aumentar os ganhos eleitorais, pertencer a um partido político de maior porte auxilia devido à facilidade de obtenção de recursos (COX, 1997, p. 171). Desta complexa situação, é possível ressaltar, em contextos multipartidários com possibilidade de coligação, torna-se possível buscar a diferenciação do rótulo e ao mesmo tempo ganhar visibilidade eleitoral através da agregação de votos, decorrente do apoio de mais de um partido a uma candidatura.

Partidos e candidatos pesam, portanto, os ganhos que podem ser coletados ao se apresentar a uma disputa política, que podem ir além do benefício de ocupar um cargo, mas também ao estruturar uma carreira política, firmando uma imagem e um discurso junto ao eleitorado, reforçando incentivos de identidade. No entanto, os riscos inerentes à exposição, tal como a derrota possível, ataques políticos contra a imagem do candidato, escolhas incorretas para a construção da imagem esperada, entre outros, servem para inibir determinadas candidaturas. Desta tensão entre ganhos e prejuízos, cabe aos envolvidos na definição de uma candidatura considerar os elementos que afetam o cenário de possível vitória ou derrota. Entender a dinâmica da disputa política do distrito onde se opera a eleição é crucial, mas ignorar fatores históricos e a disposição do eleitorado seria excluir a dimensão efetivamente política do processo de construção de coligações e candidaturas. Tanto a construção de imagens quanto a barganha política entre partidos afetam a interação com eleitores e outros partidos políticos.

O modelo de barganha política postula que os partidos com potencial de formar uma aliança – quer por motivações ideológica, programáticas ou ganhos eleitorais – situam-se em um espaço político composto também por partidos com estratégias opostas, cada qual buscando cumprir seus objetivos. A interação entre esses atores criará um cenário de propostas e ofertas baseadas em recursos políticos, que, derivando da teórica econômica de Downs (1957), podem ser simplificados como cargos públicos, políticas e

²⁷ Tradução do autor.

votos (GOLDER, 2006, p. 38-42). Será a partir da interação desses atores e da disputa por esses recursos que a negociação política resultará em alianças.

Entretanto, observar a interação política desprovida de sua história e de seu contexto limita a análise apenas ao imediato, e – como já foi colocado – a ação política delinea-se através de uma sequência de eventos. Exatamente por isso, a imagem de um partido político afetará sua negociação. Ou seja, o posicionamento político – quer ideologia ou governismo – pode possuir relevância, enquanto constrangimento à ação de determinados partidos, no que diz respeito às negociações políticas que podem resultar em aliança com outras agremiações.

Mesmo que a ideologia não atue como um constrangimento absoluto para reger ações parlamentares, é possível que, nos momentos em que a imagem do partido é tida como importante, nos momentos em que ela é exposta, considerada e questionada, a ideologia, ou a imagem partidária, ganhe relevância nas decisões políticas. Como observa Golder (2006, p. 5), a ideologia pode atuar como componente mais importante na definição de coligações do que no momento da construção de coalizões, pois, segundo a autora:

[...] eleitores podem não estar dispostos a votar em coalizões eleitorais abrangendo partidos com preferências políticas incompatíveis; após a eleição, partidos possuem maior margem de manobra para entrar nestes tipos de coalizões de governo, porque eleitores não são mais um constrangimento tão imediato às ações de políticos (GOLDER, 2006, p. 5)²⁸.

A política por trás da negociação e da formação de uma coligação se faz dentro de uma atividade baseada em promessas sobre o futuro incerto. Em contextos onde há alta volatilidade eleitoral, a incerteza do cenário inicia-se na distribuição dos votos dos eleitores. Sem haver identificação partidária que oriente o voto, o apoio eleitoral pode oscilar fortemente entre partidos políticos, inviabilizando cálculos precisos entre os atores políticos envolvidos na disputa eleitoral.

²⁸ Tradução do autor.

Ao mesmo tempo, os recursos políticos negociados como benefícios²⁹ para os partidos políticos envolvidos na construção de alianças não possuem controle prévio definido, são feitas apenas especulações. A distribuição de cargos indica apenas a sinalização de áreas potenciais que podem ser repartidas com aliados, divisão que sofrerá impacto da relevância política dos partidos aliados após as eleições. Quanto à aprovação de políticas específicas, isso depende de um contexto muito complexo, decorrente – mais do que dos mesmos efeitos que a distribuição de cargos – da distribuição da força parlamentar entre situação e oposição.

Contudo, a necessidade de recorrer a recursos disponíveis para a campanha eleitoral cujo controle pertença a outros partidos é um elemento em negociação já presente no momento da barganha da coligação. Desta forma, o partido que busca cooptar aliados à sua candidatura deve realizar promessas em troca dos recursos políticos concretos que seus possíveis aliados dispõem.

Entretanto, é no cálculo racional acerca das condições de participação eleitoral que reside o ponto comum à discussão sobre coalizões e coligações, cuja contribuição permitirá definir parte das variáveis independentes do modelo. A originalidade da tese de Riker reside em incorporar à análise política o questionamento sobre a incerteza do cenário político. As alianças surgem da insegurança de vitória. Caso um partido possua predomínio eleitoral e participe de eleições em um ambiente com pequeno número de opções, e os resultados eleitorais sejam previsíveis, é razoável especular que não há incentivo à formação de aliança. A incerteza sobre o resultado eleitoral serve de estímulo à adesão a coligações, atuando como incentivo estratégico à participação em aliança.

Com base nestas questões, torna-se possível elaborar o próximo conjunto de hipóteses de trabalho, referente às condições de previsibilidade do ambiente político. Apesar de se tratar de hipóteses relacionadas às condicionantes políticas, as considerações a seguir têm por foco duas dimensões: a incerteza política e o controle de recursos políticos.

Hipótese 2.1: O modelo elaborado será capaz de explicar melhor as coligações realizadas por partidos de situação segundo a dimensão governista.

²⁹ No sentido de benefícios a longo ou curto prazo (PIZZORNO *apud* REIS, 2010) decorrente das decisões tomadas enquanto ação política de governos.

O teste da primeira afirmação é baseado no grau de incompletude informacional e na dificuldade de predição de cenários futuros. No modelo analítico proposto são indicadores de incerteza eleitoral a volatilidade eleitoral, o grau de competição pela prefeitura, a fragmentação da Câmara de Vereadores e a possibilidade de ocorrer segundo turno. Desta insegurança resulta o estímulo a buscar alianças com agremiações políticas diversas, tendo o objetivo de ampliar a possível base de apoio social a uma candidatura. Porém, também existem elementos cujo efeito político está em assegurar o controle de recursos necessários à mobilização de apoio político, sendo possível conjecturar a colocação a seguir:

Hipótese 2.2: O modelo elaborado será capaz de explicar melhor as coligações realizadas por partidos de oposição segundo a dimensão ideológica.

Recursos políticos são compreendidos, para os termos da presente tese, como a ocupação de cargos na estrutura do poder municipal – número de vereadores e prefeitos -, além daquela referente ao poder estadual – número de deputados estaduais e governadores. O grau de controle de cargos permite uma maior independência do partido em relação à decisão de compor uma coligação, ou pelo menos de evitar parceiros cujo posicionamento político seja muito distinto.

Evidenciar a existência de elementos cuja incidência sobre a condução do processo de negociação em torno de alianças eleitorais aponta à constatação da complexidade por trás do problema de identificar os fatores que afetam o formato das coligações eleitorais. Dentro de um cenário repleto de incertezas, as coligações são um instrumento frágil para garantir ganhos futuros. Entretanto, elas ocorrem. Portanto, qual seria o efeito do ambiente socioeconômico sobre a ação política e como é possível estabelecer uma conexão entre esta e a formação de coligações eleitorais?

3.2. Condicionantes socioeconômicas

Tal qual abordado por Cox, as variáveis socioeconômicas permitem situar parte do contexto histórico sobre o qual a formulação de candidaturas se sustenta. As lideranças partidárias levam em conta informações sobre os eleitores ao estabelecer sua candidatura.

Partindo desta premissa, deve-se questionar o efeito das clivagens sociais sobre a disputa política. A partir das predisposições em uma sociedade, pode existir um cenário mais ou menos favorável à mobilização de coligações mais restritas ou mais amplas quanto ao posicionamento político dos possíveis aliados envolvidos.

Central a este tema encontra-se o conceito de desenvolvimento político, caracterizado pela referência teórica de que os sistemas políticos modificam-se a partir de mudanças no contexto sócio-político das sociedades. Nesse sentido, possui grande relevância o entendimento da relação entre eleitorado e sistema político e a evolução histórica desta. Para Lipset e Rokkan (1967), desenvolvimento político se refere ao contexto de abertura e estímulo à participação política.

O processo de modernização auxilia na definição de novas características políticas nas sociedades industrializadas:

“[Em] países com estruturas sociais modernizadas e economias industriais desenvolvidas espera-se que tenham altos níveis de participação política, maior estabilidade e efetividade de seus governos, e menos violência política do que países com estruturas sociais mais tradicionais e economias pré-industriais” (POWELL JR., 1982, p. 34).

Os centros urbanos passam a ser, para além de um conglomerado populacional, ambientes nos quais proliferam diversas percepções sociais. Com isso, formam-se novos interesses, gerando novas formas de associação (POWELL JR., 1982, p. 37) independentes dos laços de lealdade entre os membros que constituem redes hierarquizadas em grupos tradicionais.

Devido ao contínuo processo de modernização, ocorre o aumento da mobilização política na sociedade, estimulando a formação de novos centros de poder, viabilizando a inserção de novos grupos na discussão sobre assuntos políticos. Em sociedades mais industrializadas, é possível perceber o estímulo à participação e o aumento do fluxo informacional, em grande medida devido à dicotomia rural/urbano, visto que as cidades se constituem como locais mais propícios à interação e comunicação do que o campo (MILBRATH, 1966, p. 128), pois o adensamento populacional e a concentração de trabalhadores no ambiente de fábricas estimulam esta interação mais recorrente do que a vida no campo, por haver maior dispersão populacional, além do ambiente de trabalho

ser menos “intensivo”. A melhoria das condições de participação estimula novas formas de associação partidária, gerando a modificação do alinhamento do sistema político (POWELL JR., 1982, p. 34).

Para Lipset e Rokkan (1967), partidos surgem em um contínuo histórico a partir da tradução de clivagens sociais que se tornam salientes em determinados momentos. A construção da conexão com o eleitorado se forma por meio da participação em eleições consecutivas, o que permite ao eleitor formar suas impressões sobre as opções oferecidas pelo sistema. Essas divisões politicamente relevantes podem ter origem em termos de classe social, origem territorial, denominação religiosa, etc. Entretanto, os próprios partidos políticos podem, ao antever algum tipo de mudança social, buscar se adaptar a novas clivagens sociais (LIPSET; ROKKAN, 1967, p. 3). Além deste caráter adaptativo, partidos também podem cristalizar certas clivagens na tentativa de manter uma identificação com um eleitorado potencialmente mutável. Do processo de modificação das clivagens sociais relevantes, surgem reviravoltas quanto à organização do sistema político-partidário de um país. No caso específico da extensão do sufrágio universal, no princípio do processo de industrialização e formação dos estados modernos das sociedades ocidentais, houve uma acentuada polarização na disputa entre campo e cidades, devido ao rápido processo de migração de trabalhadores de baixo status socioeconômico para as periferias dos centros industriais (LIPSET; ROKKAN, 1967, p. 12). Essa disputa simboliza a impossibilidade de se manter sociedades organizadas a partir de padrões de dominação tradicional em contextos de diversidade de interesses. Em locais urbanos, os interesses seriam constituídos a partir de clivagens sociais e econômicas complexas, derivadas da grande variedade de atividades ali realizadas, impondo limites à dominação tradicional. Posto isso, cenários urbanos incentivam o governo a incorporar novos interesses na discussão pública para obter a legitimação necessária a sua manutenção.

Em resumo, para a vertente inicial de estudiosos sobre o comportamento político, os eleitores se utilizam de atalhos informacionais para decidir seu voto. Ao mesmo tempo, este comportamento é estável, devido à conexão entre eleitores e partidos a partir de lealdades partidárias marcadas por distinções de classe (DALTON, KLINGEMANN, 2007, p. 9).

O aprimoramento das condições de vida das pessoas, relacionado à modernização, privilegia o envolvimento dos eleitores com assuntos políticos, tornando-os mais suscetíveis a acessar informações sobre os problemas tratados na agenda pública. Ambientes com melhores condições para a difusão de informação beneficiam uma participação política mais informada e, portanto, mais sofisticada, beneficiando o grau de racionalidade da ação política (REIS, 1984, p. 128-9; CASTRO, 1994, p. 20) no momento do eleitor se posicionar perante as opções de representação ofertadas pelo sistema político.

Apesar do distanciamento observado entre eleitores e partidos³⁰, a existência de padrões de comportamento eleitoral variantes com as condições socioeconômicas³¹ dos distritos eleitorais sugere que os partidos devem considerar as predisposições do eleitorado ao definir quais candidaturas serão apresentadas, caso queiram obter resultados satisfatórios. A variação dos contextos socioeconômicos permite considerar que diferenças entre ambientes políticos geram condições distintas para que o eleitorado se expresse por meio do voto a partir de uma ação mais ou menos sofisticada. A sofisticação do voto pode ser afetada pelo meio em que o eleitor vive, permitindo condições mais propícias para o fluxo de informação relevante à política. O acúmulo de informação política ocorre no contato com notícias, dados e experiências sobre os diversos eventos relacionados à disputa política. Um eleitor com alto grau de acesso à informação saberá indicar qual o padrão apresentado por um determinado partido na esfera federal e será capaz de articular mais facilmente o impacto dessa ação ao contexto local no qual se insere.

Segundo Faria (1978) e Reis (1991), existem padrões variantes de comportamento eleitoral devido a condições socioeconômicas dos distritos eleitorais. A variação dos contextos socioeconômicos possibilita identificar condições mais propícias para o eleitorado se expressar por meio do voto, de forma mais ou menos sofisticada. O meio

³⁰ Para padrões mundiais ver Dalton e Watterberg (2002), Mair (1995) e Mair, Müller e Plasser (2004); sobre o caso brasileiro ver Nicolau (2006). Em estudo recente, Limongi, Mesquita, Simoni Jr. e Davidian (2008) apresentam resultados divergentes aos encontrados por Nicolau, porém através de abordagens metodológicas distintas.

³¹ Ver Faria (1978) e Reis (1991).

em que o eleitor vive acarreta boas condições para o fluxo de informação relevante para a política.

O conceito de *centralidade*, abordado por Reis e Castro (2001), contribui para o presente estudo por definir a importância do impacto de condições sociais para a participação política:

“(O) modelo da ‘centralidade’ [...] estabelece uma relação causal entre a intensidade da participação exibida pelas pessoas e o grau de ‘centralidade’ de sua posição social, ou seja, o grau em que se revelam, tanto objetiva como subjetivamente, próximos ou integrados ao núcleo do sistema social geral em decorrência da posição ocupada numa série de variáveis, destacando-se a posição de classe ou *status* socioeconômico (a dimensão ‘vertical’ da centralidade) e a experiência urbana (sua dimensão ‘horizontal’): quanto mais alta a posição de classe e quanto maior a integração na vida das cidades, com sua contrapartida de alargamento do horizonte intelectual-psicológico e de maior exposição a informações de todo tipo, tanto maior a participação política” (REIS, 2000, p. 288).

Colocadas essas considerações, o estudo parte do pressuposto de que condições socioeconômicas afetam a decisão do eleitor e são fatores estruturantes das condições políticas de uma determinada disputa eleitoral, apesar de não definir por si o processo político (CASTRO, 1995, p. 18-19). Para o eleitor obter uma visão sobre a dinâmica político-partidária mais sofisticada, a qual possibilita uma decisão sobre o voto mais racional (CASTRO, 1994), é crucial que este participe de um ambiente que estimule o fluxo de informações. A ação política dos partidos, na qual se insere a decisão de utilizar e definir coligações, é constrangida pelas condições de exposição à informação política que os eleitores estão submetidos, além das especificidades do sistema eleitoral e do sistema partidário .

A dicotomia rural/urbano, abordada anteriormente, emerge como elemento chave para compreender a mudança dos padrões de interação entre partidos e eleitores. Em ambientes rurais, preponderam condições de baixo fluxo de informação, prevalecendo decisões sobre o voto baseadas em padrões tradicionais. Nos aglomerados urbanos, o ambiente social mais complexo, com maior diversidade de ocupações do que na área rural, possibilita, aos indivíduos, maior acesso a informações e opiniões diferentes.

Contudo, ao tratar a dicotomia rural/urbano desta forma, cai-se em uma imprecisão. O conceito que se busca aferir é a complexidade do fluxo informacional em unidades sócio-espaciais distintas, não o vínculo da terra como princípio fonte da econômica de uma localidade. O fluxo informacional é afetado por diversos fatores, não totalmente contidos, ou mesmo claramente delimitados, na dicotomia rural/urbano. O fluxo informacional corresponde a uma gradação, não a uma delimitação binária, inclusive devido à compreensão de racionalidade que subjaz a ele. Como abordado no início do capítulo, a racionalidade não se restringe à falsa questão sobre a existência ou não dela na orientação da ação humana, sendo possível falar em grau de racionalidade devido à quantidade de informação disponível sobre os elementos que afetam a obtenção dos objetivos dos indivíduos.

Posto isso, é possível a existência de um ambiente rural com alto índice de alfabetização em contraposição a um ambiente urbano marcado por altas taxas de analfabetismo, condições que afetam a dinâmica do fluxo informacional. Não se pretende ignorar a distinção rural/urbano. Entretanto, há o reconhecimento da necessidade de se precisar o argumento acerca da dinâmica entre condições sociais e ação política.

A complexidade do fluxo informacional permitiria observar com maior clareza o efeito das condições sociais sobre a dinâmica política, portanto. Elementos que contribuam para ampliar a diversidade social e ampliar o contato entre os indivíduos de uma sociedade, permitindo-lhes trocar experiências, afetam as condições que podem permitir aos eleitores ampliar seus conhecimentos sobre a vida política, conduzindo a uma participação mais ampla e informada. Este cenário implica a expectativa por parte do eleitorado sobre comportamentos partidários orientados pelas identidades que eles constroem junto a suas bases.

Hipótese 3: Ambientes informacionais menos complexos aumentam a chance de aliança entre partidos de posicionamento político distinto.

Para tratar as condicionantes socioeconômicas foram incorporados ao modelo os indicadores a seguir: tamanho da população, densidade populacional, média dos anos de estudo do município, proporção de pessoas ocupadas em emprego na região urbana,

proporção de pessoas residentes em domicílio com carro e proporção do PIB agropecuário sobre o cômputo do PIB total do município.

Esperasse que a combinação dos indicadores selecionados diferencie o grau da complexidade das interações sociais dos municípios. Quanto maior a concentração de condições que atestam a diversidade social de um ambiente político, maior a possibilidade de que os atalhos cognitivos provenientes de ideologia ou governismo sirvam como referência à tomada de decisão das elites partidárias sobre o formato das coligações.

3.3. Dependência financeira

Uma rápida digressão deve elaborada para o caso da avaliação das coligações segundo o critério de posicionamento político governista. Segundo Victor Nunes Leal (1948), um dos elementos que mais afetou a dinâmica política local durante a Primeira República no Brasil foi a falta de independência financeira dos municípios brasileiros. Segundo Leal, em 1930 apenas 9% do total de impostos cobrados pelo Estado eram distribuídos por lei aos municípios. Cabia, portanto, aos líderes políticos locais negociar com governadores e presidente os recursos necessários à gestão municipal. Esse foi um dos combustíveis que alimentou sistema coronelista durante as primeiras décadas do século XX no Brasil. Lideranças locais mobilizavam suas bases eleitorais para eleger políticos que teriam acesso à influência necessária para enviar recursos ao município, seja a partir do âmbito estadual ou federal. A incapacidade do município se autogerir à época implicou na dependência de recursos provenientes dos demais níveis de governo, tornando o município subserviente aos interesses de chefes políticos estaduais e federais.

No entanto o período mais recente da história política brasileira foi marcado por inovações no quadro legal que regia a dinâmica municipal. A Constituição de 1988 tornou o município parte da federação, e assegurou maior acesso a recursos financeiros além de condições de gerar receita própria (TOMIO, 2005). Não obstante, há uma diversidade de condições municipais, o que implica na existência de graus de autonomia distintos. Tendo isso em vista, o aporte de recursos vindos de outros níveis de governo sugere menor grau de autonomia local, que por sua vez impacta no processo barganha efetuada no cenário pré-eleitoral. A depender da necessidade de recorrer a recursos do nível estadual ou federal, líderes locais podem ser compelidos a buscar como parceiros de coligação

partidos que compõem a base do governo em questão. Torna-se possível elaborar uma última hipótese de trabalho.

Hipótese 4: O aumento da dependência financeira de um município aumenta a chance de se observar aliança com partidos com posicionamento governista.

Para o teste dessa hipótese cabe averiguar a proporção de recursos que são repassados de um nível de governo para o município.

Considerando o enquadramento das ideias levantadas, o modelo teórico-explicativo sobre as condicionantes das coligações pode ser sistematizado através de dois vetores.

Por um lado os efeitos socioeconômicos ativam a importância de atalhos cognitivos. Ambientes mais complexos trarão maiores constrangimentos a alianças entre partidos de posicionamento político diferente. A consistência das coligações de um partido é fruto desta cobrança do ambiente, quer por fatores internos ou externos.

O segundo vetor contrabalança o primeiro. Cenários de incerteza política e/ou de baixo controle do poder político aumentam a insegurança partidária, fomentando alianças inconsistentes.

Contudo, também é possível antever e considerar algumas relações específicas entre as variáveis dependentes e independentes. Considerando a distinção entre governismo e ideologia quanto a conexão a bens de curto e longo prazo, as condicionantes podem ser consideradas a partir desta mesma lógica. As variações socioeconômicas tendem a ocorrer de forma lenta e gradual, se comparadas às variações políticas em sistemas multipartidários. Alguns conjuntos de variáveis podem apresentar melhor capacidade de explicar uma dimensão do posicionamento político do que outros. Sendo assim, duas hipóteses podem ser definidas, a partir da hipótese geral do estudo:

Hipótese 5.1: Condicionantes socioeconômicas possuem capacidade explicativa para o formato ideológico das coligações.

Hipótese 5.2: Condicionantes de poder político possuem capacidade explicativa para o formato governista das coligações.

Isso não implica que mais de um conjunto de condicionantes não afete o formato das coligações, mas enquadra a análise para perceber se é possível distinguir um padrão mínimo a explicar o formato das coligações para todos os partidos.

Entretanto, os elementos teóricos levantados não podem prescindir da conexão com a realidade à qual se pretende que auxiliem a compreender. Para tanto, a conexão entre os elementos citados e a realidade brasileira será o tema do próximo capítulo, organizando e especificando as hipóteses a serem testadas neste estudo.

4. Especificidades do sistema político brasileiro

4.1. Comportamento partidário e competição partidária em múltiplos níveis

Os modelos teóricos que abordam a dinâmica do comportamento partidário e eleitoral são, em sua grande maioria, baseados na experiência das democracias avançadas, caracterizadas por duração mais longa e maior estabilidade política. Em países de experiência do governo representativo de viés democrático mais recente, torna-se necessário adaptar a teoria geral para observar nuances regionais. A construção da esfera pública onde ocorre a negociação política em torno de uma coligação remete a condições históricas de cada país.

Um sistema de pluralismo polarizado – para utilizar a terminologia de Sartori (1976) – como o brasileiro, pode possuir padrões de interação partidária decorrentes de incentivos outros que não apenas a conexão de partidos com o eleitorado. A diversidade de opções partidárias impõe obstáculos à identificação partidária,

Historicamente, desde a instauração de governos republicanos democráticos³², o sistema partidário brasileiro sofreu três “realinhamentos forçados” (FLEISCHER, 2004, p. 249): durante o primeiro período democrático (1945-65) – a experiência interrompida pela imposição de duas legendas (1965-1979) durante a maior parte da ditadura militar – e, por último, o atual sistema multipartidário, cujo formato mais nítido se apresenta a partir de 1982. Apesar de essas interrupções terem dificultado a construção de identidades partidárias, é importante considerar se o modelo de partido de massa serviu, ou não, como orientação à construção dos partidos políticos brasileiros. Entre os três maiores partidos do período 1945-64, dois – Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – foram criados sob os auspícios de Getúlio Vargas, chefe do governo ditatorial anterior, enquanto a União Democrática Nacional (UDN) pautava seu

³² Por mais que a república tenha sido instaurada em 1889, a representação existente durante o período da Primeira República foi de caráter oligárquico, permeado pelo controle bastante restrito do processo eleitoral por parte dos detentores de recursos de poder à época.

posicionamento contestando o ex-ditador. A conexão entre partidos e eleitores era limitada neste sistema. Por exemplo, a classe operária, em formação à época, se identificava mais fortemente com o PTB apenas ao final do período, um dos motivos que levou Souza (1976) a constatar uma tendência de realinhamento do sistema partidário brasileiro.

O sistema bipartidário do regime militar, por sua vez, foi arquitetado pelos promotores do estado de exceção para prover legitimidade ao sistema, mas não houve mobilização de grupos da sociedade em torno das legendas no momento em que foram criadas. Assim, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) surgiu para congrega opositoristas do regime, enquanto a Aliança da Renovação Nacional (ARENA) era composta por apoiadores do governo. Por fim, no sistema partidário atual praticamente a totalidade dos partidos que surgiram nos primeiros anos do mesmo foram originados ne reformulações ou divisões decorrentes do MDB e da ARENA, à exceção do Partido dos Trabalhadores, fruto da combinação de movimentos sociais, sindicalistas e intelectuais e políticos opositoristas do MDB ao regime anterior (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991).

Os partidos políticos formados no Brasil raramente tiveram sua origem a partir da mobilização social, sendo que praticamente todos foram formados a partir de lideranças parlamentares, prevalecendo uma dinâmica de formação de partidos de cima para baixo, cabendo ao eleitor um papel reativo, enquanto apoiador, em vez de agente mobilizador da construção partidária.

Além disso, como abordado por Bardi e Mair (2010), é possível a existência de mais de um sistema partidário, contendo lógicas de interação específicas, no interior de um sistema político (BARDI; MAIR, 2010, p. 243-4). No caso brasileiro é salutar evidenciar o impacto da dinâmica estadual e local, como evidencia o espanto de Gláucio Ary Dillon Soares:

Em conferências feitas para um público não familiarizado com a história política brasileira, percebi que para os cidadãos de outros países era difícil entender por que enfatizo os *estados* como unidades de análise da política brasileira. Por que não limitar-me, exclusivamente, à análise da política em função de classes nacionais? Por que não tratar cingir-me ao enfoque da extensão da cidadania a grupos e classes nacionais? Por que não tratar,

exclusivamente, do Estado *nacional* e de suas relações com a população, ainda que mediatizadas por instituições nacionais e regionais? Enfim, por que enfatizar a dimensão regional e, dentro dela, a estadual? (SOARES, 2001, p. 11).

Foi na virada do século XIX para o XX, no governo de Campos Sales (1898-1902) que a relevância da política subnacional se firmou, através do pacto do então presidente com os governadores dos estados de maior concentração populacional e importância econômica, instaurando a “política dos governadores”, ou, como seu arquiteto preferia nomear: “a política dos estados” (LESSA, 1999). Apesar das enormes mudanças sociais e políticas ocorridas no Brasil durante o século XX, a importância da dinâmica estadual ainda persiste, principalmente devido aos poderes atribuídos aos governos estaduais (ABRÚCIO, 1998). Assim, não é de se espantar a formação de padrões de competição política diferenciados entre os estados (LIMA JR., 1983; LIMA JR., 1997, p. 301-2). Estas dinâmicas passam também por estratégias políticas específicas de cada partido após os anos 1990, na qual o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o PT se apresentam como principais atores na disputa presidencial, incentivando estratégias de domínio na esfera estadual por parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido da Frente Liberal (PFL, atual DEM), regionais no caso do Partido Socialista Brasileiro (PSB), ou focados na representação proporcional (MELO, 2010, p. 35-7). No Brasil os partidos possuem estratégias políticas distintas, o que justifica analisar a ação partidária ao invés da composição das alianças. O comportamento partidário, por sua vez, se deve a estímulos decorrentes da diversidade de níveis de disputa, reforçando a necessidade de se observar o nível subnacional.

A lógica de um sistema partidário nacional unitário, “um dos principais pressupostos de muitas análises sobre partidos políticos” (DESCHOUWER, 2006, p. 291), não se encaixa ao contexto brasileiro. Quando a dinâmica partidária envolve a mobilização eleitoral em torno de mais de um nível de competição, evidenciando uma divisão horizontal do sistema partidário (BARDI; MAIR, 2010), necessita-se coordenação interna por parte dos partidos, devido à introdução de “potencial de tensão na organização” (DESCHOUWER, 2006, p. 294), pois estratégias selecionadas em um ambiente podem desagradar outros grupos do partido (tal como participar de uma coligação em aliança a um partido político que historicamente se apresentava como

opositor à realização dos bens de longo prazo). Esta questão impactará nos incentivos coletivos da organização. Desta forma há uma variação quanto à autonomia regional dependendo do grau de integração vertical da organização, a capacidade de instâncias superiores interferirem nas decisões das inferiores, (o que afetará diversas dinâmicas partidárias, tal como a decisão de concorrer em eleições), estratégias de campanha, propostas políticas e mesmo a estratégia de coalizão (DESCHOUWER, 2006, p. 294).

Compreender a dinâmica de formação de coligações eleitorais no nível subnacional permite avaliar a dinâmica de interação partidária no sistema político brasileiro. O caso brasileiro apresenta grande variação de partidos políticos e também de contextos regionais. A dimensão horizontal pesa sobre comportamentos políticos variados mesmo no interior de um mesmo partido político nacional. Para compreender a existência, ou não, de padrões de interação na política partidária brasileira é necessário considerar a variação estadual, e, por consequência, até mesmo a dinâmica local (LIMA JR., 1997, p. 304).

4.2. Estudos sobre coligações e o contexto brasileiro

Dentre as regras presentes no sistema eleitoral brasileiro, as coligações podem ser avaliadas como o elemento mais “exótico” na comparação com leis eleitorais vigentes em outros países democráticos. Mesmo que as coligações não sejam exclusividade brasileira, a combinação de regras torna o sistema brasileiro praticamente único³³ no que diz respeito à operacionalização das alianças eleitorais e seus efeitos. Poucos são os países no mundo onde as coligações possuem impacto tão forte quanto no Brasil, de tal forma que boa parte dos estudos realizados mundo afora toma as mesmas apenas como um acessório em análises mais amplas sobre sistemas políticos.

³³ A combinação de presidencialismo, eleição da Câmara Baixa pelo método proporcional, através de lista aberta e com a possibilidade de serem apresentadas coligações, só é observada no sistema eleitoral finlandês. Mesmo assim é necessário salientar que a distribuição de cadeiras no país europeu se dá por meio do método D’Hondt (FINLÂNDIA, 2010, p. 15), utilizado como série de divisores, cujo cálculo de transformação de votos em cadeiras apresenta resultados mais proporcionais do que o método de quociente eleitoral, adotado no Brasil, no qual apenas as sobras são distribuídas pelo método D’Hondt.

Apesar da literatura específica sobre coligações ser muito recente e escassa (GOLDER, 2006), como foi tratado anteriormente, o impacto das coligações no sistema político brasileiro levou a literatura local a considerar o tema das coligações como pauta de pesquisa desde o princípio da segunda metade do século XX. Mesmo assim, poucos são os estudos nacionais que buscaram refletir especificamente sobre uma formulação teórica capaz de explicar o formato das coligações ou que se debrucem sobre as estratégias eleitorais dos partidos políticos ao abrir mão desse recurso eleitoral.

A principal referência teórica no Brasil sobre o assunto está presente no estudo seminal de Gláucio Ary Dillon Soares, no qual o autor busca compreender as motivações para a formação de alianças e coligações eleitorais devido ao espanto de constatar o aumento do impacto das coligações para a eleição de candidatos no sistema político brasileiro (SOARES, 1964, p. 95). As referências teóricas que orientam a abordagem de Soares para tratar coligações são restritas à obra de Maurice Duverger, especificamente no que tange à redução do número de partidos devido aos efeitos mecânicos³⁴, partindo da percepção do autor francês de que haveria uma relação entre a formação de alianças e o tipo de regime eleitoral, devido ao número de partidos em um dado sistema partidário (DUVERGER, 1951, p. 359-64). Estudos caros à área de coligações e coalizões, tal como o de Riker (1962), não foram incorporados neste momento inicial, possivelmente por se tratar de um tema muito recente à época. O próprio Soares reconhece o caráter exploratório de seu empreendimento teórico no próprio subtítulo do artigo: “notas para uma teoria”. Mas sobre o que trata esta teoria?

Para Soares (1964), as coligações seriam incentivadas pela capacidade de diminuir os custos de participação de um partido político. Esta teoria da “economia de esforços” implicava na máxima de “conseguir uma representação maior com o mesmo número de votos” (SOARES, 1964, p. 97). Contudo, além desta dimensão quantitativa da disputa política, era necessário considerar o impacto de um elemento qualitativo, a disposição ideológica dos partidos políticos. A ideologia partidária serviria como um constrangimento à realização de coligações entre partidos identificados com os extremos

³⁴ Isso é possível de se constatar pelas notas seis e sete no texto de Soares (1964), respectivamente nas páginas 103 e 105.

dos polos ideológicos, indicando uma “resistência ideológica”. É interessante notar que esse estudo de Soares possuía um elemento não apresentado explicitamente:

“Em 1962, quando comecei a estudá-las, as coligações eram vistas como demonstração da falência do sistema eleitoral, partidário e político brasileiro, como um indicador de sua *irracionalidade*. Num ambiente ideologicamente muito carregado, a única racionalidade aceita era a ideológica. Meu objetivo era demonstrar que as coligações se baseavam em princípios *racionais* e que a racionalidade era *eleitoral* – eleger o máximo de representantes com o mínimo de esforços. Na época, começava a entrar na ciência política a teoria dos jogos” (SOARES, 2001, p. 137).

Apesar de haver a mobilização do conceito de racionalidade, entre os estudos posteriores não houve, na literatura brasileira especializada no tratamento de coligações, uma revisão e um aprofundamento as implicações do modelo original elaborado por Soares. Um dos principais efeitos é a utilização de um conceito de racionalidade que nunca é explicitado ou elaborado. Como aponta próprio Soares, o estudo sobre coligações busca compreender a racionalidade política, sendo a própria definição da racionalidade algo extremamente complexo (SOARES, 2001, p. 137-8).

Muitos dos trabalhos produzidos sobre coligações no Brasil buscam realizar o teste empírico das afirmações elaboradas por Soares ou reavaliam parte da teoria proposta pelo autor, contudo, sempre considerando a mobilização de coligações a partir da lógica da maximização de votos, tal qual a proposta de Soares³⁵.

Outros trabalhos refletiram a respeito do impacto do federalismo brasileiro sobre a capacidade de nacionalização partidária. Direcionaram a investigação sobre a existência de padrões de comportamento partidário nacionais, tomando as coligações eleitorais como uma das medidas para aferir sua variação. Uma vez que o estudo primordial desta segunda perspectiva de análises sobre coligações parte das considerações de Souza (1976) sobre o possível realinhamento partidário que se observava ao final do período 1945-64, a conexão com o estudo de Soares (1964) também é observada entre estes estudos, mesmo

³⁵ Entre estes estudos encontram-se Oliveira (1973); Souza (1976); Santos (1987); Schmitt (1999); Machado (2005); Braga (2006); Machado (2007); Miguel e Machado (2007, 2010); Peixoto (2008, 2010); Carreirão e Nascimento (2010); Krause (2010). Outros autores modificam parte do argumento de Soares, tal como Lima Júnior (1983) e Lavareda (1991).

que de forma indireta³⁶. Não obstante, no contexto brasileiro, onde há um grande número de estudos sobre as alianças eleitorais, há pouca inovação do que diz respeito à reflexão sobre a teoria específica.

Isso deriva inclusive da dificuldade em delimitar conceitos pertinentes, devido à problematização das especificidades de coligações e coalizões, tratada no segundo capítulo. No Brasil, Rogério Schmitt (2005) chega a tangenciar o problema da terminologia ao enfatizar a necessidade de diferenciar *coligação* e *aliança*. Contudo, esta preocupação deriva do caráter histórico da legislação brasileira, uma vez que durante o período 1945-64 a união de partidos para concorrer a eleições era nomeada pela lei de aliança, enquanto o período pós-1988 se refere ao mesmo fenômeno por coligação. Essa questão, por mais que sugira uma controvérsia meramente semântica, evidencia a necessidade de uma melhor definição do problema e dos conceitos a serem abordados por aqueles que estudam este tipo específico de comportamento partidário. Incorporar as reflexões de Riker (1962), Panebianco (1982), Cox (1997) e Golder (2007) à abordagem de Soares permite adensar o debate inicialmente proposto pelo autor brasileiro.

Um primeiro passo é explicitar um conceito presente, mas não trabalhado, na teoria inicial de Soares: a negociação e a interação entre os partidos políticos. Ou seja, o processo de barganha (GOLDER, 2007) será fruto da necessidade de articulação entre os partidos no intuito de obter resultados mais satisfatórios (COX, 1997). Este espaço de negociação é dado pela reflexão de que o melhor resultado para um partido seria limitar o número de aliados, para permitir a não-interferência de outros grupos na definição do curso de ação de um partido, aquilo que Riker (1962) considera como o fator numérico. Entretanto, este cálculo de negociação dependerá dos constrangimentos organizacionais, os incentivos internos e externos à ação partidária (PANEBIANCO, 1982). O cálculo coligacionista, partido da teoria proposta por Soares, irá ocorrer em meio a este cenário de interação política. Na tentativa de aprimorar a teoria de Soares, seria dizer que o partido busca melhorar sua situação política no distrito com a coligação, não se limitando apenas à vitória eleitoral, mas incluindo ganhos tal como aumento do prestígio e reconhecimento político junto ao eleitorado ou reforçando relações de confiança e comprometimento com

³⁶ Podem ser elencados os trabalhos de Lima Júnior (1983); Ribeiro (2005, 2006a, 2006b, 2010); Anastasia, Nunes e Meira (2010); Dantas (2007, 2008); Dantas e Praça (2008, 2010).

outros partidos. Por outro lado, há uma série de constrangimentos que não são limitados apenas à ordem ideológica, que implicam na avaliação e na coordenação entre os partidos presentes na disputa em um distrito eleitoral. O ganho dos partidos políticos e dos candidatos não se resume ao ganho na representação política através de vitória eleitoral. O principal constrangimento ao partido não deriva da orientação por uma coerência ideológica entre seus parceiros, mas este é um dos componentes que afetará a construção de alianças eleitorais.

Por último, a decisão quanto ao formato da coligação depende da consideração dos incentivos ambientais, da força política dos partidos disponíveis para a disputa e da interação entre os mesmos. Estes estímulos variarão de acordo com as condições diferenciadas do efeito do sistema eleitoral e do sistema partidário local. O questionamento sobre o caso das eleições para os cargos dos executivos municipais no Brasil reside em duas considerações. Primeiro, seria possível falar de sistemas partidários locais ou o nível de organização partidária que orienta as estratégias de negociação no Brasil seria outro, quer estadual ou federal? Por outro lado, a apresentação de características semelhantes no ambiente do distrito eleitoral fomentaria um mesmo tipo de ação política pelos partidos políticos? A partir destes questionamentos, um primeiro ponto a se debruçar é a reflexão sobre qual é a condição de interação partidária no contexto brasileiro, para então se investigar quais são os elementos que estimulam determinados padrões de comportamento no nível municipal.

4.3. Municípios brasileiros e distribuição da força partidária

É possível observar estudos que mostram a impossibilidade de se conciliar a existência de padrões de formato de coligações com variações socioeconômicas no nível estadual (KRAUSE; GODOI, 2010), por inexistir correlação entre indicadores socioeconômicos e o formato das coligações eleitorais. Contudo, os indicadores que sintetizam a situação de um estado acabam por juntar realidades sociais (municipais) que podem apresentar características muito distintas. Esta “média” acaba por encobrir as enormes diferenças entre os municípios no interior de um mesmo estado no contexto brasileiro. Desta forma, para avaliar o impacto de contextos sócio-político-econômicos distintos, a melhor maneira seria fazê-lo através da análise do nível municipal, sendo esse

o ambiente onde as informações encontram-se mais desagregadas no contexto de distritos eleitorais. Ao tratar do sistema partidário brasileiro, Lima Júnior (1983) observa a existência de variação quanto ao formato dos sistemas políticos estaduais, e aventa a possibilidade de pensar o mesmo sobre o contexto municipal. Há uma hipótese por trás desta consideração: a definição de coligações no nível municipal sofre efeito da estrutura organizacional estadual ou nacional do partido? Existe um padrão de coligações nacional ou estadual, ou esta variação encontraria padrão na proximidade de condições sociais, políticas e econômicas de um município?

A ênfase no estudo do município ainda pode ser reforçada devido à forma como alguns estudos que comparam os estados da federação interpretam a existência de variações entre os mesmos. Recorrentemente as discrepâncias entre os resultados das regiões conduzem à interpretação de que a cultura política específica de cada ambiente conduziria a determinados resultados políticos, à preponderância de um partido político em detrimento de outro. Desses estudos resultam interpretações de que há uma cultura do centro-sul brasileiro em contraposição a outra, ao norte do país. Sendo a análise realizada no município, é possível avaliar o impacto de condições específicas deste nível e não a variação agregada no nível estadual, permitindo uma análise mais acurada sobre os efeitos de condicionantes do ambiente político.

Se o município pode ser o nível mais propício à verificação do impacto de condições específicas, a abrangência das menores unidades políticas dentro da distribuição federativa brasileira é um desafio analítico. Portanto, qual é o contexto específico observado na disputa às prefeituras no país?

O Estado Federativo brasileiro é composto por vinte e sete Unidades da Federação, dentre as quais 26 apresentam divisões políticas internas³⁷, na forma de municípios. Desde a Constituição de 1988 tanto as Unidades da Federação quanto os municípios são considerados entes do pacto federativo e gozam de autonomia política, contando com a repetição do arranjo organizativo nacional, segundo o princípio da divisão de poderes. A representação legislativa estadual e municipal é unicameral. Quanto às regras eleitorais, repetem-se as leis eleitorais de cargos Executivos e Legislativos, com

³⁷ O Distrito Federal não possui divisões políticas.

a única diferença de que em municípios com menos de 200 mil eleitores não é realizado segundo turno quando nenhum candidato ultrapassa 50% dos votos.

De 5556³⁸ municípios em 2000, as eleições subsequentes apresentaram 5562 em 2004 e 5563 em 2008³⁹, ou seja, os partidos políticos brasileiros tiveram que se defrontar com o desafio de se organizar e produzir articulação interna em uma enorme quantidade de cenários municipais.

Nas eleições para o cargo de prefeito, constata-se a existência de uma pluralidade de partidos envolvidos, condição necessária, mas não suficiente, para se falar sistemas partidários locais. A tabela 1, a seguir, apresenta a quantidade de partidos que participam das candidaturas a prefeito, considerando tanto partidos que concorrem isoladamente, como cada um daqueles em coligações eleitorais.

Tabela 1: Estatísticas descritivas sobre o número de partidos que participam em candidaturas a prefeito em cada município, por ano da eleição.

Estatísticas		2000	2004	2008
Média		7,85	10,25	11,55
Mediana		7	9	11
Moda		5	8	10
Mínimo		1	1	1
Máximo		29	27	31
Quartis	25	5	7	8
	50	7	9	11
	75	9	13	15

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012

Desde 2000 observa-se a participação de pelo menos cinco partidos na maior parcela dos municípios brasileiros. Contudo, não é razoável imaginar que a disputa seja

³⁸ A variação do número de municípios entre uma eleição e outra se deve à criação de novos municípios durante o período abordado pela pesquisa. Além disso, o Distrito Federal não possui eleições municipais, portanto o seu único distrito – Brasília – não faz parte do universo analisado neste trabalho.

³⁹ A partir do banco de dados de “Resultados Eleitorais”, disponível no *site* do TSE.

constituída pelos mesmos partidos. Há uma variação quanto à capacidade de cada partido político em se envolver nas disputas locais. O número de partidos políticos presentes nestes ambientes e a relevância eleitoral dos mesmos varia de tal maneira que não é razoável considerar que exista a mesma disposição de relações partidárias em todos os distritos eleitorais brasileiros.

Essas mesmas variações já foram observadas para o nível estadual por Lima Júnior (1983) e diversos trabalhos posteriores apontam a persistência deste cenário (KRAUSE; GODOI, 2010; BRAGA; KINZO, 2007; BRAGA, 2006; MELO, 2010). Um dos elementos que contribui para este quadro é a existência de condições organizacionais diferenciadas entre os partidos políticos, tal qual a consideração proposta por Panebianco (1982). Cada partido político enfrenta dilemas organizacionais próprios, derivados de sua estrutura interna e das cobranças externas.

Para permitir o teste empírico do efeito das condicionantes que afetam a decisão sobre coligações, é necessário abarcar o maior número possível de ambientes, no intuito de permitir avaliar a variação de contextos. A mobilização eleitoral demanda dos partidos políticos recursos e apoio no interior da diversidade de municípios no país. Nenhum partido político concorre a todas as eleições para prefeito, seja com candidatura própria ou apoiando candidato de outro partido⁴⁰. Torna-se imperativo, portanto, selecionar partidos que venham a participar do maior número possível de eleições para prefeito, no intuito de se verificar a maior variação possível de constrangimentos ambientais aos quais podem estar submetidos.

Para verificar a variação da participação partidária deve-se observar a quantidade de eleições em que os partidos concorrem a cada ano sobre o total de municípios, valor que se refere à capilaridade partidária. A tabela 2, abaixo, apresenta estes valores. Apenas o PMDB participa em mais de 90% dos municípios brasileiros. Dentre os quatro maiores partidos das eleições de 2008, o PFL/DEM apresentou declínio na sua capacidade de mobilização em torno de candidaturas para o executivo municipal, enquanto o PT obteve um crescimento vertiginoso de 2000 a 2004, coincidente à chegada do partido à

⁴⁰ Existem estudos que enfatizam a dificuldade de consolidação na totalidade do território brasileiro para as eleições com distrito nos estados (governador, deputado estadual e federal), p. ex. Braga (2006).

presidência da República - contudo, não houve expansão entre as eleições de 2004 e 2008. Determinou-se como corte para a seleção dos casos abordados a participação média em mais de 80% das disputas por prefeitura, critério que seleciona PMDB, PSDB e PFL/DEM. Como não há partido de esquerda selecionado a partir deste critério, decidiu-se por incluir o partido de esquerda que apresentasse a maior média de participação entre as três eleições, o PT, com média de 73,6%.

Tabela 2: Capilaridade⁴¹, por ano da eleição*.			
partido	2000	2004	2008
PMDB	90,2%	91,5%	93.9%
PFL/DEM	84,0%	79,4%	80.5%
PSDB	78,3%	82,1%	85.5%
PPB/PP	71,4%	77,3%	79.7%
PTB	63,2%	76,6%	77.2%
PDT	51,4%	65,0%	72.8%
PT	49,2%	85,2%	86.5%
PPS	43,9%	60,6%	59.6%
PL/PR	43,5%	70,7%	70.0%
PSB	34,3%	47,7%	65.6%
PSC	19,6%	30,0%	42.6%
PV	13,3%	33,1%	47.2%
PC do B	13,0%	24,6%	36.0%
Total de municípios	5556	5562	5563

Fonte: Machado e Miguel, 2009

*Foram selecionados os partidos com maior relevância na esfera federal, pois a capilaridade dos demais partidos é muito reduzida.

Outra informação importante a partir da capilaridade trata da compreensão de que os sistemas partidários locais não são caracterizados, necessariamente, pela apresentação

⁴¹ A capilaridade é dada pela porcentagem de distritos eleitorais em que um partido concorre ao cargo analisado considerando o total de distritos existentes.

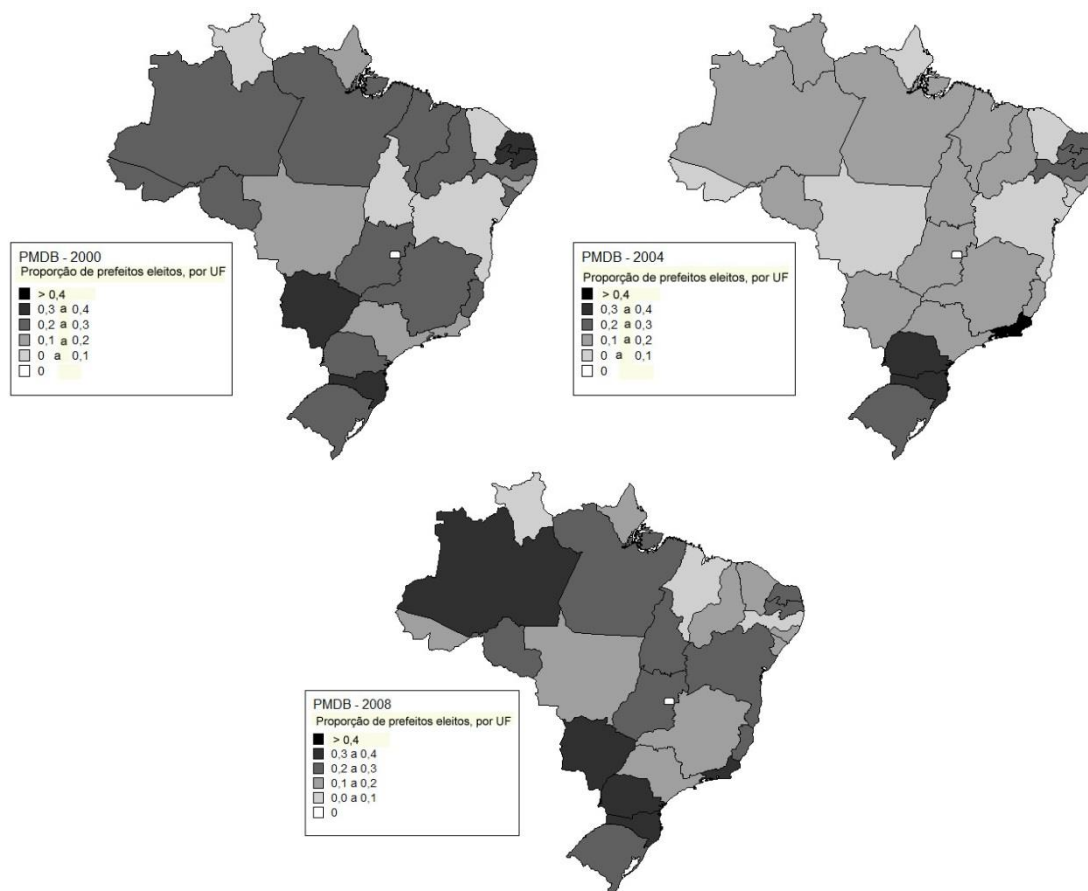
de apenas dos partidos de maior porte, pois os mesmos não apresentam capacidade de participação na totalidade dos pleitos locais.

A relevância política de cada partido também não se distribui de forma homogênea. Existe grande variação quanto ao local onde cada partido obtém êxito político. Os mapas a seguir apresentam a distribuição, por estado⁴², do percentual de prefeitos eleitos, discriminando entre os quatro partidos analisados.

Na passagem de 2000 a 2004 observa-se o declínio da relevância municipal do PMDB. Contudo, as eleições de 2008 não corroboram a existência de um padrão, pois há um aumento no número de prefeitos eleitos pelo partido. Ainda assim, o partido possui ampla entrada no país como um todo. Apesar da ampla distribuição, constata-se haver variações que não são marcadas apenas pela distinção regional, o que se repete com os demais partidos, permitindo observar a variação destes constrangimentos organizacionais devido à competição em ambientes distintos.

⁴² A apresentação gráfica por município implicaria em enorme dificuldade à compreensão dos dados, pois não seria possível distinguir os municípios que possuem menor território. O objetivo com os mapas a seguir é apenas de exemplificar a variação da distribuição territorial dos principais partidos brasileiros no ambiente municipal. O restante da análise será focado no ambiente municipal, sempre controlando pelos efeitos do estado, para permitir condições de se observar a maior variação possível do efeito das condições socioeconômicas sobre a formação de coligações.

Figura 1: Mapas com a proporção de prefeitos eleitos – PMDB, por UF e ano da eleição



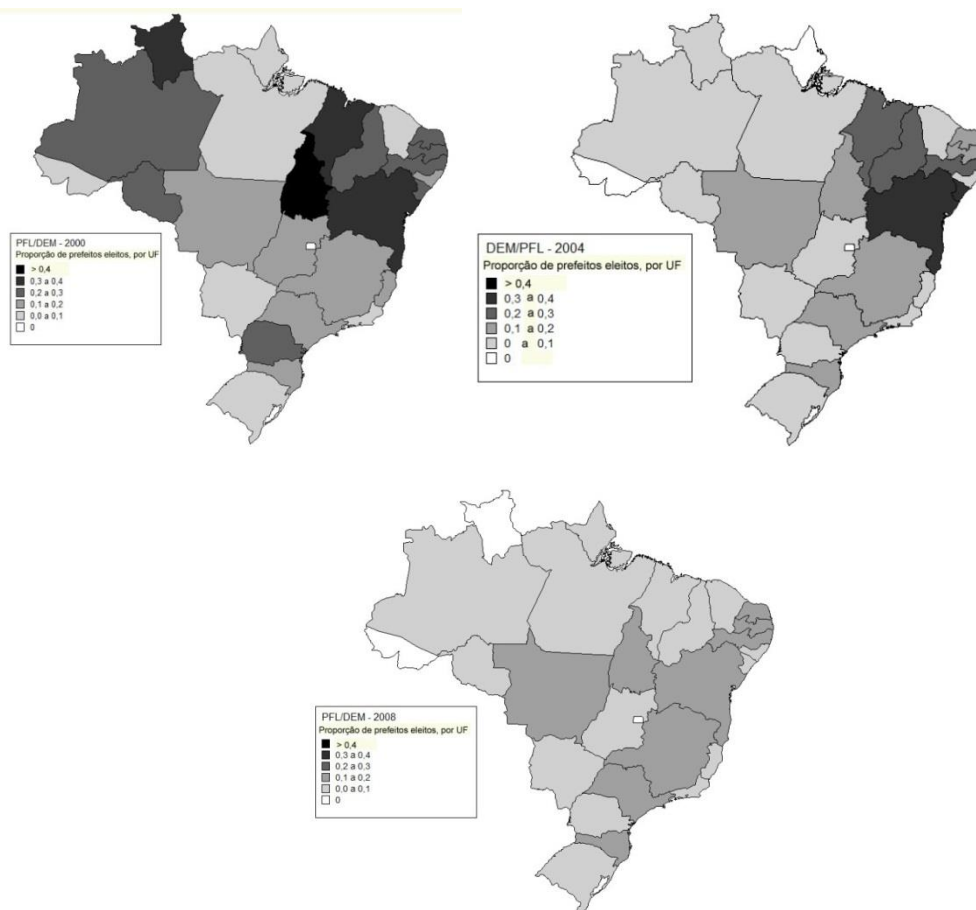
Fonte: o autor a partir do banco de “Resultados eleitorais” disponibilizado pelo TSE.

O PMDB apresenta resultados positivos e contínuos para prefeito no Mato Grosso do Sul, Amazonas, todos os estados da Região Sul, bem como Rio Grande do Norte e Paraíba, na Região Nordeste, e Espírito Santo, ao Sudeste. Uma análise pormenorizada permitiria relacionar o desempenho do partido com atores políticos locais⁴³, sendo possível identificar o caso do Rio de Janeiro, onde a entrada do partido municipalmente é fraca até 2000, porém, após o casal Anthony e Rosinha “Garotinho” filiarem-se ao partido em 2003, as eleições de 2004 e 2008 apresentam sucesso eleitoral crescente do PMDB no estado.

⁴³ Uma análise inicial sobre este aspecto foi tratada em Machado (2007), porém apenas de forma exploratória.

A trajetória do atual DEM, antigo PFL, apresenta um declínio constante no que diz respeito ao número de prefeituras controladas pelo partido. Se em 2000 é possível identificar estados como Roraima, Maranhão, Tocantins e Bahia com forte predomínio do partido, exercendo controle sobre pelo menos 30% das prefeituras dos estados citados, em 2008 os antigos bastiões pefelistas desaparecem sob a “nova” legenda do DEM.

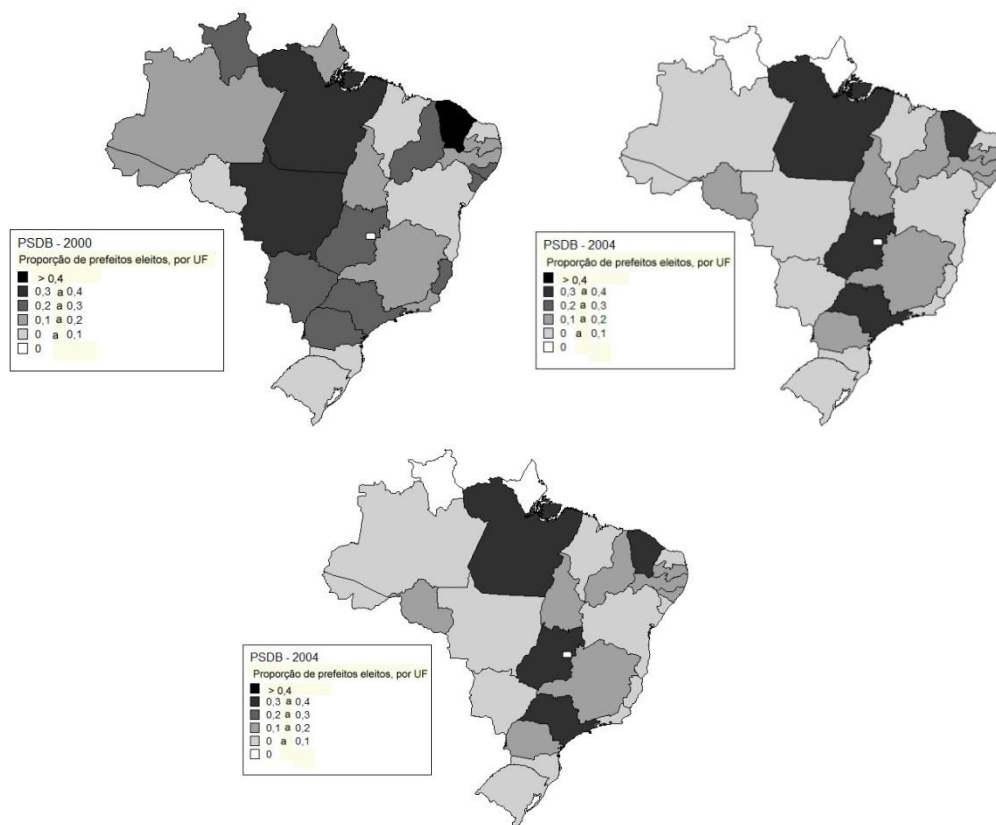
Figura 2: Mapas com a proporção de prefeitos eleitos – DEM/PFL, por UF e ano da eleição



Fonte: o autor a partir do banco de “Resultados eleitorais” disponibilizado pelo TSE.

O declínio eleitoral do PSDB nas eleições municipais não chega a ser tão profundo quanto aquele desenhado pelo DEM, porém o mapa de prefeituras do partido apresenta perdas bastante significativas, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Figura 3: Mapas com a proporção de prefeitos eleitos – PSDB, por UF e ano da eleição.



Fonte: o autor a partir do banco de “Resultados eleitorais”, disponibilizado pelo TSE.

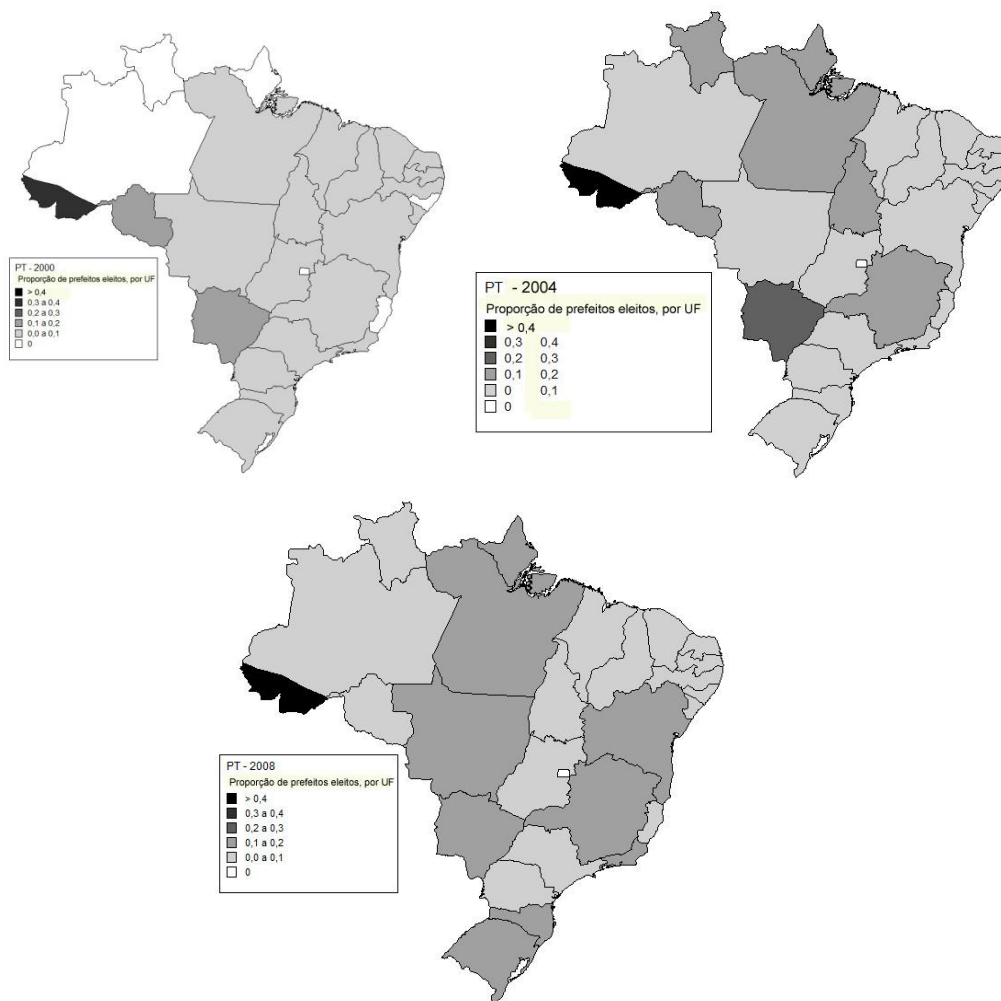
Se for possível falar de um reduto tucano na conjuntura municipal, certamente a indicação será São Paulo. O partido consegue êxitos eleitorais em praticamente todo o país, exceto no Amapá, nas eleições de 2004, e em Roraima nas duas últimas eleições municipais. Mesmo ainda são expressivos os percentuais encontrados em Ceará e Goiás em todas as eleições analisadas.

O caso do PT evidencia que quantidade não garante resultado. Como a tabela 2 indicava, houve crescimento do PT nas eleições municipais no que diz respeito ao número de disputas à prefeitura de que conseguiu participar. Entretanto, em 2004 e 2008 concorreu a maioria das vezes apoiando candidatos de outros partidos⁴⁴. O número de prefeituras do PT ainda se encontra muito distante dos valores obtidos por partidos com quem rivaliza e compete na estrutura federal, tal como DEM e PSDB. Entretanto, houve

⁴⁴ Vide Machado (2007); Miguel e Machado (2007, 2010).

um crescimento expressivo na capacidade de obter vitórias de seus postulantes ao executivo municipal. Entre 2000 e 2008 o PT consegue manter seu bastião no Acre e ao mesmo tempo alcança bons resultados, espalhando o comando de prefeituras pelo país como um todo.

Figura 4: Mapas com a proporção de prefeitos eleitos – PT, por UF e ano da eleição



Fonte: o autor a partir do banco de “Resultados eleitorais”, disponibilizado pelo TSE.

O cenário apresentado por estes dados exploratórios indica a variedade quanto à distribuição dos partidos políticos pelo país. Esta variação de cenários de disputa, evidenciando forças distintas nos estados entre os partidos políticos, sugere que o contexto de barganha e de negociação pode variar muito dentro de cada ambiente político. Mesmo um partido político que possui apoio eleitoral elevado nas eleições em um estado

ou município pode ser um ator secundário do distrito eleitoral vizinho, necessitando do apoio de grupos políticos mais consolidados para fazer parte de alianças com real capacidade de vitória eleitoral, gerando incentivos à lógica conjuntural enfatizada por Lima Júnior (1983) e Lavareda (1991). Nesses casos, existiria estímulo à formação de coligações políticas, mais forte do que a consideração de questões ideológicas, por exemplo.

4.4. Disputa por prefeituras, coligações e estratégia eleitoral

A decisão sobre a formação de uma união eleitoral possui implicações práticas e simbólicas. Do ponto de vista prático, no que se refere ao impacto das coligações sobre a distribuição de cadeiras há um efeito benéfico para os partidos de menor porte nas disputas proporcionais legislativas e um ganho para os partidos de maior porte nas eleições majoritárias. Assim sendo, constituir coligação garante a maximização de ganhos eleitorais. Simbolicamente, é possível observar a proximidade com outras instâncias partidárias (MACHADO; MIGUEL, 2008). A aliança no nível subnacional entre partidos que possuam diferenças ideológicas no âmbito federal pode simbolizar um estreitamento das distâncias políticas entre eles devido a condições específicas da disputa política.

É necessário, portanto, observar as regras eleitorais, para, em seguida, tratar o efeito do contexto sócio-político. Mundialmente, as coligações são mais costumeiras em sistemas proporcionais de lista, como o caso brasileiro, do que sistemas em que a representação legislativa é baseada na lógica majoritária, através do voto distrital. Legendas diferentes se juntam para uma determinada disputa com a intenção de acumular uma maior quantidade de votos, permitindo o acesso mais fácil à distribuição de cadeiras no parlamento.

Retomando a abordagem de Cox (1997) sobre os estímulos à definição de uma candidatura, é importante lembrar a necessidade de abordar elementos legais (regras eleitorais) e motivacionais e históricos (expectativas públicas) para compreender o processo de decisão quanto à apresentação de um candidato.

No contexto brasileiro as regras eleitorais tornam a prática de coligações⁴⁵, quase uma necessidade para partidos que não são hegemônicos nos diferentes distritos eleitorais. Há um aumento na utilização de coligações entre 2000 e 2008 para a disputa por prefeituras, com 74,6% de candidaturas isoladas entre o total de apresentadas em 2000, nas eleições de 2008 observa-se a utilização de coligações em 84,7% dos casos em 2008, totalizando no período abordado em 20,5% de utilização de alianças eleitorais do total de 45935 candidaturas apresentadas. O predomínio deste tipo de estratégia relaciona-se às regras eleitorais brasileiras, segundo as quais partidos em coligação são considerados como um só partido (BRASIL, 1995, art. 6º, § 1º), para todos os fins que se destinem aos efeitos eleitorais da disputa no âmbito e ao cargo para o qual se formou a aliança.

Devido à liberação de realização de coligações para cargos do Executivo e do Legislativo, a negociação por trás de coligações deve considerar a interação entre ambos os níveis da disputa. No Brasil, o sistema de distribuição de cadeiras para os cargos legislativos é feito através da fórmula de quociente eleitoral. Por este método, primeiro se divide o número de votos válidos no distrito eleitoral pelo número de cadeiras em disputa no mesmo. Em seguida, determina-se o quociente partidário através da divisão da votação recebida por uma legenda pelo quociente eleitoral, indicando o número de cadeiras que cada partido receberá nessa primeira distribuição. Caso existam coligações, os partidos que a compõem serão tomados como um único e mesmo partido para o cálculo do quociente eleitoral e para a distribuição de cadeiras entre seus candidatos.

É importante frisar que deste método praticamente sempre existem vagas que não são alocadas, sobras da divisão que determina a primeira distribuição de cadeiras. No Brasil elas são distribuídas por meio do método das maiores médias, ou fórmula D'Hondt. Entretanto, só participarão desta distribuição os partidos ou coligações que porventura tenham alcançado o quociente eleitoral. Esta cláusula de exclusão produz um forte incentivo para que os partidos concorram em coligações quando não estão seguros da obtenção do corte mínimo necessário para participar da distribuição de cadeiras, efeito

⁴⁵ As coligações foram inseridas na legislação eleitoral brasileira pela primeira vez no Código Eleitoral de 1950 (Lei nº 1164/50). Durante o Regime Militar o instituto da coligação foi suprimido com o Código Eleitoral de 1965 (Lei nº 4737/65), mas retorna durante a redemocratização, através da Lei nº 7457/85 (SCHMITT, 2005).

que se apresenta com maior impacto para os partidos de menor densidade no distrito eleitoral. Partidos com baixa densidade eleitoral no distrito, mas com candidatos competitivos, terão incentivos para recorrer a coligações eleitorais no intuito de, em conjunto com seus aliados, obter a votação mínima necessária à distribuição de cadeiras.

O formato das eleições proporcionais influencia a dinâmica de negociação das eleições majoritárias. Torna-se obrigatório aos partidos de menor porte aderir a coligações com reais chances de sucesso eleitoral para emplacar seus candidatos entre os eleitos. Este efeito é tão forte que Braga (2006) argumenta, contrapondo-se à visão habitual das pesquisas sobre eleições, que o fim das coligações tenderia a aumentar a desproporcionalidade das eleições brasileiras, tese também defendida por Dalmoro e Flesicher (2005). Há, portanto, um claro estímulo ao uso de coligações entre os partidos de menor porte, algo que teoricamente não se justifica para os partidos de maior porte.

Apesar das eleições proporcionais apresentarem pouco estímulo para partidos grandes se coligarem com pequenos, como nota Lavareda (1991), pois os primeiros sairiam perdendo vagas para os últimos, o mesmo autor levanta a hipótese de que os grandes partidos se beneficiariam do apoio de pequenos partidos nas campanhas majoritárias, quando a acumulação de votos é essencial para o acesso ao poder, ainda mais em cenários de incerteza. Esta perspectiva é reforçada por Figueiredo (1994), que elabora a “lei de ferro da competição eleitoral”, segundo a qual os partidos se coligam visando reduzir a probabilidade de derrota.

A tese de Lavareda (1991) para o período 1945-64 sobre a importância das coligações tanto para grandes como para pequenos partidos se baseia na percepção de benefícios mútuos. Os pequenos partidos se coligam na disputa por cargos majoritários na expectativa de ganhos futuros, integrando o gabinete dos candidatos às eleições majoritárias, e, nas eleições proporcionais, para conseguir um mínimo de representação. Os grandes partidos, por sua vez, necessitam do apoio de um conjunto alargado de atores e recursos nas eleições majoritárias. Entre esses benefícios inclui-se o aumento do tempo nas campanhas majoritárias no Horário Gratuito de Propaganda Política (HGPE) (SCHMITT, 2005; SCHMITT; CARNEIRO; KUSCHNIR, 1999; NICOLAU, 1996), porque a inclusão de partidos na coligação para o executivo incrementa o tempo de propaganda disponível ao candidato ao cargo executivo. Isso incentiva os grandes

partidos a oferecerem benefícios aos pequenos partidos, tais como coligações para eleições proporcionais, em troca do apoio que trará mais tempo de exposição no HGPE. No caso das eleições municipais o efeito da propaganda eleitoral possui impacto distinto, dependendo do tamanho do município. Apenas uma parcela reduzida das localidades brasileiras possui sinal televisivo próprio para a propaganda política, para a vasta maioria dos municípios o meio de comunicação com maior efeito é o rádio⁴⁶.

Seguindo esta lógica de acumulação de apoio eleitoral, Soares reforça o argumento levantado acima: nas eleições majoritárias, ao competir por apenas uma vaga, partidos grandes necessitam do maior número possível de votos a seu favor, por meio do apoio de partidos que possam angariar votos “extras” – ao mesmo tempo em que retiram votos de seus adversários – e os partidos pequenos, por ser muito difícil se elegerem por si próprios, tendem a formar coligações com a intenção de conseguir benefícios pós-eleitorais – através de cargos, favores etc. (SOARES, 2001, p. 152-3).

Deve-se a estes elementos a possibilidade de se falar em “racionalidade contextual”, tal como proposto por Lima Júnior (1983), onde a busca por aliados pretende minimizar os possíveis ganhos dos adversários. Desta forma, é possível falar em incentivos a partidos de todos os portes para participar de coligações, mesmo que a orientação e o objetivo por trás dessa ação sejam distintos.

Assim, enquanto nas eleições proporcionais a distribuição de cadeiras ocorre através da ponderação do apoio eleitoral obtido, no caso de cargos do Executivo haverá apenas um vencedor. Quanto mais fragmentado for um contexto partidário, maiores serão os incentivos para a utilização de coligações, no intuito de obter a maioria dos votos do distrito eleitoral, a partir de uma dinâmica em que a obtenção do apoio de um partido em uma coligação implica não apenas aumento do apoio eleitoral do candidato à frente da aliança, mas também inviabilização de apoio a um possível adversário. Neste contexto, partidos de grande porte são beneficiados com os votos de partidos menores, gerando expectativas e interações entre os partidos políticos.

Para tornar a situação ainda mais complexa, o Tribunal Superior Eleitoral interpretou a legislação eleitoral brasileira no sentido de definir a verticalização das

⁴⁶ Agradeço a Humberto Dantas por levantar esta especificidade da disputa eleitoral municipal.

coligações. Esta decisão valeu para as eleições de 2002 e 2004, mas foi revogada com a Emenda Constitucional nº 52. A justificativa da verticalização passa por um critério de ordenamento, organização e racionalização do processo eleitoral brasileiro, no intuito de conferir maior coerência às escolhas disponibilizadas aos eleitores nos mesmos distritos eleitorais. Uma vez que nas eleições municipais existe apenas um nível de disputa, a verticalização não possui efeito específico para a abordagem desta pesquisa. Contudo, é importante ressaltar, antes da definição da verticalização já operava no ambiente municipal a obrigação de que caso um partido integrasse uma coligação para o cargo de prefeito, a coligação ao cargo de vereador deveria ser mobilizada entre os partidos integrantes da aliança ao executivo. Reforça-se, portanto, a necessidade de se coligar para obter resultados positivos no legislativo implique em união na disputa para o executivo.

As eleições para prefeito apresentam outro estímulo do ponto de vista das regras. Golder (2006, p. 23-6) observa que quanto mais desproporcional uma eleição, maiores são os incentivos para a celebração de uma coligação, o que é intensificado em eleições majoritárias, pois o custo de não participar de uma aliança eleitoral pode ser a vitória de um concorrente político que tomará decisões contrárias àquelas defendidas pelos primeiros. Em eleições definidas por maioria simples, este cenário torna-se mais forte, pois não há uma “segunda chance” para buscar um novo alinhamento em um segundo turno eleitoral. É importante salientar que este é o cenário observado na vasta maioria das eleições para prefeito no Brasil (DANTAS, 2007). Em municípios com menos de 200 mil eleitores, a eleição para prefeituras ocorre por meio da contagem da maioria simples dos votos, bastando para a vitória na disputa eleitoral apenas a obtenção da maioria dos votos do distrito, independente da proporção de votos recebida (BRASIL, 1997, art. 3º). No caso de um distrito possuir mais de 200 mil habitantes, existe a possibilidade de segundo turno (BRASIL, 1997, arts. 2º e 3º). Candidatos que recebem mais de 50% dos votos são eleitos em primeiro turno; caso contrário, os dois concorrentes melhor posicionados ascenderão ao turno eleitoral seguinte, do qual o vencedor é eleito prefeito. O incentivo para coordenação política pré-eleitoral é maior no caso de municípios onde não ocorre segundo turno, pois não há a chance de um reposicionamento para apoiar candidatos com maiores chances de sucesso eleitoral. As coligações seriam mais comuns nestes contextos, portanto. A grande maioria dos municípios brasileiros possui menos de 200 mil eleitores, sendo o cenário mais recorrente a definição da disputa por prefeituras

através de maioria simples. Não obstante, o critério sobre quais locais poderão observar segundo turno, relacionado à concentração populacional, também se refere à importância estratégica destes municípios. As cúpulas partidárias estaduais e nacionais terão interesse em influir nas eleições desses locais, se valendo inclusive de intervenções, revendo as decisões dos diretórios municipais. Assim, estes contextos apresentam dois constrangimentos, por um lado o já tratado incentivo a participar isoladamente, estimulando adesões a candidaturas vitoriosas apenas no segundo turno. Por outro, a importância do município pode transformar uma disputa local em um embate nacionalmente relevante. De qualquer forma, dentro desses cenários, as instituições locais estão sujeitas a interesses das cúpulas partidárias, tornando a referência ao posicionamento ideológico ou governista um direcionamento mais recorrente nestes ambientes.

A grande quantidade de coligações realizadas nas eleições municipais surge como efeito das regras eleitorais. O período 1945-64 já apresentava grande parte das regras atuais, portanto observa-se a relevância de alianças eleitorais entre partidos desde aquele período, como observado por Soares (1964).

Todavia, a importância das coligações não se restringe apenas ao contexto municipal. Entre 1954 e 1958 há um aumento no número geral de alianças eleitorais, e de políticos eleitos por meio das mesmas, para os cargos de governador, senador, deputado federal e estadual. Diversos estudos indicam que há uma estabilização quanto ao aumento da quantidade de coligações apresentadas no Brasil (MACHADO, 2005; KRAUSE; GODOI, 2010; CARREIRÃO; NASCIMENTO, 2010), porém as coligações permanecem em patamares elevados, como se vê na tabela 3:

Tabela 3: Porcentagem de coligações sobre o total de candidaturas nas eleições de governador e senador, por eleição.

Cargo	1986	1990	1994	1998	2002	2006
Governador	47,7	63,6	57,5	56,1	54,6	53,6
Senador	-	66,7	42,3	45,2	49,9	43,2

Fonte: Krause e Godoi (2010); Carreirão e Nascimento (2010).

No caso de eleições para prefeito, as coligações são mais recorrentes do que nas disputas majoritárias para o Executivo estadual ou para o Senado Federal. A tabela 4, abaixo, esclarece a importância que os partidos políticos dão às coligações enquanto recursos praticamente indispensáveis nas disputas por prefeituras.

Neste cenário as coligações são praticamente regra essencial para a disputa. Em 2000 apenas o PT e o PMDB se destacavam dentre os demais partidos quanto à adoção de uma estratégia de restringir a adesão a coligações. O quadro se altera com a passagem dos anos, sendo possível observar que, em 2008, somente o PT possui um percentual de participações isoladas maior do que o restante dos partidos políticos brasileiros, e mesmos assim observa-se uma queda de mais de vinte pontos percentuais ao se comparar com as eleições de 2000.

Tabela 4: Proporção de participações em coligação sobre o total de participação de cada partido nas eleições para prefeito, por ano da eleição.

partido	2000	2004	2008
PMDB	86,8%	93,7%	95,9%
PFL/DEM	90,7%	95,4%	97,2%
PSDB	91,2%	95,9%	96,7%
PPB/PP	91,0%	95,6%	97,4%
PTB	94,2%	97,3%	97,8%
PDT	92,2%	95,4%	96,9%
PT	71,8%	84,4%	92,3%
PPS	93,8%	96,1%	97,4%
PL/PR	94,7%	96,7%	98,5%
PSB	94,2%	95,4%	97,0%
PSC	94,8%	96,9%	97,5%
PV	91,3%	93,9%	95,9%
PC do B	98,1%	96,8%	96,9%

Fonte: O autor, a partir de Machado e Miguel, 2009.

A partir disso é possível considerar os efeitos psicológico e mecânico, abordados por Duverger, operando nestes ambientes, pois existem incentivos à diminuição de concorrentes ao cargo de prefeito, devido à antecipação de resultados pouco satisfatório por parte dos grupos políticos que não possuam amplo apoio eleitoral no município. De

fato, são recorrentes os casos onde concorrem apenas dois candidatos ao cargo de prefeito no Brasil, como tratado por Dantas (2008a). As tabelas abaixo apresentam dados que corroboram esta afirmação:

Tabela 5: Estatísticas descritivas sobre a quantidade de candidaturas ao cargo de prefeito em cada município, por ano da eleição

estatísticas	2000	2004	2008
Média	2,71	2,83	2,73
Mediana	2	3	2
Moda	2	2	2
Mínimo	1	1	1
Máximo	16	14	12

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012

A quantidade de candidaturas mais recorrente nos municípios brasileiros é de dois postulantes ao cargo de prefeito, possuindo média de candidaturas na faixa de 2,7 entre os anos de 2000 e 2008.

Tabela 6: Quantidade de candidaturas ao cargo de prefeito em cada município, por ano da eleição.

número de candidaturas	2000		2004		2008	
	frequência	%	frequência	%	frequência	%
1	137	2,5	100	1,8	128	2,3
2	2827	50,9	2578	46,4	2815	50,6
3	1658	29,8	1728	31,1	1632	29,3
4	598	10,8	755	13,6	636	11,4
5	214	3,9	256	4,6	218	3,9
6	80	1,4	88	1,6	86	1,5
≥7	41	0,7	57	1	48	0,9
Total	5555	100	5562	100	5563	100

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Eleições para prefeito com apenas dois candidatos ocorrem em praticamente 50% dos municípios nas três eleições abordadas. A tendência de redução do número de

candidaturas é forte no caso das disputas aos executivos municipais brasileiros. Esta condição possui estreita relação com o porte do município, e, conseqüentemente, com a complexidade da disputa. Isso pode ser representado pela diferenciação quanto à possibilidade de haver segundo turno na disputa:

Tabela 7: Comparação da média do número de candidaturas segundo regra de segundo turno, por ano da eleição.

eleitorado	2000* a			2004* b			2008* c		
	média	n	desvio-padrão	média	n	desvio-padrão	média	n	desvio-padrão
< 200.000	2,67	5498	0,974	2,78	5495	1,015	2,69	5486	0,99
≥ 200.000	6,11	57	2,491	6,43	67	2,291	5,79	77	2,022
Total	2,71	5555	1,059	2,83	5562	1,113	2,73	5563	1,074

Fonte: o autor, a partir do banco de dados "Resultados eleitorais", disponibilizado pelo TSE

*Significativo a 0,001

a
Eta=0,327

b
Eta=0,358

c
Eta=0,338

Isso poderia implicar à tipificação de que a grande maioria dos cenários municipais brasileiros apresentaria bipartidarismo, onde apenas dois partidos teriam reais chances de sucesso eleitoral. Entretanto, como observa Cox, “a lei de Duverger diz respeito a sistemas bastante específicos e não resiste a pequenas mudanças nesse sistema” (COX, 1997, p. 96). A variedade de níveis de disputa no contexto brasileiro e a variação quanto à capacidade de mobilização eleitoral de cada partido pelos diversos estados promoveu condições de persistência de multipartidarismo no ambiente municipal, mesmo que em graus distintos. Ao se combinar as informações anteriores (alto número de partidos participantes de disputas para prefeito e alto índice de uso de coligações), o baixo número de candidaturas indica a existência de cenários de negociação para a definição dos candidatos e apoios que os mesmos receberão à eleição de prefeituras.

Mas porque alguns partidos participam da disputa eleitoral mesmo sem possuir chance real de vitória? Como abordado por Cox (1997), as motivações de uma

candidatura podem estar por trás não apenas de ganhar uma cadeira, mas de ampliar a exposição de um partido político, permitindo ganhos futuros em uma disputa para o mesmo cargo, ou visibilizando candidatos da disputa eleitoral ao parlamento, além de, quando o partido for hegemônico, não haver intenção de compartilhar o poder com outros grupos.

Isso auxilia na compreensão sobre o porquê de alguns partidos não se envolverem em coligações, mesmo a partir de um código eleitoral que apresenta fortes estímulos à utilização destas. Este seria o caso de PT e PMDB, principalmente o primeiro, durante as eleições para prefeito em 2000, apesar de existir alteração neste cenário, pois os mesmos partidos passam a apresentar taxas próximas às daquelas de outros partidos políticos (MACHADO; MIGUEL, 2009). Fleischer (1984) pondera que a necessidade de se coligar, para os grandes partidos, decorre da falta de força em todos os estados: concorreriam coligados nas regiões onde não houvesse chance de se eleger por si mesmos – a diferença de capilaridade entre os partidos políticos previamente indicada reforça este argumento.

A forma como o partido político participa de uma coligação também implica em uma estratégia específica no intuito de realizar objetivos não apenas em curto prazo, como a vitória eleitoral, como também em longo prazo. Isso auxilia a compreender a expansão e a modificação da distribuição de forças no cenário municipal entre o período de 2000 e 2008. No caso do PT, se em 2000 a participação poderia ser tida como “tímida”, em 2008 o partido desponta como um dos que apresenta maior capilaridade, como indicado anteriormente na tabela 2. Certamente o fato de o PT ter alcançado a vitória na disputa à presidência da República concedeu ao partido recursos necessários à expansão da organização partidária pelo território brasileiro. No entanto, este crescimento de participação nas eleições para o cargo de prefeito não ocorreu a partir de sua força política isolada. Em 2000 a proporção de participações do PT em coligação na disputa por prefeituras, de acordo com a tabela 4, foi de 71,8%, em 2008 este sobe para 92,3%. No entanto, quando coligado, apenas um número reduzido de vezes houve a apresentação de um candidato petista em 2008. O cenário esboçado por Soares se aproxima o cenário atual: partidos que não estão consolidados em um município precisam de uma estratégia de negociação para se inserir no mercado político local. A escolha por aliados, neste contexto, acaba sendo imposta pelas condições da disputa política local. Como há

variação na capilaridade dos partidos políticos, nem todos os sistemas partidários municipais serão compostos pela plêiade de opções políticas presentes no âmbito da disputa federal. Quanto menor o porte de um partido, menor será a quantidade de recursos à sua disposição, diminuindo a capacidade de expandir sua organização. Um efeito que é recorrentemente observado no contexto brasileiro é a “menor coerência” das agremiações políticas de esquerda. Um dos fatores que contribui para isso reside no fato de que os maiores partidos políticos podem ser classificados como de direita ou de centro, tal como PMDB, PFL/DEM e PSDB, pois apenas recentemente o PT obteve maior relevância política no âmbito municipal⁴⁷. No contexto municipal há pouca disponibilidade de partidos políticos de esquerda, que concentram seus esforços e recursos em municípios com maior número de eleitores.

As considerações de Lima Jr. e Lavareda sobre a racionalidade conjuntural e as de Cox (1997) sobre as motivações para uma candidatura, podem ser aplicadas à dinâmica de alianças municipais, partindo da reflexão de Soares sobre o período 1945-64 no Brasil, que explicita este aspecto importante na disputa local brasileira:

“O ano de 1945 apresentou aos partidos populistas recém-formados uma realidade política adversa. Os partidos tradicionais ainda não se encontravam integrados nacionalmente, mas contavam com uma base organizacional estadual e municipal com uma infra-estrutura socioeconômica local que os favoreciam. Os partidos conservadores tinham experiência organizadora e manipuladora na política, uma vez que muitos de seus líderes haviam participado ativamente da política na República Velha e durante a ditadura Vargas. A formação dos partidos políticos conservadores nacionais era, pois, uma questão de articulação política entre os interesses locais e estaduais já organizados. Porém, o PTB e os pequenos partidos não dispunham de uma infra-estrutura: esta teria que ser criada. Confrontava-se o recém-criado PTB com uma dura realidade: na maioria absoluta dos municípios rurais brasileiros, a política tinha um fundamento sólido na propriedade da terra e era conduzida exclusivamente por uma oligarquia rural. Os municípios eram mercados políticos autônomos; grande parte da comunicação social e política que atingia

⁴⁷ É importante notar que o número de prefeituras obtidas pelo PT ainda é muito pouco expressivo quando comparado a partidos com maior entrada na dinâmica municipal, tal como o PMDB. No entanto, o PT consegue obter resultados muito positivos nos municípios de maior porte populacional.

a maioria absoluta da população emanava de fontes exclusivamente locais. Essa maioria não tinha contato direto com o exterior; pouca ou nenhuma comunicação ultrapassava os limites estreitos do município. O contato com o exterior era feito por meio da oligarquia. Os mercados políticos eleitorais locais não se encontravam integrados no mercado político nacional. Estando fora de sua zona de influência. Os líderes políticos nacionais, as idéias e ideologias políticas nacionais e de classe, que poderiam unificar populações vivendo a mesma situação, não tinham como entrar nesses municípios.

Qual a estratégia a ser seguida, a curto e médio prazos pelos partidos populistas desejosos por ‘abrir’ esses mercados políticos estanques? Os partidos políticos com uma ideologia de classe viam, assim, fugir à sua esfera de influência política grandes contingentes populacionais que, por sua situação objetiva de classe, poderiam apoiá-los. Não obstante, esses mesmos contingentes eram os mais submissos à dominação dos coronéis e das famílias tradicionais. Enfrentar a oligarquia local num confronto direto representava a certeza da derrota. Essa estratégia, evidentemente, não foi seguida pelo PTB nem pelos pequenos partidos [...]. O PTB utilizou ao máximo as dissensões no seio da oligarquia dominante, aliando-se com muita frequência a uma das facções” (SOARES, 2001, p. 162-3).

Portanto, a motivação para participar de uma coligação pode estar além da busca por vitória eleitoral, o que nos leva a considerar o impacto das expectativas públicas sobre a decisão de uma candidatura. A força eleitoral dos partidos irá influenciar a maneira como os mesmos se portarão na mesa de negociação para determinar as coligações. Do ponto de vista das motivações existem dois fatores que impactarão no formato das coligações. De um lado, há a resistência ideológica, proveniente das pressões externas e internas em torno da disseminação de uma identidade partidária e projetos de longo prazo, estímulo a se distanciar de uniões com partidos distantes quanto ao posicionamento ideológico. Por outro lado, a busca por consolidar e adentrar um novo cenário da disputa política – no caso do Brasil a busca por aumentar a capacidade de concorrer em novos municípios – é um incentivo a ignorar barreiras ideológicas. A autonomia do partido em mobilizar sua identidade partidária será mais forte se o mesmo for capaz de obter recursos políticos no interior do município ou a partir de outros níveis pertinentes à disputa. Considerar a distinção quanto à força política do partido nos municípios ou nos níveis superiores da disputa política contribui a se fortalecer a posição partidária no município.

Mas estaria este efeito do contexto político reduzido a condições político-institucionais? Nos estudos de Miguel e Machado (2009) e Machado (2007) percebe-se que o tamanho do eleitorado afeta a consistência ideológica e governista das coligações para prefeito no Brasil. Entretanto, estes estudos tinham por objetivo fazer uma descrição do cenário, de tal maneira que não há a utilização de metodologias mais sofisticadas para verificar este efeito. Dantas (2008) e Peixoto (2009) chegam a interpretações contrárias, negando o impacto do tamanho do eleitorado sobre a composição das coligações para prefeito. Em texto mais recente, Peixoto (2010) observa que existem efeitos das condições socioeconômicas influenciando os acordos eleitorais, apesar de haver grande variação entre os partidos quanto a estes efeitos. Ainda cabe ressaltar que, no mesmo estudo, variáveis relacionadas às condições institucionais e à dinâmica política local foram mais significativas para explicar a construção de alianças entre partidos políticos.

Estes achados incentivam a construção de modelos analíticos orientados pela capacidade de captar a diversidade das condições locais sobre a atividade política. Se as coligações para prefeito no Brasil apresentam uma tendência centrípeta (MACHADO, 2007; RIBEIRO, 2005), o impacto das estruturas de poder local sobre a ação partidária ainda permanecem uma questão pouco explorada. Por este motivo é crucial refletir sobre a forma como as condições locais influem sobre a tendência das coligações municipais brasileiras, assunto a ser tratado adiante.

A partir disso é possível considerar o ponto central da abordagem do estudo. Até agora o foco do capítulo tem sido em explicar o que motivaria a participação em coligações eleitorais. Resta, portanto, tratar os elementos que afetam a decisão sobre com quais partidos se unir eleitoralmente, pois o “formato” das coligações, a combinação de partidos, a seleção de quais partidos irão compor cada coligação, não se explica apenas pelas regras eleitorais. Para compreender este aspecto “qualitativo” das alianças eleitorais é necessário recorrer a instrumentos que permitam distinguir a capacidade de mobilização eleitoral dos partidos na diversidade dos municípios brasileiros. Isso se refere à compreensão de distinções ideológicas, enquanto atalhos cognitivos para a definição do voto, e também do impacto diferenciado que as agremiações partidárias possuem em cada ambiente eleitoral. Portanto, observar a dinâmica de coligações no âmbito municipal permite testar a existência de padrões, que podem sugerir a existência de sistemas partidários próprios, e, caso existam, verificar quais são os incentivos que fomentam os

mesmos. Atentar a essas questões incentiva a presente pesquisa a se esforçar para captar a variação da ação partidária em seu nível mais desagregado, mas controlando o efeito dos níveis acima. Ou seja, é possível falar de um padrão nacional de coligações para prefeito no Brasil? Em caso negativo, haverá padrão devido à dinâmica estadual? Com nova negação, o padrão seria produto de condições políticas e socioeconômicas compartilhadas entre os distritos eleitorais? Somando-se a isso, quais são os incentivos para determinados tipos de coligação no contexto municipal brasileiro?

4.5. Partidos, governismo e ideologia no Brasil

A distinção entre os partidos políticos brasileiros é recorrentemente retratada como débil. Não obstante, é possível rememorar alguns momentos em que a tentativa de aproximação foi tentada. A estratégia do Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, desde os anos 1980, foi de marcar uma posição que se pretendia diferente dos demais, como um partido mais próximo à lógica de movimento social do que de agremiação política. Esse discurso, para ter efeito sobre o eleitorado, ao menos durante o período de consolidação da imagem inicial, não podia prescindir de uma atividade política que combinasse a palavra ao ato, de incentivos coletivos para mobilizar a militância e a base eleitoral do partido. A utilização ou a não-utilização de coligações, bem como a definição de quais partidos participarão de alianças, auxiliou na disseminação de uma imagem do PT enquanto “baluarte” da ação política de “esquerda”, solidificando uma imagem política, que viria a render frutos políticos, enquanto suporte eleitoral, no momento em que internamente o partido se dispôs a modificar suas restrições quanto a alianças e sacrificar parte do capital político até então erigido, com o intuito de ganhar protagonismo na esfera federal (MIGUEL; MACHADO, 2007, 2010; CARREIRÃO; NASCIMENTO, 2010; AMORIM; SANTOS, 2001).

O sistema partidário brasileiro é complexo não apenas pela diversidade de partidos, mas também devido a questões históricas e regionais que marcam profundamente e dão o contorno das agremiações partidárias, implicando em diferentes cursos de ação.

Estudos sobre a distribuição de apoio eleitoral no Brasil indicam a variação regional da votação nos partidos, (AVELAR, 2000; MACHADO, 2007, 2008; NICOLAU; PEIXOTO, 2010), justificando a relevância de considerar a clivagem horizontal para o contexto brasileiro. Isso implica dizer que os partidos políticos, apesar da obrigação legal a serem nacionais, enfrentam contextos políticos regionais distintos (SOUZA, 1976; LIMA JÚNIOR, 1983). Em um primeiro momento seria de se olhar com assombro a existência de um contexto de dinâmica partidária nacional em conjunto com a diversidade subnacional. Talvez seja esta maleabilidade do sistema partidário brasileiro o elemento que garante a coordenação entre atores políticos nacionais, estaduais e locais. Mas como é possível pensar a ideologia a partir desta variedade de cenários?

De forma geral, a teoria de Downs não encontra encaixe perfeito ao ser utilizada como referencial para avaliar sistemas multipartidários, algo apontado pelo próprio autor. Dado o multipartidarismo elevado observado no contexto brasileiro, não é de se espantar a falta de ideologias partidárias claras e consolidadas válidas para orientar a decisão do voto (KINZO, 2004, 1993; AMES, 2001). Entretanto, a falta de identificação partidária não implica que o eleitorado ignore distinções entre os partidos políticos. Por mais que não seja possível estabelecer uma conexão no contexto brasileiro entre identificação partidária e voto (CARREIRÃO, 2007), além de a identificação partidária ser extremamente débil no Brasil (NICOLAU, 2006), pode ser que o eleitorado utilize outros critérios, para além da fidelidade a um programa político-partidário. O eleitor pode utilizar imagens difusas e pouco definidas para decidir sobre a orientação de seu voto, segundo Yan Carreirão (2007), com base em “sentimentos partidários” - algo próximo à perspectiva apontada por Pizzorno (*apud* Reis, 2010), sobre a existência de imagens fluidas ou fins imaginários.

A existência destas imagens difusas permite avaliar (e re-valorizar) a utilização da perspectiva ideológica na análise de coligações no cenário político brasileiro. Isso implica dizer que a utilização da teoria de Soares (1964) sobre a lógica das alianças eleitorais ainda é pertinente, apesar do desencantamento sobre a utilidade de uma ideologia nunca plenamente verificada. Isso implica, de acordo com o tratamento teórico anterior, que existem estímulos à aliança eleitoral entre partidos políticos de orientações ideológicas mais próximas.

Porém, como classificar os partidos políticos a partir destas imagens? Este é um dos principais desafios enfrentados pelos estudiosos de política brasileira na contemporaneidade. Diversas classificações foram elaboradas desde a década de 1980 sem que alguma tenha obtido consenso entre os especialistas sobre o tema⁴⁸. Uma vez que a perspectiva deste estudo se baseia na noção de “sentimentos partidários”, ainda pouco definida e merecedora de estudos mais aprofundados, algo ressaltado por Carreirão (2007), a classificação ideológica pode se referir menos a identidades profundas e sim a imagens imprecisas. Apesar disso, persiste o potencial de ideologias orientarem a ação política, tanto de eleitores quanto de lideranças políticas. Isso possibilita um critério de distinção entre os partidos políticos, necessário à identificação de aproximações e distanciamentos entre as agremiações políticas presentes no interior de sistemas partidários.

A distribuição no *continuum* ideológico do atual formato do sistema partidário nacional brasileiro possui como ponto de partida a aglomeração de lideranças política do regime anterior. Todos os partidos políticos brasileiros surgiram, em maior ou menor medida, a partir de políticos que integravam quer a ARENA ou o MDB (FLEISCHER, 2004). Esta posição entre apoiadores e opositores do regime permitiu a construção de modelos que reafirmavam a percepção, junto ao eleitorado, quanto a estes partidos. Reis (1975;1977) e Lamounier (1975) propoem a existência de uma diferenciação entre partido dos ricos – ARENA – e partido dos pobres – MDB. Essa concepção pode ser observada de forma mais difusa no pós-1982, ao se constatar a percepção de que o PMDB seria, enquanto herdeiro do MDB, o partido dos pobres (MARTINEZ-ALIER; BOITO JÚNIOR, 1975). Contrariando esta interpretação, Santos (1977) percebe a persistência uma conexão entre mobilização do voto em torno da imagem de partido de oposição/situação, de forma que a decisão de se votar em um partido seria fruto do descontentamento do regime mais do que a exposição de uma percepção de interesses de classe distintos. Colocado o recheio de distinção ideológica que pareça mais adequada a cada uma das abordagens, de fundo permanece a constatação de uma distinção entre o

⁴⁸ Entre os estudos que apresentam classificações distintas encontram-se Kinzo (1993), Novaes (1994), Lima Júnior (1993), por exemplo.

voto nos partidos do regime de exceção, o que se adequa ao modelo de ideologia proposto no capítulo anterior, enquanto posicionamento.

Com a abertura política, houve a saída dos grupos mais radicais do MDB em busca de projetos políticos diferenciados, dando origem a partidos como PT, PC do B, PCB, PSB e, em menor medida, o PDT. Do rearranjo da estrutura do MDB e da ARENA houve um inchaço do primeiro, devido à imagem positiva obtida pelo mesmo nos anos finais do regime, promovendo tensões no interior do PMDB que produziram um racha do qual o PSDB, proveniente da união dos “originais do MDB”, foi o produto. Saindo da ARENA, formou-se, a princípio, o PSD, articulado para reunir os grupos que apoiavam o antigo regime, mas que sofreu diversas dissensões, surgindo do mesmo, em combinações variadas com membros do PMDB, agremiações como PFL, PL e PTB, sem contar a infinidade de partidos nanicos de expressão nacional limitada. Contudo, este eixo inicial, que propaga mesmo um mito da mobilização política de cada partido em torno de um momento anterior a suas próprias origens, serviu em grande medida para posicionar os partidos na escala esquerda-direita. Partindo destes elementos, analistas políticos recorrentemente alocaram os partidos políticos brasileiros em torno de uma classificação recorrentemente utilizada pelo senso comum, tanto na sociedade quanto no meio jornalístico. A academia sempre se posicionou a reboque em relação a esta classificação, tomando a mesma como um dado, apesar de algo a ser delimitado e estudado com maior ênfase. PMDB e PSDB seriam, por sua origem, partidos de centro, enquanto os partidos formados por “radicais” do ex-MDB caberiam à esquerda – PT, PCB(PPS), PSB, PC do B, PDT –, limitando os demais partidos à direita – PFL(DEM), PL(PR/PRB), PTB, PSD(PP/PPB). Esta seria a classificação utilizada, por exemplo, por Figueiredo e Limongi (1999, p. 76, 85-8) ao constatarem padrões distintos de comportamento entre os partidos políticos na atividade congressional, bem como em outros estudos, tais como Carreirão (2006) e Kinzo (1993).

Recentemente fomentou-se um debate acadêmico bastante acalorado em torno de classificações partidárias no Brasil. Power e Zucco (2009)⁴⁹ buscaram observar a ideologia dos partidos brasileiros ao captar a percepção dos políticos quanto à

⁴⁹ O estudo possui alguns problemas metodológicos, sendo o mais grave a quantidade limitada de re

classificação ideológica dos partidos através de uma escala de dez pontos. Segundo os autores, a resposta à escala acabava por ser utilizada estrategicamente pelos respondentes para conformar o mundo político à sua própria perspectiva, tornando impossível a comparação das respostas entre os respondentes sem aplicar algum tipo de ponderação. Por exemplo, entre os membros de partidos comumente associados à direita, houve um padrão de alocar todos os partidos dentro do espectro da esquerda, enfatizando uma menor distância ideológica e assumindo para os partidos de direita uma posição no centro da classificação (POWER; ZUCCO, 2009, p. 224). Independente desta utilização estratégica, o resultado encontrado pelos autores apresentou uma estabilidade razoável durante o período observado – 1990 a 2005 – em torno da classificação presente no senso comum. Apesar da utilização da escala em dez pontos, os resultados poderiam ser muito bem sumarizados na distinção mais simples de esquerda-centro-direita⁵⁰, ainda mais pelo fato de que políticos de direita buscam esta aproximação com um posicionamento centrista, pois segundo os dados apresentados apenas PP e PFL entrariam no espectro da direita, ainda assim somente nos anos de 1990 e 2001.

Travando uma discussão e criticando claramente o estudo de Power e Zucco (2009), Kevin Lucas e David Samuels questionam a estabilidade ideológica dos partidos brasileiros. A crítica ressalta especificamente a impossibilidade de se distinguir corretamente alguns partidos no estudo de Power e Zucco, tal como PSDB e PMDB, assim como PFL e PP. Toda a abordagem de Lucas e Samuels parte da premissa da necessidade de se verificar fortes laços sociais para a percepção de partidos fortes. A abordagem destes autores pode estar deslocada alguns anos em relação à literatura produzida sobre partidos políticos, pois ignora a existência de modelos distintos de sistema partidário que não sejam restritos ao modelo de partido de massa. Entretanto, a abordagem dos autores permite reforçar alguns elementos abordados anteriormente neste capítulo.

Para distinguir a ideologia partidária, Lucas e Samuels utilizam o modelo de classe, que implica na avaliação da inexistência de distinção quanto ao perfil das

⁵⁰ Um efeito praticamente idêntico pode ser observado no estudo de Machado (2010), no qual a autora utiliza a pesquisa produzida por David Samuels para distinguir a ideologia partidária.

lideranças políticas entre os partidos. Contudo, como observado por Rodrigues (2002), apenas o PT apresenta um padrão distinto e isso está relacionado à origem específica e distinta deste partido em relação ao demais, fruto do cenário de abertura política. No caso brasileiro este não seria um componente central para explicar a disputa política e visualizar a diferença entre os partidos.

Quanto ao questionamento da possibilidade de diferenciação entre partidos como PMDB e PSDB, isso decorre de duas questões. A distinção entre estes partidos no plano nacional pode parecer inexistente, dado o posicionamento político de ambos, reforçado pelo fato de o PSDB ter se originado de uma dissensão no interior do PMDB. Contudo, esta percepção não avalia a diferença de apelo eleitoral entre a base de eleitores de cada partido. Além disso, tratar apenas do nível nacional da disputa política ignora a variação de penetração destes partidos nos diversos níveis subnacionais do Brasil. Ambos os partidos apresentam concentração de votação em estados/municípios distintos, o que evidencia a existência de bases sociais diferentes. Além disso, não existem sinais que indiquem um desaparecimento a curto ou médio prazo destes partidos, pois eles persistem com ampla base de apoio eleitoral. A questão seria o fato de que a racionalidade pretendida pelos autores para a decisão do voto no Brasil não se aplica ao eleitor brasileiro, pois se estes partidos “iguais” persistem, com eleitorados diferenciados, então existem distinções que a abordagem analítica empregada não é capaz de captar. Os dois primeiros questionamentos valem também para a caracterização de PFL/DEM e PPB/PP, sendo possível observar uma capilaridade alta do primeiro partido em estados da região Nordeste e do segundo na região Sul do país (MACHADO, 2007).

Na busca por aferir maior precisão à distinção partidária no Brasil, recorrentemente perde-se de vista se esta busca por uma precisão “decimal” produz de fato uma classificação capaz de imprimir maior precisão a distinções que já se encontram presentes no senso comum e estão internalizadas pelos agentes políticos (MIGUEL, 2010). O problema de precisão classificatória dos partidos no Brasil reside em outra questão. Como observa Dantas⁵¹ (2010), a classificação ideológica dos maiores partidos

⁵¹ A partir de impressões do autor sobre as discussões quanto à classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros durante um *workshop* financiado pela Fundação Konrad Adenauer e realizado no Rio

brasileiros não chega a apresentar um dilema tão profundo entre especialistas da área e a dificuldade reside em categorizar os partidos de menor porte. Dantas e Praça (2010) enfrentam este desafio e apresentam dados que permitem a construção de uma classificação mais informada quanto às pequenas agremiações, ao tomar por referência as coligações realizadas entre estes e os partidos de maior porte (DANTAS; PRAÇA, 2010, p. 333-5;), ou com identificação ideológica mais consolidada. Contudo, a utilização desta abordagem utiliza apenas a variável de coligação com outros partidos, sendo importante considerar que a definição sobre a ideologia partidária abarque questões mais abrangentes do que aquelas relacionadas ao momento eleitoral. Não obstante, a variável utilizada é um dos fatores que compõem aquilo que permite diferenciar os partidos políticos, inclusive quanto à interação dos mesmos no sistema partidário, pois anuncia aproximações e distanciamentos entre as agremiações. O estudo de Dantas e Praça auxilia a enquadrar melhor partidos de pequeno porte, como o Partido da Mobilização Nacional (PMN) e o Partido Humanista da Solidariedade (PHS)⁵², que possuem histórico e origem relacionados a causas que os aproximariam de partidos classificados como esquerda, evidenciando que a conexão destes partidos estaria mais próxima a uma posição centrista.

Para o objetivo do presente estudo, considerando que a ideologia é tomada como uma classificação em relação ao posicionamento entre os partidos políticos, será utilizada a delimitação mais recorrente entre os estudos de partidos políticos brasileiros, em conjunto com a consideração específica feita por Dantas e Praça sobre o PMN e PHS⁵³. O quadro abaixo resume a classificação utilizada por este estudo, construída a partir destas considerações:

de Janeiro durante o começo do ano de 2009. Desde então houve a mobilização de diversos pesquisadores em torno de um grupo de pesquisa sobre coligações organizado por Silvana Krause

⁵² O PHS foi formado a partir do antigo Partido da Solidariedade Nacional (PSN), partido que atuava como um satélite do PT durante sua existência.

⁵³ Deve-se salientar que dentro de todas as discussões em torno da classificação dos pequenos partidos, a participação dos mesmos é tão pequena no montante geral das eleições para o cargo de prefeito, que o impacto dos mesmos é extremamente reduzido. Entretanto, um partido pequeno pode possuir um bastião em algum município, tornando-o peça fundamental à dinâmica local, por este motivo buscou-se considerar estes partidos na análise.

Quadro 1: Classificação dos partidos políticos no eixo "esquerda-direita".

Esquerda	Centro	Direita
PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV, PCB, PSOL, PSTU, PCO, PSN	PMDB, PSDB, PMN, PHS	DEM/PFL, PSD/PP/PPB, PTB, PR/PL, PRB, PAN, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PT do B, PGT, PST, PTN

Fonte: elaboração própria

Tomando a especificidade do sistema partidário brasileiro, ao se tratar tanto o PMDB quanto o PSDB como centro não há a expectativa de que suas agendas sejam compartilhadas. Considerando a classificação acima, deve-se ter em mente as nuances sobre os partidos de centro, em especial o PMDB, contemplando-se o formato federalista brasileiro. Não é possível falar de uma agenda política unificada no interior de um partido de massa como o PMDB⁵⁴ - em sua própria origem, na transição da ditadura militar para o governo civil, observou-se a união entre lideranças com os mais diversos posicionamentos políticos, ou seja, a própria classificação do PMDB evidencia a dificuldade de tratar a classificação ideológica a partir de uma visão que indicaria uma determinada doutrina política. É possível identificar posicionamentos distintos no interior do PMDB quanto ao seu posicionamento no interior do país. Há uma tendência a se aliar a partidos de direita no Nordeste do Brasil, enquanto no Sul há uma preferência por partidos de esquerda (MACHADO, 2007)., mas estes posicionamentos, que podem parecer conflitantes a princípio, são explicados a partir da consideração de outra perspectiva da disputa política: o governismo.

O controle do poder estatal ocupou espaço crucial na dinâmica social brasileira, em especial devido à extrema desigualdade aqui existente. Eventos históricos importantes na consolidação das estruturas políticas brasileiras, como a Independência e a proclamação da República, não tiveram mobilização popular. A sociedade brasileira

⁵⁴ Agradeço a Flávia Biroli por atentar esta questão.

foi organizada a partir dos mecanismos de aglutinação operados pelas elites políticas por meio do controle do Estado. O posicionamento em relação ao governo central e/ou estadual impacta na distribuição de recursos desde a implementação da República no país (LEAL, 1948; ABRÚCIO, 1998; LESSA, 1999) e gera efeito mesmo após a Constituição de 1988 (ABRÚCIO, 1998). O formato do sistema político-eleitoral brasileiro conforma um cenário em que a construção de maiorias, através da formação de governos de coalizão, se torna crucial para a manutenção da governabilidade. A existência de uma grande variedade de partidos que consegue obter relevância quanto à representação nas instituições brasileiras torna necessária a negociação constante entre Executivo e Legislativo.

Cabe ressaltar que a dinâmica política de alinhamento ao governo não se coaduna necessariamente a uma lógica clientelista. A transposição do modelo de *pork-barrel*, construído a partir do cenário norte-americano, não encontra encaixe perfeito com o contexto brasileiro, pois existem incentivos na estrutura institucional do Congresso Nacional que permitem questionar a utilização do modelo do voto pessoal para o caso brasileiro (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2002, p. 305).

Para o estudo do sistema político brasileiro é necessário considerar a influência do Estado na definição das instituições representativas e mesmo das organizações que disputam seu controle. O germe de um sistema partidário nacional surge no Brasil pela mão em um ditador: Getúlio Vargas. Além de servir como pedra angular na política brasileira em sua época, obrigando o posicionamento dos agentes políticos frente à sua figura, Vargas também foi o organizador do PDS e do PTB, arregimentando apoiadores do governo e as massas proletárias formadas recentemente das grandes capitais. Mesmo o partido de oposição, UDN, exercia sua atividade política a partir da contraposição à figura de Vargas.

Na década de 1970, há um instigante debate no meio acadêmico sobre a interpretação de como ocorreria a dinâmica política no Brasil. Reis (1977) e Santos (1977) questionam se o eleitor se orienta a partir de propostas ou a partir do simples posicionamento com relação a um governo. Pela tese de Santos, haveria no Brasil uma tendência a disputas marcadas pelas bandeiras do situacionismo ou do oposicionismo. Contudo, essa discussão não basta para tratar da questão de como os partidos políticos se

posicionam entre si. Mais do que uma explicação definitiva sobre o comportamento eleitoral, essa visão possui maior potencial como outra dimensão a ser incorporada na compreensão do comportamento partidário. No contexto brasileiro seria necessário acrescentar, pelo menos, a noção de governismo para complementar a explicação da distinção partidária via ideologia política. Como tratado no capítulo anterior, isso implica apenas em considerar que há uma dimensão que pode distinguir os partidos políticos a partir de um viés alternativo ao ideológico, porém atuando como atalho para a decisão do eleitor tal qual a ideologia. Não seria uma medida para substituir a ideologia, mas uma dimensão complementar, auxiliando a explicar uniões cujo eixo esquerda-direita seria incapaz de dar sentido. A dinâmica da interação política brasileira é marcada pela concentração de poderes nas mãos do Executivo.

Deve-se considerar que existe a concentração vertical de poderes, na qual o executivo federal detém maiores recursos e prerrogativas em relação às estruturas subnacionais (governos estaduais e prefeitura). Disso decorre o antagonismo entre partidos com acesso à Presidência da República e aqueles cuja concentração de poder está nas instâncias governativas subnacionais, dando saliência ao posicionamento governista como referência à ação partidária, não se limitando a interação entre âmbito federal e estadual, pois a Presidência pode afetar diretamente a dinâmica estadual, como, por exemplo, através do repasse de verbas não constitucionais. É importante notar que há um efeito semelhante na relação entre estados e municípios.

Para além da dimensão vertical, também ocorre um efeito horizontal da concentração de poder, pois os Executivos (federal, estadual ou municipal) possuem poderes mais amplos do que seus respectivos Legislativos. A partir disso, surge com maior clareza a dimensão trabalhada para dar conta do efeito do governo sobre a construção de coligações: a consideração de posicionamentos relacionados ao eixo governo-oposição.

Quanto ao governismo, por haver variação quanto à composição da base de sustentação do governo, a classificação deve ser produzida a partir das condições de cada eleição abordada. A informação sobre o posicionamento dos partidos na dimensão governista foi coletada através de requisição à Liderança Partidária do partido que representava a liderança da maioria na Câmara dos Deputados à época das eleições

municipais. Desta forma, foi contatada a liderança do PSDB para obter o posicionamento dos partidos durante o ano de 2000, enquanto a informação referente aos períodos de 2004 e 2008 foi solicitada à liderança do PT. A seguir está o quadro com a classificação utilizado pelo estudo⁵⁵:

Quadro 2: Classificação dos partidos políticos no eixo "situação-oposição" no plano nacional.

eleição	Situação	Neutros	Oposição
2000	PSDB, PFL, PMDB, PTB, PPB	PAN, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PT do B, PGT, PSD, PMN	PT, PSB, PC do B, PDT, PPS, PV, PTN, PHS, PST, PL, PSL, PCB, PSTU, PCO, PRONA, PSN
2004	PC do B, PL, PMDB, PMN, PP, PPS, PSB, PSL, PTB, PV	PAN, PHS, PCB, PTN, PST, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PT do B, PGT	PCO, PSTU, PDT, PFL, PRONA, PSDB
2008	PT, PDT, PC do B, PR, PRB, PMDB, PMN, PTC, PP, PSB, PTB, PV	PAN, PHS, PCB, PTN, PST, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PT do B, PGT	PSOL, PCO, PSTU, PPS, DEM e PSDB

Fonte: elaboração própria

⁵⁵ Há uma tese ensaiada desde Machado (2007) de que a maior importância da perspectiva governista seria baseada na lógica estadual, entretanto, não foi possível até o presente momento unir informações suficientes para testar esta perspectiva.

5. Modelo de Análise

O presente capítulo tem por objetivo definir os indicadores a serem contemplados no modelo utilizado no teste das hipóteses levantadas nos capítulos iniciais. Primeiro será tratada a construção da variável dependente, para em seguir se definir o conjunto de variáveis independentes e qual a abordagem analítica a ser utilizada para testar as hipóteses.

5.1. Classificação das coligações: variáveis dependentes

A forma mais recorrente⁵⁶ de abordar coligações no Brasil tem sido a classificação das mesmas por tipo de consistência⁵⁷. A análise segundo esse critério é focada na interpretação sobre a qualidade ideológica das alianças eleitorais. A partir da classificação dos partidos no *continuum* esquerda-direita⁵⁸, faz-se a classificação de três tipos ideais de coligação: a) consistentes – apenas entre partidos da mesma classificação ideológica; b) mais ou menos consistentes – entre partidos de centro e esquerda ou de centro e direita, sem ultrapassar o espectro ideológico; e c) inconsistentes – alianças que contivessem pelo menos um partido de cada extremo do eixo ao mesmo tempo. Esta abordagem apresenta pequenas variações entre os autores quanto à utilização, porém, em termos gerais, o procedimento apresentado sintetiza o formato desses estudos. Entretanto, é possível

⁵⁶ Seguem esse modelo os estudos de Schmitt (1999), Machado (2005); Carreirão (2005, 2006), Carreirão e Perondi (2009), Carreirão e Nascimento (2010); Krause e Godoi (2010); Dantas (2007, 2008), Krause (2002, 2004).

⁵⁷ São poucos os estudos que abordam coligações eleitorais especificamente a partir de uma perspectiva comparada entre países (GOLDER, 2007). Devido a condições da estrutura política no Brasil, tanto no que se refere a regras eleitorais quanto à interação entre os atores políticos, há uma profusão de estudos sobre coligações no sistema político brasileiro, mesmo com momentos de *hiatus* (SCHMITT, 2005). Por existir uma literatura mais vasta sobre a abordagem ideológica de coligações desenvolvida no Brasil, a base teórica para a construção modelo será construída a partir destes estudos, mas devendo ser ressaltado que a maior parte dos mesmos possui uma orientação fortemente empírica e voltada especificamente à realidade brasileira.

⁵⁸ Krause (2008) utiliza a classificação ideológica de cinco pontos, mas mantém a classificação dos tipos de coligação em três tipos ideais.

levantar alguns questionamentos à utilização deste instrumento para a abordagem presente pesquisa.

O primeiro questionamento se refere à crítica de Soares (2001) aos estudos de estudos de Oliveira (1973) e Santos (1987), pertinente a todas as abordagens baseadas na tipologia de consistência. A classificação das coligações segundo o procedimento descrito anteriormente desconsidera a existência de graus distintos de consistência. Uma coligação com cinco partidos de esquerda e um de direita será classificada como inconsistente, da mesma forma que uma coligação entre um partido de direita e dois de esquerda. A inclusão de um único partido político de tendência diferenciada automaticamente torna a coligação inconsistente. Não seria possível observar, a partir deste instrumento analítico, as nuances da composição das coligações. Para contornar este problema, necessita-se ao instrumento de detecção da composição das coligações uma variação contínua e não discreta. Disso resulta a dificuldade de partidos classificados como centro apresentarem valores altos de consistência ideológica, devido à existência de um pequeno número de partidos nesta faixa do espectro ideológico.

A segunda questão se refere à especificidade do presente estudo. A classificação por consistência foca na dinâmica do sistema político brasileiro, a presente abordagem centra na compreensão do comportamento partidário individual, ao considerar constrangimentos específicos a cada partido político. Desta forma, a classificação por tipo de coligação apresentaria um problema à realização deste estudo, pois um partido de centro nunca poderia ter suas coligações classificadas como incoerentes, cabendo apenas as demais definições, quando analisado isoladamente.

O terceiro ponto, mais complexo, se origina pela falta de definição teórica clara sobre a utilização da classificação. Ao se delimitar o critério de consistência buscou-se a utilização de uma terminologia mais “amena”, menos carregada do ponto de vista normativo. O questionamento implícito do modelo é: a coligação obedece a critérios de consistência ideológica? Este modelo é influenciado direta e indiretamente pela teoria de Soares. Indiretamente, pois a construção da noção de “consistência” é fruto do trabalho de Isabel de Oliveira (1973) ao discutir os achados de Soares, diretamente, pois se utiliza da premissa da “resistência ideológica”. Mesmo que no estudo inicial de Soares (1964) não se especifique a questão da racionalidade ideológica, em uma abordagem mais

recente (SOARES, 2001), este critério é explicitado, como já foi tratado. Seria mais adequado falar, portanto, de coerência ideológica, pois a consistência poderia ser assumida como uma variação temporal do padrão da coligação (MACHADO; MIGUEL, 2008).

O ganho da classificação sobre a consistência/coerência reside na fácil descrição da tendência no interior das coligações, possibilitando criar um padrão para comparação. Na fonte desse enfoque encontra-se o estudo de Oliveira (1973), que trata a inconsistência das coligações a partir das dimensões da base eleitoral ideológica e regional dos partidos durante o período entre 1950 e 1962, tendo por intenção descrever o padrão de aliança dos três principais partidos do período – PDS, UDN e, PTB. Havia o pressuposto de que os incentivos para os partidos se coligarem derivam em maior medida da variação de seu tamanho do que das condições específicas de suas bases e organizações, não havendo variação da racionalidade entre os partidos, tida esta como invariável no tempo e no espaço. É importante ressaltar que essa abordagem toma as coligações como unidade de análise, sendo avaliada a distribuição dos formatos das alianças eleitorais, não os incentivos específicos e diferenciados existentes a cada partido.

Ao se trabalhar apenas com a caracterização ideológica das coligações, partindo do questionamento da coerência/consistência, pretende-se que a ação partidária seja orientada por este critério, o que dificulta a percepção de outros padrões que não aqueles restritos à obediência ao comportamento “esperado”.

O problema de se classificar as coligações a partir da racionalidade é definir *a priori* qual é a racionalidade das organizações partidárias. Ao se utilizar a terminologia de consistência/incoerência deixa-se implícita uma expectativa quanto à ação partidária. Este questionamento não se refere a algo que torne a empiria em torno desta classificação insustentável, mas pretende-se apontar um problema do ponto de vista de uma definição analítica anterior à própria realização da pesquisa, há um viés que inclusive dificulta perceber qual seria de fato a orientação da ação partidária, pois o diagnóstico já estaria dado no pressuposto utilizado na análise. A avaliação sobre a consistência da coligação deveria ser feita após a utilização do instrumental analítico, sendo necessária maior neutralidade ao mesmo.

Há, portanto, um problema quanto às definições, sendo o próprio uso do conceito de consistência questionável e talvez deslocado. O uso do termo busca se afastar de um julgamento de valor da ação partidária, pois caracterizar uma coligação por sua coerência implicaria no questionamento quanto à racionalidade da ação dos atores políticos. Contudo, o uso do termo consistência não resolve esta tensão, pois é possível discernir uma dimensão implícita quanto a este tipo de classificação, onde, mesmo ao subtrair o termo coerência, o teor do termo persiste. Isso se faz perceber a partir de uma das análises fundacionais do tema.

Maria do Carmo Campello de Souza aborda a nacionalização dos partidos políticos brasileiros durante o período 45-64 a partir da dinâmica de coligações à época. A nacionalização pode remeter à organização interna dos partidos políticos e à construção de padrões de comportamento partidário. Mas isso implica falar, ao mesmo tempo, da definição de uma consciência coletiva partidária comum, da construção de uma racionalidade partidária, da definição de interesses compartilhados.

A classificação das coligações por tipo de consistência implica na definição, no próprio instrumento analítico, quanto à expectativa de comportamento partidário, algo inerente às abordagens sistêmicas, à qual Souza se solidariza (SOUZA, 1976, p. 43-6). Esta abordagem é razoável para o caso da avaliação do sistema partidário, mas ineficiente para o caso de avaliação do comportamento partidário específico, ao relacionar este assunto à perspectiva crítica de Panebianco frente aos estudos partidários e a possível tendência teleológica.

A partir destes questionamentos, quais outros procedimentos poderiam ser empregados para tratar o problema em estudo? Entre as características a serem avaliadas deve-se considerar a ponderação do número de partidos e a possibilidade de observar o posicionamento dos partidos em aliança.

Dentro dos estudos legislativos, no que se refere às abordagens de coalizões de governo e oposição, são vários os estudos que abordam a distância ideológica entre os partidos que compõem as coalizões (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; LIJPHART, 2003; INÁCIO, 2006, p. 55-6). Este método apresenta resultados mais interessantes do ponto de vista analítico, do que o grau de consistência, ao permitir apreender o grau de

distância entre os partidos que compõem as alianças, avaliação dada a partir do grau de contiguidade na classificação das coligações. Entretanto, as críticas apontadas por Soares (2001) aos trabalhos de Oliveira (1973) e Santos (1987)⁵⁹ também seriam pertinentes a essa abordagem, por não existir uma gradação decorrente do número de partidos participantes na coligação, apesar de nela estar incorporada a percepção do posicionamento político entre os membros da união.

Outro procedimento é utilizado por Peixoto (2008); neste estudo as coligações são analisadas sem necessidade da utilização de uma classificação prévia dos partidos políticos, algo extremamente promissor e inovador na área, sendo algo que resolveria os problemas de auto referencia das classificações ideológicas. Através de consecutivas regressões logísticas por partido o autor identifica as chances de cada partido se coligar com os demais. Apesar de ser eficaz para abordar o problema a que se propõe tratar – identificar parceiros preferenciais entre os partidos –, essa abordagem não possibilitaria apreender o formato das coligações⁶⁰, uma vez que considera as interações apenas entre dois partidos ao mesmo tempo, situação irreal da competição eleitoral, uma vez que a composição de a análise da composição de uma coligação não pode prescindir da percepção do conjunto total da coligação.

Partindo das considerações de Soares (2001), Miguel (2004) elaborou um índice que busca resolver parte do problema apontado pelo autor, apesar de ser construído tendo por referência o posicionamento dos partidos. As críticas de Soares às abordagens sobre coligações se referem a dois aspectos: a consideração de apenas parte dos partidos políticos na classificação⁶¹ e o tratamento da tipologia das coligações sem atribuir grau

⁵⁹ As críticas de Soares também podem ser facilmente colocadas aos trabalhos baseados na classificação do tipo de consistência.

⁶⁰ O próprio autor ressalta esta questão: “Aqui não se trata de investigar a coligação como unidade de análise, mas sim os parceiros preferenciais dos 12 principais partidos. Dessa forma, por um lado, tem-se a desvantagem da perda do número de partidos coligados; por outro, é possível verificar detalhadamente quais são os verdadeiros parceiros preferenciais de cada partido quando realizam as coligações” (PEIXOTO, 2010, p.282).

⁶¹ Este aspecto da crítica é dirigida a Oliveira, sendo inclusive essa uma crítica compartilhada por Santos.

de coerência devido à composição dos partidos. Coligações podem ter o predomínio de alguma tendência política, algo que a tipologia sobre a consistência não permite captar.

O valor do índice considera a concentração das tendências ideológicas presentes na coligação. Para tanto, todos os partidos devem ser classificados segundo sua posição ideológica e governista. Retornando à ênfase na necessidade de tomar o partido como unidade de análise para a compreensão do comportamento partidário, para a abordagem do presente estudo é necessário realizar algumas adequações a partir do índice construído por Miguel.

Entretanto, o índice formulado por Miguel fora definido originalmente para avaliar o formato da coligação. O cálculo dos índices deve ser realizado individualmente para cada partido, sendo atribuído um valor para cada coligação na qual a agremiação participe. No cálculo dos índices o partido analisado é desconsiderado da computação, pois o objetivo é observar a tendência dos partidos com que cada organização se coliga. Assim o instrumento analítico indicaria a concentração de um espectro ideológico, ou melhor, trataria da existência de polarização, caso o índice fosse se referisse a um dos extremos, ou a composição com parceiros de forma não polarizada, quando não há maior concentração de partidos de esquerda ou direita.

O índice de viés ideológico (IVI) de cada coligação eleitoral é estipulado em uma escala⁶² de 1 a 3, na qual o valor 1 corresponde à maior concentração de partidos de esquerda e o valor 3 uma maior concentração de partidos de direita. Considerando que a ideologia, a partir dos critérios do presente estudo, não é uma definição de uma agenda política específica, mas sim um posicionamento político, o valor “central” da escala não indica uma tendência “centrista” da coligação, mas a não existência de uma concentração de partidos de esquerda ou de direita na coligação avaliada, ou não polarização dos parceiros. A mesma lógica serve para a avaliação do governismo. A obtenção do resultado

⁶² A amplitude original do índice criado por Miguel era de -1 a 1, definida para facilitar a visualização dos dados. Para uma abordagem descritiva estes valores não interferem na realização de tratamento estatístico. Entretanto, no caso da necessidade de utilizar cálculos mais avançados a partir destes valores era possível a ocorrência de distorções devido ao número zero possuir valor no índice. Para evitar estes problemas foi realizada a transposição dos valores do índice para a presente escala, porém sem alterar a lógica por trás do índice e a distribuição dos valores, algo crucial para um índice que pretende observar posicionamento.

para cada partido é dada pela soma do valor correspondente a cada partido ideologicamente, dividido pelo total de partidos coligados, ou seja:

$$IVI = \frac{(1.n_e) + (2.n_c) + (3.n_d)}{n};$$

onde:

n_e = número de partidos de esquerda, exceto o partido analisado

n_c = número de partidos de centro, exceto o partido analisado

n_d = número de partidos de direita, exceto o partido analisado

n = número total de partidos na coligação, exceto o partido analisado

Por exemplo, se um partido de centro se coliga com dois partidos de direita, três de esquerda e um de centro, o valor ideológico da referida coligação será 1,83.

$$IVI = \frac{(3 \times 1) + (1 \times 2) + (2 \times 3)}{6} = 1,83$$

O segundo índice – índice de governismo federal⁶³ (IGF) – segue o mesmo cálculo, porém varia em relação ao IVI quanto ao critério de classificação dos partidos. Para o índice de governismo federal foi obtido junto à assessoria parlamentar de cada partido na Câmara do Deputados seu posicionamento frente ao governos de Fernando Henrique Cardoso em 2000 e de Luis Inácio “Lula” da Silva em 2004 e 2008.

Como já foi abordado, o índice de apoio ao governo federal, se baseia na escala de 1 a 3, onde 3 representa suporte ao governo em questão e 1 oposição. A obtenção do resultado para cada partido é dada pela soma dos valores atribuídos a cada partido, dividido pelo total de partidos coligados, ou seja:

$$IGF = \frac{(1.n_o) + (2.n_n) + (3.n_s)}{n};$$

⁶³ Este índice foi desenvolvido nos trabalhos de Machado (2007) e Machado e Miguel (2008).

onde:

n_o = número de partidos de oposição, exceto o partido analisado

n_n = número de partidos neutros, exceto o partido analisado

n_s = número de partidos de situação, exceto o partido analisado

n = número total de partidos na coligação, exceto o partido analisado

Assim sendo, a mesma coligação do exemplo anterior se compõem, no âmbito federal, por cinco partidos de situação, nenhum de oposição e um neutro, terá um índice de apoio ao governo federal de 2,83.

$$IGF = \frac{(1 \times 0) + (2 \times 1) + (3 \times 5)}{6} = 2,83$$

Existem dois problemas associados ao cálculo dos índices. O primeiro reside na atribuição do valor central aos partidos de centro ou neutros⁶⁴, o que em tese implicaria em maior consistência para os partidos classificados nestes posicionamentos políticos⁶⁵. A outra questão é a definição, no contexto municipal, sobre quais seriam os partidos relevantes a ponto de impactar de fato no formato da coligação⁶⁶.

Quanto ao primeiro problema, é importante ressaltar que o índice apresentado não é uma representação perfeita da realidade. É um instrumento constituído para aperfeiçoar as análises até então elaboradas. Retomando a questão sobre a “precisão” das avaliações sobre a ideologia partidária, o interesse do presente estudo reside em representar a composição dos posicionamentos políticos em uma coligação, sem a pretensão de que as

⁶⁴Este problema foi apontado por Peixoto (2008, 2010).

⁶⁵ Entretanto esta é uma característica de partidos de centro, efetivamente existe um leque maior de opções de legendas partidárias que lhes permite maior grau de coerência ideológica do que os partidos classificados nos polos do espectro ideológico.

⁶⁶ Agradeço a Yan Carreirão, Luciana Veiga, Maria do Socorro Braga, Fátima Anastasia e Carlos Ranulfo pela constatação deste problema.

coligações eleitorais expressem um programa político específico e de acordo com a “combinação” dos partidos envolvidos.

Uma das formas mais recorrentes de se definir relevância baseia-se na perspectiva de Sartori (1976), enquanto capacidade de influenciar na tomada de decisão, entretanto, para a perspectiva deste estudo, esta abordagem é insuficiente. A relevância como influência decisória permite colocar que todo partido com representação na Câmara dos Deputados possui relevância política. Entretanto, no contexto municipal brasileiro, devido à diversidade partidária, partidos irrelevantes na dinâmica nacional podem possuir peso eleitoral no contexto local. Torna-se imperativo, portanto, construir algum critério de seleção dos partidos a serem considerados pela pesquisa.

A lógica para a formação de coligações, a partir da perspectiva de ganhos de votos, reside na tentativa de aumentar os votos ao candidato a prefeito e, ao mesmo tempo, retirar votos de oponentes. O critério de relevância não seria apenas a quantidade de eleitos possíveis de se obter, mas a quantidade de votos em si. Na transformação de votos em cadeiras, ainda não existe a certeza do cargo, apenas a projeção realizada com a suposição de votos a serem recebidos. É com base nisso que as negociações são realizadas, quando se pensa os fatores de caráter meramente pragmáticos. A força eleitoral, no sentido pensado por Sartori (1976), não seria suficiente para dar conta de observar esse critério. Com isso, a porcentagem de votação seria o critério mais relevante. Contudo, a porcentagem terá interpretação muito diferente quando pensada a diversidade de contexto políticos em que as eleições municipais ocorrem. Os principais fatores a serem considerados são o número de partidos que participam da disputa e o número de cadeiras em disputa. Em contextos menos competitivos, uma percentual de 5% dos votos pode não ser tão relevante quanto 1% em um cenário mais acirrado. Essa variação dificulta falar de força ou relevância eleitoral a partir de um percentual específico para todos os contextos políticos. Reconhecendo a arbitrariedade inerente à definição de um valor para determinar a competitividade de um partido, será utilizado como orientação o critério normativo da lei eleitoral brasileira, que estipula a necessidade de cada partido obter ao menos 5% dos votos nacionais para obter funcionamento parlamentar. Porém o critério não será observado no somatório total de votos dos partidos no território nacional, mas que a

relevância do partido dependerá da sua capacidade de obter pelos menos 5% dos votos válidos para a Câmara de Vereadores no distrito eleitoral na eleição prévia.

A partir considerações levantadas acima, foram calculados os valores do IVI e do IGF, apresentados na tabela 8, a seguir:

Tabela 8: Descrição dos IVI e IGF das coligações relevantes em 2000⁶⁷

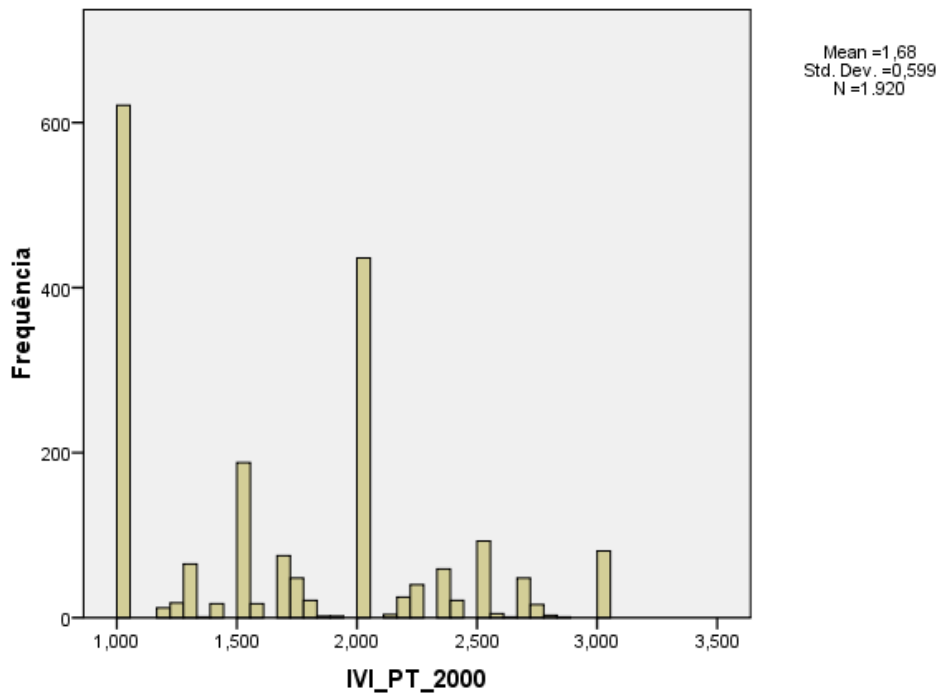
	PT		PMDB		PSDB		PFL		
	IVI	IGF	IVI	IGF	IVI	IGF	IVI	IGF	
N	Válidos	1923	1923	4294	4294	3922	3922	4156	4156
	<i>Missing</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
	Média	1,68	1,8	2,22	2,13	2,3	2,24	2,27	2,32
	Mediana	1,67	1,8	2,33	2	2,33	2,25	2,33	2,33
	Moda	1	1	3	3	3	3	2	3
	Desvio Padrão	0,6	0,73	0,68	0,71	0,63	0,67	0,55	0,64
	Skewness	0,4	0,36	-0,46	-0,2	-0,57	-0,36	-0,41	-0,52
	Std. Error of Skewness	0,06	0,06	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04
	Kurtosis	-0,86	-1,2	-0,95	-1,18	-0,65	-0,95	-0,41	-0,74
	Std. Error of Kurtosis	0,11	0,11	0,07	0,07	0,08	0,08	0,08	0,08
	Mínimo	1	1	1	1	1	1	1	1
	Máximo	3	3	3	3	3	3	3	3

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil – Prefeituras (2012).

Dado que o IVI e o IGF podem ser caracterizados como variáveis contínuas, o tratamento multivariado através de um modelo de regressão linear múltipla se apresenta como instrumento analítico adequado ao caso em tela. Entretanto, a distribuição dos valores dos indicadores apresenta concentração elevada em alguns pontos do índice, como exemplificam os gráficos contendo os histogramas a seguir.

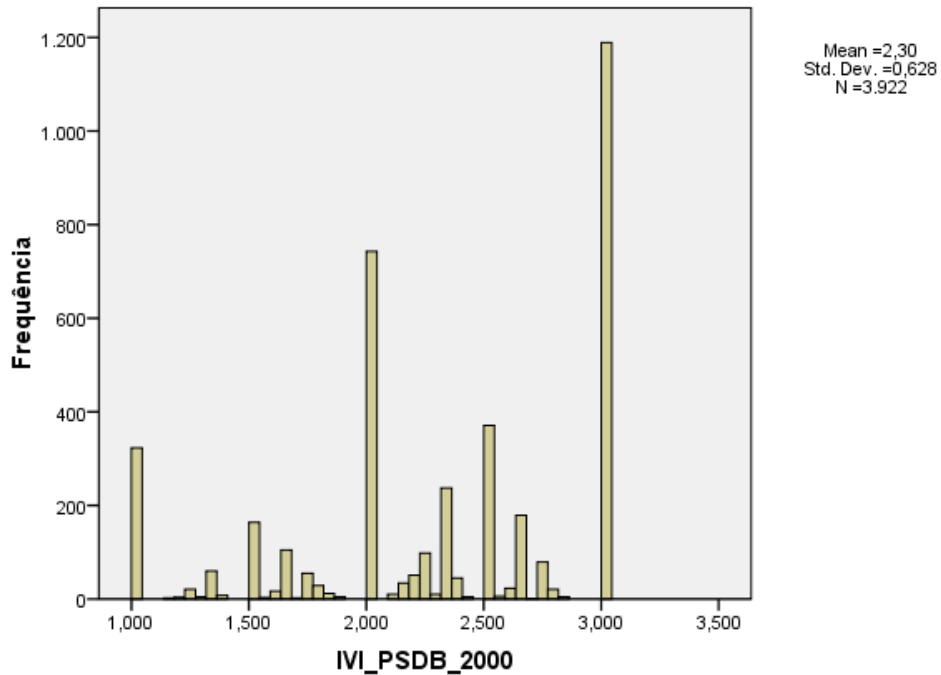
⁶⁷ Os dados sobre 2000 foram apresentados apenas como ilustração das variáveis para justificar a modificação da variável dependente.

Gráfico 1: Histograma do IVI - PT (2000)



Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012

Gráfico 2: Histograma do IGF - PSDB (2000)



Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012

Os demais gráficos apresentam padrões parecidos⁶⁸, não sendo aqui reportados para pela economia de espaço. A possibilidade de se pensar uma relação linear ao se buscar apreender relação com outras variáveis se vê prejudicada. Além disso, a distribuição leva à possibilidade de se pensar nas coligações enquanto concentração, ou polarização, em torno de algumas tendências, pois há concentração nos valores 1, 2 e 3 na maior parte dos partidos observados.

Criou-se, portanto, uma variável a partir da recodificação dos valores encontrados para os índices⁶⁹, segundo as categorias acima mencionadas, considerando o grau de polarização observado⁷⁰. Esta operação permite a construção de modelos de regressão com variáveis dependentes categóricas.

Definida a sistematização sobre o tratamento empírico do formato das coligações em que um partido se envolve, a qual se refere à variável a ser explicada no modelo, cabe considerar a justificativa para a seleção dos indicadores referentes às variáveis independentes do modelo.

5.2. Definição dos indicadores das variáveis independentes

Abordar dados municipais políticos, sociodemográficos e econômicos demanda atenção à especificidade de suas características, quer na coleta ou na análise de dados. Do ponto de vista do conjunto de variáveis socioeconômicas, trata-se de uma abordagem ecológica, pois as medidas são fruto da agregação de informações individuais. Esse tipo de tratamento demanda cuidado por parte do analista, por ser corriqueiro atribuir características ou ações individuais a informações agregadas, caracterizando “falácia

⁶⁸ Na realidade, o único caso desviante é o gráfico contendo o histograma do IVI para o PT em 2000, em que os picos estariam nos valores 1,0, 1,5 e 2,0. Entretanto, nas demais situações os picos observados ocorreram nos valores 1,0, 2,0 e 3,0. Não obstante, é importante observar que apesar dos picos comuns, há variação quanto à distribuição dos mesmos, ou seja, alguns partidos apresentam maior concentração em um dos polos, quando comparada a concentração nos demais pontos do eixo para outros partidos.

⁶⁹ A descrição dos valores das novas variáveis serão apresentados no capítulo de análise.

⁷⁰ Os valores do IVI de 1,0 a 1,66 foram atribuídos polarização à esquerda, entre 1,67 e 2,33 sem polarização, e entre 2,34 e 3,0 polarização à direita. O IGF foi reclassificado segundo a mesma lógica, contudo com polarização à oposição entre 1,0 e 1,66 e polarização à situação entre 2,34 e 3,0.

ecológica”⁷¹. Para o presente estudo, o conjunto de indicadores socioeconômicas é considerado como *proxy* da complexidade do ambiente informacional, não se trata, portanto, de especular efeitos diretos. Por exemplo, no de caso um município apresentar indicador educacional elevado não se pode inferir a existência de lideranças políticas e militantes mais preparados para o acesso à informação. É possível, por exemplo, que, no local supracitado, aqueles com maior escolaridade sejam os menos engajados politicamente. O efeito observado, portanto, é geral, não individual.

Considerando a teoria anteriormente proposta, se um município tem média de condição educacional mais elevada do que a média nacional, não se espera que os líderes partidários locais também possuam maior grau educacional, comparativamente ao restante do país. Este tipo de inferência necessitaria coleta de informações específicas dos indivíduos. A variação das condições socioeconômicas, tomadas agregadamente, não implica, necessariamente, certas características dos indivíduos inseridos em determinado contexto. Os fatores socioeconômicos indicam a variação da complexidade do ambiente informacional, ou seja, são aqui tomados como características que indicam maior diversidade social, de atividades profissionais, visões de mundo.

Não se pretende, portanto, explicar a ação individual dos agentes do campo político-eleitoral. Ao se verificar, por exemplo, a relação positiva entre o aumento da média dos anos de estudo em um município e o aumento das chances de se observar uma coligação polarizada à esquerda pelo PT, não se deduz que a existência de um número maior de pessoas com educação superior induz à modificação de comportamento partidário. Percebe-se, apenas, a presença simultânea desses dois traços em um mesmo ambiente. O conjunto de variáveis utilizado nos modelos não busca estabelecer relação estrita entre um elemento sócio-político específico e o formato das coligações, pois o foco da análise reside na compreensão de como as complexidades dos ambientes informacionais impactam as expectativas das elites quanto a discursos simbólicos permeáveis à rede de apoio eleitoral local. É mais importante, portanto, verificar o efeito do conjunto de variáveis sobre a dinâmica coligacionista do que cuidar da interpretação minuciosa do efeito de cada variável individual sobre o grau de polarização da coligação.

⁷¹ Sobre o tema ver Lazarsfeld, Berelson, Gaudet (1944); Faria (1978); Castro (1994).

Para além desta consideração, deve-se ressaltar a quantidade de dados processados, quando se analisam eleições municipais, especificamente ao se levar em conta a coleta de informações relevantes para a compreensão da dinâmica social. Considerando a existência de mais de cinco mil municípios, torna-se praticamente inviável, no presente trabalho, o investimento de tempo e de recursos necessários à obtenção de dados primários de cunho individual sobre as condições locais. A seleção de indicadores das dimensões percebidas como relevantes ao modelo proposto fica limitada à oferta de dados sistematizados pelas fontes oficiais do governo brasileiro.

Dito isso, deve-se lembrar que as informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as condições municipais, em sua totalidade, se restringem aos Censos demográficos brasileiros, que ocorrem a cada dez anos⁷². Disso decorrem duas questões que devem ser consideradas como inerentes à abordagem proposta. A princípio, a seleção de dados encontra-se limitada às informações disponibilizadas nas fontes oficiais (CENSO, bancos de dados do TSE e do Tesouro Nacional); contudo, a definição sobre quais variáveis serão utilizadas foi orientada pela referência aos modelos teóricos propostos, buscando o máximo de aproximação possível, dadas as condições de obtenção de informação. A segunda questão diz respeito à limitação temporal dos dados. Como mencionado acima, os dados do Censo estão limitados às coletas realizadas a cada dez anos, ou seja, apesar do interesse, do presente trabalho, ser nas eleições de 2000, 2004 e 2008, as variáveis socioeconômicas de todos os anos estão referenciadas às informações do Censo realizado em 2000. Sempre que possível foram utilizadas outras fontes de informações mais atualizadas em relação às eleições analisadas; contudo, a maioria dos indicadores socioeconômicos refere-se ao Censo de 2000. Certamente esse é um problema grave na análise, especialmente ao se considerar variação da distribuição de renda no país, nos últimos dez anos. Porém, deve-

⁷² Uma alternativa seria utilizar a PNAD para tratar dados municipais, contudo, esses dados são construídos a partir de uma amostra de municípios. Os dados da PNAD permitem apenas abordagens sobre os municípios presentes na amostra ou o tratamento agregado e probabilístico das informações sobre todos os municípios brasileiros. Uma vez que um dos focos do trabalho reside em investigar quais elementos locais induzem dinâmicas políticas distintas, o estudo se veria prejudicado ao tratar com esse grau de agregação.

se ressaltar, essa é uma das limitações às quais os trabalhos com foco na análise municipal encontram-se reféns atualmente.

5.2.1. Indicadores socioeconômicos

A partir dessas considerações iniciais sobre a disponibilidade de informações municipais, cabe apresentar os indicadores selecionados e justificar a escolha dos mesmos. Quanto à dimensão socioeconômica, a princípio foi cogitado utilizar indicadores agregados, como o Índice de Desenvolvimento Humano, para verificar a complexidade informacional. Contudo, há uma dificuldade de relacionar esse tipo de indicador com as condições consideradas teoricamente. A complexidade do ambiente informacional subdivide-se, enquanto medida possível de ser trabalhada nos moldes de uma análise agregada, em: condições cognitivas - amplamente trabalhadas a partir de indicadores de educação; aspectos de inserção econômica - considerando algum grau de distribuição/concentração de riqueza na sociedade - e variedade de experiências de mundo, relacionada à distinção entre vivência urbana ou rural⁷³. O IDH municipal (IDH-M), por sua vez, refere-se a outros elementos que àqueles passíveis de serem elencados em uma gradação de complexidade informacional, além de não incluir uma dimensão

⁷³ Aventou-se a possibilidade de se trabalhar com dois dos componentes do IDH-M, a saber, IDH-M Educação e IDH-M Renda, uma vez que questões relacionadas à melhoria das condições de saúde (dado pela esperança de vida ao nascer) da população – o terceiro item - não se referem a um elemento dos fatores socioeconômicos relevantes à compreensão do contexto informacional. Entretanto, os demais componentes não se referem, necessariamente, às condições do fluxo informacional. A dimensão educação do IDH-M refere-se a dois elementos: a taxa de alfabetização e a taxa de matrícula no sistema de ensino brasileiro. Enquanto a taxa de alfabetização pode indicar a presença de conhecimentos necessários à compreensão de discursos sociais e a possibilidade de maior integração com o ambiente social por uma parcela mais abrangente da população, permitindo a vivência de uma gama maior de experiências e contatos com o mundo social, a taxa de matrícula refere-se à participação na educação formal, de crianças no ensino fundamental a jovens adultos em cursos universitários, o que não reflete, necessariamente, condições mais complexas de interação social. Quanto ao indicador de renda, utiliza-se o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*), o qual pode parecer um bom indicador de complexidade econômica; no entanto, o PIB refere-se à capacidade de produção de uma região, mas não diz nada a respeito da distribuição da riqueza, ou da natureza da produção. Deve-se reconhecer, portanto, que o indicador possui limitações tendo em vista os objetivos específicos deste trabalho, apesar de ser um instrumento adequado de avaliação das condições locais, para possível desenvolvimento de políticas públicas, por exemplo.

importante, a experiência rural/urbano. Feitas as considerações acima, é preciso propor indicadores⁷⁴ mais apropriados à verificação da complexidade do fluxo informacional. Como já se enfatizou, essa dimensão refere-se às condições que permitem aos membros de uma comunidade o contato com uma quantidade maior de informação, bem como experiências e visões de mundo mais diversas, o que é possível, por exemplo, em metrópoles, onde a dinâmica social é mais complexa.

É possível considerar duas sub-dimensões a serem tratadas como indicadores do fluxo informacional. A primeira é a concentração populacional, uma característica demográfica que permite distinguir locais em que o contato com a esfera política assume uma perspectiva mais imediata e pessoal, daqueles em que o tamanho da população se torna um impeditivo a esse tipo de conexão com o mundo social. A segunda refere-se à qualificação dessa interação. A educação, a diferença entre experiência rural e urbana e a distribuição de recursos econômicos, permitem abordar, em alguma medida, a complexidade dessas interações.

Para tratar das condições demográficas foram selecionadas duas variáveis: a estimativa do tamanho da população e a densidade populacional. A densidade populacional foi calculada a partir das estimativas populacionais no ano de cada eleição, divididas pela área geográfica do município, segundo as informações presentes no Censo de 2000⁷⁵.

O aspecto educacional será estimado por meio da média de anos de estudo da população do município. Poderia ser utilizada a taxa de alfabetização, dada a consideração de a capacidade de leitura ser um instrumento essencial à compreensão de

⁷⁴ Assim, persiste a limitação apontada anteriormente quanto à disponibilidade de dados sobre as condições municipais. Os dados do XI Censo Demográfico brasileiro, referentes a 2000, coletados pelo IBGE, podem ser acessados através do sistema Ipeadata, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O sistema do Ipeadata encontra-se disponível no endereço eletrônico www.ipeadata.gov.br.

⁷⁵ Há um pequeno grau de imprecisão em relação a esta variável para os anos de 2004 e 2008. Uma vez que novos municípios foram criados, a área das localidades originárias desses foi repartida. No entanto são poucos os novos municípios criados após 2000, não havendo um impacto profundo na análise proposta.

discursos e signos políticos⁷⁶. Entretanto, a média de anos de estudo acaba por incorporar a própria taxa de alfabetização, já que há alta correlação entre as duas medidas. Ainda assim, o indicador selecionado parece medir, de forma mais acurada, a complexidade das interações sociais.

O PIB pode sintetizar a quantidade de recursos produzidos em um município, embora não trate da distribuição dos mesmos. Pode-se afirmar que a posse de recursos permite acesso a um número maior de espaços de interação social. Não se pretende incluir a desigualdade presente na sociedade, medida com indicadores como o Índice de Gini ou o L the Thiel, pois a agregação destes indicadores trata da concentração de renda, mas não indica o montante de recursos disponíveis, o que parece necessário para analisar a diversidade de experiências sociais. Afinal, é possível existir um ambiente de baixa desigualdade no qual os indivíduos possuem poucos recursos. Para tentar captar esta especificidade, foi utilizada a proporção de pessoas no município, residentes em domicílio no qual há um carro, um critério que permite observar a distribuição de recursos materiais

A teoria do desenvolvimento político ressalta a distinção entre campo e cidade como um indicador de diversidade das atividades e oportunidades econômicas. Quanto a essa dimensão, tomou-se como medida a proporção da população ocupada em atividade econômica de local classificado como urbano.

Por fim, resta considerar a condição propriamente econômica do contexto municipal. Contudo, há uma interação entre as condições econômicas e experiência rural/urbano a ser problematizada. Se o indicador econômico selecionado trata de mensurar a distribuição de riqueza, é importante considerar a qualidade desta riqueza. A depender da fonte das riquezas produzidas, pode-se esperar um cenário mais ou menos complexo de interações sociais. Ou seja, caso a produção de riqueza de um município for resultante de atividades agropecuárias, haverá indício de existir um predomínio de

⁷⁶ Não que o analfabetismo impossibilite interpretações coerentes sobre o mundo político. Porém, a partir do modelo informacional downsiano, a capacidade autônoma de interpretação de discursos políticos limita a dependência de outrem para obter informações.

experiências de mundo relacionadas às condições rurais. Para tanto foi incorporado ao modelo a proporção do PIB municipal que advém da produção agropecuária⁷⁷.

5.2.2. Indicadores políticos – incerteza

Tal qual afirmado anteriormente, Cox (1997) considera a incerteza política como um estímulo à coordenação eleitoral, enquanto redução da oferta de candidatos. Este efeito é reforçado se existe a possibilidade de formação de coligações, permitindo a opção estratégica, para os partidos/candidatos com menor carga competitiva, de aderir a candidaturas cujas chances de vitória aparentemente são mais elevadas. Ambientes políticos mais incertos implicam, portanto, maior chance de que sejam observadas coligações menos orientadas por questões ideológicas ou governistas, reforçando o incentivo à obtenção de ganhos políticos derivados da participação no lado vencedor da disputa eleitoral.

A incerteza política refere-se às condições específicas do distrito eleitoral analisado. No caso deste estudo às condições da disputa política entre as organizações mobilizadas dentro do sistema político local. Para dar conta desta dimensão, serão trabalhados três fatores. Por um lado, o cálculo dos líderes partidários sobre a necessidade de apoiar outro partido é condicionada ao conhecimento prévio do arranjo histórico-eleitoral observado no distrito. O cálculo sobre as chances de ganho político perde capacidade preditiva em cenários de instabilidade eleitoral, quando a expectativa sobre o potencial de mobilizar eleitores não pode ser dada como certa. Para captar esta variação utilizou-se como indicador a volatilidade eleitoral⁷⁸ da votação para a Câmara de

⁷⁷ Enquanto os demais indicadores possuem uma mesma direção teórica em respeito ao efeito das condições do fluxo informacional, o PIB agropecuário aponta um sentido oposto. O PIB pode ser decomposto em agropecuário, industrial e serviços. Dado que a definição desta variável se refere à consideração de especificidades derivadas de condições rurais *versus* condições urbanas, pode parecer intuitivo utilizar a combinação do PIB de serviços e industrial. Contudo, é possível distinguir algumas atividades dentro da categoria de serviços há uma variedade de atividades que não podem ser confundidas com aquelas existentes na dinâmica industrial. Se deve a isso o tratamento da dimensão rural da produção de riqueza local.

⁷⁸ A volatilidade eleitoral é calculada através da soma do módulo das diferenças da proporção de votos obtidos pelos partidos que participaram de um par de eleições, valor dividido por 2 para permitir a variação

Vereadores, a qual permite considerar o conjunto de variação da votação presente em um sistema.

A volatilidade eleitoral pode ser obtida através da fórmula a seguir:

$$V = \frac{\sum(|v_t - v_{t-1}|)}{2}$$

Onde:

v_t : proporção de votos de cada partido em uma eleição.

v_{t-1} : proporção de votos de cada partido na eleição anterior.

A seleção da votação para o parlamento local se deve à possibilidade de verificar, com maior precisão, o apoio eleitoral dado aos partidos organizados municipalmente. Aplicar a volatilidade para averiguar a variação de votação para cargos majoritários, quando há a combinação de multipartidarismo e permissão de coligação, pode sobrestimar a variação. Por exemplo: um partido “A” concorre a uma eleição no tempo “1” com uma candidatura própria e obtém 40% dos votos. Contudo, na eleição seguinte, tempo “2”, não possui candidato viável e participa do processo eleitoral apoiando a candidatura do partido “B”, a qual obtém 60% dos votos. É razoável considerar que ao menos parte da votação desta coligação foi fruto do apoio proporcionado pelo partido “A”; digamos que esse tenha mobilizado algo em torno de 30% do eleitorado na eleição do tempo “2”. A aplicação do índice de volatilidade, sob essas circunstâncias, atribuiria variação total dos eleitores do partido “A”, inviabilizando a utilização do índice para verificar capacidade de controle ou manutenção de apoio eleitoral pelos partidos⁷⁹.

O segundo aspecto da incerteza diz respeito ao padrão da competição; se a eleição é marcada pelo predomínio de um vencedor ou se há disputa entre as candidaturas apresentadas. Em caso de existir disputa política há um estímulo para ocorrer o efeito

entre 0 e 1, no qual o primeiro corresponde à ausência de variação e o segundo valor à variação total entre eleições.

⁷⁹ Utilizou-se a volatilidade da eleição anterior em relação à eleição analisada.

reduzidor de candidaturas, porém estimulando a adesão a candidaturas com maiores chances de vitória.

A maioria dos índices que buscam captar a competitividade refere-se à dinâmica eleitoral para o legislativo⁸⁰. Contudo, para o presente estudo, é necessário tratar da competição para o cargo a prefeito, pois a própria história da disputa pode influir sobre as decisões eleitorais que levam ao predomínio de um partido em certo distrito⁸¹. Vitor Peixoto (2012) aborda a competição eleitoral para Executivo e Legislativo nos municípios brasileiro através da adoção de dois indicadores, o Número Efetivo de Partidos⁸² (NEP) e o Índice de Competitividade⁸³. Para a abordagem comparativa dos municípios, pretendida na atual abordagem, existem alguns problemas na utilização dos mesmos.

⁸⁰ A utilização do termo competitividade não costuma se referir a condições da estrutura da disputa política, mas trata da qualificação sobre a distribuição da votação dos candidatos, sendo, portanto, uma medida individual. Exemplos desta abordagem podem ser encontrados em: Ames (1995a; 1995b); Avelino, Biderman e Silva (2011); Samuels (2002); Carvalho (2003); Pereira e Rennó (2001; 2007); Silva (2011).

⁸¹ O aspecto crucial da Lei de Duverger, para este caso, recai sobre o efeito psicológico, referente à capacidade de aprendizado do eleitorado quanto às opções com reais chances de vitória. Como tratado anteriormente, a vasta maioria das eleições para prefeitura do Brasil se adequam às condições de redução de candidatura, tal como tratada na proposição feita por Duverger.

⁸² Elaborado por Laakso e Taagepera (1979), pode ser obtido através da fórmula a seguir:

$$NEP = \frac{1}{\sum ci^2}$$
, onde c_i é o número de cadeiras de um partido sobre o total de cadeiras no distrito eleitoral.

⁸³ Apresentado por Santos (1997) e obtido através da fórmula a seguir: $IC = \frac{N}{2W} - 1$, onde N se refere ao número de candidatos, e W ao número de cadeiras a serem ocupadas.

Apesar de alguns autores sugerirem de que o índice de Fracionalização⁸⁴ ou mesmo o NEP poderiam indicar competição política⁸⁵, não é possível afirmar um *grau* de competição. Ambos os indicadores tratam da dispersão de votos.

Uma solução pode ser adoção da Fragmentação, indicador apresentado por Santos (2004), apontado como solução a alguns dos problemas da análise de Nicolau (2004), dentre os quais se encontram alguns dos questionamentos já trabalhados nos parágrafos anteriores. No caso desse indicador é necessário estipular o grau de dispersão eleitoral (fracionalização) e ponderar o mesmo pelo grau de dispersão máxima⁸⁶, considerando o número de partidos que de fato participam da disputa. Desta maneira, torna-se possível comparar contextos partidários distintos⁸⁷.

Tendo em mente estas questões, o Índice de Competição para Prefeituras (ICP), considerado para os modelos, se refere à distância, em pontos percentuais, entre as duas candidaturas mais votadas na disputa de prefeitura das eleições anteriores⁸⁸. A variação teórica do índice ocorre entre 1 e 0, onde valores mais elevados indicam baixa competição.

O terceiro elemento relativo à incerteza do ambiente político complementa os demais por tratar da variedade de partidos organizados municipalmente. Neste caso a fracionalização é um indicador razoável para tratar a quantidade de partidos cuja concentração de votos permite atribuir força política local. A variação eleitoral e a

⁸⁴ Construído por Era (1971), pode ser obtido pela fórmula a seguir: $Fr = 1 - \left(\sum v_i^2 \right)$, sendo v_i a proporção de votos recebidos por um partido no distrito.

⁸⁵ Carvalho (2003) interpreta a fracionalização como um atributo da competição, enquanto Peixoto (2012) atribuiu ao NEP este papel.

⁸⁶ A fracionalização máxima pode ser obtida pela fórmula a seguir: $Fr_{max} = \frac{N(n-1)}{n(N-1)}$, onde N equivale à magnitude do distrito e n ao número de partidos parlamentares.

⁸⁷ Considerações específicas sobre o uso do NEP e do Índice de Competitividade para medir competição em disputas por cargos majoritários estão incorporadas no Anexo A.

⁸⁸ Este indicador se refere a uma adaptação do índice de “Competição Política Municipal” tratado por Coêlho (2010) de forma dicotômica. Agradeço à contribuição de Mathieu Turgeon para a definição do indicador.

existência de um alto número de partidos com capacidade de angariar votos atuam como incentivo aos possíveis candidatos buscarem apoios mais amplos, no intuito de obter um maior grau de controle sobre o resultado eleitoral futuro. Para marcar essas condições calculou-se, a partir das informações de votação e eleitos disponibilizadas pelo TSE, a volatilidade eleitoral municipal e a fracionalização⁸⁹ da Câmara de Vereadores.

Por fim, considerando as condições específicas do contexto brasileiro, deve-se ter em mente o impacto do segundo turno na construção de coligações. Apesar de um número muito reduzido de municípios brasileiros estarem submetidos a essa regra⁹⁰, não é um efeito a ser desconsiderado, dada a importância teórica atribuída a este elemento. Foi criada uma categoria, portanto, na qual o valor 1 aos municípios com mais de 200 mil habitantes, onde é possível ocorrer segundo turno, e com o valor 0 as localidades com menos de 200 mil habitantes.

5.2.3. Indicadores políticos – poder político

A última dimensão de análise recai sobre questões de contextualização da posição do partido político na disputa. Os indicadores referentes à incerteza do ambiente político podem ser considerados incentivos presentes ao cálculo racional de todas as organizações partidárias envolvidas, pois afetam igualmente as expectativas de todas. Pode-se, inclusive, afirmar que se trata de variáveis sobre as condições sistêmicas da disputa eleitoral. Entretanto, ao dar continuidade ao argumento trabalhado no Capítulo 3, o foco de análise no comportamento dos partidos políticos permite explicitar a abordagem do trabalho. Tomando o cuidado de não imputar às estruturas partidárias a capacidade de ação, a análise do comportamento coletivo partidário, produto das negociações, embates e alianças internos, ao menos um componente dela pode ser verificada através da análise das coligações eleitorais formadas, pois há um processo de negociação interno para determinar os apoios obtidos. É por isso que se tratou da questão da racionalidade e do entendimento sobre o conceito de ideologia no Capítulo 2, pois a ação coletiva em torno

⁸⁹ A utilização da fragmentação em vez de outro, tal como o Número Efetivo de Partidos (NEP) se deve à possibilidade de realizar comparações quanto à concentração ou dispersão das cadeiras legislativas. Para maiores esclarecimentos, ver Santos (2006).

⁹⁰ O número de municípios onde pode ocorrer segundo turno varia entre aproximadamente 1% e 2% do número total de municípios brasileiros.

do formato da coligação depende da capacidade de absorver informação e de antecipar cenários (racionalidade estratégica). Contudo, partindo da própria abordagem sobre os dilemas da racionalidade formulada, a princípio, no contexto de surgimento da Teoria da Escolha Racional, devem-se considerar os aspectos conjunturais da racionalidade. Ou seja, não são apenas as instituições que afetam o cálculo racional, mas também a posição estratégica ocupada pelo partido. A partir dessas colocações, partidos mais centrais no cenário⁹¹ da distribuição de força política em um município, ou do estado no qual o município está inserido, terão maiores incentivos a participar com candidaturas próprias ou em conjunto com aliados políticos de posicionamento próximo. Essa questão refere-se à avaliação conjuntural, a partir da própria posição que o partido ocupa, por meio das decisões de suas lideranças.

Posto isso, deve-se reconhecer diferenças no que concerne os níveis de disputa. As lógicas Estaduais e Municipais não obedecem aos mesmos princípios, cabendo avaliar a força política dos partidos separando os níveis de disputa. Além de possuir cargos, a diferença em relação às demais agremiações também adiciona mais um componente de avaliação sobre os recursos estratégicos disponíveis, ao permitir situar o partido em relação aos demais. Para tanto foi mensurada a diferença entre a votação recebida para o cargo de vereador entre o partido analisado e o segundo colocado na disputa eleitoral. Inseriu-se, ainda, como variável de controle, se há possibilidade de ocorrer segundo turno no município ou não, para testar o impacto desta regra na antecipação de alianças em locais onde a lei não se aplica.

5.2.3. Indicadores políticos – dependência financeira

Como tratado anteriormente, esta dimensão poderia ser tomada a partir do montante de recursos enviados de um ente da federação a outro. Entretanto, com a nova regulamentação municipal foram definidos repasses constitucionais obrigatórios, independentes da capacidade de arrecadação do município. Dessa forma não basta observar o repasse de verbas, mas averiguar o repasse de verbas discricionárias por parte

⁹¹ Esta é uma adaptação de parte do argumento relacionado ao Modelo da Centralidade, à corrente psicossociológica do comportamento político.

do governo federal. Desta forma, para averiguar o efeito do repasse financeiro negociado com o nível federal foram consideradas as transferências voluntárias. Segundo a regulamentação pertinente:

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2000).

A partir disso, selecionou-se variáveis presentes no banco de dados “Finanças e Despesa dos Municípios - Finbra”, disponibilizado pelo Tesouro Nacional. Para compor o indicador de transferências voluntárias, consideraram-se os campos contendo o aporte de verbas da União para o município⁹², retiradas as transferências obrigatórias. O valor resultante dessa subtração foi ponderado pela receita total do município. Ao multiplicar o valor por 100 chegou-se à porcentagem de recursos que as receitas municipais receberam, entre o total de recursos recebidos, que haviam sido depositados pelo governo federal, sendo um indicador de dependência municipal em relação à União.

⁹² Foram contabilizados os valores referentes às variáveis 29, 72, 107 e 123, sendo subtraídos os valores das variáveis identificadas como 31,32,33,35,37,43,45,108,109,124,125. O valor obtido foi ponderado pelo total de receita recebida pelo município, através da soma das variáveis 2, 27, 97 e 105.

6. Análise do formato das coligações

Antes de iniciar a análise dos dados, faz-se necessário esclarecer a abordagem empírica e retomar as hipóteses levantadas para definir o teste das mesmas.

Tendo em mente que as variáveis dependentes definidas no capítulo anterior são categorizações do valor dos índices de governismo e ideologia, a regressão logística pode produzir um modelo adequado ao teste de hipóteses. Contudo, a regressão logística é adequada a variáveis dicotômicas (HOSMER; LEMESHOW, 2000, p. 1), enquanto a variável criada possui três categorias. Para este tipo de variável, o modelo adequado à predição é a regressão logística multinomial (HOSMER; LEMESHOW, 2000, p. 260). Enquanto a regressão logística apresenta estimadores cuja interpretação se refere ao aumento ou decréscimo na chance de observar uma categoria em relação à outra, no caso de três ou mais categorias torna-se necessário definir uma classe como a referência para a definição das probabilidades.

No caso da polarização ideológica, as coligações polarizadas à esquerda foram classificadas com o valor 1, 2 as sem polarização e 3 no caso de polarização à direita. O índice de governismo foi categorizado como 1 para polarização à oposição, 2 sem polarização e 3 polarizadas à situação. A definição da categoria de referência foi definida com base no partido analisado. Por exemplo, ao modelar as coligações do PT segundo o critério ideológico, foi utilizada como categoria de referência a polarização à esquerda, o valor 1. Caso a análise fosse referente à dimensão governista em 2000, ao considerar as coligações do PSDB a categoria de referência utilizada seria a polarizada à situação, ou o valor 3.

A equação relacionada a este modelo deve ser composta por duas funções *logit*, uma para cada par de comparações entre categorias. A seguir encontra-se a formalização do modelo utilizado para explicar a variação das coligações de um partido de esquerda segundo o critério ideológico⁹³:

⁹³ Como já havia sido tratado no parágrafo anterior, cada regressão possuirá sua formulação específica, devido à variação quanto à definição da categoria de referência. Apesar do conjunto de variáveis

$$g_2 = \ln \left[\frac{P(Y = 2|x)}{P(Y = 1|x)} \right]$$

$$= \beta_{20} + \beta_{21}x_1 + \beta_{22}x_2 + \beta_{23}x_3 + \beta_{24}x_4 + \beta_{25}x_5 + \beta_{26}x_6 + \beta_{27}x_7 + \beta_{28}x_8 + \beta_{29}x_9$$

$$+ \beta_{210}x_{10} + \beta_{211}x_{11} + \beta_{212}x_{12} + \beta_{213}x_{13} + \beta_{214}x_{14} + \beta_{215}x_{15}$$

$$= x' \beta_2.$$

e

$$g_3 = \ln \left[\frac{P(Y = 3|x)}{P(Y = 1|x)} \right]$$

$$= \beta_{30} + \beta_{31}x_1 + \beta_{32}x_2 + \beta_{33}x_3 + \beta_{34}x_4 + \beta_{35}x_5 + \beta_{36}x_6 + \beta_{37}x_7 + \beta_{38}x_8 + \beta_{39}x_9$$

$$+ \beta_{311}x_{11} + \beta_{312}x_{12} + \beta_{313}x_{13} + \beta_{314}x_{14} + \beta_{315}x_{15}$$

$$= x' \beta_3.$$

, onde:

x_1 : População, x_2 : Densidade Populacional, x_3 : Educação, x_4 : Ocupação Urbana, x_5 : Acesso a carro, x_6 : PIB agropecuário, x_7 : Volatilidade eleitoral, x_8 : Competição, x_9 : Fragmentação, x_{10} : 2º turno, x_{11} : Governador, x_{12} : Deputado estadual, x_{13} : Prefeito, x_{14} : Vereador, x_{15} : Colocação eleitoral

As tabelas contendo os coeficientes estimados para os modelos de regressão multinomial encontram-se em apêndice ao final do texto. A apresentação dos dados será realizada através das probabilidades preditas, no intuito de facilitar a interpretação, não havendo a necessidade de interpretar diretamente as regressões construídas segundo o modelo acima. Contudo, os parâmetros por meio dos quais foram elaboradas as tabelas de probabilidades preditas são decorrentes do modelo acima apresentado.

Hipótese 1.1: O modelo elaborado será capaz de explicar melhor as coligações realizadas por partidos de situação segundo a dimensão governista.

Hipótese 1.2: O modelo elaborado será capaz de explicar melhor as coligações realizadas por partidos de oposição segundo a dimensão ideológica.

independentes ser o mesmo para todos os modelos, deve-se atentar que todo novo modelo implicará na redefinição das categorias das variáveis dependentes.

O teste das duas primeiras hipóteses diz respeito à comparação de ajuste dos modelos. Uma abordagem possível pode ser o uso da tabela de classificação, por ser:

Uma maneira atraentemente intuitiva de resumir os resultados de um modelo ajustado de regressão logística é por meio da tabela de classificação. Esta tabela é o resultado de classificações-cruzadas da variável resultante, y , com uma variável dicotômica cujos valores são derivados das probabilidades logísticas estimadas (HOSMER; LEMESHOW, 2000, p. 156)⁹⁴.

A tabela de classificação é recorrentemente utilizada no caso de variável dependente dicotômica. Uma vez que para a construção da mesma é necessário definir qual seria uma tabela nula, ou seja, na qual não existe nenhum efeito observado, o corte normalmente para a classificação é de 0,5 de carga da variável, devido à distribuição de variáveis dicotômicas. No caso de variáveis independentes categóricas de três classes, o valor mais adequado é de 0,33, pois seria o valor equivalente à tabela nula para esta quantidade de categorias. Com o resultado da tabela de classificação é possível obter a proporção de casos que o modelo é capaz de prever corretamente, valor dado através da porcentagem geral de casos da tabela que foram corretamente preditos.

Entretanto, é necessário assegurar que a classificação realizada por este método não seja fruto de uma classificação ao acaso. Para testar essa hipótese, é possível usar o *kappa* de Cohen, medida utilizada para medir o viés entre classificadores (FONSECA; SILVA; SILVA, 2007), com base na classificação apresentada a partir dos estimadores. O *Kappa* de Cohen, cujo valor indica o grau de concordância entre valores previstos e observados. Através deste indicador será possível definir se a estatística produzida através da tabela de classificação permitirá atestar sobre a capacidade explicativa das regressões.

O valor de *kappa* pode ser obtido através da seguinte fórmula:

$$k = \frac{P_o - P_a}{1 - P_a}$$

⁹⁴ Tradução do autor.

P_o se refere à proporção de acordo encontrado, ou seja, o número de casos em que a tabela de classificação categorizou como sendo a mesma categoria. O valor P_o é obtido através soma dos valores observados na diagonal da tabela de classificação, dividido pelo total de casos⁹⁵. P_a é a classificação dada pelo acaso, cujo valor é obtido pela soma da multiplicação entre o percentual no total da linha e o total da coluna, dividido pelo total de observações (FONSECA; SILVA; SILVA, 2007, p. 83).

De posse das medidas de ajuste do modelo, será realizada a comparação entre os modelos ideológico e governista, no sentido de corroborar ou negar as hipóteses acima levantadas.

Se as primeiras duas hipóteses dizem respeito ao modelo como um todo, as demais se referem à avaliação do impacto das dimensões consideradas teoricamente pertinentes para explicar o comportamento coligacionista dos partidos brasileiros.

Hipótese 2.1: O aumento da incerteza eleitoral aumenta a chance de se observar alianças entre partidos de posicionamento político distinto.

Hipótese 2.2: Quanto maior o controle de recursos políticos, menor a chance de haver coligações entre partidos de posicionamento político distinto.

Hipótese 3: Ambientes informacionais menos complexos aumentam a chance de se observar aliança entre partidos de posicionamento político distinto.

Hipótese 4: O aumento da dependência financeira de um município aumenta a chance de se observar aliança com partidos com posicionamento governista.

Primeiro será realizado um teste geral das dimensões do modelo, verificando a pertinência de cada uma para explicar variação no formato das coligações. O teste consistirá no cálculo de Wald para o conjunto de indicadores que se refere a cada dimensão do modelo. Isso permitirá verificar se o efeito combinado das variáveis independentes sobre a variável dependente é estatisticamente significativo. No entanto, essa estatística não diz respeito ao sentido da interação, sendo possível que uma dimensão

⁹⁵ Não será apresentada a tabela de classificação completa, apenas o resumo do total de classificações corretas em cada categoria.

seja considerada significativa, apesar de apresentar valores opostos àqueles indicados pela teoria.

Um dos principais problemas de lidar com a análise de regressão multinomial reside na complexidade de interpretação. O resultado deve ser avaliado a partir da relação entre duas categorias, dentre as quais uma é a referência para a comparação com todas as demais. A necessidade de especificar a relação analisada em determinado momento pode tornar o argumento confuso e repetitivo. Para além do problema de estilo da análise, cabe ressaltar aquele relacionado a interpretações baseadas na noção de razão de chance. Regressões logísticas são baseadas na comparação de probabilidades, permitindo verificar qual é o aumento da probabilidade de se observar o valor de uma categoria específica caso um conjunto de fatores esteja presente. O resultado dos coeficientes pode ser calculado como razão de chance que uma variável independente possui em alterar o valor de uma categoria de referência para aquela analisada. Todavia, as razões de chance podem assumir valores extremamente elevados, em decorrência das características dos dados trabalhados, sobrestimando o efeito de alguns condicionantes.

Para evitar estes problemas de interpretações foi utilizado o cálculo das probabilidades preditas (LUCAS, 2001), permitindo comparar o impacto da variação de cada variável independente⁹⁶. Segundo este procedimento determinam-se perfis cujo princípio será verificar a chance de observar uma categoria na variável dependente no caso de se ocorrer um determinado valor na variável independente tratada, controlando o efeito das demais variáveis como se fossem equivalentes à média de suas observações. No caso de variáveis contínuas, foi calculado um perfil de valores “baixos”, correspondente ao primeiro decil observado para a variável, e um perfil de valores “altos”, cujo corte foi definido pelo nono decil da variável. Porcentagem apresentada nas tabelas foi calculada na linha, para facilitar a incorporação de todos os valores em uma mesma tabela.

Ao final da apresentação dos resultados da pesquisa haverá um quadro resumo cujo intuito será de resumir as informações necessárias ao teste das hipóteses

⁹⁶ As regressões logísticas multinomiais, a partir das quais foram criadas as probabilidades preditas, encontram-se no Anexo B.

consideradas para a compreensão sobre as condicionantes das coligações por prefeituras no Brasil.

O teste das hipóteses sobre as condicionantes permitirá o teste de afirmações derivadas da hipótese geral:

Hipótese 5.1: Condicionantes socioeconômicas possuem capacidade explicativa para o formato ideológico das coligações.

Hipótese 5.2: Condicionantes de poder político possuem capacidade explicativa para o formato governista das coligações.

Para a verificação destas hipóteses será tomado como referência o quadro contendo o resumo sobre os efeitos esperados. Desta forma basta verificar se houve efeito esperado entre o posicionamento político analisado e as condicionantes admitidas na hipótese.

6.1. Partido da Frente Liberal (PFL) e Democratas (DEM)

Originado da dissidência do PDS contrária à candidatura de Paulo Maluf às eleições indiretas para presidente em 1985, o antigo PFL possuía até as eleições municipais de 2000 uma grande quantidade de eleitos na política municipal do país (Machado, 2007). Após o PMDB, era o principal aliado do governo tucano de FHC entre 1994 e 2002, fazendo parte de sua base de apoio durante o período.

Apesar da tentativa de refundação do partido, culminando na mudança do nome da legenda, torando-se DEM a partir de 2007, após a vitória de Lula à Presidência da República é perceptível o declínio de sua capacidade de mobilização eleitoral, e mesmo os incentivos de lealdade entre seus candidatáveis se tornou cada vez mais tênue. A manutenção de uma posição firme quanto à oposição ao governo petista pesou na estrutura partidária, a ponto de ver nascer da mobilização de seus próprios quadros um novo partido; o PDS, fundado em 2011.

6.1.1. Ideologia

Enquanto um partido recorrentemente caracterizado como um dos principais referenciais da direita brasileira, é razoável esperar a participação em coligações com rejeição a partidos de esquerda em sua composição. Contudo, se a quantidade de coligações polarizadas à esquerda representa a menor quantidade das coligações do partido. Variando entre 12,4% a 16,0% durante o período, a concentração inicial de coligações polarizadas à direita nas eleições de 2000 (50,5%) dá lugar a um cenário de maior abertura a se coligar com partidos de esquerda e centro com o passar dos anos. A categoria mais recorrente em 2004 e 2008 foi “Sem polarização ideológica”

Tabela 9: Frequência das categorias da polarização ideológica das coligações do PFL/DEM (2000-2008)

Polarização	2000		2004		2008	
	n	%	n	%	n	%
Polarização esquerda	514	12,4	554	15,7	689	16,0
Sem polarização	1542	37,1	1667	47,4	2263	52,6
Polarização direita	2100	50,5	1299	36,9	1353	31,4
Total	4156	100,0	3520	100,0	4305	100,0

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Este movimento reflete a necessidade de adequação a novos arranjos políticos devido à mudança do controle da Presidência da República do PSDB, aliado desde o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, para o PT.

Nas eleições de 2000 as condicionantes socioeconômicas tiveram baixo impacto no modelo, não permitindo negar a hipótese dos valores observados serem equivalentes à zero. Já em 2004, o componente estratégico, fator importante nas demais eleições em que o PFL concorreu em coligação para prever o tipo de aliança, perde capacidade explicativa em 2008. Possivelmente o PFL estaria entrando em arranjos menos favoráveis em 2008, o que tornaria a previsibilidade do ambiente eleitoral um fator menos importante para estimar a tendência da coligação pefelista.

Tabela 10: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PFL - Ideologia (2000)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Esquerda	Não Polarizada	Polarizada Direita
População	Baixa	12,7%	39,2%	48,1%
	Alta	11,1%	35,6%	53,3%
Densidade	Baixa	10,1%	36,9%	53,1%
	Alta	13,8%	37,9%	48,3%
Educação	Baixa	13,5%	34,4%	52,2%
	Alta	10,5%	40,7%	48,9%
Ocup. Urb.	Baixa	10,8%	38,9%	50,3%
	Alta	13,1%	36,1%	50,8%
Carro	Baixa	11,9%	40,3%	47,8%
	Alta	11,8%	34,2%	54,0%
PIB Agro	Baixa	10,5%	39,1%	50,4%
	Alta	13,7%	35,6%	50,7%
Volatilidade	Baixa	11,4%	36,9%	51,7%
	Alta	12,4%	38,0%	49,6%
Competição	Baixa	12,3%	35,3%	52,4%
	Alta	11,4%	40,5%	48,2%
Fragmentação	Baixa	12,0%	36,4%	51,6%
	Alta	11,8%	38,4%	49,8%
2º Turno	não	12,1%	37,5%	50,4%
	sim	4,7%	33,0%	62,3%
Governador	não	13,2%	39,9%	47,0%
	sim	9,7%	33,1%	57,1%
Dep. Est.	Baixa	16,3%	44,6%	39,1%
	Alta	6,7%	25,9%	67,4%
Prefeito	não	12,3%	38,2%	49,5%
	sim	10,3%	34,3%	55,4%
Vereador	Baixa	12,5%	39,2%	48,3%
	Alta	11,2%	35,6%	53,2%
Coloc. eleitoral	Baixa	10,4%	37,5%	52,1%
	Alta	13,5%	37,4%	49,1%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

Nas eleições de 2000 a chance de se observar uma coligação do PFL polarizada à direita aumenta com o aumento da população e com o aumento da quantidade de pessoas com acesso a carro, contudo, o aumento da educação favorece a observação de coligações não polarizadas. Quanto aos incentivos estratégicos, apesar da competição apresentar

efeito a favorecer coligações não polarizadas, a existência de segundo turno apresenta forte efeito, pois as coligações polarizadas à direita apresentam uma diferença de mais de 11 pontos percentuais (p.p.), ao sair de uma situação de não existir segundo turno para um cenário em que o mesmo possa ocorrer. A impossibilidade do partido se readequar em um segundo momento da disputa eleitoral estimula a adesão a coligações mais diversificadas do que restritas a parceiros mais próximos ideologicamente.

Por fim, o conjunto de variáveis políticas apresentou efeitos mais fortes para explicar a variação do formato das coligações pefelistas em 2000. Quando o partido comandava o governo estadual ou a prefeitura local 57% e 55% dos casos observados, respectivamente, eram polarizados à direita, contra 47% e 49% das situações onde não havia controle do Executivo. Este efeito é confirmado através da comparação entre cenários extremos da base parlamentar, pois simulação do primeiro decil indica que 39% das coligações tenderiam à polarização à direita, enquanto o nono decil apresenta 67% de observações na mesma categoria.

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Esquerda	Não Polarizada	Polarizada Direita
População	Baixa	16,3%	47,1%	36,7%
	Alta	14,2%	49,4%	36,4%
Densidade	Baixa	14,2%	48,9%	36,9%
	Alta	16,4%	47,5%	36,2%
Educação	Baixa	16,6%	50,4%	33,1%
	Alta	14,0%	45,9%	40,1%
Ocup. Urb.	Baixa	13,2%	48,1%	38,7%
	Alta	17,6%	48,1%	34,4%
Carro	Baixa	18,6%	48,4%	33,0%
	Alta	11,8%	47,3%	40,9%
PIB Agro	Baixa	15,7%	49,5%	34,8%
	Alta	14,5%	46,2%	39,3%
Volatilidade	Baixa	13,3%	45,4%	41,3%
	Alta	17,6%	50,8%	31,6%
Competição	Baixa	16,2%	48,2%	35,6%
	Alta	14,0%	48,2%	37,9%
Fragmentação	Baixa	16,3%	48,2%	35,5%
	Alta	14,4%	48,2%	37,4%

2º Turno	não	15,3%	48,2%	36,6%
	sim	16,3%	51,5%	32,2%
Governador	não	17,3%	50,8%	32,0%
	sim	7,6%	33,4%	59,0%
Dep. Est.	Baixa	15,3%	49,2%	35,5%
	Alta	15,1%	46,3%	38,6%
Prefeito	não	16,4%	47,9%	35,8%
	sim	11,6%	49,1%	39,3%
Vereador	Baixa	16,2%	54,8%	28,9%
	Alta	13,3%	38,3%	48,4%
Coloc. eleitoral	Baixa	14,3%	44,0%	41,7%
	Alta	15,9%	51,4%	32,7%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

As eleições de 2004 apresentam fortalecimento do efeito das variáveis socioeconômicas, em especial devido ao efeito da média de anos de estudo, cuja variação entre o perfil mais elevado e o mais baixo implica numa variação de 33% para 40% de coligações polarizadas à direita. Também surtem o mesmo efeito o acesso a carros e a parcela do PIB agropecuário sobre a economia local. Contudo, deve-se ressaltar que o efeito teórico da última variável não está de acordo com o observado, pois o aumento da relevância de atividades rurais na economia tenderia a diminuir a complexidade do ambiente informacional, diluindo o efeito de atalhos ideológicos. Uma vez que a variável não teve efeito para explicar a variação de coligações polarizadas à esquerda, quer em modelos do PFL ou dos demais partidos analisados, isso permite considerar que a variável pode tratar da identificação de um nicho eleitoral da direita brasileira. Contudo, ainda são necessários trabalhos mais sistemáticos neste sentido, pois, falta a comparação com o efeito sobre outros partidos de direita, limitados no presente estudo ao PFL/DEM, além de carecer de confirmação do efeito deste indicador nas eleições de 2000, além de apresenta sentido contrário em 2008.

Entre os incentivos estratégicos, o aumento da volatilidade indica uma busca maior por alianças sem polarização entre seus parceiros, pois, tal como esperado, o aumento da incerteza do resultado eleitoral estimula a ampliação do leque de aliados. Por sua vez, as variáveis de poder político mantiveram o efeito esperado, mas o oposto ocorreu com o controle quanto à posição do partido na disputa local, pois o melhor

posicionamento na disputa anterior estimulou a realização de coligações não polarizadas⁹⁷.

Com as eleições de 2008, e a visão de um cenário futuro sombrio para o DEM, consolidado posteriormente por meio da criação do PSD, o qual obteve do antigo PFL uma parcela elevada de seus membros, algumas expectativas teóricas caem por terra. Se a densidade populacional auxilia a explicar as coligações do DEM polarizadas à direita, a população em atividade em região urbana e a proporção de pessoas com acesso a carro diminuem a possibilidade de se observar tal tipo de coligação. Apesar das variáveis referentes a incentivos estratégicos não serem significativas estatisticamente, não se pode deixar de notar que a possibilidade de ocorrer segundo turno foi o maior estímulo à formação de coligações polarizadas à esquerda, indicando a percepção do partido quanto à necessidade de estabelecer conexões com uma diversidade maior de partidos.

Em relação ao poder político, este se constitui, novamente, como o principal conjunto de variáveis a explicar o formato das coligações do DEM/PFL, apesar de ser necessário notar uma queda em seu peso, inclusive pelo dado conjuntural de não haver governador do DEM eleito em 2006, exceto o representante do Distrito Federal.

⁹⁷ É possível que isso decorra da atratividade obtida pelo partido na eleição anterior, o tornando alvo de ofertas políticas que poderiam estimular a formação de alianças, um aspecto de fato ignorado pelo modelo trabalhado.

Tabela 12: Probabilidades previstas para tipo de coligação - DEM - Ideologia (2008)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Esquerda	Não Polarizada	Polarizada Direita
População	Baixa	16,9%	51,9%	31,2%
	Alta	14,4%	54,3%	31,3%
Densidade	Baixa	17,8%	53,9%	28,3%
	Alta	13,9%	52,0%	34,2%
Educação	Baixa	13,6%	54,9%	31,6%
	Alta	18,1%	51,1%	30,9%
Ocup. Urb.	Baixa	13,9%	51,3%	34,9%
	Alta	17,5%	54,4%	28,1%
Carro	Baixa	18,1%	50,5%	31,4%
	Alta	13,0%	56,0%	31,0%
PIB Agro	Baixa	14,5%	54,0%	31,4%
	Alta	17,7%	51,3%	31,0%
Volatilidade	Baixa	14,4%	54,2%	31,5%
	Alta	17,2%	51,7%	31,1%
Competição	Baixa	15,6%	53,3%	31,1%
	Alta	15,7%	52,7%	31,6%
Fragmentação	Baixa	16,5%	52,7%	30,8%
	Alta	15,1%	53,3%	31,6%
2º Turno	não	15,6%	53,2%	31,3%
	sim	21,0%	46,3%	32,7%
Governador	não	-	-	-
	sim	-	-	-
Dep. Est.	Baixa	16,9%	59,1%	24,0%
	Alta	13,8%	45,0%	41,2%
Prefeito	não	16,6%	52,8%	30,6%
	sim	11,3%	53,6%	35,1%
Vereador	Baixa	15,0%	54,9%	30,2%
	Alta	16,7%	50,5%	32,9%
Coloc. eleitoral	Baixa	14,2%	53,0%	32,9%
	Alta	17,0%	53,0%	30,0%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil – Prefeituras, 2012.

O modelo apresentado tem pouca capacidade de prever corretamente os casos de polarização à esquerda, apesar de ser capaz de prever corretamente entre 51,3% e 55,8% dos casos, na variação entre os anos. Apesar de baixo, o valor *kappa* indica que a

classificação da tabela não foi gerada totalmente ao acaso, apresentando valores entre 0,089 e 0,130).

Tabela 13: Ajuste do modelo - PFL - Polarização ideológica, por eleição

indicadores		2000	2004	2008	
n		3989	3480	4267	
LR chi ²		250,75	232,08	163,7	
Prob R ²		0,000	0,000	0,000	
Pseudo R ²		0,032	0,033	0,019	
Tabela de Classificação	Polarizada esquerda	0,0%	0,0%	0,7%	
	Não polarizada	34,8%	80,9%	95,0%	
	Polarizada direita	76,1%	36,9%	18,4%	
	Porcentagem geral	51,3%	51,9%	55,8%	
	Spearman	0,119	0,212	0,201	
	Kappa de Cohen	0,089	0,130	0,106	
Wald	socioeconômicos	0,292	0,001	0,001	
	incerteza	0,008	0,005	0,582	
	políticos	poder estadual	0,000	0,000	0,000
		poder municipal	0,014	0,000	0,009
geral		0,000	0,000	0,000	

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

A avaliação das condicionantes sobre o formato ideológico das coligações do PFL/DEM evidenciam a relevância de aspectos políticos para compreender as coligações para prefeito do partido. Quanto maior o controle de cargos políticos, menor a chance de observar coligações cujo viés se distancie do posicionamento ideológico do partido. A tendência observada sobre a capacidade das lideranças locais evitarem a construção de suas coligações com partidos do outro extremo ideológico parece residir mais nas condições de transmitir à sua base a certeza de possuir as rédeas do jogo político local/estadual. As variáveis socioeconômicas não chegam a apresentar um padrão, pois se em 2000 não foram estatisticamente significativas, em 2008 os efeitos foram contraditórios. Os valores sobre o ajuste do modelo indicam baixa capacidade explicativa

dos mesmos, cabe a pergunta, portanto: seria a ideologia uma boa explicação para o caso do DEM/PFL? Resta observar os efeitos das condicionantes das coligações considerando o aspecto governista dos partidos.

6.1.2. Governismo

Durante as eleições de 2000, o PFL atuou como membro da coalizão de governo de FHC. Contudo, encontrava-se em movimento o distanciamento de sua imagem em relação ao Governo Federal, incentivado em larga medida pelas avaliações negativas cujo governo tucano recebia à época (Machado, 2007). No entanto, mais de 50% de suas participações em disputa por prefeituras ocorreram com maior concentração de partidos cujo apoio era assegurado a FHC. Mas é na comparação com o período oposicionista, iniciado em 2002, com a eleição de Lula, que o valor observado em 2000 aparenta estar abaixo do esperado.

Tabela 14: Frequência das categorias da polarização governista das coligações do PFL /DEM (2000-2008)

Polarização	2000		2004		2008	
	n	%	n	%	n	%
Polarização oposição	564	13,6	206	5,9	146	3,4
Sem polarização	1338	32,2	848	24,1	820	19,0
Polarização situação	2254	54,2	2466	70,1	3339	77,6
Total	4156	100,0	3520	100,0	4305	100,0

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Nas eleições de 2004 e 2008, a proporção de coligações polarizadas à situação alcançou mais de 70% dos casos em que o partido se mobilizou conjuntamente a partidos relevantes. Uma explicação inicial para isso reside no próprio tamanho da coalizão de apoio ao governo petista, cuja base abarcava a quase totalidade dos partidos relevantes no cenário nacional. Em se tratando de eleições municipais, antigos aliados locais do PFL/DEM podem ter visto suas direções nacionais aderirem ao governo Lula, sendo este o caso emblemático de PMDB e PTB, por exemplo. Observou-se, inclusive, uma quantidade menor de casos cujo predomínio de partidos se encontrava na oposição entre 2004 e 2008, quando comparado a 2000.

Nas eleições de 2004 o aumento da população implica aumento na chance de se observar coligação não polarizada, algo evidente pela diferença de 16 p.p. entre os perfis extremos deste indicado, efeito idêntico pode ser observado, com menor ênfase, para o impacto da educação. Por outro lado, o incremento da capacidade de compra no município, está positivamente relacionado a se observar coligações polarizadas à situação.

Ambientes mais instáveis, medido pelo aumento da volatilidade, aumentam a chance de observar coligações não polarizadas, sendo a polarização à situação mais recorrente quando o cenário apresenta menor flutuação do voto, algo esperado segundo modelo. Da mesma forma, municípios com mais de 200 mil eleitores tiveram coligações do PFL polarizadas à situação em 68% dos casos, enquanto onde não havia a possibilidade de segundo turno, a taxa ficou 54%.

Apesar de ocupar o cargo de governador ter um efeito não esperado, os demais indicadores de poder político seguem a expectativa do modelo, pois um maior número de cargos diminui a chance de o partido recorrer a coligações com parceiros de posicionamento fora do grupo que apoia o governo FHC. Não obstante cabe notar a colocação eleitoral novamente como um possível indicador não do grau de independência política, mas possivelmente como um recurso de barganha política, pois o seu aumento gera maior chance de observar coligação fora do eixo governista.

Tabela 15: Probabilidades previstas, por tipo de coligação - PFL - Governismo (2000)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Oposição	Não Polarizada	Polarizada Situação
População	Baixa	11,3%	24,9%	63,9%
	Alta	14,9%	40,9%	44,2%
Densidade	Baixa	12,3%	32,4%	55,4%
	Alta	14,0%	32,2%	53,8%
Educação	Baixa	13,3%	30,6%	56,2%
	Alta	13,1%	34,0%	53,0%
Ocup. Urb.	Baixa	12,9%	30,3%	56,8%
	Alta	13,4%	34,2%	52,4%
Carro	Baixa	14,7%	35,6%	49,8%
	Alta	11,5%	28,5%	60,1%
PIB Agro	Baixa	13,7%	31,5%	54,8%

	Alta	12,6%	33,2%	54,2%
Volatilidade	Baixa	11,5%	29,5%	59,0%
	Alta	14,8%	34,9%	50,2%
Competição	Baixa	13,2%	32,2%	54,6%
	Alta	13,1%	32,4%	54,5%
Fragmentação	Baixa	10,6%	32,7%	56,7%
	Alta	15,6%	31,8%	52,6%
2º Turno	não	13,1%	32,6%	54,3%
	sim	16,1%	15,4%	68,5%
Governador	não	12,0%	31,4%	56,6%
	sim	15,4%	33,6%	51,0%
Dep. Est.	Baixa	14,4%	32,9%	52,7%
	Alta	11,5%	31,2%	57,4%
Prefeito	não	13,0%	32,8%	54,2%
	sim	13,8%	29,9%	56,3%
Vereador	Baixa	13,1%	39,5%	47,4%
	Alta	12,8%	25,0%	62,2%
Coloc. eleitoral	Baixa	11,9%	26,9%	61,2%
	Alta	14,2%	37,7%	48,0%
Transf. Vol. União	Baixa	13,1%	32,2%	54,7%
	Alta	13,3%	32,5%	54,2%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

As condicionantes trabalhadas no modelo para as eleições de 2004 dão apoio parcial à hipótese de haver uma resistência à coligações polarizadas à situação em contextos mais complexos, mas os efeitos são pouco expressivos. Por outro lado, o aumento do eleitorado urbano implica aumento nas coligações polarizadas à situação⁹⁸.

⁹⁸ Este efeito é observado para todos os partidos. Considerar o impacto da urbanização como componente do desenvolvimento político e possível preditor do grau de complexidade social, pode ser um critério cuja validade está se esvaziando. O processo de socialização em contextos urbanos pode produzir efeitos distintos daqueles esperados em relação à construção de um cenário mais propício a se observar o efeito de atalhos cognitivos.

Tabela 16: Probabilidades previstas, por tipo de coligação - PFL - Governismo (2004)				
Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada	Oposição	Não Polarizada
População	Baixa	7,0%	22,4%	70,6%
	Alta	4,5%	26,0%	69,6%
Densidade	Baixa	4,9%	23,1%	72,0%
	Alta	6,4%	25,0%	68,6%
Educação	Baixa	4,9%	23,0%	72,1%
	Alta	6,5%	25,1%	68,4%
Ocup. Urb.	Baixa	5,8%	27,5%	66,7%
	Alta	5,5%	21,1%	73,3%
Carro	Baixa	8,4%	21,2%	70,4%
	Alta	3,5%	27,6%	68,9%
PIB Agro	Baixa	6,2%	24,7%	69,1%
	Alta	4,9%	23,1%	71,9%
Volatilidade	Baixa	7,0%	23,5%	69,5%
	Alta	4,4%	24,7%	70,9%
Competição	Baixa	5,5%	23,8%	70,8%
	Alta	5,9%	24,6%	69,5%
Fragmentação	Baixa	6,4%	24,0%	69,6%
	Alta	5,1%	24,2%	70,8%
2º Turno	não	5,6%	24,0%	70,4%
	sim	16,2%	29,5%	54,2%
Governador	não	5,7%	24,5%	69,8%
	sim	5,5%	22,3%	72,2%
Dep. Est.	Baixa	6,2%	24,8%	69,0%
	Alta	4,8%	22,8%	72,4%
Prefeito	não	5,8%	23,5%	70,7%
	sim	5,1%	26,5%	68,4%
Vereador	Baixa	4,9%	23,3%	71,8%
	Alta	7,0%	25,2%	67,9%
Coloc. eleitoral	Baixa	5,4%	25,3%	69,3%
	Alta	5,9%	23,2%	70,9%
Transf. Vol. União	Baixa	5,8%	23,4%	70,8%
	Alta	5,4%	25,2%	69,4%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

Apesar de os valores apresentados na tabela de ajuste do modelo para 2004 indicar não existir indícios suficientes para descartar que os valores da regressão multinomial

sejam fruto de efeitos aleatórios, chama a atenção o fato de que nos poucos municípios em que há a possibilidade de segundo turno verifica-se um aumento significativo da ocorrência de coligações polarizadas à oposição, quando comparado com a frequência deste mesmo tipo de coligação onde a eleição é decidida através de maioria relativa.

Nas eleições de 2008 os efeitos observados também são bastante fracos, mas é possível perceber efeitos contraditórios. Entre as variáveis socioeconômicas sair de uma situação de baixa população para uma de alta população diminui a chance de se observar uma coligação polarizada à situação, como esperado, entretanto, o aumento da densidade populacional e da média de anos de estudo do município aumentam a chance de observar uma aproximação maior do PFL com partidos da base do Governo Federal.

Contudo, como esperado, o aumento da volatilidade estimula a busca por parceiros mais distantes do posicionamento do partido nas eleições de 2008. E novamente, assim como em 2004, municípios com mais de 200 mil eleitores aumentam a chance de buscar coligações com maior concentração de partidos oposicionistas. Vale ressaltar o baixo efeito dos indicadores de poder político para distinguir o formato das coligações pefelistas quer em 2004 ou 2008, ainda mais quando se considera a capacidade explicativa desta dimensão para a categorização das coligações no eixo esquerda-direita.

Tabela 17: Probabilidades previstas, por tipo de coligação - DEM - Governismo (2008)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Oposição	Não Polarizada	Polarizada Situação
População	Baixa	3,1%	17,5%	79,4%
	Alta	2,8%	21,1%	76,2%
Densidade	Baixa	3,0%	19,7%	77,3%
	Alta	2,9%	18,7%	78,5%
Educação	Baixa	3,1%	21,6%	75,3%
	Alta	2,8%	17,0%	80,2%
Ocup. Urb.	Baixa	3,2%	18,4%	78,4%
	Alta	2,7%	19,9%	77,4%
Carro	Baixa	2,7%	17,2%	80,1%
	Alta	3,1%	21,5%	75,4%
PIB Agro	Baixa	3,4%	18,5%	78,1%
	Alta	2,3%	20,3%	77,5%
Volatilidade	Baixa	4,0%	21,8%	74,2%
	Alta	2,0%	16,3%	81,7%

Competição	Baixa	2,9%	20,3%	76,8%
	Alta	3,0%	17,7%	79,3%
Fragmentação	Baixa	3,2%	19,3%	77,5%
	Alta	2,7%	19,1%	78,2%
2º Turno	não	2,9%	19,2%	78,0%
	sim	11,3%	17,2%	71,5%
Governador	não	-	-	-
	sim	-	-	-
Dep. Est.	Baixa	4,1%	18,3%	77,7%
	Alta	1,9%	20,2%	77,9%
Prefeito	não	2,8%	18,8%	78,4%
	sim	3,9%	21,2%	75,0%
Vereador	Baixa	2,1%	20,9%	77,1%
	Alta	4,8%	16,8%	78,4%
Coloc. eleitoral	Baixa	3,4%	17,6%	79,0%
	Alta	2,6%	20,5%	76,9%
Transf. Vol. União	Baixa	3,0%	18,6%	78,4%
	Alta	2,8%	19,9%	77,3%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

Entre as possíveis condicionantes das coligações do PFL, quando classificadas a partir de critérios governistas, apenas a possibilidade de ocorrer segundo turno apresentou resultados consistentes em todos os anos. Contudo, é prudente considerar que os municípios onde utiliza-se o critério de maioria absoluta para a decisão da disputa a prefeito também são aqueles cujo peso populacional os torna mais importantes politicamente, devido à quantidade de recursos disponíveis aos mesmos, além de serem vitrines nacionais, quando comparados à enorme quantidade de municípios cujo instituto dos dois turnos não é utilizado, do ponto de vista, por exemplo, da visibilidade midiática. Ou seja, as alianças formadas nestas cidades costumam repercutir nacionalmente, causando estranhamento, em especial na abordagem midiática, sobre uniões “esdrúxulas”, cujos aliados podem ser considerados adversários em outros níveis de disputa. Este tipo de discurso pode tornar mais fácil às lideranças políticas petistas justificarem manobras no sentido de evitar uniões do PFL com aliados locais tradicionais, por exemplo, mas que compunham a base do governo Lula em 2004 e 2008.

Apesar do valor elevado da porcentagem geral da tabela de classificação, apenas os dados de 2000 resistem, em alguma medida, ao teste *kappa*. A capacidade de explicação se concentrou na categoria “Polarizada situação”, algo decorrente da alta concentração na mesma. Não é possível negar a hipótese de que nos anos de 2004 e 2008 a tabela de classificação tenha sido fruto do acaso. Todos os efeitos conjuntos das dimensões são estatisticamente significativos em 2000, exceto o indicador de dependência financeira municipal, algo que ocorre para os demais anos também.

Tabela 18: Ajuste do modelo - PFL/DEM - Polarização governista, por eleição					
indicadores		2000	2004	2008	
n		3754	3268	3859	
LR chi ²		259,66	58,64	65,82	
Prob R ²		0,000	0,003	0,000	
Pseudo R ²		0,036	0,012	0,013	
Tabela de Classificação	Polarizada oposição	0,8%	0,0%	0,0%	
	Não polarizada	20,1%	0,1%	0,0%	
	Polarizada situação	90,8%	100,0%	100,0%	
	Porcentagem geral	55,7%	69,8%	77,4%	
	Spearman	0,155	0,042	-	
	Kappa de Cohen	0,099	0,002	0,000	
Wald	socioeconômicos		0,000	0,012	0,969
	incerteza		0,000	0,118	0,000
	políticos	poder estadual	0,009	0,364	0,033
		poder municipal	0,000	0,505	0,025
		geral	0,000	0,486	0,003
dependência municipal		0,943	0,397	0,521	

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Já em 2004 apenas os aspectos socioeconômicos apresentam efeito estatisticamente diferente de zero, enquanto em 2008 é a única dimensão cujo teste não permite negar a hipótese nula. No entanto, como será abordado a seguir, os valores observados nas eleições de 2008 são bastante fracos, além de contraditórios em diversas comparações.

A hipótese 1.1, de que partidos de situação podem ter suas coligações melhor explicadas pela dimensão governista, foi aceita, pois quando o PFL se encontrava no governo, a comparação das tabelas de classificação do modelo ideológico e governista em 2000, evidencia que há uma maior quantidade de casos preditos corretamente no segundo. Entretanto, não se pode ignorar a chance dos valores serem dados pelo acaso. O mesmo procede para a hipótese 1.2, de que partidos de oposição são melhor caracterizados pela dimensão ideológica. Apesar do segundo modelo apresentar valores mais elevados na tabela de classificação, o valor *kappa* indica não ser possível negar a hipótese nula. Desta maneira, os valores observados para a classificação ideológica ganham maior robustez frente à dimensão governista.

Quadro 3: Comparação entre o sentido observado dos indicadores e os sentidos teóricos das variáveis - PFL/DEM, por eleição*

Indicador	Ideologia			Governismo		
	2000	2004	2008	2000	2004	2008
Tab. Class.	51,3	51,9 ⁹⁹	55,8	55,7	69,8	77,4
População	x			-		
Densidade			x			
Educação	-	x				
Ocup. Urb.			-		-	
Carro	x	x	-	x		
PIB Agro		x	-			
Volatilidade		x		-		x
Competição	-					
Fragmentação						
2º Turno	x		-	x	x	x
Governador	x	x				
Dep. Est.	x		x			
Prefeito	x		x			
Vereador		x		x		
Posic. eleitoral		-		-		

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

* Células em branco indicam não haver efeito, "x" se refere a compatibilidade entre sentido observado e esperado, "-" se refere a sentido oposto do esperado.

Os modelos referentes à dimensão ideológica apresentam efeito mais consistente, e de acordo com a expectativa teórica, em relação às condições do controle de poder político. Desta forma, entre as hipóteses referentes ao efeito das condicionantes, apenas a 2.2, sobre a relação entre poder político e posicionamento, é confirmada para a avaliação ideológica. Em relação à dinâmica governista, nenhuma das hipóteses é corroborada. Porém, um indicador apresenta consistência: o segundo turno.

As hipótese 5.1 é parcialmente comprovada, pois o critério ideológico é capaz de explicar a tendência das coligações em todos os anos analisado, porém não há uma constância acerca de quais indicadores socioeconômicos afetariam. Quanto à hipótese

⁹⁹ No quadro de resumo foram marcados os valores da tabela de classificação em que o *kappa* apresentou valor acima de 0,100.

5.2, sobre a relação explicativa entre poder político e governismo, esta não pode ser corroborada.

6.2. Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Continuidade do Movimento Democrático Brasileiro após o regime militar, com a redemocratização o partido predominou politicamente, a ponto de se tornar imã político para diversas correntes ideológicas. Durante o passar da década de 1980 grupos mais radicais optaram por se retirar da legenda, movimento iniciado por partidos como PSB e PC do B, culminando na saída do grupo conhecido como “autênticos do MDB” para fundar o Partido da Social-Democracia Brasileira.

Compôs a base de todos os governos desde o início da redemocratização. Como já foi observado, há grande variação quanto o conjunto ideologias contidas no partido, porém sua postura política permite considerar que se situa no centro do eixo ideológico, em grande medida pela ponderação dos extremos. Durante o princípio do primeiro Governo Lula não integrou base do governo, mas no momento das eleições municipais de 2004 já havia transitado para apoiar o governo petista.

6.2.1. Ideologia

Em todos os anos a polarização das coligações à esquerda do PMDB situa-se casa dos 20% de ocorrências. A variação quanto à tendência ideológica se situa na variação entre sem polarização e polarização à direita, pois nas eleições de 2000 foi contabilizado 50% de casos cuja concentração de parceiros à direita era mais expressiva. Nas eleições de 2004 e 2008 muda-se o cenário, diminuindo a polarização das coligações do PMDB.

Tabela 19: Frequência das categorias da polarização ideológica das coligações do PMDB (2000-2008)

Polarização	2000		2004		2008	
	n	%	n	%	n	%
Polarização esquerda	885	20,6	955	23,9	1058	21,3
Sem polarização	1226	28,6	1598	40,0	2307	46,5
Polarização direita	2183	50,8	1445	36,1	1596	32,2
Total	4294	100,0	3998	100,0	4961	100,0

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Se o posicionamento político do PMDB foi classificado como de centro, uma avaliação inicial da tabela 15 poderia indicar o aumento da consistência das coligações do partido em 2004 e 2008. Contudo, é necessário considerar interação intrapartidária à época. Ao se posicionar na sustentação do governo Lula, houve uma aproximação com todos os partidos da base governista à época, dentre os quais diversos de esquerda.

As condições socioeconômicas atuam segundo o efeito esperado. A transição de um perfil baixo para um perfil de valor alto em relação ao tamanho da população e acesso a carro implicava num aumento das coligações não polarizadas.

Tabela 20: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PMDB - Ideologia (2000)

Indicadores*		Tipo de coligação		
		Polarizada Esquerda	Não Polarizada	Polarizada Direita
População	Baixa	19,0%	25,9%	55,2%
	Alta	22,0%	32,3%	45,8%
Densidade	Baixa	21,4%	29,9%	48,7%
	Alta	19,6%	28,0%	52,4%
Educação	Baixa	15,5%	28,7%	55,9%
	Alta	26,2%	28,6%	45,2%
Ocup. Urb.	Baixa	22,2%	27,4%	50,4%
	Alta	18,9%	30,4%	50,8%
Carro	Baixa	22,7%	25,3%	52,0%
	Alta	17,8%	33,6%	48,6%
PIB Agro	Baixa	19,2%	29,0%	51,9%
	Alta	21,9%	28,8%	49,3%
Volatilidade	Baixa	22,3%	26,8%	51,0%
	Alta	18,9%	30,9%	50,3%
Competição	Baixa	20,9%	30,2%	48,9%
	Alta	19,8%	27,2%	53,0%

Fragmentação	Baixa	20,7%	30,3%	49,1%
	Alta	20,2%	27,8%	52,0%
2º Turno	não	20,6%	29,0%	50,4%
	sim	9,3%	20,2%	70,5%
Governador	não	20,0%	28,8%	51,2%
	sim	23,4%	29,7%	46,9%
Dep. Est.	Baixa	19,3%	27,6%	53,1%
	Alta	22,5%	31,1%	46,5%
Prefeito	não	21,5%	28,5%	50,0%
	sim	17,3%	30,0%	52,8%
Vereador	Baixa	17,3%	32,9%	49,8%
	Alta	24,2%	24,8%	51,0%
Coloc. eleitoral	Baixa	21,1%	26,8%	52,2%
	Alta	19,8%	31,2%	49,0%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

Por outro lado, a presença de segundo turno gerou um enorme incentivo a buscar uma combinação de aliados mais à direita, diminuindo sensivelmente a chance de ocorrer coligações polarizadas à esquerda. Apesar do valor significativo para os efeitos do poder estadual, segundo o teste de Wald, o impacto deste conjunto de variáveis é bastante reduzido, porém apresenta sentido esperado. É interessante notar o efeito para o poder local: o perfil mais elevado quanto ao número de vereadores aumenta as chances de haver polarização das coligações à esquerda.

Nas eleições de 2004 apenas o nível educacional e o acesso a carro apresentam efeito relevante, porém indicam sentido contrário. Os municípios cuja média dos anos de estudo encontra-se no nono decil terão maior chance de observar coligações polarizadas à direita, enquanto o maior número de posse de carro implica maior quantidade de coligações não polarizadas.

Tabela 21: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PMDB - Ideologia (2004)

Indicadores*		Tipo de coligação		
		Polarizada Esquerda	Não Polarizada	Polarizada Direita
População	Baixa	23,9%	41,9%	34,3%
	Alta	24,4%	45,7%	29,9%
Densidade	Baixa	23,9%	41,9%	34,3%
	Alta	23,5%	38,5%	38,1%
Educação	Baixa	22,5%	44,0%	33,5%
	Alta	24,7%	36,5%	38,9%
Ocup. Urb.	Baixa	27,1%	38,5%	34,5%
	Alta	20,6%	41,5%	37,9%
Carro	Baixa	23,4%	35,4%	41,2%
	Alta	23,6%	45,9%	30,5%
PIB Agro	Baixa	25,0%	39,3%	35,7%
	Alta	21,7%	41,3%	37,1%
Volatilidade	Baixa	24,0%	36,7%	39,3%
	Alta	23,2%	43,7%	33,1%
Competição	Baixa	24,0%	40,6%	35,5%
	Alta	23,2%	39,5%	37,3%
Fragmentação	Baixa	25,1%	40,1%	34,8%
	Alta	22,5%	40,1%	37,5%
2º Turno	não	23,6%	40,3%	36,2%
	sim	31,0%	27,7%	41,3%
Governador	não	23,6%	40,8%	35,7%
	sim	24,0%	38,2%	37,8%
Dep. Est.	Baixa	21,1%	40,7%	38,2%
	Alta	25,9%	39,5%	34,6%
Prefeito	não	25,4%	39,7%	34,9%
	sim	18,4%	41,0%	40,6%
Vereador	Baixa	21,7%	45,1%	33,2%
	Alta	26,0%	34,3%	39,7%
Coloc. eleitoral	Baixa	22,4%	36,7%	40,9%
	Alta	32,2%	43,1%	32,2%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

Ainda segundo a tabela 22, volatilidade alta aumentará a chance de ocorrer coligação não polarizada, algo fora da expectativa teórica, bem como impossibilidade de

haver segundo turno, ambiente onde se observará maior chance de coligações não polarizadas. Interessante notar que locais onde há número expressivo de vereadores apresentam cenário semelhante. Em relação ao efeito da política municipal, aparentemente a maior quantidade de cargos aumenta a chance do partido se polarizar. Possivelmente isso está relacionado à questão tratada anteriormente, qual seja, a de que o PMDB não é um partido centrista em si, mas um agregado de posicionamentos políticos distintos. Por isso nos locais onde o partido teria incentivo a não recorrer a alianças distantes de seu próprio posicionamento, acaba por se observar polarização, porém a mesma não possui sentido único, devido à diversidade interna do partido.

Por fim, segundo pode ser observado através da tabela 23, apenas a possibilidade de segundo turno afeta o formato das coligações do PMDB em 2008. Ainda assim é importante salientar que de acordo com o teste de Wald a dimensão à qual pertence essa variável não é estatisticamente significativa. O efeito observado se assemelha ao cenário das eleições de 2004, pois nos locais onde não existe segundo turno, ou seja, contexto de incentivo a buscar se afastar de seu posicionamento, o PMDB combina seus aliados de forma equilibrada e não apresenta polarização a qualquer polo do eixo ideológico. Entretanto, a possibilidade de segundo turno estimula coligações com tendência à esquerda.

Tabela 22: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PMDB - Ideologia (2008)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Esquerda	Não Polarizada	Polarizada Direita
População	Baixa	23,5%	44,6%	31,9%
	Alta	18,3%	48,8%	33,0%
Densidade	Baixa	21,4%	46,7%	31,9%
	Alta	20,4%	46,6%	33,0%
Educação	Baixa	20,4%	45,9%	33,7%
	Alta	21,4%	47,3%	31,3%
Ocup. Urb.	Baixa	23,3%	42,7%	34,0%
	Alta	18,6%	50,6%	30,8%
Carro	Baixa	20,3%	47,8%	31,9%
	Alta	21,6%	45,3%	33,1%
PIB Agro	Baixa	22,4%	46,4%	31,2%
	Alta	18,5%	46,9%	34,5%
Volatilidade	Baixa	20,7%	47,2%	32,2%

	Alta	21,1%	46,1%	32,8%
Competição	Baixa	21,2%	46,4%	32,4%
	Alta	20,5%	47,1%	32,5%
Fragmentação	Baixa	21,8%	45,5%	32,7%
	Alta	20,2%	47,5%	32,3%
2º Turno	não	20,7%	46,8%	32,5%
	sim	32,7%	36,3%	31,0%
Governador	não	21,3%	46,7%	32,0%
	sim	19,4%	46,5%	34,2%
Dep. Est.	Baixa	19,4%	46,0%	34,6%
	Alta	22,4%	47,2%	30,4%
Prefeito	não	21,5%	46,3%	32,2%
	sim	18,6%	48,0%	33,4%
Vereador	Baixa	16,7%	49,5%	33,9%
	Alta	26,2%	43,2%	30,6%
Coloc. eleitoral	Baixa	23,8%	46,2%	29,9%
	Alta	17,4%	46,8%	35,9%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

A tabela de classificação indica haver uma capacidade decrescente de o modelo mobilizado explicar os casos observados. Em 2000 havia a predição correta de 50% dos casos, variando para 42% e 46% nas eleições subsequentes. De forma complementar, o valor *kappa* atribui maior precisão nos valores da tabela de classificação em 2000.

Tabela 23: Ajuste do modelo - PMDB - Polarização ideológica, por eleição

indicadores		2000	2004	2008
n		4092	3943	4901
LR chi ²		109,18	96,58	80,01
Prob R ²		0,000	0,000	0,000
Pseudo R ²		0,013	0,011	0,008
Tabela de Classificação	Polarizada esquerda	0,0%	2,7%	1,0%
	Não polarizada	3,8%	68,2%	97,9%
	Polarizada direita	97,6%	39,7%	2,2%
	Porcentagem geral	50,3%	42,3%	46,5%

	Spearman		0,016	0,066	0,027
	Kappa de Cohen		0,303	0,062	0,006
Wald	socioeconômicos		0,000	0,001	0,004
	incerteza		0,000	0,036	0,594
	políticos	poder estadual	0,006	0,109	0,463
		poder municipal	0,006	0,000	0,002
geral		0,001	0,000	0,003	

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Por meio do teste de Wald é possível observar que apenas em 2000 todas as dimensões impactaram para explicar a variação da polarização das coligações pemedebistas. É interessante notar a diminuição do efeito das variáveis relacionadas ao poder político estadual. Uma vez que o PMDB pode ser caracterizado como um partido cuja especialização na disputa política se deu em disputas por governos estaduais¹⁰⁰, o menor impacto desta variável pode indicar uma mudança mais geral do comportamento do partido.

O caso peemedebista permite tratar de um ponto que será desenvolvido ao final do capítulo. O modelo possui dificuldade para compreender corretamente partidos de centro. Não pela impossibilidade de esperar consistência por parte desses, mas devido ao problema antecipado sobre estes partidos, o fato de ser possível compreender que nas localidades os partidos centristas ganham um matiz ideológico mais claro. A caracterização como centro surge mais da agregação de preferências na construção de uma unidade nacional desses partidos, do que uma defesa de propostas e posições de “centro”.

6.2.2. Governismo

Se durante o período em que o PMDB fazia parte da base de Fernando Henrique Cardoso o partido ainda realizava coligações polarizadas em relação à oposição, devido

¹⁰⁰ Melo (2010).

aos 24% deste tipo de coligação em 2000, durante o governo Lula há um afastamento de partidos oposicionistas, chegando a meros 7% dos casos em 2008. Esse movimento também é acompanhado por uma concentração cada vez maior de coligações polarizadas ao governo.

Tabela 24: Frequência das categorias da polarização governista das coligações do PMDB (2000-2008)

Polarização	2000		2004		2008	
	n	%	n	%	n	%
Polarização oposição	1036	24,1	437	10,9	394	7,9
Sem polarização	1390	32,4	1302	32,6	1467	29,6
Polarização situação	1868	43,5	2259	56,5	3100	62,5
Total	4294	100,0	3998	100,0	4961	100,0

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Combinando a análise ideológica e governista, evidencia-se um padrão interessante. Aparentemente em locais de alta complexidade socioeconômica há uma tendência do partido a observar alianças mais recorrentes com partidos de esquerda e de oposição, como é possível observar através do efeito do tamanho da população. Há uma diferença de mais de 20 p.p. entre o perfil baixo e alto, em relação ao governo, para o tamanho da população e de 11 p.p. quando se leva em conta o efeito da educação.

Tabela 26: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PMDB - Governo (2000)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Oposição	Não Polarizada	Polarizada Situação
População	Baixa	19,2%	26,8%	54,0%
	Alta	29,1%	38,0%	33,0%
Densidade	Baixa	24,1%	33,1%	42,9%
	Alta	23,8%	31,8%	44,4%
Educação	Baixa	20,0%	30,8%	49,3%
	Alta	27,9%	33,5%	38,5%
Ocup. Urb.	Baixa	23,1%	30,4%	46,5%
	Alta	24,7%	34,4%	40,8%
Carro	Baixa	26,1%	33,7%	40,2%
	Alta	21,6%	30,8%	47,6%
PIB Agro	Baixa	21,8%	31,5%	46,7%
	Alta	26,5%	33,3%	40,2%

Volatilidade	Baixa	23,0%	30,4%	46,7%
	Alta	24,9%	34,5%	40,6%
Competição	Baixa	24,5%	33,0%	42,5%
	Alta	23,1%	31,6%	45,3%
Fragmentação	Baixa	23,6%	32,9%	43,6%
	Alta	24,2%	32,0%	43,8%
2º Turno	não	23,9%	32,7%	43,3%
	sim	20,8%	15,1%	64,1%
Governador	não	24,7%	32,5%	42,8%
	sim	19,0%	31,1%	49,9%
Dep. Est.	Baixa	21,3%	33,0%	45,7%
	Alta	28,7%	31,2%	40,2%
Prefeito	não	24,4%	32,4%	43,3%
	sim	22,5%	32,5%	45,0%
Vereador	Baixa	20,9%	39,1%	40,0%
	Alta	26,3%	27,5%	46,2%
Coloc. eleitoral	Baixa	22,9%	27,1%	50,0%
	Alta	24,4%	36,3%	39,3%
Transf. Vol. União	Baixa	23,3%	32,7%	44,0%
	Alta	25,3%	31,7%	42,9%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

O perfil de número de vereadores mais elevado condiz ao esperado, de evitar parceiros fora do raio da base do governo. Curiosamente, o baixo desempenho eleitoral estimula a busca por partidos da base aliada.

Em relação a 2004, novamente municípios com perfil mais elevado de educação terão maiores chances de observar coligações polarizadas à situação cujo PMDB seja componente. Novamente a possibilidade de segundo turno apresenta sentido oposto ao esperado. Quanto ao poder político ocorrem efeitos contraditórios. O aumento da bancada estadual implica maior chance de coligação polarização governista, enquanto o controle do Executivo estadual aumenta as chances de uma coligação não polarizada. Uma possível explicação para isso pode ser dada ao considerar que o controle do cargo de governador de Estado permite acesso a recursos próprios para os partidos, sem depender de negociação com o nível federal, aumentando, o que não seria um estímulo à união com a base governista. Por outro lado, quanto maior a bancada partidária, maior a necessidade

de recursos necessários para o cumprimento dos objetivos dos parlamentares, incentivando recorrer a parceiros com melhor acesso à estrutura do poder federal.

Tabela 27: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PMDB - Governismo (2004)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Oposição	Não Polarizada	Polarizada Situação
População	Baixa	11,0%	33,5%	55,5%
	Alta	9,5%	31,8%	58,7%
Densidade	Baixa	10,6%	32,0%	57,4%
	Alta	10,0%	33,4%	56,7%
Educação	Baixa	14,3%	33,7%	52,1%
	Alta	7,4%	31,4%	61,2%
Ocup. Urb.	Baixa	9,3%	30,8%	59,9%
	Alta	11,4%	34,7%	53,9%
Carro	Baixa	7,7%	34,8%	57,5%
	Alta	14,1%	30,1%	55,8%
PIB Agro	Baixa	11,1%	32,8%	56,2%
	Alta	9,2%	32,5%	58,3%
Volatilidade	Baixa	11,2%	31,1%	57,7%
	Alta	9,2%	34,7%	56,1%
Competição	Baixa	9,8%	33,6%	56,6%
	Alta	10,9%	31,5%	57,6%
Fragmentação	Baixa	10,1%	32,5%	57,4%
	Alta	10,4%	32,9%	56,7%
2º Turno	não	10,1%	32,6%	57,3%
	sim	31,2%	35,6%	33,2%
Governador	não	9,7%	30,5%	59,9%
	sim	11,8%	38,9%	49,3%
Dep. Est.	Baixa	10,7%	37,7%	51,6%
	Alta	9,3%	24,8%	65,9%
Prefeito	não	9,7%	32,8%	57,6%
	sim	12,6%	32,4%	55,0%
Vereador	Baixa	6,6%	33,5%	59,9%
	Alta	16,9%	30,8%	52,3%
Coloc. eleitoral	Baixa	13,1%	30,3%	56,6%
	Alta	8,6%	34,3%	57,1%
Transf. Vol. União	Baixa	10,5%	33,3%	56,2%
	Alta	9,9%	31,9%	58,2%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

Tabela 28: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PMDB - Governismo (2008)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Oposição	Não Polarizada	Polarizada Situação
População	Baixa	8,8%	31,5%	59,8%
	Alta	5,9%	27,3%	66,8%
Densidade	Baixa	8,7%	28,7%	62,7%
	Alta	6,3%	30,5%	63,2%
Educação	Baixa	8,3%	31,2%	60,5%
	Alta	6,5%	28,1%	65,5%
Ocup. Urb.	Baixa	7,6%	26,6%	65,8%
	Alta	7,1%	32,8%	60,1%
Carro	Baixa	5,5%	28,7%	65,8%
	Alta	9,9%	30,3%	59,7%
PIB Agro	Baixa	7,1%	28,6%	64,3%
	Alta	7,8%	31,3%	61,0%
Volatilidade	Baixa	8,4%	28,9%	62,7%
	Alta	6,3%	30,4%	63,3%
Competição	Baixa	7,4%	30,0%	62,6%
	Alta	7,3%	29,1%	63,6%
Fragmentação	Baixa	8,7%	27,6%	63,8%
	Alta	6,5%	31,2%	62,3%
2º Turno	não	7,2%	29,8%	63,0%
	sim	18,3%	19,4%	62,4%
Governador	não	6,1%	26,9%	67,0%
	sim	12,8%	38,8%	48,5%
Dep. Est.	Baixa	11,7%	33,7%	54,6%
	Alta	6,0%	27,8%	66,2%
Prefeito	não	7,4%	30,5%	62,2%
	sim	7,2%	26,3%	66,6%
Vereador	Baixa	6,2%	30,8%	63,0%
	Alta	8,7%	28,4%	62,9%
Coloc. eleitoral	Baixa	7,2%	28,0%	64,8%
	Alta	7,4%	30,6%	62,0%
Transf. Vol. União	Baixa	7,3%	29,2%	63,5%
	Alta	7,4%	30,2%	62,3%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

Por fim, em 2008 o critério governista é afetado por apenas quatro indicadores.

Onde há população mais numerosa observa-se maior chance de coligação polarizada à

situação. Além disso, os mesmos efeitos observados nas eleições anteriores para a dimensão do poder estadual são confirmados para 2008, reforçando a ideia levantada anteriormente anterior.

O caso da classificação governista apresenta estimativas opostas ao cenário ideológico, pois a tabela de classificação apresenta valores de 46,9 em 2000, culminando em 62,2 no ano de 2008. Novamente apenas nas eleições de 2000 é possível constar um ajuste do modelo, segundo o valor de 0,107 do *Kappa* de Cohen. Apesar disso, todas as dimensões afetam a dinâmica coligacionista, exceto a dependência financeira, cujo efeito não é observado em nenhum modelo de qualquer partido.

Tabela 25: Ajuste do modelo - PMDB - Polarização governista, por eleição					
indicadores		2000	2004	2008	
n		3848	3719	4430	
LR chi ²		305,77	103,94	178,45	
Prob R ²		0,000	0,000	0,000	
Pseudo R ²		0,025	0,015	0,023	
Tabela de Classificação	Polarizada oposição	7,6%	0,0%	0,3%	
	Não polarizada	26,9%	9,1%	0,5%	
	Polarizada situação	83,4%	99,6%	99,6%	
	Porcentagem geral	46,9%	56,7%	62,2%	
	Spearman	0,162	0,026	0,010	
	Kappa de Cohen	0,107	0,005	0,001	
Wald	socioeconômicos	0,000	0,273	0,000	
	incerteza	0,002	0,040	0,001	
	políticos	poder estadual	0,001	0,000	0,000
		poder municipal	0,006	0,001	0,009
		geral	0,000	0,000	0,000
dependência municipal	0,329	0,422	0,715		

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

A hipótese 1.1 foi falseada, pois há uma maior quantidade de casos classificados corretamente para o modelo ideológico do que o governista em 2000. Apesar de não ser possível negar a hipótese nula, de que em 2004 e 2008 as tabelas de classificação não seriam aleatórias, deve-se notar que a hipótese 1.1. seria confirmada nestas eleições. Considerando o contexto histórico da política deste período, a busca por parte do PMDB em se afastar do governo pesedebista mal avaliado justifica o baixo valor da tabela de classificação.

Quadro 4: Comparação entre o sentido observado dos indicadores e os sentidos teóricos das variáveis - PMDB, por eleição*

Indicador	Ideologia			Governismo		
	2000	2004	2008	2000	2004	2008
Tab. Class.	50,3	42,3	46,5	46,9	56,7	62,2
População	x			-		x
Densidade						
Educação	-	-		-	x	
Ocup. Urb.					-	
Carro	x	x				
PIB Agro						
Volatilidade		-				
Competição						
Fragmentação						
2º Turno	-	-	-	x	-	-
Governador					-	-
Dep. Est.	x				x	-
Prefeito		-			-	
Vereador	-	-		-		
Posic. eleitoral		-		x		

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

* Células em branco indicam não haver efeito, "x" se refere a compatibilidade sentido observado e esperado, "-" se refere a sentido oposto do esperado.

O conjunto de hipóteses sobre as condicionantes não podem ser corroborados, pois apesar da significância em quase todas as dimensões segundo teste Wald, a verificação específica das probabilidades previstas indica a existência de muitos sentidos contraditórios. A única exceção fica por conta do efeito do segundo turno, apesar de o padrão ser falsear a teoria mobilizada. No caso de haver segundo turno, a tendência é de

polarização das coligações pemedebistas, tanto à esquerda quanto à direita, ou em relação à polarização à oposição e sem polarização no caso da classificação governista. Como trabalhado teoricamente, os partidos centristas tendem a ser a combinação de posições polarizadas. Possivelmente os ambientes em que há segundo turno, por serem municípios mais importantes na disputa política, possuem cobranças quanto ao posicionamento dos partidos, em relação à polarização à esquerda ou à direita.

Um dado interessante pode ser observado na variação observada na comparação do efeito do segundo turno no modelo sobre o governismo. Em 2000 o PMDB apresenta maior quantidade de coligações polarizadas à situação. Este cenário muda durante o período em que se encontra na base do governo Lula. Possivelmente a cobrança nestes locais era de persistir em alianças com antigos parceiros, com grande chance de ser PFL e PSDB, que à época do governo petista estavam situados na oposição.

Isso evidencia que a existência de múltiplos níveis de disputa incentiva a existência de estratégias eleitorais variadas, tornando a compreensão do sistema político brasileiro mais complexa.

Por fim, nenhuma das duas hipóteses sobre a interação entre posicionamento político e variáveis política e socioeconômicas é corroborada.

6.3. Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB)

Fruto de dissensão interna do PMDB durante o período da Assembleia Constituinte, o PSDB saiu de uma posição de baixa expressividade representativa em 1990 para ocupar a presidência da República já em 1994, assegurando posição central na política brasileira desde então, em especial devido à capacidade de consistentemente apresentar candidatos competitivos ao disputar a Presidência da República. Organizado em torno de intelectuais e opositores do antigo regime militar, consolidou-se em estados como São Paulo e Ceará. Agraciado no primeiro mandato presidencial com altos níveis de aprovação, amargou avaliações negativas durante o segundo mandato de FHC, resultando, inclusive, na dificuldade de compor coligações nas eleições municipais de 2000 com os principais partidos da base aliada – PMDB e PFL (MACHADO, 2007). Durante o governo petista de Luís Inácio Lula da Silva, fincou bandeira no campo da oposição, capitaneando o enfrentamento às posições políticas do Governo Federal.

Apesar das derrotas sucessivas no plano nacional, possui o controle dos principais estados brasileiros, em termo de produção de riquezas e população; São Paulo e Minas Gerais.

6.3.1. Ideologia

De 2000 a 2008 o PSDB apresentou um baixo e constante número de coligações polarizadas à esquerda, variando entre 13 e 16% de suas participações durante o período. A maior parte da variação quanto ao tipo de coligação ocorre entre aquelas não polarizadas e as polarizadas à direita. Há um movimento de uma concentração maior de uniões à direita – 55% em 2000 – no sentido de equilibrar com a proporção de coligações não polarizadas – que passa de 29% em 2000 para 45% em 2008.

Tabela 29: Frequência das categorias da polarização ideológica das coligações do PSDB (2000-2008)

Polarização	2000		2004		2008	
	n	%	n	%	n	%
Polarização esquerda	607	15,5	580	16,4	624	13,7
Sem polarização	1154	29,4	1323	37,5	2064	45,4
Polarização direita	2161	55,1	1624	46,0	1855	40,8
Total	3922	100,0	3527	100,0	4543	100,0

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

O modelo calculado para as eleições de 2000 apresenta as variações esperadas para o tamanho da população, a posse de carro e a proporção de deputados estaduais. Por outro lado, o aumento da densidade populacional, a possibilidade de segundo turno e o prefeito anterior ser do PSDB indicam o aumento na chance de observar uma coligação polarizada à direita. Existem, portanto, efeitos contraditórios entre as condicionantes das coligações do PSDB nas eleições de 2000.

Tabela 31: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PSDB - Ideologia (2000)

Indicadores*		Tipo de coligação		
		Polarizada Esquerda	Não Polarizada	Polarizada Direita
População	Baixa	13,9%	25,4%	60,8%
	Alta	16,4%	34,6%	49,1%
Densidade	Baixa	18,0%	29,8%	52,3%
	Alta	12,8%	29,3%	57,9%
Educação	Baixa	14,3%	30,3%	55,5%
	Alta	16,0%	29,0%	55,1%
Ocup. Urb.	Baixa	14,4%	28,2%	57,5%
	Alta	15,8%	31,0%	53,2%
Carro	Baixa	17,7%	27,4%	54,9%
	Alta	12,4%	32,3%	55,3%
PIB Agro	Baixa	16,5%	29,3%	54,2%
	Alta	13,6%	30,0%	56,4%
Volatilidade	Baixa	16,2%	27,5%	56,3%
	Alta	14,1%	31,6%	54,3%
Competição	Baixa	14,9%	30,6%	54,5%
	Alta	15,4%	28,3%	56,3%
Fragmentação	Baixa	14,1%	30,6%	55,3%
	Alta	16,0%	28,8%	55,2%
2º Turno	não	15,3%	29,7%	55,0%
	sim	4,9%	18,9%	76,2%
Governador	não	17,3%	29,0%	53,7%
	sim	11,6%	30,5%	58,0%
Dep. Est.	Baixa	13,0%	27,5%	59,6%
	Alta	16,4%	30,8%	52,9%
Prefeito	não	15,7%	30,0%	54,3%
	sim	13,0%	27,8%	59,2%
Vereador	Baixa	14,0%	29,6%	56,4%
	Alta	16,7%	29,5%	53,7%
Coloc. eleitoral	Baixa	15,1%	29,3%	55,6%
	Alta	15,1%	29,8%	55,1%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

Nas eleições de 2004, o aumento na chance de se observar uma coligação não polarizada ocorre de acordo com os padrões esperados relativos ao tamanho da população, à ocupação urbana, a posse de carro, a fragmentação e a posição na disputa eleitoral para a Câmara de Vereadores. O perfil elaborado a partir do indicador de educação mais elevado implica em um cenário de maior chance de se observar coligações polarizadas à esquerda. Quanto à polarização à direita, esta é mais recorrente ao se observar alta variação eleitoral, alta proporção de vereadores, e novamente no caso de existir a possibilidade de segundo turno e quando a prefeitura era ocupada por político pesedebista.

Tabela 32: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PSDB - Ideologia (2004)

Indicadores*		Tipo de coligação		
		Polarizada Esquerda	Não Polarizada	Polarizada Direita
População	Baixa	17,2%	33,2%	49,7%
	Alta	15,7%	42,1%	42,2%
Densidade	Baixa	15,0%	39,1%	45,9%
	Alta	18,0%	35,8%	46,3%
Educação	Baixa	14,1%	41,6%	44,4%
	Alta	19,1%	33,4%	47,5%
Ocup. Urb.	Baixa	16,6%	34,5%	48,9%
	Alta	16,4%	39,7%	43,9%
Carro	Baixa	20,9%	34,9%	44,2%
	Alta	12,2%	40,0%	47,8%
PIB Agro	Baixa	16,9%	37,6%	45,6%
	Alta	15,9%	37,1%	47,0%
Volatilidade	Baixa	16,4%	33,5%	50,1%
	Alta	16,5%	41,7%	41,8%
Competição	Baixa	17,2%	37,4%	45,5%
	Alta	15,7%	37,4%	47,0%
Fragmentação	Baixa	16,5%	34,4%	49,1%
	Alta	16,5%	39,9%	43,6%
2º Turno	não	16,6%	37,5%	45,9%
	sim	9,5%	28,0%	62,5%
Governador	não	17,8%	37,7%	44,5%
	sim	15,1%	37,0%	47,9%
Dep. Est.	Baixa	16,6%	39,0%	44,4%
	Alta	16,3%	34,9%	48,8%
Prefeito	não	17,3%	37,8%	44,9%
	sim	13,7%	35,5%	50,8%

Vereador	Baixa	15,5%	42,8%	41,6%
	Alta	17,5%	31,0%	51,5%
Coloc. eleitoral	Baixa	15,2%	29,3%	55,5%
	Alta	17,1%	44,5%	38,4%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

Quanto às condições de 2008, poucos indicadores surtem efeito perceptível através das probabilidades preditas. Diferentemente do cenário observado em 2004, o aumento da volatilidade aumenta a chance de se observar coligação polarizada à direita, algo esperado segundo as considerações sobre os efeitos teóricos desta medida. As duas variáveis cujo efeito é possível de ser destacado nas eleições de 2008 são o tamanho da população e a possibilidade de ocorrer segundo turno.

Tabela 33: Probabilidades preditas para tipo de coligação - PSDB - Ideologia (2008)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Esquerda	Não Polarizada	Polarizada Direita
População	Baixa	14,8%	39,7%	45,6%
	Alta	11,9%	52,3%	35,7%
Densidade	Baixa	12,4%	46,4%	41,3%
	Alta	14,6%	45,0%	40,5%
Educação	Baixa	13,0%	45,9%	41,2%
	Alta	13,9%	45,5%	40,6%
Ocup. Urb.	Baixa	15,6%	43,5%	40,9%
	Alta	11,6%	47,7%	40,7%
Carro	Baixa	14,1%	45,7%	40,3%
	Alta	12,8%	45,6%	41,6%
PIB Agro	Baixa	13,6%	44,2%	42,2%
	Alta	13,2%	48,2%	38,6%
Volatilidade	Baixa	11,8%	44,5%	43,7%
	Alta	15,4%	46,8%	37,8%
Competição	Baixa	12,9%	45,8%	41,2%
	Alta	14,2%	45,4%	40,4%
Fragmentação	Baixa	12,8%	45,1%	42,1%
	Alta	14,0%	46,0%	40,0%
2º Turno	não	13,6%	45,9%	40,5%
	sim	5,4%	30,6%	64,0%

Governador	não	13,3%	44,2%	42,5%
	sim	13,6%	47,7%	38,7%
Dep. Est.	Baixa	15,6%	47,1%	37,3%
	Alta	11,9%	44,4%	43,7%
Prefeito	não	13,5%	46,6%	39,9%
	sim	13,4%	41,2%	45,5%
Vereador	Baixa	12,5%	48,7%	38,8%
	Alta	14,9%	41,4%	43,8%
Coloc. eleitoral	Baixa	14,4%	42,2%	43,4%
	Alta	12,7%	48,5%	38,8%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

Estas são as variáveis que persistem em todos os modelos, indicando uma capacidade explicativa mais duradoura, diferente dos demais indicadores. O aumento do tamanho da população aumenta as chances de se observar coligações sem polarização, em todas as eleições analisadas. É interessante notar que o segundo efeito persiste diz respeito ao segundo turno, porém na direção oposta da esperada. Em municípios com mais de 200 mil habitantes ocorre um aumento na chance de se observar coligações polarizadas à direita, em todas as eleições.

As eleições de 2000 apresentam um melhor ajuste do modelo, segundo a comparação da porcentagem geral da tabela de classificação – 55, 48 e 47% respectivamente em 2000, 2004 e 2008 – além de ser confirmada a consistência da classificação através do *kappa* de Cohen, cujo valor foi de 0,480. Todas as dimensões foram consideradas estatisticamente significativas, sendo a única exceção o poder municipal em 2000.

Tabela 33: Ajuste do modelo - PSDB - Polarização ideológica, por eleição

indicadores		2000	2004	2008	
n		3764	3496	4503	
LR chi ²		114,73	120,08	103,87	
Prob R ²		0,000	0,000	0,000	
Pseudo R ²		0,016	0,017	0,012	
Tabela de Classificação	Polarizada esquerda	0,0%	0,0%	0,0%	
	Não polarizada	2,7%	36,6%	70,9%	
	Polarizada direita	98,6%	76,0%	38,4%	
	Porcentagem geral	54,9%	48,7%	47,9%	
	Spearman	0,012	0,107	0,083	
	Kappa de Cohen	0,480	0,093	0,071	
Wald	socioeconômicos		0,000	0,000	0,000
	incerteza		0,001	0,001	0,001
	políticos	poder estadual	0,000	0,017	0,010
		poder municipal	0,233	0,002	0,009
		geral	0,000	0,001	0,001

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

6.3.2. Governismo

Não se pode deixar de ressaltar a contradição imposta pelo contexto político do governo Lula aos partidos de oposição. O inchaço da base governista foi tamanho, incluindo partidos de todos os matizes ideológicos, a ponto de restringir as opções de partidos de médio porte a três partidos. Enquanto nas eleições de 2000 era possível considerar como parte da oposição partidos como PT, PPS, PSB, PDT, PL, PC do B e PV, em 2004 encontravam-se nesta posição apenas PFL, PSDB e PDT, sendo que em 2008 a mudança fica por conta da cooptação do PDT, porém saída do PPS da base de apoio ao governo petista.

Esse panorama pode ser exemplificada pela tabela 29, abaixo. Enquanto nas eleições de 2000 17% das coligações relevantes do PSDB podiam ser caracterizadas como polarizadas à oposição, os valores observados em 2004 e 2008 despencam,

respectivamente, para 6% e 3%, apesar da posição oposicionista do PSDB nestas eleições. Mesmo a categoria das coligações não polarizadas decresce, de 33% para 18%. Não deixa de ser interessante observar que nas eleições de 2008 a busca por coligações caracterizadas pela polarização à situação chega a 77%.

Tabela 34: Frequência das categorias da polarização governista das coligações do PSDB (2000-2008)

Polarização	2000		2004		2008	
	n	%	n	%	n	%
Polarização oposição	670	17,1	217	6,2	164	3,6
Sem polarização	1326	33,8	832	23,6	839	18,5
Polarização situação	1926	49,1	2478	70,3	3540	77,9
Total	3922	100,0	3527	100,0	4543	100,0

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Cabe esclarecer, todavia, não se tratar de uma “adesão” pesedebista aos governos petistas. Apesar da amplitude dos acertos políticos construídos pelo governo Lula, os partidos de oposição não podem relegar as alianças estabelecidas historicamente no ambiente municipal. Partidos que adentraram na base de apoio ao governo Lula, como PMDB, PP e PTB, podem permanecer como aliados históricos ou como melhor opção disponível para o PSDB se aliar em determinados municípios, forçando a posição governista ao partido.

Os valores observados no modelo explicativo para as eleições de 2000 exemplificam o drama do PSDB após 1999. A saída de um contexto de baixo tamanho populacional para um de alto aumenta em 10 p.p. a chance de ocorrer uma coligação polarizada à oposição, sendo a diferença percentual no caso de coligações não polarizadas seguindo mesmo sentido e da ordem de 14 p.p. O mesmo é observado para o efeito da média de anos de estudo no município, a fragmentação e a colocação do partido nas eleições. Ou seja, independente dos incentivos para ocorrer coligações com partidos da base, observa-se o oposto. Não se deve desconsiderar, porém, que o efeito da densidade eleitoral, da posse de carro, da volatilidade eleitoral, e a proporção de vereadores aumenta as chances de ocorrer uma coligação pesedebista polarizada à situação.

Tabela 35: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PSDB - Governismo (2000)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Oposição	Não Polarizada	Polarizada Situação
População	Baixa	10,2%	27,4%	62,4%
	Alta	22,9%	41,0%	36,2%
Densidade	Baixa	20,6%	33,4%	46,1%
	Alta	12,4%	35,6%	52,0%
Educação	Baixa	13,7%	31,2%	55,2%
	Alta	18,0%	37,9%	44,1%
Ocup. Urb.	Baixa	13,9%	36,0%	50,0%
	Alta	17,8%	33,5%	48,7%
Carro	Baixa	19,3%	39,6%	41,1%
	Alta	12,1%	28,7%	59,2%
PIB Agro	Baixa	17,5%	34,4%	48,2%
	Alta	14,1%	35,1%	50,8%
Volatilidade	Baixa	14,2%	32,4%	53,5%
	Alta	17,6%	36,9%	45,5%
Competição	Baixa	15,3%	35,3%	49,5%
	Alta	16,7%	34,0%	49,3%
Fragmentação	Baixa	13,1%	35,6%	51,3%
	Alta	18,3%	33,9%	47,8%
2º Turno	não	15,9%	34,7%	49,4%
	sim	15,4%	37,9%	46,7%
Governador	não	16,4%	34,0%	49,7%
	sim	14,8%	36,3%	48,9%
Dep. Est.	Baixa	13,1%	32,8%	54,1%
	Alta	22,0%	37,7%	40,3%
Prefeito	não	16,7%	34,1%	49,2%
	sim	13,0%	37,2%	49,9%
Vereador	Baixa	15,2%	39,0%	45,8%
	Alta	16,8%	28,5%	54,7%
Coloc. eleitoral	Baixa	13,1%	31,2%	55,7%
	Alta	19,6%	38,8%	41,6%
Transf. Vol. União	Baixa	15,6%	34,3%	50,2%
	Alta	16,5%	35,8%	47,8%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

Em 2004 apenas duas variáveis apresentam variação relevante. A possibilidade de ocorrer segundo turno aumenta a chance em 5 p.p. de ser observada uma coligação

polarizada à oposição. Ocupar o cargo de prefeito, por sua vez, aumenta as chances de polarização à situação.

Tabela 36: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PSDB - Governismo (2004)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Oposição	Não Polarizada	Polarizada Situação
População	Baixa	7,0%	23,2%	69,8%
	Alta	5,0%	23,2%	71,8%
Densidade	Baixa	5,6%	20,5%	73,9%
	Alta	6,2%	25,9%	67,9%
Educação	Baixa	5,0%	22,8%	72,2%
	Alta	6,9%	23,6%	69,5%
Ocup. Urb.	Baixa	6,1%	24,3%	69,5%
	Alta	5,7%	22,2%	72,1%
Carro	Baixa	7,6%	20,7%	71,7%
	Alta	4,4%	26,3%	69,4%
PIB Agro	Baixa	6,2%	22,9%	70,8%
	Alta	5,4%	23,7%	70,9%
Volatilidade	Baixa	6,6%	23,0%	70,4%
	Alta	5,2%	23,4%	71,4%
Competição	Baixa	5,5%	23,1%	71,3%
	Alta	6,5%	23,3%	70,2%
Fragmentação	Baixa	6,8%	23,3%	69,9%
	Alta	5,3%	23,1%	71,6%
2º Turno	não	5,9%	23,2%	70,9%
	sim	10,9%	22,0%	67,1%
Governador	não	5,2%	21,8%	73,0%
	sim	6,9%	24,8%	68,4%
Dep. Est.	Baixa	6,3%	25,0%	68,7%
	Alta	5,4%	21,1%	73,5%
Prefeito	não	6,2%	24,2%	69,7%
	sim	5,0%	19,8%	75,2%
Vereador	Baixa	4,8%	25,0%	70,1%
	Alta	8,3%	20,2%	71,5%
Coloc. eleitoral	Baixa	6,0%	22,7%	71,3%
	Alta	5,8%	23,8%	70,4%
Transf. Vol. União	Baixa	6,2%	23,4%	70,5%
	Alta	5,6%	23,0%	71,4%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

Novos efeitos contraditórios à teoria surgem no cenário das coligações do PSDB em 2008. Tanto no caso de educação quanto na proporção de pessoas em domicílio com carro, o perfil mais elevado diminui a chance de serem observadas coligações polarizadas à oposição. A baixa volatilidade, por sua vez, aumenta a chance de coligações polarizadas à oposição. Por fim, ao existir possibilidade de segundo turno, maior a chance de coligações polarizadas à oposição.

Tabela 37: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PSDB - Governismo (2008)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Oposição	Não Polarizada	Polarizada Situação
População	Baixa	3,0%	16,8%	80,2%
	Alta	3,5%	21,2%	75,4%
Densidade	Baixa	3,6%	19,1%	77,2%
	Alta	2,9%	18,4%	78,7%
Educação	Baixa	3,1%	22,5%	74,4%
	Alta	3,3%	15,7%	81,0%
Ocup. Urb.	Baixa	3,2%	17,8%	78,9%
	Alta	3,2%	19,7%	77,1%
Carro	Baixa	3,5%	15,9%	80,6%
	Alta	3,0%	22,2%	74,8%
PIB Agro	Baixa	3,4%	18,4%	78,2%
	Alta	2,9%	19,4%	77,7%
Volatilidade	Baixa	4,1%	20,8%	75,1%
	Alta	2,4%	16,5%	81,1%
Competição	Baixa	3,3%	19,3%	77,4%
	Alta	3,1%	18,0%	78,9%
Fragmentação	Baixa	3,7%	19,0%	77,3%
	Alta	2,9%	18,6%	78,6%
2º Turno	não	3,1%	18,7%	78,2%
	sim	14,6%	20,7%	64,8%
Governador	não	2,9%	18,9%	78,2%
	sim	3,6%	18,6%	77,8%
Dep. Est.	Baixa	2,5%	18,9%	78,6%
	Alta	3,5%	18,7%	77,8%
Prefeito	não	3,5%	18,6%	77,9%

	sim	2,3%	19,4%	78,4%
Vereador	Baixa	2,4%	19,7%	78,0%
	Alta	5,0%	17,4%	77,7%
Coloc. eleitoral	Baixa	4,0%	16,8%	79,2%
	Alta	2,7%	20,6%	76,7%
Transf. Vol. União	Baixa	3,5%	18,4%	78,1%
	Alta	2,8%	19,2%	78,0%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

Em relação ao ajuste do modelo, apenas em 2000 é possível calcular os valores de *Kappa* e Spearman. Isso decorre da alta concentração da categoria polarizada à situação, implicando em baixa variação a ser explicada. Isso é refletido no efeito das variáveis do modelo. Se em 2000 apenas a dependência financeira não é estatisticamente significativa, nas eleições de 2004 apenas a conjunto de variáveis políticas como um todo apresenta efeito e em 2008 o mesmo ocorre com a dimensão da incerteza política.

indicadores		2000	2004	2008	
n		3530	3302	4095	
LR chi ²		362,5	63,94	58,9	
Prob R ²		0,000	0,001	0,003	
Pseudo R ²		0,051	0,013	0,011	
Tabela de Classificação	Polarizada oposição	2,5%	0,0%	0,0%	
	Não polarizada	29,8%	0,0%	0,0%	
	Polarizada situação	84,7%	100,0%	100,0%	
	Porcentagem geral	52,1%	70,4%	77,6%	
	Spearman	0,212	-	-	
	Kappa de Cohen	0,127	0,000	0,000	
Wald	socioeconômicos	0,000	0,093	0,835	
	incerteza	0,000	0,354	0,001	
	políticos	poder estadual	0,000	0,259	0,242
		poder municipal	0,012	0,070	0,143

	geral	0,000	0,012	0,092
	dependência municipal	0,412	0,703	0,452

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Em 2000 a hipótese 1.1 não é corroborada, ocorrendo mesmos para a hipótese 1.2 em 2004 e 2008. Dois indicadores chamam a atenção no modelos. O primeiro é a persistência, tal qual trabalhada na teoria, de que o aumento da população acompanha observar coligações não polarizadas para o PSDB. Entretanto, este é um fator avaliado no cômputo geral dos municípios. No caso de especificar com maior precisão o efeito das grandes metrópoles, ou ambientes em que há segundo turno, o efeito é bastante distinto. Tal qual o PMDB, o PSDB tende a polarizar suas coligações quando há possibilidade de segundo turno. Entretanto, enquanto no caso do ex-MDB havia polarização em mais de um sentido, para o PSDB o sentido foi, em todos os anos, no sentido da polarização à direita.

Quadro 5: Comparação entre o sentido observado dos indicadores e os sentidos teóricos das variáveis - PSDB por eleição*

Indicador	Ideologia			Governismo		
	2000	2004	2008	2000	2004	2008
Tab. Class.	54,9	48,7	47,9	52,1	70,4	77,6
População	x	x	x	-		
Densidade	-			x		
Educação		-		-		-
Ocup. Urb.		x				
Carro		x		x		x
PIB Agro						
Volatilidade		-	-	-		x
Competição						
Fragmentação		-		x		
2º Turno	-	-	-		-	x
Governador						
Dep. Est.				-		
Prefeito	-	-			x	
Vereador		-		x		
Coloc. eleitoral		x		-		

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

* Células em branco indicam não haver efeito, "x" se refere a compatibilidade sentido observado e esperado, "-" se refere a sentido oposto do esperado.

Ainda em relação ao efeito do segundo turno, porém com foco na dimensão governista, o posicionamento do partido é extremamente consistente com sua posição, pois nestes ambientes de maior porte praticamente não há coligação com partidos da base. É possível trazer à luz desta questão o que foi abordado para o caso do PFL. Possivelmente os parceiros tradicionais do PSDB em ambientes de maior porte tenham sido cooptados para a base do governo, dificultando a construção de alianças vantajosas ao partido.

A hipótese 5.1, sobre a conexão entre variáveis socioeconômicas e posicionamento ideológico encontrou ressonância nos dados observados pelos modelos. No entanto, a segunda hipótese sobre a interação entre posicionamentos políticos e condicionantes foi falseada, visto que os indicadores de poder político apresentam sentidos teoricamente não esperados.

6.4. Partido dos Trabalhadores (PT)

Formado durante o período de transição da ditadura para a democracia no Brasil, o PT foi construído a partir da união do novo sindicalismo paulista com setores progressistas da Igreja Católica e intelectuais de esquerda. O princípio da atividade partidária foi permeado por um discurso de enfrentamento à política tradicional. Todavia, o baixo desempenho eleitoral observado durante os anos 1980, fruto, entre outros motivos, de uma política de alianças bastante austera, evitando por completo participar em aliança com partidos de direita, fomentou que, a partir do final da década de 1980 o critério para definir alianças fosse relaxado.

O oportunismo desta virada de atitude por parte dos dirigentes petistas culminará na vitória de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República nas eleições nacionais de 2002. Disso resultará a necessidade de adaptação do eterno líder da oposição ao governo federal em partido responsável pela condução do mesmo. Cabe ressaltar que o PT utilizou estratégias eleitorais bastante distintas daquelas adotadas pela maioria dos partidos brasileiros. Nas eleições de 2000, por exemplo, disputou prefeituras

isoladamente em 28% das vezes que concorreu ao executivo municipal. A média da utilização deste tipo de participação, entre todos os partidos, foi 9,1% (MACHADO, 2007). Não apenas evitava coligações, mas não apresentava constrangimento em apresentar candidatos cujas chances de vitória eram pequenas, pois a taxa de vitórias a prefeituras esteve na faixa de 25% em 2000, quanto a maioria dos demais partidos apresentava taxas entre 40% e 45% (MACHADO, 2007).

6.4.1. Ideologia

A orientação ideológica das coligações petistas é relevante, porém é necessário registrar a diminuição no número de coligações polarizadas à esquerda, categoria que representava 49% das coligações relevantes do PT em 2000, para menos da metade deste valor, dada a proporção de 20% deste tipo de coligação em 2008.

O incremento no número de casos nas demais categorias não ocorreu de forma concentrada, entretanto. Houve uma distribuição equilibrada do aumento entre coligações não polarizadas e polarizadas à direita. Entretanto, pelo fato de em 2000 as coligações sem polarização perfazerem 34% dos casos, em 2008 esta categoria tornou-se aquela com maior frequência 48% dos casos observados então.

Tabela 39: Frequência das categorias da polarização ideológica das coligações do PT (2000-2008)

Polarização	2000		2004		2008	
	n	%	n	%	n	%
Polarização esquerda	942	49,0	994	29,6	898	20,5
Sem polarização	653	34,0	1433	42,7	2112	48,3
Polarização direita	328	17,1	932	27,7	1366	31,22
Total	1923	100,0	3359	100,0	4376	100,0

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

O efeito das condicionantes socioeconômicas é o mesmo para o PT em todos os anos. Observar valores elevados de tamanho da população e educação implica maior chance de se observar coligação polarizada à esquerda. Por outro lado, os componentes de experiência urbana e desempenho econômico dos indivíduos aparecem com valores

mais elevados nos mesmos locais em que é mais recorrentemente verificadas coligações polarizadas à direita.

Outro efeito bastante interessante decorre da regra do segundo turno. A expectativa do modelo era de que o PT se mobilizasse em torno de uma quantidade maior de partidos de esquerda ao haver a possibilidade de segundo turno. No entanto, o aumento observado é de coligações não polarizadas. Todavia, nestes mesmos contextos a ocorrência de coligações polarizadas à direita simplesmente inexistente¹⁰¹.

Tabela 40: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PT - Ideologia (2000)

Indicadores*		Tipo de coligação		
		Polarizada Esquerda	Não Polarizada	Polarizada Direita
População	Baixa	35,6%	45,9%	18,5%
	Alta	69,9%	26,2%	3,9%
Densidade	Baixa	53,7%	36,2%	10,0%
	Alta	51,5%	39,4%	9,1%
Educação	Baixa	36,8%	44,4%	18,8%
	Alta	67,4%	28,4%	4,2%
Ocup. Urb.	Baixa	64,6%	29,8%	5,7%
	Alta	41,2%	44,5%	14,3%
Carro	Baixa	66,3%	28,0%	5,7%
	Alta	35,6%	48,8%	15,7%
PIB Agro	Baixa	56,7%	34,5%	8,8%
	Alta	47,7%	41,9%	10,4%
Volatilidade	Baixa	52,8%	38,0%	9,2%
	Alta	52,3%	37,8%	9,9%
Competição	Baixa	53,4%	37,0%	9,6%
	Alta	51,4%	39,1%	9,4%
Fragmentação	Baixa	51,6%	38,1%	10,3%
	Alta	53,5%	37,7%	8,8%
2º Turno	não	50,7%	36,1%	13,2%
	sim	48,3%	51,8%	0,0%
Governador	não	52,1%	37,6%	10,3%
	sim	56,7%	39,9%	3,4%
Dep. Est.	Baixa	31,1%	54,4%	14,5%
	Alta	72,3%	22,4%	5,3%
Prefeito	não	52,2%	38,4%	9,5%

¹⁰¹ Cabe destacar, como será observado adiante, que um efeito semelhante ocorrerá nas eleições de 2000 tendo por referência a classificação das coligações segundo o critério governista.

	sim	61,6%	27,5%	10,9%
Vereador	Baixa	51,0%	38,0%	11,0%
	Alta	55,7%	37,4%	6,9%
Coloc. eleitoral	Baixa	50,9%	38,5%	10,6%
	Alta	54,5%	37,2%	8,3%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

Por fim, as eleições de 2000 apresentam os efeitos esperados para os indicadores de quantidade de deputados estaduais, vereadores e ocupação de prefeitura.

As eleições de 2004 sustentam as mesmas condições que as observadas em 2000, adicionada a diferença entre ambientes cujo governador é do partido, situação que aumenta a chance de se observar coligações não polarizadas.

Indicadores*		Tipo de coligação		
		Polarizada Esquerda	Não Polarizada	Polarizada Direita
População	Baixa	17,3%	43,4%	39,4%
	Alta	44,8%	40,3%	14,9%
Densidade	Baixa	29,7%	42,6%	27,7%
	Alta	28,2%	46,6%	25,2%
Educação	Baixa	23,0%	45,5%	31,6%
	Alta	35,6%	42,8%	21,6%
Ocup. Urb.	Baixa	30,7%	48,5%	20,8%
	Alta	26,7%	40,4%	32,9%
Carro	Baixa	33,9%	39,5%	26,6%
	Alta	23,2%	51,1%	25,7%
PIB Agro	Baixa	28,0%	44,6%	27,4%
	Alta	30,5%	44,7%	24,8%
Volatilidade	Baixa	28,3%	45,2%	26,4%
	Alta	29,6%	44,0%	26,4%
Competição	Baixa	28,3%	44,8%	26,9%
	Alta	29,8%	44,4%	25,7%
Fragmentação	Baixa	28,4%	45,5%	26,1%
	Alta	29,4%	43,9%	26,7%
2º Turno	não	29,1%	44,2%	26,7%
	sim	17,3%	69,5%	13,2%
Governador	não	28,9%	44,1%	27,0%
	sim	28,7%	51,2%	20,1%
Dep. Est.	Baixa	24,7%	49,4%	25,9%

	Alta	32,9%	40,5%	26,6%
Prefeito	não	28,7%	44,8%	26,5%
	sim	35,0%	41,2%	23,8%
Vereador	Baixa	27,3%	45,7%	26,9%
	Alta	32,5%	42,2%	25,3%
Coloc. eleitoral	Baixa	27,9%	43,1%	29,0%
	Alta	30,1%	46,3%	23,6%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

Como tratado na análise referente à primeira tabela, não existem grandes modificações nos efeitos das coligações petistas entre 2000 e 2008, apesar de ser constatado que a possibilidade de ocorrer segundo turno passa a contribuir à chance de ser observada coligação polarizada à direita.

Tabela 42: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PT - Ideologia (2008)				
Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Esquerda	Não Polarizada	Polarizada Direita
População	Baixa	14,8%	49,5%	35,7%
	Alta	26,5%	47,9%	25,7%
Densidade	Baixa	19,6%	46,8%	33,6%
	Alta	20,1%	51,6%	28,3%
Educação	Baixa	15,9%	49,1%	35,1%
	Alta	24,5%	48,9%	26,7%
Ocup. Urb.	Baixa	23,4%	49,6%	27,0%
	Alta	16,6%	48,5%	34,9%
Carro	Baixa	22,5%	49,3%	28,2%
	Alta	16,7%	48,9%	34,4%
PIB Agro	Baixa	20,4%	50,2%	29,4%
	Alta	18,9%	47,7%	33,3%
Volatilidade	Baixa	18,7%	50,0%	31,3%
	Alta	21,1%	48,6%	30,3%
Competição	Baixa	19,6%	49,7%	30,6%
	Alta	20,1%	48,8%	31,1%
Fragmentação	Baixa	19,5%	49,2%	31,3%
	Alta	20,1%	49,4%	30,5%
2º Turno	não	20,0%	49,5%	30,6%
	sim	11,9%	38,7%	49,4%
Governador	não	18,7%	48,7%	32,6%
	sim	25,6%	51,0%	23,4%
Dep. Est.	Baixa	18,4%	50,7%	30,9%
	Alta	21,7%	47,6%	30,7%
Prefeito	não	20,2%	49,1%	30,7%
	sim	16,2%	52,0%	31,9%
Vereador	Baixa	16,5%	51,6%	32,0%
	Alta	27,7%	44,3%	28,1%
Coloc. eleitoral	Baixa	23,0%	45,8%	31,2%
	Alta	17,2%	52,5%	30,3%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

Considerando os valores da tabela de classificação, há um declínio na capacidade de explicação do modelo, cujos valores são 55%, 46% e 48%, respectivamente para 2000, 2004 e 2008. Contudo, os valores encontrados em 2000 e 2004 podem ser considerados

fruto de classificação correta, dado os valores 0,220 e 0,134 para *kappa*. Enquanto em 2008 não é possível descartar a hipótese de que a classificação tenha sido fruto do acaso.

É interessante notar que entre todas as dimensões explicativas do comportamento coligacionista petista, apenas aquelas relacionadas a contextos de incerteza não foram consideradas significativas por meio do teste *Wald*.

Não é de se estranhar este valor ao considerar a estratégia eleitoral convencional do PT, relacionada a apresentar candidatos, independente de suas reais chances de vitória, relacionados ao reforço da imagem política do partido, tendo em vista ganhos eleitorais futuros (MACHADO, 2007).

Tabela 43: Ajuste do modelo - PT - Polarização ideológica, por eleição

indicadores		2000	2004	2008	
n		1848	3318	4324	
LR chi ²		452,79	332,81	195,14	
Prob R ²		0,000	0,000	0,000	
Pseudo R ²		0,120	0,047	0,022	
Tabela de Classificação	Polarizada esquerda	77,2%	33,0%	1,8%	
	Não polarizada	45,5%	76,6%	94,5%	
	Polarizada direita	10,7%	16,2%	6,7%	
	Porcentagem geral	55,0%	46,9%	48,1%	
	Spearman	0,346	0,251	0,077	
	Kappa de Cohen	0,220	0,134	0,017	
Wald	socioeconômicos		0,000	0,000	0,000
	incerteza		0,619	0,289	0,309
	políticos	poder estadual	0,000	0,017	0,000
		poder municipal	0,044	0,024	0,000
geral		0,000	0,000	0,000	

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

6.4.2. Governismo

O efeito da transição de partido de oposição para se tornar o partido responsável pelo governo traduz com bastante clareza as estratégias de coligação do PT. Nas eleições

de 2004 e 2008 a quantidade de coligações polarizadas à oposição se situa entre 6% e 2% do total de coligações relevantes realizadas pelo partido. Deve-se considerar, e ter clareza, da facilidade em evitar parceiros de posicionamento oposto, devido ao número elevado de partidos presentes na base do governo.

Tabela 44: Frequência das categorias da polarização governista das coligações do PT (2000-2008)

Polarização	2000		2004		2008	
	n	%	n	%	n	%
Polarização oposição	830	43,2	193	5,7	117	2,7
Sem polarização	559	29,1	795	23,7	859	19,6
Polarização situação	534	27,8	2371	70,6	3400	77,7
Total	1923	100,0	3359	100,0	4376	100,0

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Da mesma forma como observado na avaliação ideológica das coligações petistas, os efeitos socioeconômicos sobre a classificação governista podem ser isolados em dois conjuntos, ao menos no que se refere às eleições de 2000. Passar de um perfil baixo para um alto em relação a aspectos demográficos (tamanho da população e densidade populacional) e educacionais aumenta a chance de observar polarização à oposição. Particularmente, o efeito da educação é bastante impactante. Cenários presentes no nono decil da média de anos de estudos apresentam 74% de coligações polarização à oposição, enquanto o perfil mais baixo do indicador educacional verifica apenas 22% de situações onde ocorre esse tipo de aliança.

O segundo conjunto de efeitos socioeconômicos diz respeito à conformidade entre contextos de maior atividade urbana e maior disponibilidade de recursos com uma chance maior de ser observada coligação polarizada à situação. Inclusive, a variável sobre a proporção de pessoas que reside em domicílio com carro é quase um espelho dos valores observados para o efeito da educação.

Tabela 45: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PT - Governismo (2000)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Oposição	Não Polarizada	Polarizada Situação
População	Baixa	30,4%	33,6%	36,0%
	Alta	44,3%	41,6%	14,1%
Densidade	Baixa	44,3%	41,6%	14,1%
	Alta	51,0%	32,1%	17,0%
Educação	Baixa	22,8%	52,4%	24,8%
	Alta	74,4%	18,4%	7,2%
Ocup. Urb.	Baixa	58,3%	28,1%	13,7%
	Alta	38,9%	44,1%	17,0%
Carro	Baixa	70,9%	21,0%	8,0%
	Alta	23,3%	51,4%	25,3%
PIB Agro	Baixa	48,4%	37,0%	14,6%
	Alta	47,5%	35,6%	16,9%
Volatilidade	Baixa	46,3%	36,2%	17,5%
	Alta	50,0%	36,4%	13,6%
Competição	Baixa	50,7%	33,8%	15,5%
	Alta	44,4%	39,9%	15,7%
Fragmentação	Baixa	47,0%	35,4%	17,6%
	Alta	48,9%	37,3%	13,9%
2º Turno	não	45,0%	33,3%	21,7%
	sim	39,2%	60,8%	0,0%
Governador	não	49,2%	35,5%	15,3%
	sim	33,3%	47,0%	19,7%
Dep. Est.	Baixa	24,1%	47,2%	28,7%
	Alta	70,5%	22,5%	7,1%
Prefeito	não	47,3%	37,0%	15,7%
	sim	62,9%	23,9%	13,2%
Vereador	Baixa	46,9%	36,8%	16,3%
	Alta	50,3%	35,5%	14,3%
Coloc. eleitoral	Baixa	44,1%	36,4%	19,5%
	Alta	52,3%	35,8%	11,9%
Transf. Vol. União	Baixa	48,6%	36,1%	15,3%
	Alta	46,6%	37,0%	16,4%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

No interior da dimensão política o efeito dissonante fica por conta do cargo de governador, pois há um efeito, apesar de fraco, sobre a maior chance de coligações polarizadas à situação quando o governador é petista. Possivelmente isso se deve à necessidade do partido mobilizar a base de apoio estadual, tornando o posicionamento em relação ao governo federal menos relevante que a situação específica do estado.

Os demais componentes políticos seguem o efeito esperado, pois perfis elevados em relação à quantidade de deputados e vereadores, além de ocupação da prefeitura na administração local, também são observados mais recorrentemente quando há coligações de oposição por parte do PT.

Como se pode observar na tabela 40, o ajuste do modelo para as eleições de 2004 e 2008 não permite analisar de forma mais substantiva o modelo. No entanto, cabe ressaltar o efeito do aumento do tamanho populacional sobre a ocorrência mais frequente de coligações polarizadas à situação.

Tabela 46: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PT - Governismo (2004)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Oposição	Não Polarizada	Polarizada Situação
População	Baixa	4,5%	30,6%	64,9%
	Alta	3,8%	17,5%	78,7%
Densidade	Baixa	4,0%	24,5%	71,6%
	Alta	4,3%	23,2%	72,5%
Educação	Baixa	3,9%	26,2%	70,0%
	Alta	4,4%	21,7%	73,9%
Ocup. Urb.	Baixa	4,7%	24,7%	70,6%
	Alta	3,7%	23,0%	73,3%
Carro	Baixa	5,2%	21,4%	73,3%
	Alta	3,1%	26,8%	70,1%
PIB Agro	Baixa	3,7%	25,7%	70,6%
	Alta	5,0%	20,8%	74,2%
Volatilidade	Baixa	5,6%	25,9%	68,5%
	Alta	3,0%	21,5%	75,5%
Competição	Baixa	3,9%	24,2%	71,8%
	Alta	4,5%	23,2%	72,3%
Fragmentação	Baixa	4,8%	23,5%	71,7%
	Alta	3,7%	24,1%	72,3%
2º Turno	não	5,2%	23,4%	71,5%

	sim	0,0%	39,3%	60,7%
Governador	não	4,3%	24,0%	71,6%
	sim	2,4%	20,5%	77,1%
Dep. Est.	Baixa	3,2%	25,9%	71,0%
	Alta	5,2%	22,1%	72,7%
Prefeito	não	4,1%	24,0%	71,9%
	sim	4,9%	19,4%	75,8%
Vereador	Baixa	3,7%	24,8%	71,5%
	Alta	5,4%	21,8%	72,9%
Coloc. eleitoral	Baixa	5,2%	23,4%	71,4%
	Alta	3,3%	24,2%	72,5%
Transf. Vol. União	Baixa	4,8%	23,8%	71,5%
	Alta	3,3%	23,8%	72,8%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, o perfil alta são relativos ao nono decil.

Em 2008 apenas as condicionantes socioeconômicas apresentam efeito, inclusive segundo os padrões observados para outras eleições e classificações de coligação.

Tabela 47: Probabilidades previstas para tipo de coligação - PT - Governismo (2008)

Indicadores		Tipo de coligação		
		Polarizada Oposição	Não Polarizada	Polarizada Situação
População	Baixa	2,1%	23,7%	74,2%
	Alta	2,0%	14,8%	83,1%
Densidade	Baixa	1,2%	19,8%	79,0%
	Alta	3,4%	18,3%	78,3%
Educação	Baixa	3,0%	22,9%	74,1%
	Alta	1,5%	15,9%	82,7%
Ocup. Urb.	Baixa	1,8%	17,1%	81,2%
	Alta	2,4%	21,0%	76,6%
Carro	Baixa	1,6%	16,1%	82,3%
	Alta	2,8%	22,8%	74,4%
PIB Agro	Baixa	1,5%	18,9%	79,6%
	Alta	3,6%	19,2%	77,2%
Volatilidade	Baixa	2,5%	18,5%	79,1%
	Alta	1,7%	19,6%	78,7%
Competição	Baixa	1,9%	19,0%	79,1%
	Alta	2,3%	19,1%	78,7%

Fragmentação	Baixa	2,3%	17,5%	80,2%
	Alta	1,9%	20,2%	77,9%
2º Turno	não	2,1%	19,1%	78,8%
	sim	2,1%	15,1%	82,8%
Governador	não	2,2%	19,4%	78,3%
	sim	1,4%	16,7%	81,9%
Dep. Est.	Baixa	2,7%	20,3%	77,0%
	Alta	1,5%	17,5%	81,0%
Prefeito	não	2,1%	19,3%	78,6%
	sim	1,9%	16,3%	81,8%
Vereador	Baixa	1,9%	21,0%	77,1%
	Alta	2,5%	15,8%	81,7%
Coloc. eleitoral	Baixa	2,7%	16,9%	80,4%
	Alta	1,7%	21,0%	77,3%
Transf. Vol. União	Baixa	2,0%	18,0%	79,9%
	Alta	2,2%	20,5%	77,4%

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras 2012.

* Os perfis classificados como baixa se referem aos valores do primeiro decil, os perfis alta são relativos ao nono decil.

As eleições municipais ocorridas durante os mandatos de Lula observaram mais de 70% das coligações classificadas como polarizadas à situação. Há, portanto, concentração expressiva dos casos nesta categoria, praticamente não há variação a ser explicada nessas eleições. Disso implica valores sobrestimados da tabela de classificação, pois em 2004 observa-se 70% dos casos observados explicados pelo modelo, porém o teste *kappa* não permite negar a hipótese de se tratar de um resultado fruto do acaso. Convém destacar a capacidade de os modelos de 2004 e 2008 apresentarem 100% de verificação correta para a categoria polarizada à situação, porém as demais categorias simplesmente não são explicadas, como se pode observar através da tabela de classificação.

Tabela 48: Ajuste do modelo - PT - Polarização governista, por eleição					
indicadores		2000	2004	2008	
n		1736	3121	3902	
LR chi ²		624,32	106,98	107,1	
Prob R ²		0,000	0,000	0,000	
Pseudo R ²		0,167	0,023	0,023	
Tabela de Classificação	Polarizada oposição	75,3%	0,0%	1,0%	
	Não polarizada	25,6%	0,0%	0,0%	
	Polarizada situação	60,5%	100,0%	100,0%	
	Porcentagem geral	56,7%	70,5%	78,0%	
	Spearman	0,465	-	-	
	Kappa de Cohen	0,325	0,000	0,000	
Wald	socioeconômicos		0,000	0,000	0,000
	incerteza		0,005	0,014	0,312
	políticos	poder estadual	0,000	0,147	0,024
		poder municipal	0,150	0,036	0,028
		geral	0,000	0,030	0,005
dependência municipal		0,743	0,156	0,115	

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

O teste das duas primeiras hipóteses foi falseado para o caso petista. Em 2000 a tabela de classificação indica uma taxa de 56,7% de acertos para o modelo governista, cabendo o valor de 55% para a classificação ideológica das coligações.

A tabela a seguir resume os efeitos encontrados para os modelos construídos para compreender as condicionantes das coligações petistas:

Quadro 6: Comparação entre o sentido observado dos indicadores e os sentidos teóricos das variáveis - PT, por eleição*

Indicador	Ideologia			Governismo		
	2000	2004	2008	2000	2004	2008
Tab. Class.	55,0	46,9	48,1	56,7	70,5	78
População	X	X	X	X	X	X
Densidade				X		
Educação	X	X	X	X		X
Ocup. Urb.	-	-	-	-		-
Carro	-	-	-	-		-
PIB Agro	-					
Volatilidade						
Competição						
Fragmentação						
2º Turno	-	-	-	-	-	
Governador		-	X	-	X	
Dep. Est.	X	X		X		
Prefeito	X	X		X		
Vereador	X		X			
Coloc. eleitoral				X		

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

* Células em branco indicam não haver efeito, "x" se refere a compatibilidade entre sentido observado e esperado, "-" se refere a sentido oposto do esperado.

Apesar da existência de efeitos teoricamente contraditórios, a hipótese 3 foi parcialmente comprovada. Mesmo que não tenha sido observado o sentido esperado teoricamente, as variáveis socioeconômicas afetam a dinâmica coligacionista consistentemente.

Quanto às hipóteses sobre efeitos políticos, o cenário de incerteza não afeta a construção de coligações petistas. Sobre o poder político é possível confirmar a hipótese 2.2 para a categorização ideológica. No caso da classificação governista não se pode afirmar o mesmo, pois apenas nas eleições de 2000 há comprovação deste efeito.

A hipótese 5.1, condizente à interação entre ideologia e condicionantes socioeconômicas, foi corroborada. Sobre a hipótese 5.2, que trata da relação entre governismo e poder político, esta foi refutada. Na análise do caso petista, a comparação entre o teste das hipóteses 5.1 e 5.2 pode evidenciar que as dimensões possuem uma interatividade mais intensa do que se poderia esperar. Contudo, considerando as

observações sobre os demais partidos, existem de fato condicionantes que operam de forma distinta entre os partidos.

7. Conclusão

Esta tese buscou articular e distintas correntes de pensamento que tratam da ação partidária para formular uma teoria capaz de compreender as coligações eleitorais e seus condicionantes. Para tanto, foram unidas vertentes teóricas que a princípio eram consideradas excludentes, no intuito de elaborar um modelo específico sobre as condicionantes das coligações. Seguindo as orientações teóricas de Castro (1994) e Cox (1997) foi reconhecido, e testado, o potencial de unir teorias de natureza sociológica com a abordagem da escolha racional para empreender a explicação de eventos complexos, tal como a decisão partidária sobre a definição de coligações.

O objetivo da tese é a formulação de um novo modelo de análise da racionalidade das decisões partidárias acerca das alianças eleitorais, com foco nos condicionantes sociais, econômicos e políticos presentes em sistemas com múltiplos níveis de governo. O argumento central é que as coligações eleitorais podem ser melhor compreendidas quando tratadas sob a ótica dos atalhos cognitivos forjados pelos próprios partidos políticos. Assim, argumentou-se a importância de se considerarem atalhos cognitivos como referência à tomada de decisão partidária sobre o formato das coligações. Ideologia e governismo foram analisados como posicionamentos políticos relevantes para a provisão de atalhos informacionais sobre as opções políticas, quer para o eleitorado como um todo, como para especificamente aos indivíduos engajados na vida partidária.

Entretanto, argumentou-se que a escolha partidária sobre qual posicionamento político – ideológico ou governista – maximizar na montagem das coligações eleitorais é afetada pela presença de determinadas condições do ambiente. Neste sentido, foram consideradas as dimensões: a. socioeconômica; b. a incerteza do ambiente eleitoral; c. o grau de poder político, e d. o grau de dependência financeira.

A estratégia analítica teve como foco a abordagem sobre o conjunto de aliados em coligação com um partido. Esse enfoque foi utilizado para cada um dos partidos selecionados. O ganho desta perspectiva advém da possibilidade de verificar se os partidos estão submetidos a constrangimentos distintos.

O posicionamento político, por sua vez, foi utilizado como referência à construção de uma tipologia das coligações, a partir de duas medidas: a) o governismo, através do

eixo oposição-situação, e b) a ideologia, segundo o eixo esquerda-direita. A classificação das coligações foi definida entre duas categorias de polarização, cada qual referente a um polo do eixo de posicionamento, e uma terceira, indicativa da diluição de diferenças partidárias.

Para a realização do teste empírico foi necessário ultrapassar diversos obstáculos, pois a mobilização de um modelo explicativo desta complexidade exigiu a busca de informações em sistemas de bancos de dados distintos, sem contar todos os problemas relacionados ao manejo de bancos deste porte. Para a sistematização dos efeitos das variáveis condicionantes sobre os casos a serem explicados foram utilizados modelos de regressão multinomial.

A hipótese geral testada estipula que posicionamentos políticos distintos estão associados a condicionantes distintas, o que foi falseado pela empiria. No entanto, outras hipóteses foram parcialmente corroboradas, mas sem a possibilidade de inferir uma lei geral das coligações. Seguindo o pressuposto da análise, cada partido apresenta uma combinação de condicionantes distinta que constrange a decisão coligacionista.

Entretanto, considerando a abordagem realizada no capítulo 6, quais são os achados deste trabalho?

Primeiramente, os resultados apontam para a consistência do modelo, que tem por pressuposto a existência de estímulos diferentes entre os partidos. Não houve uma dimensão única capaz de esgotar a explicação sobre o formato das coligações para todos os partidos segundo os dois critérios de posicionamento.

A análise dos dados acaba por conduzir a uma narração da história das interações partidárias da última década. Os valores altos de governismo apresentados pelas duas principais forças da oposição durante parte do período, PSDB e DEM/PFL, caracterizam a existência de parceiros tradicionais nas disputas locais, que conformaram alianças a despeito do acordo partidário no âmbito nacional. Disso resulta que o reposicionamento dos partidos no nível subnacional não conduz, automaticamente, ao alinhamento federativo do partido, devido às dinâmicas locais e arranjos cimentados nesse nível. Considerando achados anteriores, focados nos padrões de coligação das eleições de 2000 e 2004 (MACHADO, 2007), após a ascensão petista, PTB e PPB/PP permanecem como alguns dos principais aliados de DEM/PFL e PSDB. Estas continuidades representam a complexidade de sistemas multipartidários combinados à competição eleitoral em

múltiplos níveis. Apesar de a ênfase sobre esses elementos focar no efeito multiplicador que a existência de mais de um nível de governo possui sobre o número de partidos, também há o efeito de tornarem-se nebulosas as interações partidárias, dificultando a identificação de quais partidos seriam aliados e quais seriam adversários, uma vez que esses posicionamentos podem mudar entre as esferas de poder.

No Brasil a compreensão sobre a lógica da interação interpartidária está relacionada à competição presidencial, a qual organiza o posicionamento dos partidos em torno deste eixo estruturante da política, apesar do descolamento entre dinâmica federal e municipal, cujo grau é matizado a depender do município. Caso ocorra segundo turno no município, maiores são as chances do mesmo ser levado pela lógica da disputa presidencial, ativando o efeito do governismo sobre a eleição municipal.

As eleições presidenciais brasileiras já estão conformadas como uma disputa bipolarizada, um princípio lógico decorrente da lei de Duverger. Nesse nível de disputa há uma tendência de convergência entre os partidos, incentivando uma lógica centrípeta, algo já reportado sobre as coligações municipais (RIBEIRO, 2005; MACHADO, 2007; DANTAS, 2007). A história eleitoral trabalhada no texto exemplifica isso, pois todos os partidos aumentaram a proporção de coligações ideologicamente não-polarizadas com o passar dos anos.

Como foi observado, tanto para PSDB quanto para PMDB, a existência de segundo turno afetou o formato das coligações dos partidos, mesmo que de forma contrária ao esperado. Assim, a comparação entre esses partidos é deveras interessante. Partidos de centro são na realidade partidos que se posicionam de forma diferente a depender do contexto: não há uma posição centrista em si. Enquanto o PMDB aderiu a ambos os lados do espectro ideológico em cenários onde ocorre segundo turno, o PSDB buscou com maior ênfase uma combinação de forças polarizadas à direita. Certamente isso se relaciona com o fato de que, para o PSDB, o principal parceiro é uma das mais importantes referências da direita brasileira (DEM/PFL).

As demais variáveis de da dimensão da incerteza podem ter sua eficácia questionada, pois raramente apresentaram valores significativos. A falta de capacidade explicativa também é uma característica da dimensão da dependência financeira do município.

A dimensão do poder político foi mais relevante para compreender o formato das coligações do PT e do DEM/PFL, sendo que para o último os efeitos foram limitados ao posicionamento ideológico.

A análise das condições socioeconômicas foi crucial para o entendimento das coligações do PSDB e, em especial, do PT. Para se entender esses casos, é importante reforçar que o modelo construído apresenta melhor ajuste à explicação das decisões partidárias do PT no nível municipal. Isso reforça a necessidade de reconsiderar os modelos explicativos elaborados para incorporar outras relações não trabalhadas. Ainda assim, os efeitos observados foram inesperados, o que suscita um novo tópico.

Apesar de o teste Wald para o conjunto de variáveis informar valores significativos, na maioria dos parâmetros o efeito observado era muito reduzido ou apontava para uma direção inesperada, se consideradas as hipóteses da teoria. São estas incongruências que devem ser exploradas, para se compreender de forma mais precisa como o efeito opera¹⁰².

Em síntese, verificou-se a existência de efeitos específicos para cada partido na explicação das suas coligações. Evidencia-se que para o entendimento mais claro das condições do sistema político brasileiro é necessário mobilizar estudos direcionados ao entendimento dos partidos políticos, tomando-os como unidade de análise e não como parte do agregado sistêmico a ser analisado. Novos esforços devem ser mobilizados, portanto, para o entendimento sobre o que seriam estes efeitos.

Um primeiro ponto se refere à necessidade de tratamento das dimensões do posicionamento político de forma conjunta. A abordagem analítica utilizada buscou isolar os efeitos referentes à caracterização ideológica, por um lado, e governista, por outro. Isso possibilitou compreender quais condicionantes são relevantes especificamente para cada posicionamento. No entanto, resultou-se em uma insuficiência geral do modelo para explicar o formato das coligações. Uma abordagem bidimensional, ou mesmo tridimensional, incorporando o posicionamento relativo ao governo estadual, geraria um

¹⁰² Um efeito clássico deste tipo de contradição pode ser evidenciado pela discussão acerca do efeito da educação sobre a sofisticação política (PEREIRA, 2010).

quadro explicativo muito mais rico e completo do ponto de vista das referências dadas aos partidos.

No desenvolvimento da tese não foi possível avaliar os efeitos da dimensão interna da organização partidária, central à compreensão sobre a decisão partidária. A inclusão de variáveis sobre a existência de organização partidária no nível local ou a consideração da fonte do financiamento utilizado para a manutenção partidária poderia contribuir ao quadro mobilizado à explicação das coligações – são pontos relevantes para o desenho de uma nova pesquisa.

Se o segundo turno foi um fator importante para explicar as condicionantes em várias situações, cabe ressaltar uma dificuldade anteriormente relatada ao indicador. Para além do efeito sobre as condições de incerteza da disputa política, o segundo turno é um indicador da relevância política do município, pois está relacionado ao tamanho do eleitorado local. A conexão entre segundo turno e decisão partidária precisa de uma avaliação que permita distinguir o motivo de incidência do efeito.

Para além dos questionamentos específicos sobre o segundo turno, outras variáveis, referentes à dimensão da incerteza, como a volatilidade eleitoral, apresentam problemas quanto a sua sistematização. No caso da volatilidade, a medida ideal deveria considerar a variação da votação municipal em mais de uma eleição, para compor um indicador mais robusto sobre o que pode ser a percepção das elites locais sobre a estabilidade. Entretanto, os dados desagregados sobre as eleições municipais só estavam disponíveis até as eleições de 1996. Atualmente o TSE tem apresentado o esforço de disponibilizar dados desagregados de eleições antigas, mas ainda é um processo em implementação. De qualquer forma, fica a reflexão para estudos futuros sobre a necessidade de obtenção de indicadores políticos mais precisos.

Por fim, é possível considerar a existência de possíveis efeitos intervenientes entre os indicadores das condicionantes das coligações. Incorporá-los tornaria o modelo mais robusto do ponto de vista de suas explicações, porém a realização do mesmo ultrapassa o objetivo do presente estudo.

Apesar o complexo panorama sobre o qual estão montadas as coligações municipais, é possível retirar algumas conclusões sobre a forma como os partidos se mobilizam nesse contexto. O PT se caracterizou como o partido cujos efeitos das condições do ambiente foram mais duradouras, resistindo inclusive à mudança de

posicionamento político. DEM/PFL apresentou coligações mais consistentes onde possuía mais controle político. Mesmo entre partidos cujo ajuste do modelo foi baixo, PMDB e PSDB, existem indicadores capazes de distinguir os tipos de coligação, como é o caso do segundo turno, uma variável que impacta na decisão partidária de todos os partidos analisados, porém não possui consistência quanto ao efeito, pois foram observados efeitos contraditórios.

Fica a impressão de descoberta de achados importantes à compreensão dos efeitos que diferenciam partidos político no Brasil, do ponto de vista de suas alianças eleitorais. Mas o que mais chama a atenção é a necessidade de efetuar estudos mais específicos sobre as condições de participação eleitoral do partidos brasileiros no interior deste mundo da lógica local, explorado de forma inicial a partir de várias abordagens, apesar de restar muito a se desbravar.

8. Referências

ABRANCHES, Sérgio Henrique. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. *Dados*, v. 31, n. 1, 1988, p. 5-34.

ABRÚCIO, Fernando. *Os Barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

ALMEIDA, Alberto Carlos. *Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFF, 1998.

AMES, Barry. *The deadlock of democracy in Brazil*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.

ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe; MEIRA João Francisco. “A margem do meio da política: as coligações entre PT e PSDB em eleições majoritárias”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002 [1958].

_____. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 1972 [1969a].

_____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 [1969b].

ARRAIS, Amauri. “Aliança PT-PSDB ajudou a eleger 149 prefeitos em 2004”. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 27 mai, 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL365016-5601,00.html>>. Acesso em 17 set. 2010.

AVELAR, Lúcia Mercês. *O segundo eleitorado, tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

AVELAR, Lúcia Mercês; LIMA, Fernando Dias de. “Lentas mudanças: o voto e a política tradicional”. *Lua Nova*, n. 49, 2000, p. 195-223.

BACRACH, Peter; BARATZ, Morton S. “Two faces of power”. *The American Political Science Review*, v. 56, n. 4, 1962).

BANDYOPADHYAY, Siddhartha; CHATTERJEE, Kaylan; SJOSTROM, Tomas. “Pre-electoral coalitions and post-election bargaining”. *Discussion papers from department of Economics, University of Birmingham*, 2010. Disponível em:

<http://econpapers.repec.org/scripts/redir.pf?u=ftp%3A%2F%2Fftp.bham.ac.uk%2Fpub%2FRePEc%2Fpdf%2F09-10.pdf;h=repec:bir:birmec:09-10>>. Acesso em 10 jan. 2011.

BARDI, Luciano; Peter Mair. "The parameters of party systems". *Party Politics*, v. 14, n. 2, 2008, p. 147-166.

BERELSON, Bernard; LAZARFELD, Paul; MACPHEE, William N. *Voting*. Chicago: University of Chicago Press, 1954.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razão e significado de uma distinção*. São Paulo: Editora UNESP, 2003 [1994].

BORGES, André; TURGEON, Mathieu. "Do petismo ao "Lulismo"? Explicando a ausência de *cottails* nas eleições de 2006". *34º Congresso da ANPOCS*, Caxambu, 2010, Caxambu.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Bertrand, 1989.

BRAGA, Maria do Socorro. "Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista e federativo: determinantes e consequências das coligações partidárias no Brasil". In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lucio R. (org.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 228-248.

BRAGA, Maria do Socorro; KINZO, Maria D'Alva Gil. "Sistema eleitoral, competição partidária e representação parlamentar nos Legislativos estaduais". In: BRAGA, Maria do Socorro; KINZO, Maria D'Alva Gil (orgs.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007, p. 159-177.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política". In: LAMOUNIER, Bolivar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 45-75.

CARNEIRO, Leandro Piquet; ALMEIDA, Maria Hermínia de Tavares. "Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira". *Dados*, vol. 51, n. 2, 2008, p. 403-32.

CARREIRÃO, Yan de Souza. "Diferenças ideológicas entre partidos: um estudo sobre os partidos catarinenses". *29º Encontro anual da ANPOCS*, Caxambu, 2005.

_____. "Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina". *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, 2006, p. 136-163.

_____. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, n. 2, 2007, p. 301-339.

CARREIRÃO, Yan de Souza; PERONDI, Eduardo . “As coligações nas eleições para governador, senador, deputado federal e estadual no Brasil (1986-2006)”. *33º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2009.

CARREIRÃO, Yan de Souza; NASCIMENTO, Fernanda Paula do. “As coligações nas eleições para o senado brasileiro (1990/2006)”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 99 -133.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. Belo Horizonte: UFMG, 1994. [Tese de doutorado].

CERVI, Emerson Urizzi. “Verticalização de coligações e voto no Brasil: as urnas e a coerência ideológico/partidária entre 1998 e 2006”. *31º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2007.

CONVERSE, Philip E. “Influence flow and the stability of partisans attitudes”. In: CAMPBELL, Angus; et all (eds.). *Elections and the political order*. New York, London, Sydney: John Wiley and Sons, Inc, 1966.

COX, Gary W. *Making votes count: strategic coordination in the world’s electoral systems*. New York: Cambridge University Press, 1998 [1997].

DAALDER, Hans. “Parties, elites, and political development in Western Europe”. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (eds.). *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

DAHL, Robert Alan. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

_____. *Dilems of pluralist democracy*. New Haven: Yale University, 1982.

_____. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989 [1956].

DALMORO, Jefferson; FLEISCHER, David. “Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade”. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005, 85-113.

DALTON, Russell J. “The Decline of Party Identification”. In: DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin (eds.). *Parties without partisans*. Oxford: Oxford University Press, 2002 [2000].

DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin (eds.). *Parties without partisans: political chance in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2002 [2000].

DALTON, Russel J.; WELDON, Steven. “Partisanship and party system institutionalization”. *Party politics*, v. 13, n. 2, 2007, p. 179–196.

DANTAS, Humberto. *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica no alinhamento dos partidos políticos brasileiros em 2000 e 2004*. São Paulo: USP, 2007. [tese de doutorado].

_____. “Coligações nas eleições municipais de 2000 e 2004: a força do partido dos governadores”. *VI Encontro da ABCP*, Campinas, 2008a.

_____. “Partidos políticos e alianças em eleições municipais: ideologia ou pragmatismo”. *32º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2008b.

_____. Coligações em eleições municipais e o cenário de 2008. *Cadernos ADENAUER* (São Paulo), v. 2, 2008c, p. 97-110.

_____. “O workshop do Rio de Janeiro: lições de um exercício”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 23-30.

DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio. “Os pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000”. *Leviathan*, São Paulo, v. 1, 2004, p. 181-200.

_____. “Os pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas alianças municipais em 2000 e 2004”. *13º CISO - Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste*, Maceió, 2007.

_____. “Pequenos partidos no Brasil: uma análise com base no posicionamento ideológico nas coligações municipais de 2000 a 2008”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 325-343.

DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper, 1957.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Brasília: Editora da UnB, 1980 [1951].

EAGLETON, Terry. *Ideologia: una introducción*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1997 [1995].

FARIA, Vilmar E. "As eleições de 1974 no estado de São Paulo: uma análise das variações inter-regionais". In: LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FAVETTI, Paola Ramos. *Partidos Aliados em eleições presidenciais no Brasil: análise das coligações vencedoras em 1994, 1998 e 2002*. Brasília, UnB, 2004. [Dissertação de mestrado].

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. "A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 45, 2001, p. 7-24.

FINLÂNDIA. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Finish Election System*. Helsink: Ministry of Justice, 2010.

FLEISCHER, David Verge. *Do antigo ao novo: partidos e sistemas partidários no Congresso Nacional (1945-1964)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.

_____. "Os partidos políticos". In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Editora, 2004.

_____. "Coligações eleitorais". In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. (orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 142-146.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo, Editora FGV, 1999.

_____. "Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária". *Dados*, v. 45, n. 2, 2002, p. 303-344.

_____. "Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário". In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lucio R. (org.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 249-280.

GOLDER, Sona Nadenichek. *The logic of pre-electoral coalition formation*. Columbus: Ohio State University Press, 2006.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; BARBOSA, Rogério; CARVALHAES, Flávio. "Desigualdade ocupacionais e acesso a informações sobre oportunidades de emprego: explorando a fronteira entre os estudos de estratificação e do trabalho". *36º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia*, 2012.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Lisboa: edições 70, 2009 [1968].

HAGOPIAN, Frances. *The politics of oligarchy: the persistence of traditional elites in contemporary Brazil*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1986. [Tese de doutorado].

HEELAS, Paul; LASH, Scott; MORRIS, Paul (eds.). *De-traditionalization*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo*. São Paulo: Ática, 2010 [1992].

HIRSCHMAN, Albert O. *De consumidor a cidadão: atividades privadas e participação na vida pública*. São Paulo: Brasiliense, 1993 [1982].

HUNTINGTON, Samuel P. “The United States”. In: CROZIER, Michel J.; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. *The Crisis of Democracy: report on the governability of democracies to the trilateral commission*. New York: New York University Press, 1975, p. 59-118.

INÁCIO, Magna Maria. *Presidencialismo de coalizão e sucesso presidencial na esfera legislativa (1990-2004)*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. [Tese de doutorado].

KATZ, Elihu. “The two-step flow of communication: an up-to-date report on an hypothesis”. *The public opinion quarterly*, v. 21, n. 1, 1957, p. 61-78.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. “Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party”. *Party politics*, v. 1, n. 1, 1995, p. 5-28.

KECK, Margareth. *PT, a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, Maria D’Alva Gil. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, Konrad Adenauer Stiftung, 1993.

_____. “Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985”. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 19, n. 54, 2004, p. 23- 41.

KIRCHHEIMER, Otto. “The transformation of the western European party systems”. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Weiner (eds.). *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, 1966, p. 177–200.

KRAUSE, Silvana. “O nacional e o regional nas eleições para os executivos de 2002: coligações partidárias e estratégias eleitorais”. *26º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2002.

_____. “Direita e esquerda: faz diferença? Comparando estratégias de coligações nas eleições das capitais brasileiras em 2004”. *II Congresso da ALACIP*, Cidade do México, 2004.

_____. “Uma análise comparativa das estratégias eleitorais nas eleições majoritárias (1994-1998-2002): coligações eleitorais x nacionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro”. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005, p. 115-141.

_____. “Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006). Qual é a opção dos partidos e do eleitorado?”. *VI Encontro da ABCP*, Campinas, 2008.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro Paulo. “Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 41-97.

LAMOUNIER, Bolívar. “Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente”. In: LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). *Os Partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAPALOMBARA, Joseph. “Reflections on political parties and political development, four decades later”. *Party politics*, v. 13, n. 2, 2007, p. 141-154.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. “The origin and development of political parties”. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (eds.). *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

LAZARSELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: free Press, 1944.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; Iuperj, 1991.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 [1948].

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. *Democracia e instituições políticas no Brasil nos anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. “A reimplantação do multipartidarismo: efeitos institucionais e contextuais”. In: LIMA JR., Olavo Brasil de. *O sistema partidário brasileiro. Diversidade e tendências – 1982-1994*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, p. 301-11.

LIMONGI, Fernando. “A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório”. *Novos estudos CEBRAP*, n. 76, 2006, p. 17-41.

LIMONGI, Fernando; MESQUITA, Lara; SIMONI JÚNIOR, Sergio; DAVIDIAN, Andreza. “Mudanças e continuidades nas eleições de São Paulo”. *32º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2008.

LINZ, Juan. “Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença?”. In: LAMOUNIER: Bolívar (org.). *A opção parlamentarista*. São Paulo: IDESP: Editora Sumaré, 1991.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. “Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction”. In: LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein (orgs.). *Party systems and voter alignment: cross-national perspectives*. New York: The Free Press; London: Collier-Maximillan Limited, 1967.

LUCAS, Kevin; SAMUELS, David. “The ideological ‘coherence’ of the Brazilian party system, 1990-2009”. *Journal of politics in Latin American*, v. 2, n. 3, 2010, p. 39-69.

LUCAS, Samuel R. “Effectively Mintained Inequality: education transitions, track mobility, and social background effects”. *American Journal of Sociology*, v. 106, n. 6, 2001, p. 1642-1690.

LUHMANN, Niklas. *Poder*. Brasília: Editora UnB, 1985 [1975]

MACALLISTER, Ian. “The Personalization of politics”. In: DALTON, Russell J.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. *The Oxford handbook of political behavior*. New York: Oxford University Press, 2009 [2007], p. 571-88.

MACHADO, Aline. “A lógica das coligações no Brasil”. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005, p. 43-83.

_____. “Coligações eleitorais minimamente vitoriosas no Presidencialismo: realidade ou ficção? O caso do Brasil”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto;

MIGUEL, Luis Felipe. Coligações partidárias na nova democracia brasileira. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 217-44.

MACHADO, Carlos. *Identidades diluídas: coligações para prefeito no Brasil*. (2000 e 2004). Brasília: UnB, 2007. [Dissertação de mestrado].

MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe. “Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais”. *VI Encontro da ABCP*, Campinas, 2008.

_____. “Variações das coligações para prefeito no Brasil (2000 a 2008)”. *33º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2009.

MAIR, Peter. “Party organization: from civil society to the state”, In: KATZ, Richard; MAIR, Peter. *How parties organize: Change and adaptation in party organizations in western democracies*. London: Sage Publications, 1995.

_____. “Left-right orientations”. In: DALTON, Russell J.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. *The Oxford handbook of political behavior*. New York: Oxford University Press, 2009 [2007], p. 206-222.

MAIR, Peter; MÜLLER, Wolfgang C.; PLASSER, Fritz. *Political parties and electoral change*. London: Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications, 2004.

MANIN, Bernard. *Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999 [1532]. (*Coleção Os Pensadores*).

MARCHETTI, Vitor; CORTEZ, Rafael. “A judicialização da competição política: o TSE e as coligações eleitorais”. *Opinião Pública*, v. 15, n. 2, 2009, p. 422-450.

MARTINEZ-ALIER, Vera; BOITO JÚNIOR, Armando. “1974: enxada e voto”. In: LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

MELO, Carlos Ranulfo. “Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados”. *Dados*, v. 43, n. 2, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 set. 2011.

_____. “Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil”. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lucio R. (org.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 157-175.

_____. “Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, 2010, p.13-41.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora UnB, 1982 [1914].

MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

_____. “A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo”. *Dados*, v. 45, n. 3, 2002, p. 483-511.

_____. “Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política”. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 51, 2003a, p. 123-140.

_____. “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro”. *Revista Sociologia Política*, n. 20, 2003b, p. 115-35.

_____. “Participação eleitoral e gênero no Brasil: as cotas para mulheres e seu impacto”. *II Congresso da ALACIP*, Cidade do México, 2004.

_____. “Os partidos brasileiros e o eixo ‘esquerda-direita’”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 31-37.

MAINWARING, Scott. “Party systems in the third wave”. *Journal of democracy*, v. 9, n. 3, 1998, p. 67-81.

_____. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001[1999].

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. “Party system institutionalization and party system theory after the third wave of democratization”. In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William. *Handbook of party politics*. London: SAGE Publications, 2006, p. 204-38.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. “Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004)”. *Dados*, v. 50, n. 4, 2007, p. 757 – 793.

_____ ; MACHADO, Carlos. “De partido de esquerda a partido de governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008)”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

MILBRATH, Leister W. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally & Company, 1966 [1965].

MUNCK, Geraldo L. “Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo dos movimentos sociais”. *Dados*, v. 40, n. 1, 1997, p. 105 a 125.

NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001 [1999].

_____. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. “Voto Personalizado e Reforma Eleitoral no Brasil”. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lucio R. (orgs.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 23-33.

NICOLAU, Jairo; PEIXOTO, Vitor. “Bases eleitorais do PT e PSDB nos municípios brasileiros: entre 1996 e 2008, o que mudou?”. *34º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2010.

NOHLEN, Dieter. *Sistemas electorales y partidos políticos*. México: Fondo de Cultura Economica, 2004.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. “Dinâmica institucional de representação”. *Novos estudos Cebrap*, n. 38, 1994.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. “Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962)”. *Dados*, n. 10, 1973, p. 166-183.

OLSON, Mancur. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge, Harvard University Press, 1965.

OSTROGORSKI, Moisei. *Democracy and the organization of political parties*. New York: Haskell House, 1902.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1982].

PEIXOTO, Vitor de Moraes. “Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia”. *6º Encontro da ABCP*, Campinas, 2008.

_____. “Coligações Eleitorais: uma análise quantitativa”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

PEREIRA, Frederico Batista. *Racionalidade, ambientes e sofisticação política na escolha do candidato a presidente*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. [Dissertação de mestrado em *Ciência Política*]

PERISSINOTTO, Renato M. “Hannah Arendt, poder e a crítica da tradição”. *Lua Nova*, v. 61, 2004, p. 115-138.

POWELL JR., G. Bingham. *Contemporary democracies: participation, stability, and violence*. Cambridge, Harvard University Press, 1982.

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar. “Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication”. *Latin American Perspectives Review*, v. 44, n. 1, 2009, p.218-246.

PZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1985].

RAE, Douglas W. *The political consequences of electoral laws*. New Haven: Yale University Press, 1967.

_____. *Leyes electorales y sistemas de partidos políticos*. Madrid: Ediciones Cítep, 1977.

REIS, Antonio Carlos Alkmin dos. “A participação eleitoral e seus correlatos sócio-econômicos”. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (org.). *O sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

REIS, Fábio Wanderley. “As eleições em Minas Gerais”. In: LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. “As eleições e o problema institucional (2): a revolução é a geral cooptação”. *Dados*, n. 14, 1977.

_____. “Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora”. In: REIS, Fábio Wanderley (org.). *Os partidos e o regime. A lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978a, p. 213-287.

_____. “Conclusão”. In: REIS, Fábio Wanderley (org.). *Os partidos e o regime. A lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978b, p 289-303.

_____. *Política e racionalidade*. 2. ed. rev. atual. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000 [1984].

_____. “Identidade, política e a teoria da escolha racional”. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 6, 1986.

_____. *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: Edusp, 2000.

REIS, Fábio Wanderley. “Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros”. *Novos estudos CEBRAP*, n. 87, 2010, p. 61- 75.

REIS, Fábio Wanderley; Mônica Mata Machado de Castro. “Democracia, civismo e cinismo. Um estudo empírico sobre normas e racionalidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 45, 2001.

RENNÓ JÚNIOR, Lucio. “Desigualdade e informação política: as eleições brasileiras de 2002”. *DADOS*, n. 50, n. 4, 2007, p. 721 – 755.

RENNÓ JÚNIOR, Lucio; PERES, Paulo Sérgio; RICCI, Paolo. “A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: um teste com as explicações econômicas, políticas e sociais”. *VI Encontro da ABCP*, Campinas, 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “Partidos, ideologia e composição Social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, 2002, p. 31-47.

RIBEIRO, Pedro Floriano. “Acordos partidários nacionais, reflexos locais: o presidencialismo de coalizão enquanto fator estruturante das alianças eleitorais municipais”. *29º Encontro anual da ANPOCS*, Caxambu, 2005.

_____. “Distribuição ideológica das coligações eleitorais municipais: apresentando dados e discutindo possíveis influências da dinâmica política nacional”. *Revista versões*, v. 2, 2006a, p. 103-120.

_____. “Acordos partidários nacionais, reflexos locais: o presidencialismo de coalizão como fator estruturante das alianças eleitorais municipais”. *8th Conference of the BRASA*, Nashville (EUA), 2006b.

_____. “Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do ‘G79’ (1996-2008)”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 301-323.

RIKER, William. *The theory of political coalitions*. New Haven; London: Yale University Press, 1962.

RIKER, William; ODERSHOOK, Peter. "A theory of calculus of voting". *American political science review*, vol. 62, n. 1, 1968, p. 25-42.

SANTOS, Fabiano. "Em defesa do presidencialismo de coalizão". In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lucio R. (org.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 281-295.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "As eleições e a dinâmica do processo político brasileiro". *Dados*, n. 14, 1977.

_____. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

_____. *Governabilidade e democracia natural*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar Editores; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982 [1976].

SCARROW, Susan E. "Political activism and party members". In: DALTON, Russell J; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.). *Oxford handbook of political behavior*. New York: Oxford University Press, 2007 [2009], p. 336-654.

SCHATTSCHNEIDER, Elmer Eric. *The semisovereign people*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1967 [1960].

SCHMITT, Carl. *The concept of the political*. Chicago: University of Chicago Press, 1996 [1932].

SCHMITT, Rogério. *As coligações partidárias no período 1986-94 versus 1954-62*. Brasília: UnB, 1996. [Dissertação de mestrado].

_____. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999. [Tese de doutorado].

_____. "Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira". In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

SCHMITT, Rogério; CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. "Estratégias de campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em eleições proporcionais". *Dados*, vol. 42, n. 2, 1999.

SCHMITTER, Philippe C. “Reflexões sobre o conceito de política”. *Cadernos da UnB*, s/d, p. 43-51.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, socialism and democracy*. London: Unwin University Books, 1974 [1942].

SELL, Carlos Eduardo. “Ideologias políticas”. *Introdução à sociologia política*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 51-78.

SOARES, Gláucio Dillon. “Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria”. *Revista brasileira de estudos políticos*, n. 17, 1964, p. 95-124.

_____. *Sociedade e política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República*. São Paulo: Difel, 1973a.

_____. “Alianzas electorales em el Brasil”. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 35, n. 3, 1973b, p. 457-492.

_____. *Democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SOARES, Márcia Miranda; LOURENÇO, Luiz Cláudio. “A representação política dos estados na federação brasileira”. *Revista brasileira de ciências sociais*, vol. 19, n. 56, 2004, p. 113-154.

SOUSA, Vivaldo de. *As coligações partidárias no período 1986-94 versus 1956-62*. Brasília: UnB, 1996. [Dissertação de mestrado].

_____. “O comportamento das coligações eleitorais entre 1954-1962: pleitos majoritários coincidentes com proporcionais”. In: SCHMITT, Rogério Schmidt; KRAUSE, Silvana (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

SOUZA, Amaury de. “O sistema político-partidário”. In: Hélio Jaguaribe (org.). *Sociedade, estado e partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 157-198.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1940)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STEPAN, Alfred; SKACH, Cindy. “Quadros metainstitucionais e consolidação democrática”. In: LAMOUNIER, Bolívar; NOHLEN, Dieter (orgs.). *Presidencialismo ou parlamentarismo: perspectivas sobre a reorganização institucional brasileira*. São Paulo: IDESP: Edições Loyola, 1993, p. 218-242.

STOKES, Donald E. "Spatial models of party competition". In: CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip E.; MILLER, Warren E.; STOKES, Donald E. *Elections and the political order*. New York, London, Sydney: John Wiley and Sons Inc, 1966.

TAROUCO, Gabriela da Silva. "Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006)". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, 2010, p. 169-186.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. "Autonomia Municipal e Criação de Governos Locais: a peculiaridade institucional brasileira". *Revista da Faculdade de Direito (UFPR)*, v. 42, 2005, p. 103-120.

TRINDADE, Helgio . "Padrões e tendências do comportamento eleitoral no RS". In: LAMOUNIER, Bolivar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 159-242.

WEBER, Max. "A Política como vocação". *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993 [1919], p. 55-124.

WOLINETZ, Steven B. "Party systems and party systems types". In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William. *Handbook of party politics*. London: SAGE Publications, 2006, p. 51-62.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. New York: Oxford University Press, 2002 [2000].

_____. "Representação política, identidade e minorias". *Lua Nova*, n. 67, 2006, p.139-190.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Apêndice A: Considerações sobre indicadores de competição

O NEP pode ser questionado a partir de dois critérios. Primeiro, o valor desse indicador não se refere ao número de partidos efetivos, algo que poderia se conectar com a ideia de competitividade. O número não se refere a um valor observável, é, um número de referência, hipotético. Diz respeito ao número que indica a quantidade de partidos necessários de serem agregados para observar a igual distribuição entre os mesmos a partir da dispersão de votação observada entre todos os partidos, ou, segundo as palavras de Wanderley Guilherme dos Santos:

A tradução mais generosa da definição de *NEP* e suas derivações é, pois, a seguinte: dado um *F* real, para uma desigual distribuição de *n* entre *N*, quantos partidos, entre os contidos em *N*, seriam necessários para que, na hipótese de que *n* fosse igualmente distribuído entre eles, o segundo *F*, derivado da nova distribuição (igualitária), fosse semelhante ao *F* real? (Santos, 2004).

O conceito envolvido na definição do NEP não permite, portanto, utilização para avaliar a competição de um sistema. O segundo ponto concerne à capacidade comparativa do NEP. Como observado, novamente por Santos (2004), o índice não permite comparação entre sistemas que possuam um número de partidos diferente. Digamos que um país “W” tenha apresentado NEP de 3,6 enquanto para outro país, “K”, foi calculado o mesmo valor. Entretanto, no país “W” existem quatro partidos registrados e no país “K” um total de seis. Ou seja, o mesmo valor indica cenários completamente diversos, sem contar não ser possível considerar que a distribuição da proporção de votos entre os partidos de maior porte seja a mesma.

Quanto ao indicador apresentado por Santos, o Índice de Competitividade, este busca medir a competição em termos da relação entre número de candidatos e cadeiras em disputa, um índice adequado para tratar da caracterização sistêmica da competição para o contexto parlamentar. Entretanto, em especial ao se pensar o caso brasileiro, a aplicação para eleições majoritárias apresenta inadequações. O formalismo presente no índice, por se tratar da simples apresentação de candidatura, diz pouco sobre a condição da competição, por não considerar a votação atribuída aos competidores. É exemplar nas eleições majoritárias brasileiras a existência de poucas candidaturas realmente em disputa em conjunto com diversas candidaturas inexpressivas, geralmente capitaneadas por

partidos radicais de esquerda, cujo objetivo principal não é a obtenção de ganho eleitoral, mas a exposição de um discurso cuja disseminação encontra-se limitada por outros meios. Uma disputa a prefeitura composta por oito partidos, por exemplo, dentre os quais seis referentes a partidos radicais, não implica haver existência de alta competitividade eleitoral. Os índices trabalhados por Peixoto são, portanto, inadequados para compreender a estrutura de competição no caso de eleições majoritárias.

Para ultrapassar o limite do índice proposto por Santos, é possível tratar sobre o peso do apoio eleitoral como uma medida a relatar a competição¹⁰³ em eleições de cargos majoritários.

¹⁰³ Entre as análises sobre Legislativos esta é uma premissa da lógica da competitividade dos candidatos.

Apêndice B: Variáveis independentes

Tabela 49: Estatísticas descritivas das variáveis independentes contínuas - 2000

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
População estimada (2000 - Ln)	5507	-2,78	6,79	0,00	1,12
Densidade populacional estimada (2000 - Ln)	5507	-5,62	6,33	,00	1,42
Média dos anos de estudo (2000)	5507	,81	9,65	4,04	1,29
Pessoa Ocupada - Região Urbana (2000 %)	5507	,00	100,00	57,79	24,10
Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	5507	,01	79,56	25,17	17,05
PIB Agropecuária (2000 - %)	5507	,00	1,50	,15	,17
Volatilidade (1996/2000)	5482	,00	5,50	,34	,28
Competição (1996)	5379	,00	100,00	17,05	19,45
Fragmentação CV (1996)	5274	-2,63	,96	,80	,12
Deputados estaduais - PFL (1998 - %)	5592	3,64	41,67	16,28	10,38
Deputados estaduais - PMDB (1998 - %)	5592	4,17	50,00	17,06	10,80
Deputados estaduais - PSDB (1998 - %)	5592	,00	45,65	14,26	9,28
Deputados estaduais - PT (1998 - %)	5592	,00	21,82	8,91	5,50
Vereadores - PFL (1996 - %)	5483	,00	100,00	20,09	19,76
Vereadores - PMDB (1996 - %)	5483	,00	100,00	26,83	22,33
Vereadores - PSDB (1996 - %)	5483	,00	100,00	15,66	17,48
Vereadores - PT (1996 - %)	5483	,00	83,33	3,40	8,12
Trasferência voluntária União (2000 - %)	5153	,00	66,47	3,12	5,26
Valid N (listwise)	4960				

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Tabela 48: Frequência das variáveis independentes categóricas - 2000

Variável	Frequência	%
2º Turno	58	1,0
Governador - PFL (1998)	1185	21,2
Governador - PMDB (1998)	1432	25,6
Governador - PSDB (1998)	1523	27,2
Governador - PT (1998)	599	10,7
Prefeito - PFL (1996)	929	17,3
Prefeito - PMDB (1996)	1290	24,0
Prefeito - PSDB (1996)	919	17,1
Prefeito - PT (1996)	113	2,1
N	5367	

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Tabela 51: Estatísticas descritivas das variáveis independentes contínuas - 2004

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
População estimada (2004 - Ln)	5566	-2,67	6,83	0,00	1,14
Densidade populacional estimada (2004 - Ln)	5509	-5,21	6,31	,00	1,43
Média dos anos de estudo (2000)	5509	,81	9,65	4,04	1,29
Pessoa Ocupada - Região Urbana (2000 %)	5509	,00	100,00	57,80	24,10
Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	5509	,01	79,56	25,16	17,04
PIB Agropecuária (2004 - %)	5562	,00	1,30	,13	,15
Volatilidade (2000/2004)	5551	1,99	100,00	39,30	16,01
Competição (2000)	5547	,00	100,00	18,46	19,83
Fragmentação CV (2000)	5544	,35	,95	,84	,07
Deputados estaduais - PFL (2002 - %)	5594	,00	33,33	12,07	9,26
Deputados estaduais - PMDB (2002 - %)	5594	,00	25,00	12,72	5,97
Deputados estaduais - PSDB (2002 - %)	5594	,00	36,96	13,67	8,61
Deputados estaduais - PT (2002 - %)	5594	3,70	24,47	15,53	6,55
Vereadores - PFL (2000 - %)	5551	,00	100,00	16,57	15,77
Vereadores - PMDB (2000 - %)	5551	,00	100,00	19,51	16,13
Vereadores - PSDB (2000 - %)	5551	,00	88,89	14,22	14,93
Vereadores - PT (2000 - %)	5551	,00	54,55	3,76	7,55
Trasferência voluntária União (2004 - %)	5190	,00	63,16	4,99	5,71
Valid N (listwise)	5123				

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Tabela 52: Frequência das variáveis independentes categóricas - 2004

Variável	Frequência	%
2º Turno	62	1,2
Governador - PFL (2002)	1043	18,6
Governador - PMDB (2002)	1196	21,4
Governador - PSDB (2002)	2342	41,9
Governador - PT (2002)	320	5,7
Prefeito - PFL (2000)	1023	18,3
Prefeito - PMDB (2000)	1253	22,4
Prefeito - PSDB (2000)	987	17,6
Prefeito - PT (2000)	187	3,3
N	5594	

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Tabela 50: Estatísticas descritivas das variáveis independentes contínuas - 2008

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
População estimada (2000 - Ln)	5563	-2,69	6,80	0,00	1,14
Densidade populacional estimada (2000 - Ln)	5506	-5,63	6,28	,00	1,42
Média dos anos de estudo (2000)	5506	,81	9,65	4,04	1,29
Pessoa Ocupada - Região Urbana (2000 %)	5506	,00	100,00	57,78	24,09
Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	5506	,01	79,56	25,16	17,05
PIB Agropecuária (2000 - %)	5563	,00	,95	,10	,11
Volatilidade (1996/2000)	5556	,13	100,00	36,69	15,30
Competição (1996)	5554	,00	100,00	15,83	17,98
Fragmentação CV (1996)	5553	,35	,96	,84	,05
Deputados estaduais - PFL (1998 - %)	5591	,00	25,40	11,77	5,81
Deputados estaduais - PMDB (1998 - %)	5591	3,70	31,48	15,88	8,71
Deputados estaduais - PSDB (1998 - %)	5591	,00	32,61	15,70	8,17
Deputados estaduais - PT (1998 - %)	5591	,00	29,17	12,65	5,29
Vereadores - PFL (1996 - %)	5555	,00	100,00	12,60	14,23
Vereadores - PMDB (1996 - %)	5555	,00	88,89	16,22	15,12
Vereadores - PSDB (1996 - %)	5555	,00	88,89	12,71	13,76
Vereadores - PT (1996 - %)	5555	,00	66,67	6,94	9,82
Trasnfêrencia voluntária União (2000 - %)	5041	,00	49,24	3,83	4,34
Valid N (listwise)	4979				

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Tabela 51: Frequência das variáveis independentes categóricas - 2008

Variável	Frequência	%
2º Turno	77	1,4
Governador - PFL (2006)	0	,0
Governador - PMDB (2006)	1139	20,4
Governador - PSDB (2006)	2334	41,7
Governador - PT (2006)	879	15,7
Prefeito - PFL (2004)	790	14,1
Prefeito - PMDB (2004)	1055	18,9
Prefeito - PSDB (2004)	871	15,6
Prefeito - PT (2004)	411	7,4
N	5591	

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Apêndice C: Regressões Multinominais

Tabela 52: Regressão multinomial - PFL - Polarização ideológica (2000)¹

Parâmetros		Desvio			
		β	padrão	z	P> z
Polarizada esquerda	Estimativa população (2000 - ln)	,016	,066	,238	,812
	Densidade Pop. (2000 - ln)	-,081	,049	-1,660	,097
	Média de anos de estudo (2000)	,122	,098	1,242	,214
	População ocupada urbana (2000 - %)	-,004	,003	-1,211	,226
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	-,004	,006	-,601	,548
	PIB agrícola (2000 - %)	-,009	,004	-1,934	,053
	Volatilidade (1996-2000)	-,143	,212	-,674	,500
	Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)	,385	,446	,864	,388
	Competição p/ prefeito (1996)	,006	,003	2,077	,038
	Segundo turno	,813	,660	1,232	,218
	Governador - PFL (1998)	,118	,119	,993	,321
	Deputados Estaduais - PFL (1998 - %)	,011	,006	1,811	,070
	Prefeito - PFL (1996)	,064	,159	,404	,686
	Vereadores - PFL (1996 - %)	,000	,005	,065	,948
	Posição PFL (1996)	-,008	,006	-1,358	,175
	Intercepto	,520	,470	1,105	,269
Não Polarizada	Estimativa população (2000 - ln)	,086	,064	1,336	,181
	Densidade Pop. (2000 - ln)	-,116	,048	-2,417	,016
	Média de anos de estudo (2000)	,054	,096	,560	,575
	População ocupada urbana (2000 - %)	-,003	,003	-,841	,401
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,003	,006	,506	,613
	PIB agrícola (2000 - %)	-,006	,004	-1,437	,151
	Volatilidade (1996-2000)	-,344	,217	-1,586	,113
	Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)	-,088	,407	-,218	,828
	Competição p/ prefeito (1996)	,000	,003	-,079	,937
	Segundo turno	1,156	,648	1,783	,075
	Governador - PFL (1998)	,500	,115	4,364	,000
	Deputados Estaduais - PFL (1998 - %)	,045	,006	7,660	,000
	Prefeito - PFL (1996)	,284	,152	1,861	,063
	Vereadores - PFL (1996 - %)	,004	,005	,948	,343
	Posição PFL (1996)	-,010	,006	-1,647	,100
	Intercepto	,473	,446	1,060	,289

Tabela 53: Regressão multinomial - PFL - Polarização ideológica (2004)¹

Parâmetros		Desvio			
		β	padrão	z	P> z
Polarizada esquerda	Estimativa população (2004 - ln)	,067	,081	,829	,407
	Densidade Pop. (2004 - ln)	-,052	,044	-1,175	,240
	Média de anos de estudo (2000)	,023	,093	,245	,806
	População ocupada urbana (2000 - %)	-,005	,003	-1,473	,141
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,010	,006	1,698	,089
	PIB agrícola (2004 - %)	,032	,536	,061	,952
	Volatilidade (2000-2004)	-,004	,004	-1,214	,225
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)	,915	,834	1,097	,273
	Competição p/ prefeito (2000)	,004	,003	1,366	,172
	Segundo turno	-,002	,571	-,004	,997
	Governador - PFL (2002)	,410	,196	2,089	,037
	Deputados Estaduais - PFL (2002 - %)	-,002	,008	-,249	,804
	Prefeito - PFL (2000)	,368	,157	2,340	,019
	Vereadores - PFL (2000 - %)	-,004	,006	-,578	,563
	Posição PFL (2000)	,002	,007	,236	,813
	Intercepto	,356	,774	,460	,645
	Não Polarizada	Estimativa população (2004 - ln)	,0470	,0850	,5531
Densidade Pop. (2004 - ln)		-,0490	,0470	-1,0524	,2930
Média de anos de estudo (2000)		,1100	,0980	1,1183	,2630
População ocupada urbana (2000 - %)		-,0060	,0030	-1,9656	,0490
Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)		,0160	,0060	2,5017	,0120
PIB agrícola (2004 - %)		,6100	,5500	1,1094	,2670
Volatilidade (2000-2004)		-,0140	,0040	-3,6833	,0002
Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)		1,3090	,9000	1,4548	,1460
Competição p/ prefeito (2000)		,0060	,0030	1,8680	,0620
Segundo turno		-,1970	,6070	-,3248	,7450
Governador - PFL (2002)		1,4410	,1980	7,2586	,0000
Deputados Estaduais - PFL (2002 - %)		,0040	,0080	,4908	,6240
Prefeito - PFL (2000)		,4380	,1610	2,7108	,0067
Vereadores - PFL (2000 - %)		,0160	,0070	2,4096	,0160
Posição PFL (2000)		-,0120	,0080	-1,4930	,1350
Intercepto		-1,0580	,8320	-1,2714	,2040

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IVI_PFL_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 55: Regressão multinomial - DEM - Polarização ideológica (2008)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z
Polarizada esquerda	Estimativa população (2004 - ln)	0,073	0,071	1,028	0,304
	Densidade Pop. (2004 - ln)	0,061	0,038	1,602	0,109
	Média de anos de estudo (2000)	-0,105	0,083	-1,262	0,207
	População ocupada urbana (2000 - %)	-0,003	0,003	-0,981	0,327
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	0,010	0,005	1,916	0,055
	PIB agrícola (2004 - %)	-1,041	0,601	-1,732	0,083
	Volatilidade (2004-2008)	-0,006	0,003	-1,835	0,067
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)	1,079	0,888	1,215	0,225
	Competição p/ prefeito (2004)	-0,001	0,003	-0,260	0,795
	Segundo turno	-0,439	0,413	-1,061	0,289
	Governador - DEM (2006)	omitido			
	Deputados Estaduais - DEM (2006 - %)	-0,005	0,009	-0,537	0,592
	Prefeito - DEM (2004)	0,404	0,148	2,733	0,006
	Vereadores - DEM (2004 - %)	-0,006	0,006	-0,980	0,327
	Posição DEM (2004)	-0,007	0,007	-0,984	0,325
	Intercepto	1,018	0,793	1,284	0,199
	Não Polarizada	Estimativa população (2004 - ln)	0,058	0,077	0,751
Densidade Pop. (2004 - ln)		0,125	0,041	3,055	0,002
Média de anos de estudo (2000)		-0,091	0,089	-1,015	0,310
População ocupada urbana (2000 - %)		-0,007	0,003	-2,356	0,018
Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)		0,007	0,006	1,309	0,190
PIB agrícola (2004 - %)		-0,891	0,650	-1,370	0,171
Volatilidade (2004-2008)		-0,005	0,004	-1,463	0,143
Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)		1,257	0,951	1,322	0,186
Competição p/ prefeito (2004)		0,000	0,003	0,088	0,930
Segundo turno		-0,255	0,443	-0,576	0,565
Governador - DEM (2006)		omitido			
Deputados Estaduais - DEM (2006 - %)		0,046	0,009	4,945	0,000
Prefeito - DEM (2004)		0,529	0,154	3,427	0,001
Vereadores - DEM (2004 - %)		-0,001	0,006	-0,108	0,914
Posição DEM (2004)		-0,011	0,008	-1,387	0,165
Intercepto		-0,193	0,849	-0,227	0,820

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IVI_DEM_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 56: Regressão multinomial - PFL - Polarização governista (2000)¹

Parâmetros		B	Desvio padrão	z	P> z	
Polarizada oposição	Estimativa população (2000 - ln)	,080	,067	1,188	,235	
	Densidade Pop. (2000 - ln)	-,038	,048	-,796	,426	
	Média de anos de estudo (2000)	,035	,095	,368	,713	
	População ocupada urbana (2000 - %)	,001	,004	,393	,694	
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,001	,006	,092	,927	
	PIB agrícola (2000 - %)	,003	,005	,646	,519	
	Volatilidade (1996-2000)	-,218	,215	-1,013	,311	
	Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)	-2,134	,717	-2,976	,003	
	Competição p/ prefeito (1996)	,001	,003	,214	,831	
	Segundo turno	-,961	,400	-2,405	,016	
	Governador - PFL (1998)	-,178	,113	-1,576	,115	
	Deputados Estaduais - PFL (1998 - %)	,005	,006	,923	,356	
	Prefeito - PFL (1996)	-,153	,152	-1,007	,314	
	Vereadores - PFL (1996 - %)	-,009	,005	-2,021	,043	
	Posição PFL (1996)	,005	,005	,881	,378	
	Transferência Voluntária União (2000 - %)	-,001	,011	-,097	,923	
	Intercepto	2,610	,662	3,942	,000	
	Não Polarizada	Estimativa população (2000 - ln)	-,227	,064	-3,558	,000
		Densidade Pop. (2000 - ln)	-,045	,047	-,967	,334
Média de anos de estudo (2000)		-,013	,092	-,143	,887	
População ocupada urbana (2000 - %)		-,002	,003	-,518	,605	
Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)		,010	,006	1,720	,085	
PIB agrícola (2000 - %)		,002	,004	,360	,719	
Volatilidade (1996-2000)		-1,126	,237	-4,754	,000	
Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)		-2,379	,697	-3,412	,001	
Competição p/ prefeito (1996)		,000	,003	,116	,908	
Segundo turno		,024	,395	,060	,952	
Governador - PFL (1998)		-,348	,107	-3,247	,001	
Deputados Estaduais - PFL (1998 - %)		,010	,006	1,772	,076	
Prefeito - PFL (1996)		-,022	,141	-,156	,876	
Vereadores - PFL (1996 - %)		,006	,004	1,480	,139	
Posição PFL (1996)		-,013	,005	-2,623	,009	
Transferência Voluntária União (2000 - %)		-,003	,010	-,290	,772	
Intercepto		3,387	,643	5,265	,000	

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IGF_PFL_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada situação

Tabela 57: Regressão multinomial - PFL - Polarização governista (2004)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z
Não polarizada	Estimativa população (2004 - ln)	,223	,133	1,678	,093
	Densidade Pop. (2004 - ln)	-,055	,073	-,755	,451
	Média de anos de estudo (2000)	-,059	,150	-,395	,693
	População ocupada urbana (2000 - %)	-,003	,005	-,672	,502
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,027	,010	2,734	,006
	PIB agrícola (2004 - %)	,466	,873	,534	,594
	Volatilidade (2000-2004)	,013	,006	2,229	,026
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)	1,758	1,271	1,383	,167
	Competição p/ prefeito (2000)	-,001	,004	-,299	,765
	Segundo turno	-,860	,730	-1,178	,239
	Governador - PFL (2002)	-,059	,287	-,204	,838
	Deputados Estaduais - PFL (2002 - %)	,007	,012	,563	,573
	Prefeito - PFL (2000)	,255	,234	1,090	,276
	Vereadores - PFL (2000 - %)	-,006	,010	-,628	,530
	Posição PFL (2000)	-,006	,012	-,488	,626
	Transferência Voluntária União (2004 - %)	,014	,015	,967	,334
	Intercepto	-,918	1,178	-,779	,436
	Polarizada situação	Estimativa população (2004 - ln)	,1630	,1240	1,3119
Densidade Pop. (2004 - ln)		-,0930	,0680	-1,3770	,1690
Média de anos de estudo (2000)		-,1010	,1400	-,7269	,4670
População ocupada urbana (2000 - %)		,0020	,0050	,4712	,6380
Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)		,0200	,0090	2,1910	,0280
PIB agrícola (2004 - %)		,7860	,8080	,9738	,3300
Volatilidade (2000-2004)		,0120	,0050	2,2507	,0240
Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)		1,8440	1,1620	1,5870	,1130
Competição p/ prefeito (2000)		-,0030	,0040	-,6866	,4920
Segundo turno		-1,3260	,7030	-1,8861	,0590
Governador - PFL (2002)		,0670	,2640	,2557	,7980
Deputados Estaduais - PFL (2002 - %)		,0120	,0110	1,0581	,2900
Prefeito - PFL (2000)		,1030	,2180	,4722	,6370
Vereadores - PFL (2000 - %)		-,0090	,0090	-,9944	,3200
Posição PFL (2000)		-,0020	,0110	-,1938	,8460

Transferência Voluntária União (2004 - %)	,0050	,0140	,3706	,7110
Intercepto	,1700	1,0770	,1575	,8750

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IGF_PFL_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada oposição

Tabela 58: Regressão multinomial - DEM - Polarização governista (2008)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z
Não polarizada	Estimativa população (2008 - ln)	0,103	0,154	0,671	0,502
	Densidade Pop. (2008 - ln)	0,000	0,087	0,002	0,999
	Média de anos de estudo (2000)	-0,040	0,184	-0,219	0,827
	População ocupada urbana (2000 - %)	0,004	0,006	0,641	0,522
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	0,002	0,011	0,181	0,856
	PIB agrícola (2008 - %)	2,094	1,489	1,407	0,160
	Volatilidade (2004-2008)	0,011	0,008	1,370	0,171
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)	1,786	1,752	1,020	0,308
	Competição p/ prefeito (2004)	-0,005	0,005	-0,979	0,328
	Segundo turno	-1,478	0,693	-2,134	0,033
	Governador - DEM (2006)	-	-	-	-
	Deputados Estaduais - DEM (2006 - %)	0,053	0,020	2,610	0,009
	Prefeito - DEM (2004)	-0,206	0,279	-0,740	0,459
	Vereadores - DEM (2004 - %)	-0,032	0,012	-2,629	0,009
	Posição DEM (2004)	0,016	0,015	1,079	0,281
	Transferências Voluntárias União (2008)	0,018	0,024	0,766	0,443
	Intercepto	-0,368	1,576	-0,234	0,815
Polarizada Situação	Estimativa população (2008 - ln)	0,023	0,145	0,157	0,876
	Densidade Pop. (2008 - ln)	0,019	0,083	0,235	0,814
	Média de anos de estudo (2000)	0,049	0,174	0,279	0,780
	População ocupada urbana (2000 - %)	0,002	0,006	0,429	0,668
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	-0,005	0,011	-0,437	0,662
	PIB agrícola (2008 - %)	1,672	1,415	1,182	0,237
	Volatilidade (2004-2008)	0,022	0,008	2,844	0,005
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)	1,995	1,616	1,234	0,217
	Competição p/ prefeito (2004)	0,000	0,005	0,007	0,995
	Segundo turno	-1,459	0,637	-2,291	0,022
	Governador - DEM (2006)	-	-	-	-
Deputados Estaduais - DEM (2006 - %)	0,047	0,019	2,434	0,015	
Prefeito - DEM (2004)	-0,371	0,261	-1,418	0,156	

Vereadores - DEM (2004 - %)	-0,025	0,011	-2,191	0,028
Posição DEM (2004)	0,009	0,014	0,657	0,511
Transferências Voluntárias União (2008)	0,009	0,023	0,376	0,707
Intercepto	0,313	1,457	0,215	0,830

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IGF_DEM_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada oposição

Tabela 59: Regressão multinomial - PMDB - Polarização ideológica (2000)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z
Polarizada esquerda	Estimativa população (2000 - ln)	,027	,058	,463	,643
	Densidade Pop. (2000 - ln)	,006	,042	,148	,883
	Média de anos de estudo (2000)	-,158	,083	-1,889	,059
	População ocupada urbana (2000 - %)	,004	,003	1,393	,164
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,012	,005	2,272	,023
	PIB agrícola (2000 - %)	-,003	,004	-,841	,400
	Volatilidade (1996-2000)	,829	,260	3,190	,001
	Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)	-,329	,408	-,806	,420
	Competição p/ prefeito (1996)	-,002	,003	-,585	,559
	Segundo turno	,437	,469	,931	,352
	Governador - PMDB (1998)	-,124	,139	-,891	,373
	Deputados Estaduais - PMDB (1998 - %)	-,001	,005	-,279	,781
	Prefeito - PMDB (1996)	,267	,121	2,209	,027
	Vereadores - PMDB (1996 - %)	-,011	,004	-3,030	,002
	Posição PMDB (1996)	,006	,005	1,318	,187
	Intercepto	,803	,426	1,884	,060
	Não Polarizada	Estimativa população (2000 - ln)	-,119	,053	-2,241
Densidade Pop. (2000 - ln)		,046	,038	1,214	,225
Média de anos de estudo (2000)		-,219	,076	-2,884	,004
População ocupada urbana (2000 - %)		,003	,003	,983	,326
Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)		,004	,005	,818	,413
PIB agrícola (2000 - %)		-,004	,004	-1,226	,220
Volatilidade (1996-2000)		,406	,249	1,633	,102
Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)		,412	,399	1,031	,302
Competição p/ prefeito (1996)		,004	,002	1,724	,085
Segundo turno		1,134	,441	2,574	,010
Governador - PMDB (1998)		-,243	,126	-1,935	,053
Deputados Estaduais - PMDB (1998 - %)	-,011	,004	-2,596	,009	

Prefeito - PMDB (1996)	,273	,110	2,473	,013
Vereadores - PMDB (1996 - %)	-,006	,003	-1,717	,086
Posição PMDB (1996)	,000	,004	,008	,994
Intercepto	1,408	,405	3,474	,001

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IVI_PMDB_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 60: Regressão multinomial - PMDB - Polarização ideológica (2004)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z
Polarizada esquerda	Estimativa população (2004 - ln)	,071	,067	1,052	,293
	Densidade Pop. (2004 - ln)	-,020	,038	-,536	,592
	Média de anos de estudo (2000)	-,086	,080	-1,081	,280
	População ocupada urbana (2000 - %)	,005	,003	2,005	,045
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,006	,005	1,101	,271
	PIB agrícola (2004 - %)	,552	,436	1,266	,205
	Volatilidade (2000-2004)	,005	,003	1,719	,086
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)	,839	,708	1,186	,236
	Competição p/ prefeito (2000)	,000	,002	,049	,961
	Segundo turno	-,645	,434	-1,486	,137
	Governador - PMDB (2002)	-,081	,124	-,655	,513
	Deputados Estaduais - PMDB (2002 - %)	-,015	,008	-1,853	,064
	Prefeito - PMDB (2000)	,350	,120	2,907	,004
	Vereadores - PMDB (2000 - %)	-,010	,005	-1,956	,050
	Posição PMDB (2000)	,002	,006	,333	,739
	Intercepto	-,196	,655	-,299	,765
Não Polarizada	Estimativa população (2004 - ln)	-,1600	,0690	-2,3024	,0210
	Densidade Pop. (2004 - ln)	,0380	,0390	,9703	,3320
	Média de anos de estudo (2000)	,0170	,0810	,2063	,8370
	População ocupada urbana (2000 - %)	,0060	,0030	2,0876	,0370
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	-,0070	,0050	-1,3464	,1780
	PIB agrícola (2004 - %)	,5270	,4370	1,2056	,2280
	Volatilidade (2000-2004)	-,0030	,0030	-1,0553	,2910
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)	1,3880	,7390	1,8792	,0600
	Competição p/ prefeito (2000)	,0020	,0020	,9652	,3340
	Segundo turno	-,1380	,4510	-,3062	,7590
	Governador - PMDB (2002)	,0400	,1260	,3205	,7490

Deputados Estaduais - PMDB (2002 - %)	-,0190	,0080	-2,3497	,0190
Prefeito - PMDB (2000)	,4690	,1210	3,8779	,0001
Vereadores - PMDB (2000 - %)	,0000	,0050	-,0252	,9800
Posição PMDB (2000)	-,0110	,0060	-1,7069	,0880
Intercepto	-,8440	,6810	-1,2386	,2160

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IVI_PMDB_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 61: Regressão multinomial - PMDB - Polarização ideológica (2008)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z
Polarizada esquerda	Estimativa população (2004 - ln)	0,121	0,062	1,954	0,051
	Densidade Pop. (2004 - ln)	0,013	0,034	0,371	0,710
	Média de anos de estudo (2000)	-0,006	0,071	-0,084	0,933
	População ocupada urbana (2000 - %)	0,006	0,002	2,648	0,008
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	-0,003	0,004	-0,582	0,561
	PIB agrícola (2004 - %)	0,797	0,546	1,461	0,144
	Volatilidade (2004-2008)	-0,001	0,003	-0,372	0,710
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)	1,333	0,802	1,661	0,097
	Competição p/ prefeito (2004)	0,002	0,002	0,722	0,470
	Segundo turno	-0,708	0,379	-1,867	0,062
	Governador - PMDB (2006)	0,092	0,126	0,730	0,465
	Deputados Estaduais - PMDB (2006 - %)	-0,005	0,006	-0,839	0,402
	Prefeito - PMDB (2004)	0,178	0,109	1,628	0,103
	Vereadores - PMDB (2004 - %)	-0,018	0,005	-3,761	0,000
	Posição PMDB (2004)	0,010	0,006	1,680	0,093
	Intercepto	-0,280	0,721	-0,388	0,698
Não Polarizada	Estimativa população (2004 - ln)	0,101	0,066	1,526	0,127
	Densidade Pop. (2004 - ln)	0,023	0,036	0,646	0,518
	Média de anos de estudo (2000)	-0,037	0,076	-0,492	0,622
	População ocupada urbana (2000 - %)	0,002	0,002	0,818	0,414
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	-0,001	0,005	-0,109	0,913
	PIB agrícola (2004 - %)	1,150	0,572	2,011	0,044
	Volatilidade (2004-2008)	0,000	0,003	-0,015	0,988
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)	0,693	0,835	0,829	0,407
	Competição p/ prefeito (2004)	0,001	0,002	0,494	0,621
	Segundo turno	-0,499	0,410	-1,217	0,224

Governador - PMDB (2006)	0,161	0,134	1,207	0,228
Deputados Estaduais - PMDB (2006 - %)	-0,012	0,006	-1,822	0,068
Prefeito - PMDB (2004)	0,179	0,116	1,546	0,122
Vereadores - PMDB (2004 - %)	-0,017	0,005	-3,340	0,001
Posição PMDB (2004)	0,015	0,006	2,412	0,016
Intercepto	0,241	0,752	0,320	0,749

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IVI_PMDB_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 62: Regressão multinomial - PMDB - Polarização governista (2000)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z
Não polarizada	Estimativa população (2000 - ln)	-,024	,056	-,427	,669
	Densidade Pop. (2000 - ln)	-,008	,040	-,194	,846
	Média de anos de estudo (2000)	-,072	,080	-,906	,365
	População ocupada urbana (2000 - %)	,001	,003	,303	,762
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,002	,005	,448	,654
	PIB agrícola (2000 - %)	-,003	,004	-,874	,382
	Volatilidade (1996-2000)	,135	,226	,599	,549
	Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)	-,279	,428	-,653	,513
	Competição p/ prefeito (1996)	,000	,003	,142	,887
	Segundo turno	-,638	,377	-1,694	,090
	Governador - PMDB (1998)	,217	,146	1,483	,138
	Deputados Estaduais - PMDB (1998 - %)	-,011	,004	-2,502	,012
	Prefeito - PMDB (1996)	,086	,115	,745	,456
	Vereadores - PMDB (1996 - %)	-,013	,004	-3,266	,001
	Posição PMDB (1996)	,007	,005	1,382	,167
	Transferência Voluntária União (2000 - %)	-,011	,009	-1,307	,191
Intercepto	1,268	,432	2,935	,003	
Polarizada situação	Estimativa população (2000 - ln)	-,322	,054	-5,939	,000
	Densidade Pop. (2000 - ln)	,012	,039	,312	,755
	Média de anos de estudo (2000)	-,169	,077	-2,185	,029
	População ocupada urbana (2000 - %)	-,003	,003	-1,160	,246
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,008	,005	1,698	,089
	PIB agrícola (2000 - %)	-,008	,004	-2,263	,024
	Volatilidade (1996-2000)	-,604	,227	-2,658	,008
Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)	-,116	,407	-,286	,775	

Competição p/ prefeito (1996)	,004	,002	1,545	,122
Segundo turno	,530	,375	1,415	,157
Governador - PMDB (1998)	,415	,138	2,998	,003
Deputados Estaduais - PMDB (1998 - %)	-,013	,004	-3,191	,001
Prefeito - PMDB (1996)	,120	,109	1,103	,270
Vereadores - PMDB (1996 - %)	-,002	,003	-,542	,588
Posição PMDB (1996)	-,009	,004	-2,138	,033
Transferência Voluntária União (2000 - %)	-,011	,008	-1,352	,176
Intercepto	1,918	,413	4,647	,000

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IVI_PMDB_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 63: Regressão multinomial - PMDB - Polarização governista (2004)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z
Não polarizada	Estimativa população (2004 - ln)	,034	,097	,352	,725
	Densidade Pop. (2004 - ln)	,030	,055	,549	,583
	Média de anos de estudo (2000)	,179	,115	1,555	,120
	População ocupada urbana (2000 - %)	-,001	,004	-,354	,724
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	-,018	,007	-2,410	,016
	PIB agrícola (2004 - %)	,546	,630	,867	,386
	Volatilidade (2000-2004)	,008	,004	1,865	,062
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)	-,189	1,055	-,179	,858
	Competição p/ prefeito (2000)	-,004	,003	-1,484	,138
	Segundo turno	-1,040	,554	-1,878	,060
	Governador - PMDB (2002)	,053	,171	,313	,754
	Deputados Estaduais - PMDB (2002 - %)	-,011	,012	-,927	,354
	Prefeito - PMDB (2000)	-,277	,153	-1,810	,070
	Vereadores - PMDB (2000 - %)	-,023	,007	-3,160	,002
	Posição PMDB (2000)	,018	,009	2,111	,035
	Transferência Voluntária União (2004 - %)	,001	,011	,126	,900
Intercepto	1,559	,977	1,595	,111	
Polarizada situação	Estimativa população (2004 - ln)	,0740	,0920	,8012	,4230
	Densidade Pop. (2004 - ln)	,0140	,0530	,2625	,7930
	Média de anos de estudo (2000)	,2500	,1090	2,2884	,0220
	População ocupada urbana (2000 - %)	-,0050	,0040	-1,3656	,1720
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	-,0150	,0070	-2,1564	,0310

PIB agrícola (2004 - %)	,6870	,5950	1,1552	,2480
Volatilidade (2000-2004)	,0040	,0040	1,0702	,2850
Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)	-,3780	,9990	-,3789	,7050
Competição p/ prefeito (2000)	-,0020	,0030	-,8306	,4060
Segundo turno	-1,6740	,5390	-3,1054	,0019
Governador - PMDB (2002)	-,3850	,1630	-2,3638	,0180
Deputados Estaduais - PMDB (2002 - %)	,0150	,0110	1,3388	,1810
Prefeito - PMDB (2000)	-,3090	,1440	-2,1440	,0320
Vereadores - PMDB (2000 - %)	-,0240	,0070	-3,5153	,0004
Posição PMDB (2000)	,0140	,0080	1,7629	,0780
Transferência Voluntária União (2004 - %)	,0090	,0110	,8510	,3950
Intercepto	1,9650	,9250	2,1249	,0340

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IGF_PMDB_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 64: Regressão multinomial - PMDB - Polarização governista (2008)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z	
Não polarizada	Estimativa população (2008 - ln)	0,087	0,100	0,866	0,387	
	Densidade Pop. (2008 - ln)	0,107	0,058	1,863	0,062	
	Média de anos de estudo (2000)	0,043	0,119	0,360	0,719	
	População ocupada urbana (2000 - %)	0,004	0,004	1,228	0,220	
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	-0,012	0,007	-1,752	0,080	
	PIB agrícola (2008 - %)	0,010	0,815	0,012	0,990	
	Volatilidade (2004-2008)	0,009	0,005	1,874	0,061	
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)	4,758	1,198	3,972	0,000	
	Competição p/ prefeito (2004)	-0,001	0,003	-0,201	0,841	
	Segundo turno	-1,357	0,624	-2,175	0,030	
	Governador - PMDB (2006)	-0,366	0,198	-1,849	0,064	
	Deputados Estaduais - PMDB (2006 - %)	0,030	0,010	2,972	0,003	
	Prefeito - PMDB (2004)	-0,117	0,167	-0,698	0,485	
	Vereadores - PMDB (2004 - %)	-0,013	0,007	-1,724	0,085	
	Posição PMDB (2004)	0,003	0,009	0,279	0,781	
	Transferências Voluntárias União (2008)	0,001	0,015	0,100	0,920	
	Intercepto	-3,192	1,082	-2,950	0,003	
	Polarizada	Estimativa população (2008 - ln)	0,176	0,095	1,849	0,064
		Densidade Pop. (2008 - ln)	0,092	0,055	1,691	0,091

Média de anos de estudo (2000)	0,097	0,113	0,864	0,388
População ocupada urbana (2000 - %)	0,000	0,003	-0,058	0,953
Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	-0,016	0,007	-2,386	0,017
PIB agrícola (2008 - %)	-0,595	0,771	-0,771	0,441
Volatilidade (2004-2008)	0,008	0,005	1,742	0,081
Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)	3,088	1,067	2,894	0,004
Competição p/ prefeito (2004)	0,001	0,003	0,274	0,784
Segundo turno	-0,936	0,577	-1,622	0,105
Governador - PMDB (2006)	-1,054	0,188	-5,594	0,000
Deputados Estaduais - PMDB (2006 - %)	0,054	0,010	5,616	0,000
Prefeito - PMDB (2004)	0,099	0,156	0,634	0,526
Vereadores - PMDB (2004 - %)	-0,010	0,007	-1,488	0,137
Posição PMDB (2004)	-0,003	0,008	-0,317	0,751
Transferências Voluntárias União (2008)	-0,005	0,014	-0,360	0,719
Intercepto	-1,144	0,966	-1,184	0,236

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IGF_PMDB_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 65: Regressão multinomial - PSDB - Polarização ideológica (2000)¹

	Parâmetros	Desvio			
		β	padrão	z	P> z
Polarizada esquerda	Estimativa população (2000 - ln)	,051	,065	,782	,434
	Densidade Pop. (2000 - ln)	,090	,046	1,966	,049
	Média de anos de estudo (2000)	-,046	,096	-,482	,630
	População ocupada urbana (2000 - %)	,000	,004	,004	,997
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,012	,006	1,994	,046
	PIB agrícola (2000 - %)	,005	,005	1,144	,253
	Volatilidade (1996-2000)	,772	,302	2,554	,011
	Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)	-,977	,551	-1,773	,076
	Competição p/ prefeito (1996)	-,003	,003	-1,112	,266
	Segundo turno	,680	,671	1,013	,311
	Governador - PSDB (1998)	,451	,124	3,648	,000
	Deputados Estaduais - PSDB (1998 - %)	-,006	,006	-,975	,330
	Prefeito - PSDB (1996)	,106	,147	,721	,471
	Vereadores - PSDB (1996 - %)	-,004	,005	-,807	,420
	Posição PSDB (1996)	,001	,007	,093	,926

	Intercepto	,999	,510	1,959	,050
Não Polarizada	Estimativa população (2000 - ln)	-,135	,060	-2,262	,024
	Densidade Pop. (2000 - ln)	,124	,042	2,941	,003
	Média de anos de estudo (2000)	-,035	,088	-,398	,690
	População ocupada urbana (2000 - %)	-,003	,003	-,849	,396
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,009	,006	1,496	,135
	PIB agrícola (2000 - %)	,006	,004	1,355	,175
	Volatilidade (1996-2000)	,283	,297	,953	,340
	Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)	-,665	,522	-1,274	,203
	Competição p/ prefeito (1996)	,000	,003	,028	,977
	Segundo turno	1,462	,640	2,286	,022
	Governador - PSDB (1998)	,481	,114	4,203	,000
	Deputados Estaduais - PSDB (1998 - %)	-,019	,006	-3,155	,002
	Prefeito - PSDB (1996)	,270	,135	1,992	,046
	Vereadores - PSDB (1996 - %)	-,005	,005	-1,070	,285
	Posição PSDB (1996)	,000	,006	-,041	,968
	Intercepto	1,872	,478	3,917	,000

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IVI_PSDB_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 66: Regressão multinomial - PSDB - Polarização ideológica (2004)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z
Polarizada esquerda	Estimativa população (2004 - ln)	,120	,081	1,481	,139
	Densidade Pop. (2004 - ln)	-,078	,044	-1,771	,077
	Média de anos de estudo (2000)	-,158	,093	-1,698	,090
	População ocupada urbana (2000 - %)	,002	,003	,665	,506
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,016	,006	2,616	,009
	PIB agrícola (2004 - %)	,127	,528	,241	,810
	Volatilidade (2000-2004)	,005	,004	1,499	,134
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)	1,112	,908	1,225	,221
	Competição p/ prefeito (2000)	,002	,003	,860	,390
	Segundo turno	,271	,582	,466	,641
	Governador - PSDB (2002)	,145	,139	1,039	,299
	Deputados Estaduais - PSDB (2002 - %)	-,004	,008	-,478	,632
	Prefeito - PSDB (2000)	,173	,152	1,140	,254
	Vereadores - PSDB (2000 - %)	-,012	,007	-1,779	,075

	Posição PSDB (2000)	,009	,007	1,217	,224
	Intercepto	-,059	,824	-,071	,943
Não Polarizada	Estimativa população (2004 - ln)	-,0270	,0800	-,3379	,7350
	Densidade Pop. (2004 - ln)	-,0500	,0440	-1,1443	,2530
	Média de anos de estudo (2000)	-,0720	,0910	-,7837	,4330
	População ocupada urbana (2000 - %)	-,0010	,0030	-,4332	,6650
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,0140	,0060	2,4591	,0140
	PIB agrícola (2004 - %)	,2610	,5020	,5202	,6030
	Volatilidade (2000-2004)	-,0050	,0040	-1,3786	,1680
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)	-,8730	,8540	-1,0224	,3070
	Competição p/ prefeito (2000)	,0030	,0030	1,1936	,2330
	Segundo turno	,8700	,5750	1,5118	,1310
	Governador - PSDB (2002)	,2390	,1360	1,7626	,0780
	Deputados Estaduais - PSDB (2002 - %)	,0050	,0080	,5950	,5520
	Prefeito - PSDB (2000)	,3600	,1480	2,4390	,0150
	Vereadores - PSDB (2000 - %)	,0030	,0070	,4046	,6860
	Posição PSDB (2000)	-,0150	,0070	-2,0925	,0360
	Intercepto	1,4490	,7760	1,8678	,0620

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IVI_PSDB_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 66: Regressão multinomial - PSDB - Polarização ideológica (2008)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z
Polarizada esquerda	Estimativa população (2004 - ln)	0,176	0,076	2,306	0,021
	Densidade Pop. (2004 - ln)	-0,057	0,041	-1,383	0,167
	Média de anos de estudo (2000)	-0,023	0,086	-0,271	0,787
	População ocupada urbana (2000 - %)	0,006	0,003	2,113	0,035
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	0,002	0,006	0,396	0,692
	PIB agrícola (2004 - %)	0,470	0,669	0,704	0,482
	Volatilidade (2004-2008)	-0,006	0,004	-1,652	0,099
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)	-0,829	1,052	-0,788	0,431
	Competição p/ prefeito (2004)	-0,003	0,003	-1,261	0,207
	Segundo turno	0,521	0,655	0,795	0,426
	Governador - PSDB (2006)	0,058	0,111	0,520	0,603
	Deputados Estaduais - PSDB (2006 - %)	0,010	0,007	1,498	0,134
	Prefeito - PSDB (2004)	-0,115	0,144	-0,797	0,425

	Vereadores - PSDB (2004 - %)	-0,010	0,006	-1,685	0,092
	Posição PSDB (2004)	0,010	0,007	1,396	0,163
	Intercepto	1,844	0,928	1,987	0,047
Não Polarizada	Estimativa população (2004 - ln)	-0,010	0,078	-0,126	0,900
	Densidade Pop. (2004 - ln)	-0,055	0,042	-1,288	0,198
	Média de anos de estudo (2000)	-0,025	0,088	-0,281	0,779
	População ocupada urbana (2000 - %)	0,005	0,003	1,575	0,115
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	0,003	0,006	0,533	0,594
	PIB agrícola (2004 - %)	-0,265	0,675	-0,393	0,694
	Volatilidade (2004-2008)	-0,011	0,004	-3,085	0,002
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)	-1,633	1,050	-1,555	0,120
	Competição p/ prefeito (2004)	-0,004	0,003	-1,391	0,164
	Segundo turno	1,380	0,659	2,095	0,036
	Governador - PSDB (2006)	-0,113	0,112	-1,010	0,313
	Deputados Estaduais - PSDB (2006 - %)	0,021	0,007	3,019	0,003
	Prefeito - PSDB (2004)	0,138	0,143	0,963	0,336
	Vereadores - PSDB (2004 - %)	-0,002	0,006	-0,285	0,775
	Posição PSDB (2004)	0,001	0,007	0,074	0,941
	Intercepto	2,423	0,926	2,616	0,009

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IVI_PSDB_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 67: Regressão multinomial - PSDB - Polarização governista (2000)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z
Não polarizada	Estimativa população (2000 - ln)	-,141	,064	-2,203	,028
	Densidade Pop. (2000 - ln)	,162	,044	3,657	,000
	Média de anos de estudo (2000)	-,022	,092	-,234	,815
	População ocupada urbana (2000 - %)	-,005	,004	-1,376	,169
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,003	,006	,563	,573
	PIB agrícola (2000 - %)	,005	,005	1,179	,238
	Volatilidade (1996-2000)	-,231	,192	-1,204	,229
	Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)	-1,999	,650	-3,076	,002
	Competição p/ prefeito (1996)	-,004	,003	-1,231	,218
	Segundo turno	,122	,389	,313	,754
	Governador - PSDB (1998)	,167	,120	1,392	,164
	Deputados Estaduais - PSDB (1998 - %)	-,012	,006	-1,987	,047

	Prefeito - PSDB (1996)	,336	,139	2,410	,016
	Vereadores - PSDB (1996 - %)	-,009	,005	-1,760	,078
	Posição PSDB (1996)	-,005	,006	-,897	,370
	Transferência Voluntária União (2000 - %)	-,001	,010	-,109	,914
	Intercepto	2,923	,583	5,010	,000
Polarizada situação	Estimativa população (2000 - ln)	-,478	,063	-7,614	,000
	Densidade Pop. (2000 - ln)	,178	,044	4,011	,000
	Média de anos de estudo (2000)	-,143	,091	-1,569	,117
	População ocupada urbana (2000 - %)	-,004	,003	-1,211	,226
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,020	,006	3,295	,001
	PIB agrícola (2000 - %)	,006	,004	1,407	,159
	Volatilidade (1996-2000)	-1,038	,246	-4,211	,000
	Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)	-2,122	,638	-3,328	,001
	Competição p/ prefeito (1996)	-,003	,003	-,951	,341
	Segundo turno	-,024	,489	-,050	,960
	Governador - PSDB (1998)	,083	,117	,709	,479
	Deputados Estaduais - PSDB (1998 - %)	-,026	,006	-4,224	,000
	Prefeito - PSDB (1996)	,264	,137	1,928	,054
	Vereadores - PSDB (1996 - %)	,002	,005	,341	,733
	Posição PSDB (1996)	-,021	,006	-3,443	,001
	Transferência Voluntária União (2000 - %)	-,010	,010	-1,015	,310
	Intercepto	3,714	,572	6,492	,000

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IVI_PSDB_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 68: Regressão multinomial - PSDB - Polarização governista (2004)¹

Parâmetros		Desvio			
		β	padrão	z	P> z
Não polarizada	Estimativa população (2004 - ln)	,124	,131	,948	,343
	Densidade Pop. (2004 - ln)	,035	,073	,488	,625
	Média de anos de estudo (2000)	-,089	,151	-,591	,554
	População ocupada urbana (2000 - %)	,000	,005	-,064	,949
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,019	,010	1,951	,051
	PIB agrícola (2004 - %)	,537	,832	,646	,518
	Volatilidade (2000-2004)	,006	,006	1,113	,266

	Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)	1,873	1,217	1,539	,124
	Competição p/ prefeito (2000)	-,004	,004	-1,004	,316
	Segundo turno	-,673	,795	-,846	,398
	Governador - PSDB (2002)	-,158	,221	-,715	,475
	Deputados Estaduais - PSDB (2002 - %)	-,001	,013	-,064	,949
	Prefeito - PSDB (2000)	,003	,239	,011	,992
	Vereadores - PSDB (2000 - %)	-,017	,010	-1,655	,098
	Posição PSDB (2000)	,003	,011	,236	,813
	Transferência Voluntária União (2004 - %)	,008	,015	,553	,580
	Intercepto	-,197	1,131	-,174	,862
Polarizada situação	Estimativa população (2004 - ln)	,1340	,1220	1,1036	,2700
	Densidade Pop. (2004 - ln)	-,0600	,0670	-,8971	,3700
	Média de anos de estudo (2000)	-,1120	,1400	-,7976	,4250
	População ocupada urbana (2000 - %)	,0020	,0050	,3563	,7220
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,0120	,0090	1,3847	,1660
	PIB agrícola (2004 - %)	,4370	,7680	,5686	,5700
	Volatilidade (2000-2004)	,0060	,0050	1,1871	,2350
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)	2,0990	1,0950	1,9172	,0550
	Competição p/ prefeito (2000)	-,0050	,0040	-1,2625	,2070
	Segundo turno	-,6740	,7520	-,8970	,3700
	Governador - PSDB (2002)	-,3490	,2030	-1,7227	,0850
	Deputados Estaduais - PSDB (2002 - %)	,0080	,0120	,7089	,4780
	Prefeito - PSDB (2000)	,2770	,2180	1,2701	,2040
	Vereadores - PSDB (2000 - %)	-,0120	,0090	-1,2455	,2130
	Posição PSDB (2000)	,0010	,0110	,0721	,9430
	Transferência Voluntária União (2004 - %)	,0110	,0140	,7961	,4260
	Intercepto	,6730	1,0200	,6600	,5090

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IGF_PSDB_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 69: Regressão multinomial - PSDB - Polarização governista (2008)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z
Não polarizada	Estimativa população (2008 - ln)	0,087	0,100	0,866	0,387
	Densidade Pop. (2008 - ln)	0,107	0,058	1,863	0,062
	Média de anos de estudo (2000)	0,043	0,119	0,360	0,719

	População ocupada urbana (2000 - %)	0,004	0,004	1,228	0,220
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	-0,012	0,007	-1,752	0,080
	PIB agrícola (2008 - %)	0,010	0,815	0,012	0,990
	Volatilidade (2004-2008)	0,009	0,005	1,874	0,061
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)	4,758	1,198	3,972	0,000
	Competição p/ prefeito (2004)	-0,001	0,003	-0,201	0,841
	Segundo turno	-1,357	0,624	-2,175	0,030
	Governador - PSDB (2006)	-0,366	0,198	-1,849	0,064
	Deputados Estaduais - PSDB (2006 - %)	0,030	0,010	2,972	0,003
	Prefeito - PSDB (2004)	-0,117	0,167	-0,698	0,485
	Vereadores - PSDB (2004 - %)	-0,013	0,007	-1,724	0,085
	Posição PSDB (2004)	0,003	0,009	0,279	0,781
	Transferências Voluntárias União (2008)	0,001	0,015	0,100	0,920
	Intercepto	-3,192	1,082	-2,950	0,003
Polarizada Situação	Estimativa população (2008 - ln)	0,176	0,095	1,849	0,064
	Densidade Pop. (2008 - ln)	0,092	0,055	1,691	0,091
	Média de anos de estudo (2000)	0,097	0,113	0,864	0,388
	População ocupada urbana (2000 - %)	0,000	0,003	-0,058	0,953
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	-0,016	0,007	-2,386	0,017
	PIB agrícola (2008 - %)	-0,595	0,771	-0,771	0,441
	Volatilidade (2004-2008)	0,008	0,005	1,742	0,081
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)	3,088	1,067	2,894	0,004
	Competição p/ prefeito (2004)	0,001	0,003	0,274	0,784
	Segundo turno	-0,936	0,577	-1,622	0,105
	Governador - PSDB (2006)	-1,054	0,188	-5,594	0,000
	Deputados Estaduais - PSDB (2006 - %)	0,054	0,010	5,616	0,000
	Prefeito - PSDB (2004)	0,099	0,156	0,634	0,526
	Vereadores - PSDB (2004 - %)	-0,010	0,007	-1,488	0,137
	Posição PSDB (2004)	-0,003	0,008	-0,317	0,751
	Transferências Voluntárias União (2008)	-0,005	0,014	-0,360	0,719
	Intercepto	-1,144	0,966	-1,184	0,236

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IGF_PSDB_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 70: Regressão multinomial - PT - Polarização ideológica (2000)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z	
Polarizada esquerda	Estimativa população (2000 - ln)	-,392	,076	-5,181	,000	
	Densidade Pop. (2000 - ln)	,032	,049	,649	,516	
	Média de anos de estudo (2000)	-,288	,101	-2,837	,005	
	População ocupada urbana (2000 - %)	,013	,004	3,289	,001	
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,027	,007	3,907	,000	
	PIB agrícola (2000 - %)	,008	,005	1,607	,108	
	Volatilidade (1996-2000)	,016	,212	,075	,940	
	Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)	-,268	,565	-,473	,636	
	Competição p/ prefeito (1996)	,003	,003	,897	,370	
	Segundo turno	,411	,434	,946	,344	
	Governador - PT (1998)	-,027	,207	-,128	,898	
	Deputados Estaduais - PT (1998 - %)	-,139	,015	-9,189	,000	
	Prefeito - PT (1996)	-,499	,333	-1,501	,133	
	Vereadores - PT (1996 - %)	-,006	,008	-,704	,481	
	Posição PT (1996)	-,004	,008	-,470	,639	
	Intercepto	,805	,557	1,447	,148	
	Não Polarizada	Estimativa população (2000 - ln)	-,709	,098	-7,233	,000
		Densidade Pop. (2000 - ln)	-,015	,066	-,234	,815
Média de anos de estudo (2000)		-,579	,137	-4,212	,000	
População ocupada urbana (2000 - %)		,020	,005	4,250	,000	
Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)		,038	,010	3,909	,000	
PIB agrícola (2000 - %)		,008	,006	1,228	,220	
Volatilidade (1996-2000)		,181	,228	,793	,428	
Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)		-1,095	,582	-1,880	,060	
Competição p/ prefeito (1996)		,001	,004	,178	,859	
Segundo turno		-11,462	470,630	-,024	,981	
Governador - PT (1998)		-1,200	,402	-2,985	,003	
Deputados Estaduais - PT (1998 - %)		-,148	,021	-7,231	,000	
Prefeito - PT (1996)		-,022	,488	-,044	,965	
Vereadores - PT (1996 - %)		-,031	,012	-2,533	,011	
Posição PT (1996)		-,012	,010	-1,196	,232	
Intercepto		1,305	,627	2,082	,037	

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IVI_PT_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 71: Regressão multinomial - PT - Polarização ideológica (2004)¹

Parâmetros		Desvio			
		β	padrão	z	P> z
Polarizada esquerda	Estimativa população (2004 - ln)	-,359	,070	-5,098	,000
	Densidade Pop. (2004 - ln)	,040	,038	1,073	,283
	Média de anos de estudo (2000)	-,149	,079	-1,878	,060
	População ocupada urbana (2000 - %)	-,001	,003	-,247	,805
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,015	,006	2,582	,010
	PIB agrícola (2004 - %)	-,257	,478	-,536	,592
	Volatilidade (2000-2004)	-,002	,003	-,541	,588
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)	-,507	,774	-,655	,512
	Competição p/ prefeito (2000)	-,002	,002	-,684	,494
	Segundo turno	,975	,360	2,706	,007
	Governador - PT (2002)	,159	,181	,881	,378
	Deputados Estaduais - PT (2002 - %)	-,025	,010	-2,456	,014
	Prefeito - PT (2000)	-,280	,237	-1,180	,238
	Vereadores - PT (2000 - %)	-,019	,008	-2,391	,017
	Posição PT (2000)	,000	,007	-,031	,976
	Intercepto	1,725	,702	2,459	,014
Não Polarizada	Estimativa população (2004 - ln)	-,6730	,0830	-8,1326	,0000
	Densidade Pop. (2004 - ln)	-,0130	,0430	-,2996	,7640
	Média de anos de estudo (2000)	-,2440	,0910	-2,6823	,0073
	População ocupada urbana (2000 - %)	,0090	,0030	3,0567	,0022
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,0080	,0070	1,2175	,2230
	PIB agrícola (2004 - %)	-,5600	,5270	-1,0629	,2880
	Volatilidade (2000-2004)	-,0010	,0040	-,3116	,7550
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)	-,0990	,8600	-,1147	,9090
	Competição p/ prefeito (2000)	-,0030	,0030	-1,0012	,3170
	Segundo turno	-,1810	1,0560	-,1718	,8640
	Governador - PT (2002)	-,2810	,2100	-1,3377	,1810
	Deputados Estaduais - PT (2002 - %)	-,0130	,0110	-1,1924	,2330
	Prefeito - PT (2000)	-,3070	,3120	-,9825	,3260
	Vereadores - PT (2000 - %)	-,0180	,0090	-1,9466	,0520
	Posição PT (2000)	-,0110	,0070	-1,4724	,1410
	Intercepto	,5770	,7810	,7393	,4600

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IVI_PT_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 72: Regressão multinomial - PT - Polarização ideológica (2008)¹

Parâmetros		Desvio			
		β	padrão	z	P> z
Polarizada esquerda	Estimativa população (2004 - ln)	-0,219	0,066	-3,327	0,001
	Densidade Pop. (2004 - ln)	0,021	0,035	0,604	0,546
	Média de anos de estudo (2000)	-0,129	0,073	-1,756	0,079
	População ocupada urbana (2000 - %)	0,005	0,003	1,920	0,055
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	0,007	0,005	1,243	0,214
	PIB agrícola (2004 - %)	0,088	0,630	0,140	0,889
	Volatilidade (2004-2008)	-0,004	0,003	-1,202	0,229
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)	-0,294	0,911	-0,322	0,747
	Competição p/ prefeito (2004)	-0,001	0,002	-0,581	0,562
	Segundo turno	0,273	0,348	0,784	0,433
	Governador - PT (2006)	-0,267	0,153	-1,743	0,081
	Deputados Estaduais - PT (2006 - %)	-0,014	0,012	-1,216	0,224
	Prefeito - PT (2004)	0,282	0,161	1,752	0,080
	Vereadores - PT (2004 - %)	-0,030	0,006	-5,222	0,000
	Posição PT (2004)	0,019	0,006	2,907	0,004
	Intercepto	2,039	0,810	2,517	0,012
	Não Polarizada	Estimativa população (2004 - ln)	-0,324	0,073	-4,428
Densidade Pop. (2004 - ln)		-0,056	0,038	-1,469	0,142
Média de anos de estudo (2000)		-0,209	0,082	-2,542	0,011
População ocupada urbana (2000 - %)		0,009	0,003	3,329	0,001
Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)		0,012	0,006	1,937	0,053
PIB agrícola (2004 - %)		0,812	0,662	1,226	0,220
Volatilidade (2004-2008)		-0,004	0,003	-1,138	0,255
Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)		-0,622	0,981	-0,634	0,526
Competição p/ prefeito (2004)		0,000	0,003	-0,094	0,925
Segundo turno		1,000	0,399	2,506	0,012
Governador - PT (2006)		-0,642	0,173	-3,718	0,000
Deputados Estaduais - PT (2006 - %)		-0,011	0,013	-0,827	0,408
Prefeito - PT (2004)		0,262	0,179	1,467	0,142
Vereadores - PT (2004 - %)		-0,029	0,006	-4,602	0,000
Posição PT (2004)		0,012	0,007	1,676	0,094
Intercepto		1,653	0,871	1,898	0,058

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IVI_PT_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 73: Regressão multinomial - PT - Polarização governista (2000)¹

Parâmetros		Desvio			
		β	padrão	z	P> z
Não polarizada	Estimativa população (2000 - ln)	-,251	,086	-2,927	,003
	Densidade Pop. (2000 - ln)	-,101	,056	-1,796	,072
	Média de anos de estudo (2000)	-,610	,116	-5,268	,000
	População ocupada urbana (2000 - %)	,013	,004	2,908	,004
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,046	,008	5,780	,000
	PIB agrícola (2000 - %)	,000	,006	-,064	,949
	Volatilidade (1996-2000)	-,168	,232	-,726	,468
	Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)	,074	,697	,105	,916
	Competição p/ prefeito (1996)	,009	,004	2,442	,015
	Segundo turno	,739	,463	1,596	,111
	Governador - PT (1998)	,671	,247	2,715	,007
	Deputados Estaduais - PT (1998 - %)	-,146	,017	-8,486	,000
	Prefeito - PT (1996)	-,720	,369	-1,950	,051
	Vereadores - PT (1996 - %)	-,006	,009	-,639	,523
	Posição PT (1996)	-,007	,009	-,749	,454
	Tranferência Voluntária União (2000 - %)	,006	,014	,465	,642
Intercepto	1,546	,676	2,287	,022	
Polarizada situação	Estimativa população (2000 - ln)	-,863	,097	-8,890	,000
	Densidade Pop. (2000 - ln)	,012	,066	,189	,850
	Média de anos de estudo (2000)	-,663	,132	-5,021	,000
	População ocupada urbana (2000 - %)	,009	,005	1,989	,047
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,052	,009	5,686	,000
	PIB agrícola (2000 - %)	,004	,006	,592	,554
	Volatilidade (1996-2000)	-,774	,368	-2,101	,036
	Fragmentação Câmara de Vereadores (1996)	-1,557	,612	-2,544	,011
	Competição p/ prefeito (1996)	,005	,004	1,117	,264
	Segundo turno	-12,164	716,833	-,017	,986
	Governador - PT (1998)	,644	,273	2,361	,018
	Deputados Estaduais - PT (1998 - %)	-,199	,019	-10,189	,000
	Prefeito - PT (1996)	-,458	,434	-1,054	,292
	Vereadores - PT (1996 - %)	-,011	,010	-1,105	,269
	Posição PT (1996)	-,024	,010	-2,519	,012
	Tranferência Voluntária União (2000 - %)	,011	,015	,770	,441
Intercepto	3,434	,657	5,229	,000	

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IVI_PT_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 74: Regressão multinomial - PT - Polarização governista (2004)¹

Parâmetros		Desvio			
		β	padrão	z	P> z
Não polarizada	Estimativa população (2004 - ln)	-,137	,147	-,933	,351
	Densidade Pop. (2004 - ln)	-,040	,081	-,491	,623
	Média de anos de estudo (2000)	-,096	,163	-,586	,558
	População ocupada urbana (2000 - %)	,002	,005	,483	,629
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	,017	,011	1,519	,129
	PIB agrícola (2004 - %)	-1,497	,852	-1,756	,079
	Volatilidade (2000-2004)	,011	,006	1,683	,092
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)	2,053	1,315	1,561	,119
	Competição p/ prefeito (2000)	-,005	,004	-1,168	,243
	Segundo turno	14,424	718,919	,020	,984
	Governador - PT (2002)	,436	,412	1,057	,291
	Deputados Estaduais - PT (2002 - %)	-,032	,020	-1,604	,109
	Prefeito - PT (2000)	-,387	,480	-,805	,421
	Vereadores - PT (2000 - %)	-,039	,015	-2,643	,008
	Posição PT (2000)	,018	,012	1,535	,125
	Transferência Voluntária União (2004 - %)	,034	,019	1,778	,075
	Intercepto	,270	1,220	,222	,825
	Polarizada situação	Estimativa população (2004 - ln)	,1250	,1370	,9123
Densidade Pop. (2004 - ln)		-,0210	,0760	-,2758	,7830
Média de anos de estudo (2000)		-,0230	,1530	-,1519	,8790
População ocupada urbana (2000 - %)		,0040	,0050	,8736	,3820
Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)		,0110	,0110	1,0348	,3010
PIB agrícola (2004 - %)		-,7220	,7880	-,9159	,3600
Volatilidade (2000-2004)		,0180	,0060	2,9659	,0030
Fragmentação Câmara de Vereadores (2000)		1,9380	1,2130	1,5979	,1100
Competição p/ prefeito (2000)		-,0040	,0040	-,9256	,3550
Segundo turno		13,7380	#####	,0191	,9850
Governador - PT (2002)		,6660	,3890	1,7133	,0870
Deputados Estaduais - PT (2002 - %)		-,0230	,0190	-1,2278	,2200

Prefeito - PT (2000)	- ,1180	,4250	- ,2781	,7810
Vereadores - PT (2000 - %)	- ,0270	,0130	-2,0326	,0420
Posição PT (2000)	,0180	,0110	1,5816	,1140
Transferência Voluntária União (2004 - %)	,0360	,0190	1,9290	,0540
Intercepto	,6010	1,1280	,5332	,5940

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IGF_PT_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita

Tabela 75: Regressão multinomial - PT - Polarização governista (2008)¹

Parâmetros		β	Desvio padrão	z	P> z
Não polarizada	Estimativa população (2008 - ln)	0,087	0,100	0,866	0,387
	Densidade Pop. (2008 - ln)	0,107	0,058	1,863	0,062
	Média de anos de estudo (2000)	0,043	0,119	0,360	0,719
	População ocupada urbana (2000 - %)	0,004	0,004	1,228	0,220
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	-0,012	0,007	-1,752	0,080
	PIB agrícola (2008 - %)	0,010	0,815	0,012	0,990
	Volatilidade (2004-2008)	0,009	0,005	1,874	0,061
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)	4,758	1,198	3,972	0,000
	Competição p/ prefeito (2004)	-0,001	0,003	-0,201	0,841
	Segundo turno	-1,357	0,624	-2,175	0,030
	Governador - PT (2006)	-0,366	0,198	-1,849	0,064
	Deputados Estaduais - PT (2006 - %)	0,030	0,010	2,972	0,003
	Prefeito - PT (2004)	-0,117	0,167	-0,698	0,485
	Vereadores - PT (2004 - %)	-0,013	0,007	-1,724	0,085
	Posição PT (2004)	0,003	0,009	0,279	0,781
	Transferências Voluntárias União (2008)	0,001	0,015	0,100	0,920
	Intercepto	-3,192	1,082	-2,950	0,003
Polarizada Situação	Estimativa população (2008 - ln)	0,176	0,095	1,849	0,064
	Densidade Pop. (2008 - ln)	0,092	0,055	1,691	0,091
	Média de anos de estudo (2000)	0,097	0,113	0,864	0,388
	População ocupada urbana (2000 - %)	0,000	0,003	-0,058	0,953
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	-0,016	0,007	-2,386	0,017
	PIB agrícola (2008 - %)	-0,595	0,771	-0,771	0,441
	Volatilidade (2004-2008)	0,008	0,005	1,742	0,081
	Fragmentação Câmara de Vereadores (2004)	3,088	1,067	2,894	0,004
Competição p/ prefeito (2004)	0,001	0,003	0,274	0,784	

Segundo turno	-0,936	0,577	-1,622	0,105
Governador - PT (2006)	-1,054	0,188	-5,594	0,000
Deputados Estaduais - PT (2006 - %)	0,054	0,010	5,616	0,000
Prefeito - PT (2004)	0,099	0,156	0,634	0,526
Vereadores - PT (2004 - %)	-0,010	0,007	-1,488	0,137
Posição PT (2004)	-0,003	0,008	-0,317	0,751
Transferências Voluntárias União (2008)	-0,005	0,014	-0,360	0,719
Intercepto	-1,144	0,966	-1,184	0,236

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

¹Variável dependente: IGF_PT_2000_cat; Categoria de referência: Polarizada direita